Diário Comercial

Fundado em 3 de novembro de 1955

ANO LXIX - Edição nº 17.343 | Edição Nacional

www.diariocomercial.com.br | TERÇA-FEIRA, 16 DE ABRIL DE 2024

Ministro admite que a área econômica sempre estará um pouco isolada

Haddad confirma meta fiscal de déficit zero

O ministro reconheceu que a medida provisória de reoneração da folha de pagamentos foi menos bem recebida pelo Congresso, mas vai persistir com a pauta

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, confirmou no período da tarde de segunda-feira, 15, que o governo definiu a meta fiscal do próximo ano com o déficit primário zero, assim como o alvo deste ano. Há um ano, a equipe econômica havia estabelecido que buscaria fazer um superávit de 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2025. Haddad foi questionado se, com a decisão de revisar a meta de 2025, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, teria desistido de fazer superávits neste mandato. O ministro rebateu, contudo, que ainda haverá 2026 para buscar esse alvo. O ministro também falou da possibilidade de acionar o Judiciário para contestar o benefício previdenciário concedido às prefeituras. O ministro disse ter receio sobre o precedente aberto com o projeto. "Se a AGU entende que há inconstitucionalidade o que foi aprovado, como não vai questionar? Meu medo maior é o precedente", disse. Haddad naturalizou a posição mais solitária da equipe econômica dentro do governo, classificando a atividade da Fazenda como um "pouco mais dura". PÁGINA 2

ISRAEL

Petróleo abre semana em queda, apesar do ataque

Apesar do temor de uma escalada do preço do petróleo após a ofensiva do Irã contra Israel no sábado, 13, as cotações do produto começam a semana sem sobressaltos. Os preços do petróleo fecharam em queda, mas as perdas, arrefeceram à tarde, depois que Israel sinalizou que pretende promover uma resposta pela ofensiva. PÁGINA 3

INVASÕES

CCJ da Câmara pauta projetos contra o MST

PÁGINA 7

CONTRA ATAQUE

General israelense garante que o Irã vai enfrentar consequências por suas ações

O chefe das Forças Armadas de Israel, Herzi Halevi, disse que o Irã "vai enfrentar a consequência por suas ações". Segundo ele, Israel continua "no estado mais elevado de prontidão" para reagir a qualquer investida, e o governo analisa a situação para encontrar a melhor resposta militar. No vídeo, Halevi agradece o apoio recebido pelos países do ocidente, e comemora a efetividade do Domo de Ferro, que conteve a ameaça iraniana no fim de semana. Segundo a emissora pública israelense Kan, líderes estrangeiros tentaram coordenar conversas com o primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, após o ataque e foram rejeitados - a razão é o medo de que o país seja pressionado para não responder. PÁGINA 6

GUERRA

Biden promete apoiar a segurança em Israel

O presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, afirmou na segunda-feira, 15, que o país e aliados "derrotaram" o ataque do Irã contra Israel no último sábado. O democrata reforçou o compromisso norte-americano com a segurança dos israelenses. O forte aumento dos receios com segurança levantou novas questões sobre a viabilidade da presença militar americana no Iraque. PÁGINA 5

GUERRA

Brasil condena ataque do Irã a Israel

O ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, afirmou que o Brasil condena o ataque com drones e mísseis do Irã a Israel, realizado no sábado passado, de dimensões sem precedentes. Após críticas e cobranças políticas internas e externas, o chanceler brasileiro mudou o tom sobre o ataque ao território de Israel, promovido pelos iranianos. "O Brasil condena sempre qualquer ato de violência e o Brasil conclama sempre o entendimento entre as partes". O governo Lula e o governo de Binyamin Netanyahu vivem uma crise diplomática - não há relação política próxima, e Lula passou a ser considerado persona non grata em Israel. PÁGINA 5

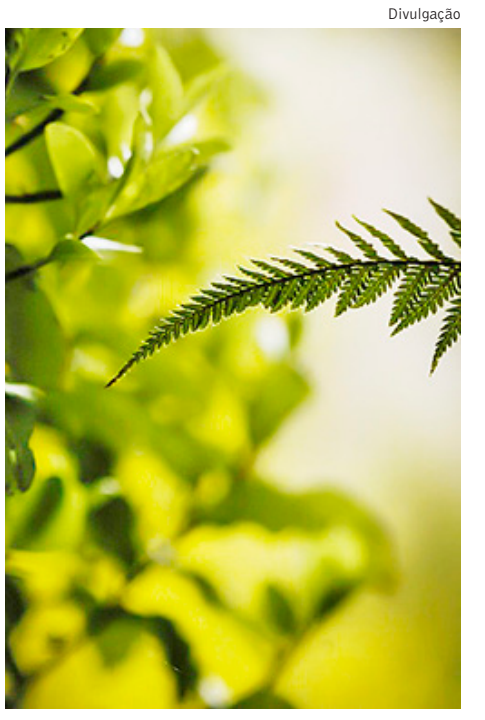
TECNOLOGIA

A SAMSUNG ELECTRONICS ULTRAPASSOU A APPLE COMO PRINCIPAL FORNECEDORA GLOBAL DE SMARTPHONES no primeiro trimestre do ano, ao passo que as empresas chinesas garantiram uma fatia maior do mercado. No total, as remessas globais de smartphones aumentaram 7,8%, a 289,4 milhões de unidades, registrando o terceiro avanço trimestral consecutivo. A fatia de mercado da Apple encolheu para 17,3%, em comparação a 20,7% um ano antes, enquanto a da Samsung recuou de 22,5% para 20,8%, em meio à expansão das vendas das chinesas Xiaomi e Transsion. PÁGINA 4

GUERRA

Brasil precisa recuperar vegetação nativa

Divulgação



O Brasil possui hoje pouco mais de 79 mil hectares da sua cobertura vegetal original recuperada. Isso significa que menos de 1% da meta foi atingida. Somado a isso, nos últimos anos o desmatamento e a degradação avançaram sobre os biomas brasileiros. PÁGINA 8

MEIO AMBIENTE

Vale antecipa meta de consumo de energia

PÁGINA 8

IBOVESPA 125.333,89 ↓ -0,49%

Maiores Altas

	PREÇO - R$	%	OSCIL.
BRF SA ON NM	17.90	+10.15%	+1.65
MARFRIG ON NM	10.43	+4.82%	+0.48
JBS ON NM	23.03	+4.21%	+0.93
GERDAU PN N1	23.09	+3.50%	+0.78
GERDAU MET PN N1	10.89	+3.62%	+0.38

Maiores Baixas

	PREÇO - R$	%	OSCIL.
CVC BRASIL ON NM	2.03	−9.38%	−0.21
MAGAZ LUIZA ON NM	1.53	−7.83%	−0.13
VAMOS ON NM	7.580	−6.42%	−0.520
CYRELA REALTON NM	21.35	−6.03%	−1.37
MINERVA ON NM	6.04	−5.77%	−0.37

Mais Negociadas

	PREÇO - R$	%	OSCIL.
VALE ON NM	61.99	+0.58%	+0.36
ITAUUNIBANCOPN N1	31.91	−1.69%	−0.55
PETROBRAS PN N2	39.31	+0.95%	+0.37
B3 ON NM	11.48	−1.96%	−0.23
PETROBRAS ON N2	40.89	+1.46%	+0.59

BOLSAS NO MUNDO

	FECHAMENTO	%
DOW JONES	37.735,11	-0,65%
S&P 500	5.061,82	-1,20%
NASDAQ	15.885,02	-1,79%
DAX 30	18.026,58	+0,54%
FTSE 100	7.965,53	-0,38%
IBEX 35	10.687,20	+0,011%

DÓLAR COMERCIAL			PESO			EURO			LIBRA			OURO	
COMPRA	VENDA		COMPRA	VENDA		COMPRA	VENDA		COMPRA	VENDA		BM&FBovespa/Grama	Comex NY/Onça
5,185	5,185	↑ 1,24%	0,006	0,006	↑ 1,58%	5,508	5,509	↑ 1,12%	6,447	6,451	↑ 1,12%	R$ 400,12	2.381,44

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código BA7A-8369-427E-A64D.

SUPERÁVIT

Haddad define meta fiscal de déficit zero para o próximo ano

O ministro afirmou que a projeção para o salário mínimo no próximo ano é de R$ 1.502 e disse que o governo ainda terá o ano de 2026 para conseguir o superávit

Agência Brasil

Haddad falou da possibilidade de acionar o Judiciário para contestar o benefício previdenciário concedido às prefeituras e disse ter receio sobre o precedente aberto

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, confirmou no período da tarde de segunda-feira, 15, que o governo definiu a meta fiscal do próximo ano com o déficit primário zero, assim como o alvo deste ano. Há um ano, a equipe econômica havia estabelecido que buscaria fazer um superávit de 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2025.

Haddad pediu desculpas por antecipar os números antes da divulgação pelo Ministério do Planejamento do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) ainda no período da tarde de segunda, mas argumentou que os números já haviam sido "vazados" à imprensa.

Haddad confirmou também que a projeção para o salário mínimo no próximo ano é de R$ 1.502.

Haddad foi questionado se, com a decisão de revisar a meta de 2025, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, teria desistido de fazer superávits neste mandato. O ministro rebateu, contudo, que ainda haverá 2026 para buscar esse alvo.

O ministro reconheceu que a medida provisória de reoneração da folha de pagamentos foi "menos bem recebida" pelo Congresso. Defendeu, no entanto, que a equipe econômica tem de persistir na pauta. Atualmente, o Congresso discute um projeto de lei enviado pelo governo para reonerar gradualmente a folha. A relatora da proposta, deputada Any Ortiz, disse, no entanto, que deve manter a desoneração até o fim de 2027.

Haddad ainda voltou a elogiar o Congresso Nacional pela atuação no ano passado, que, segundo o ministro, teve "coragem de enfrentar temas espinhosos".

O ministro também falou novamente da possibilidade de acionar o Judiciário para contestar o benefício previdenciário concedido às prefeituras. O ministro disse ter receio sobre o precedente aberto com o projeto. "Se a AGU entende que há inconstitucionalidade o que foi aprovado, como não vai questionar? Meu medo maior é o precedente", disse.

Haddad naturalizou a posição mais solitária da equipe econômica dentro do governo, classificando a atividade da Fazenda como um "pouco mais dura" em qualquer administração.

"A área econômica sempre estará um pouco isolada, em qualquer governo é uma atividade dura, meio solitária. Não é fácil botar ordem nas contas, com o Judiciário, estamos tendo boa interlocução", disse o ministro, segundo quem, se o governo não tivesse perdido o julgamento sobre a "tese do século" em 2017, que exclui o ICMS da base de cálculo do PIS/Cofins, a União não estaria enfrentando problemas fiscais hoje.

Haddad fez uma introdução sobre a evolução negativa do ambiente fiscal brasileiro desde 2015, o qual, segundo ele, "as pessoas esquecem".

O ministro ainda lembrou que a Fazenda tem um trabalho de negociação importante com todos os Poderes, citando inclusive o próprio governo.

O ministro afirmou que levou ao presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, o desejo do atual presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, de fazer uma transição mais longa na substituição do comando da autoridade monetária. "Está tudo sendo feito de maneira bastante civilizada, e vai ser feita a transição de maneira muito tranquila", disse.

Haddad afirmou que Campos Neto defende que seja anunciado um substituto antecipadamente para que a transição de poder seja mais prolongada.

O ministro reforçou que, nas quatro vezes em que foi ouvido por Lula sobre indicações ao BC, houve definição de nomes conforme critérios técnicos, de personalidade e de capacidade de comunicação e diálogo.

"Não penso que Lula mudará sua diretriz de escolher grandes nomes para o Banco Central, inclusive substituto de Campos Neto", disse Haddad, ao reforçar que não viu nenhuma das indicações do governo ao BC sendo questionadas.

O ministro repetiu ainda que o governo enfrentou um desafio inédito de conviver com um presidente da autoridade monetária que foi escolhido pela gestão anterior, mas reforçou que sempre procurou conviver com o Banco Central da melhor forma possível.

O ministro ressaltou dados positivos da economia, como o cenário do mercado de trabalho, enquanto, segundo ele, há um controle da inflação. Para o ministro, esse contexto deve fazer com que a estabilização da dívida e das contas públicas seja alcançada de forma mais "simples".

"Os núcleos estão bem controlados, as coisas estão controladas. Se crescermos com inflação dentro da meta, a questão da dívida fica sendo mais simples. Tudo que a gente quer é que a estabilidade (da dívida) venha antes", disse Haddad.

O ministro também comentou que há um desafio grande no cenário externo, mas ainda não aprofundou sua análise sobre esse aspecto

Haddad afirmou ainda que não há como negar que o patamar do juro norte-americano influencia a economia brasileira e avaliou não ser "pouca coisa pagar 5,5% de juro ao ano em dólar".

O ministro ponderou, no entanto, que ainda há espaço para o Banco Central brasileiro promover cortes na taxa Selic, hoje em 10,75%.

"Temos espaço na política monetária. 10,75% (juro no Brasil) contra 5,5%, 5,25% (juro norte-americano), ainda temos um caminho para cortar juros, mas todo mundo fica preocupado com a taxa terminal", avaliou o ministro.

Em relação à taxa terminal dos juros, ou seja, quando o BC brasileiro irá parar de reduzir a Selic, o ministro disse que essa pergunta surgirá mais forte no segundo semestre e que isso vai depender do quanto o cenário econômico poderá avançar.

Haddad disse que será preciso acompanhar ainda a situação do banco central norte-americano, além do europeu, que sinalizou que possivelmente iniciará antes o corte de juros. Segundo ele, a revisão de projeções no corte de juros nos EUA tem causado apreensão no mercado.

Haddad repetiu, no entanto, que a economia brasileira cresce com baixa inflação e que, se há preocupação com a trajetória da dívida, não basta apenas focar em fiscal, mas reforçou que o crescimento tem peso relevante.

Ele avaliou ainda que as reservas cambiais brasileiras blindam a economia e disse que terá um desafio no G20 de encontrar caminhos e soluções para países endividados.

HORIZONTE SOMBRIO

Banco Mundial alerta para uma maior disparidade de renda em países pobres

Os países mais pobres, que abrigam um quarto da população global - 1,9 bilhão de pessoas -, enfrentam uma realidade sombria à frente, alerta o Banco Mundial, em relatório publicado na segunda-feira. Metade das 75 nações mais vulneráveis estão sofrendo, pela primeira vez neste século, um aumento da disparidade de renda em relação às economias mais ricas, conforme o organismo, com sede em Washington DC, nos Estados Unidos.

"As perspectivas para os países mais vulneráveis do mundo são sombrias", diz o Banco Mundial, no estudo: 'A grande reversão: Perspectivas, riscos e políticas nos países da Associação Internacional de Desenvolvimento (AID)'.

Esses países já enfrentavam desafios mais significativos antes mesmo da pandemia da covid-19, conforme o órgão multilateral. No entanto, agora, passam o que o Banco Mundial classificou como uma "reversão histórica".

Entre os anos 2020 e 2024, a renda média per capita em metade dos países da AID, a maior proporção alcançada neste século, têm crescido mais lentamente do que nas economias ricas. No ano, não chega a US$ 1.315. Como resultado, a disparidade de renda entre os dois mundos segue aumentando nos últimos anos, alerta o Banco Mundial.

O estudo aponta que um em cada três países da AID é hoje, em média, mais pobre do que era às vésperas da pandemia. Além disso, a taxa de pobreza extrema é mais de oito vezes superior à média do restante do mundo. Isso significa que uma em cada quatro pessoas nos países da AID sobrevive com menos de US$ 2,15 por dia.

Responsáveis por 90% da população que passa fome ou é subnutrida, metade desses países está em situação de superendividamento ou corre elevados riscos de chegar numa situação de crise. O Banco Mundial afirma ainda que credores públicos privados têm virado as costas para essas nações.

"O mundo não pode se dar ao luxo de virar as costas aos países da AID", diz o economista-chefe e vice-presidente sênior do Grupo Banco Mundial, Indermit Gill, ao comentar o estudo. Ele cobra ajuda da comunidade internacional e lembra que três das atuais potências econômicas mundiais - China, Índia e Coreia do Sul - já foram mutuárias da AID.

O estudo do Banco Mundial mostra ainda que, embora o mundo enfrente o envelhecimento da sua população, os países mais pobres têm um "dividendo demográfico" em potencial, com uma parcela crescente de trabalhadores jovens até 2070.

Outros pontos positivos são o elevado potencial de produção de energia solar e enormes reservas de minerais, consideradas cruciais para a transição para uma matriz mais limpa. "Os países da AID possuem recursos naturais substanciais. Representam cerca de 20% da produção mundial de estanho, cobre e ouro", diz o estudo do Banco Mundial.

Em cerca de um terço dos países mais pobres do mundo, as médias diárias do potencial de energia fotovoltaica a longo prazo superam 4,5 quilowatts-hora por pico de quilowatts instalado (kWh/kWp). Em comparação, Brasil, China e Índia têm potencial de médio alcance, de 3,4 a 4,5 kWh/kWp, compara o organismo.

Diário Comercial
Propriedade de *Editora Diário Comercial Ltda*
Filiado à: ANJ Associação Nacional de Jornais

DIRETORA DE REDAÇÃO E EDITORA
Bruna Luz

DIRETOR EXECUTIVO
Marcos Luz • marcosluz@diariocomercial.com.br

REDAÇÃO: Vinicius Palermo - vipalermo@diariocomercial.com.br
DIAGRAMAÇÃO: André Mazza e Ricardo Gomes • paginacao@diariocomercial.com.br
PUBLICIDADE: RJ - Tainá Longo e Jerônimo Júnior • comercial@diariocomercial.com.br – SP - José Castelo • dcsp@diariocomercial.com.br

SERVIÇO NOTICIOSO: Agências: Estado, Brasil, PR Newswire, Senado e Câmara
IMPRESSÃO: RRM Gráfica e Editora Ltda.

Acesse nossa edição digital:

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não representam necessariamente a opinião deste jornal.

ADMINISTRAÇÃO, REDAÇÃO E DEPARTAMENTO COMERCIAL

RIO DE JANEIRO
Rua Santa Luzia, 651 - 28º andar - parte - Centro
CEP: 20030-041 - Tel: (21) 2262-2906

SÃO PAULO
Av. Paulista, 1159 - 17º andar, conjunto 1716 - Bela Vista
CEP: 01311-200 - Tel: (11) 3283-3000

BRASÍLIA
Ed. Serra Dourada, 6º andar - sala 612 - SCS
CEP: 70300-902 - Tel: (61) 3321-2845

BELO HORIZONTE
Av. Álvares Cabral, 397 - salas 1001 e 1002 - Lourdes
CEP: 30170-001 - Tel: (31) 3222-5232

REPRESENTANTE COMERCIAL
Brasília: EC Comunicação e Marketing - Quadra QS 01
Rua 210 Lt. nº 34/36, Bloco A, sala 512 Ed. Led Office - Águas Claras
CEP: 71950-770 - Tels: (61) 99186-6647 - e-mail: opec.eccm@gmail.com

redacao@diariocomercial.com.br | administracao@diariocomercial.com.br | comercial@diariocomercial.com.br | comercialsp@diariocomercial.com.br | homepage: www.diariocomercial.com.br

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código BA7A-8369-427E-A64D.

RISCO ALTO

Petróleo abre semana em queda, apesar do ataque contra Israel

Mercado não espera uma reação imediata nos preços do petróleo após o ataque do Irã a Israel, considerando que o prêmio de risco já estava elevado e prevê que o barril do Brent fique em US$ 95

Reuters

O banco ANZ disse que não esperava uma reação imediata nos preços do petróleo após o ataque do Irã a Israel, considerando o prêmio de risco geopolítico já "elevado".

Apesar do temor de uma escalada do preço do petróleo após a ofensiva do Irã contra Israel no sábado, 13, as cotações do produto começam a semana sem sobressaltos. Os preços do petróleo fecharam em queda, mas as perdas, arrefeceram à tarde, depois que Israel sinalizou que pretende promover uma resposta pela ofensiva.

O WTI para maio fechou em queda de 0,29% (US$ 0,25), a US$ 85,41 o barril, na New York Mercantile Exchange (Nymex), e o Brent para junho recuou 0,39% (US$ 0,35), a US$ 90,10 o barril, na Intercontinental Exchange.

O Rittersbuch escreve que os preços caem em um cenário de "compre o boato e venda o fato", mas pontua que a volatilidade permanece no Oriente Médio. O Banco ANZ concorda com a visão, e acredita que o petróleo não deve subir no curto prazo, dada a ampla capacidade disponível e um prêmio de risco geopolítico já elevado.

"O ataque foi bem telegrafado e parecia planejado para infligir danos mínimos", afirma o banco australiano, ao pontuar que Teerã já sinalizou que este é o fim de sua investida contra Israel. Agora, o possível fim do conflito está nas mãos israelenses. "Só num caso extremo vemos que isso terá um impacto realista nos mercados petrolíferos", conclui.

O Berenberg alerta, porém, que embora os impactos no curto prazo sejam limitados e uma escalada pareça improvável, caso as tensões aumentem e impactem o escoamento de petróleo no Estreito de Ormuz, os preços podem subir fortemente.

Mais para o fim do dia, circularam notícias de que Israel cogita formas de devolver o ataque sem perder suas alianças internacionais. As instruções, segundo fontes, são para que não haja vítimas civis. Os possíveis alvos incluem um possível ataque a uma instalação em Teerã ou um ataque cibernético, segundo um funcionário, que falou sob condição de anonimato ao The Washington Post.

Também repercutiu a informação de que o chefe das Forças Armadas de Israel, Herzi Halevi, afirmou que haverá uma resposta ao Irã. Com a repercussão, os preços do petróleo reduziram parte das perdas, e enquanto isso, líderes mundiais pressionam Israel para que não haja uma retaliação contra o Irã.

Em relatório divulgado na segunda-feira, 15, o banco australiano ANZ disse que não esperava uma reação imediata nos preços do petróleo após o ataque do Irã a Israel, considerando que o prêmio de risco geopolítico já estava "elevado". Com isso, a instituição mantém o preço-alvo para o barril do Brent no curto prazo em US$ 95.

"Esperamos que a reação inicial dos mercados petrolíferos seja moderada. O ataque foi bem telegrafado e parecia planejado para infligir danos mínimos. O Irã também deixou claro que considera que se trata do fim do atual ciclo de escalada", escreveu o banco australiano, alertando que uma continuação do conflito dependerá da resposta de Israel. "Só num caso extremo vemos que isso terá um impacto realista nos mercados petrolíferos."

O ANZ acrescenta que, mesmo que o fornecimento de petróleo do Irã seja interrompido, a Organização de Países Exportadores de Petróleo (Opep) reiterou recentemente a sua política de abastecimento, o que a deixa com capacidade ociosa e possibilidade de responder a uma eventual quebra no abastecimento.

CRISE

Governo monitora impactos no petróleo

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, afirmou na segunda-feira, 15, que seu ministério monitora os possíveis impactos para o petróleo em razão das novas tensões nos conflitos do Oriente Médio. "É importante que estejamos atentos", disse o ministro ao destacar que, diante de crises internacionais, o Brasil sofre com impactos por restrições à produção e ou comercialização de petróleo.

O alerta foi ligado após a retaliação do Irã contra Israel pelos assassinatos de seus generais em Damasco, Síria, com um ataque de mais de 300 drones e mísseis. Por conta disso, o MME chamou uma reunião da Secretaria Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, segundo informou Silveira.

O ministro disse, porém, que está esperançoso de que os conflitos não escalem. "Como os conflitos estão em fase de ensaio e não temos elementos concretos que apontem caminho desastroso, quero crer que, diante de tantos desafios que vivem o mundo e problemas reais, que terão os grandes líderes mundiais responsabilidade com o planeta", afirmou.

Sobre um cenário em que medidas sejam necessárias para reduzir os impactos de eventual crise no setor de petróleo, Silveira lembrou que, no ano passado, a Petrobras mudou sua política de preços, o que deve auxiliar.

Sobre a reunião com a Secretaria de Petróleo, disse que um grupo de monitoramento irá instruir sobre possíveis medidas. "Para que possamos estar atentos e agindo de pronto com mecanismos que temos e respeitem a governança do setor privado", afirmou.

O ministro de Minas e Energia afirmou que um dos pilares da condução do Grupo de Trabalho (GT) de Transições Energéticas do G20, coordenado por seu ministério, será a cobrança para que países desenvolvidos cumpram acordo que prevê US$ 100 bilhões por ano para transição energética. "Não teremos transição sem financiamento", afirmou.

Em 2009, durante a COP15 em Copenhague, na Dinamarca, os países ricos prometeram fornecer US$ 100 bilhões (aproximadamente R$ 515 bilhões) por ano em financiamento climático às nações pobres a partir de 2020. Os valores seriam geridos por uma governança global.

"Nem a governança foi criada nem os US$ 100 bilhões, na totalidade, chegam aos fundos climáticos", disse Silveira. Segundo o ministro, os repasses registrados atualmente são inferiores à metade do acordado. "Na condução do G20 eu cobrarei de forma muito rigorosa (o cumprimento do acordo)", disse a jornalistas.

"A transição energética só vai trazer resultados concretos se feita de forma global. O carbono não tem fronteira, vivemos em único ecossistema", disse o ministro sobre a responsabilidade que, segundo ele, deve ser abraçada pelos países desenvolvidos.

TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

Musk tem interesse no lítio brasileiro

Além de controlar a plataforma X, antigo Twitter, que vende anúncios para propaganda, o multibilionário Elon Musk controla outras empresas, desde fábricas de foguetes até de carros elétricos. No Brasil, o empresário, que mantém uma cruzada contra o governo e o Judiciário brasileiro, têm ao menos dois negócios no país - níquel e satélites - e um interesse: o lítio.

Com um patrimônio líquido no valor de R$ 960 bilhões, segundo a revista Forbes, Musk é considerado a segunda pessoa mais rica do planeta. Entre seus principais interesses está o da mineração que abastece suas indústrias com materiais necessários para produção.

A fabricante de veículos elétricos Tesla, controlada por Musk, fechou contrato "de longo prazo" com a mineradora brasileira Vale, anunciado em maio de 2022, para o fornecimento de níquel a partir das operações da Vale no Canadá. A companhia brasileira também extrai níquel no Pará.

Especialistas ouvidos pela reportagem acreditam que existe interesse de Musk pelo lítio brasileiro. O insumo é chamado de "ouro branco" ou "petróleo do século XXI" e é um dos minerais considerados "críticos" de importância central para transição energética e para as baterias dos carros elétricos. A estimativa é que a procura pelo minério deve se multiplicar nos próximos anos.

O Brasil tem importantes reservas, apesar de não ser local das principais reservas do planeta. Estima-se que 53% do lítio na América Latina esteja concentrado em países como Chile, Bolívia e Argentina. De acordo com o Serviço Geológico dos Estados Unidos, o Brasil tem a 15ª maior reserva de lítio, com 800 mil toneladas do minério estimadas.

Já o Ministério de Minas e Energia sustenta que o Brasil é dono da 7ª maior reserva de lítio do mundo, com 1,23 milhão de toneladas, sendo o 5º maior produtor mundial. O MME justifica que a diferença se deve ao fato de considerar "a parte economicamente lavrável dos recursos medidos".

"Ao contrário da maioria dos países, o lítio encontrado em Minas Gerais é de alta pureza, facilitando seu uso na fabricação de baterias mais potentes."

No Brasil, as principais reservas se concentram na região do Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais.

Com esse potencial, as notícias de que a empresa canadense que atua no Brasil, a Sigma Lithium, está em processo de venda para a chinesa BYD, umas das principais concorrentes da Tesla do Musk, está preocupando o multibilionário, segundo avalia Hugo Albuquerque, jurista e editor da Autonomia Literária, editora que publica textos ligados aos movimentos sociais.

"A BYD está dominando todas as cadeias da produção mais centrais e avança na sua posição global. Antes, lembremos, Musk admitiu ter apoiado o golpe na Bolívia justamente por causa do lítio", comentou o especialista.

Em julho 2020, em um debate no X sobre a acusação de que os Estados Unidos estariam por trás da destituição do presidente boliviano Evo Morales, ocorrida em 2019, Musk afirmou: "vamos dar golpe em quem quisermos! Lide com isso". A BYD, inclusive, anunciou que vai operar fábricas de carros elétricos na Bahia.

O fundador do Observatório da Mineração, o jornalista Maurício Angelo, que investiga a atuação das mineradoras no país desde 2015, avalia que a aquisição da Sigma pelos chineses é um problema para Musk.

"A mineração é um setor restrito, as jazidas são restritas, estão localizadas em países e regiões específicas. Então você não pode escolher onde vai operar, extrair e negociar", explicou Angelo, acrescentando que "se a BYD adquire a Sigma, para o Musk é um problema, porque você está fortalecendo um concorrente direto no Brasil, no país estratégico como é o Brasil".

O professor de relações internacionais da Universidade Federal do ABC (Ufabc), Gilberto Maringoni, alerta ainda que existe a preocupação das empresas interessadas no lítio, e dos países onde elas estão sediadas, de que as nações que detêm essas reservas não formem um cartel como a Organização dos Países Produtores de Petróleo (Opep).

Maringoni lembrou que o presidente da Bolívia, Luis Arce, que governa o país que tem uma das maiores reservas de lítio do mundo, manifestou interesse em criar uma Opep do lítio com os demais países latino-americanos donos de grandes reservas.

"A ideia de Arce é a formação de um cartel internacional dos produtores de lítio, não só para discutir preço, mas como vai ser feita a exploração das reservas. Porque as empresas chegam com uma proposta extrativista, você cava o buraco e leva o material embora, uma coisa semicolonial. E o que o Arce quer é criar uma indústria do lítio aqui", comentou Maringoni, que também coordena o Observatório de Política Externa do Brasil (Opeb).

Em julho de 2022, o governo de Jair Bolsonaro publicou o Decreto 11.120, liberalizando a exploração de lítio no Brasil ao determinar que a exportação e importação do mineral "não são sujeitas a critérios, restrições, limites ou condicionantes de qualquer natureza, exceto aqueles previstos em lei ou em atos editados pela Câmara de Comércio Exterior - Camex".

Outro interesse do empresário no Brasil é em relação a sua empresa aeroespacial SpaceX. Em janeiro de 2022, a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) aprovou o uso de satélites Starlinks, da SpaceX, no país.

O professor da federal do ABC, Gilberto Maringoni, destacou que o interesse de Musk com a Starlink é imenso, porque todo o fluxo de informações que circula na Amazônia está sob controle do grupo estrangeiro controlado pelo empresário.

"Todo o fluxo de informações, seja das Forças Armadas, seja da área de saúde pública, seja das delegacias de polícia, de escolas, enfim, toda a conexão é feita através do Musk. Ele detém, então, o poder de apagar a Amazônia e provocar um colapso. Além disso, ele tem contratos também com as Forças Armadas e com algumas áreas da justiça. É muito mais do que a exploração do lítio", explicou.

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código BA7A-8369-427E-A64D.

TECNOLOGIA

Samsung ultrapassa Apple e conquista liderança global

As remessas globais de smartphones da Apple sofreram queda anual de 9,6%

A Samsung Electronics ultrapassou a Apple como principal fornecedora global de smartphones no primeiro trimestre do ano, ao passo que as empresas chinesas garantiram uma fatia maior do mercado, segundo dados preliminares da International Data Corporation (IDC). As remessas globais de smartphones da Apple sofreram queda anual de 9,6% no primeiro trimestre, para 50,1 milhões de unidades, de acordo com levantamento trimestral da IDC. As da Samsung caíram 0,7%, para 60,1 milhões de unidades, mas foram suficientes para a empresa sul-coreana assumir a liderança global em smartphones.

No total, as remessas globais de smartphones aumentaram 7,8%, a 289,4 milhões de unidades, registrando o terceiro avanço trimestral consecutivo.

A fatia de mercado da Apple encolheu para 17,3%, em comparação a 20,7% um ano antes, enquanto a da Samsung recuou de 22,5% a 20,8%, em meio à expansão das vendas das chinesas Xiaomi e Transsion.

A Xiaomi, terceira maior fornecedora de smartphones no trimestre, registrou um acréscimo anual de quase 34% no trimestre, para 40,8 milhões de unidades, enquanto as remessas da Transsion saltaram 85%, para 28,5 milhões de unidades. Já a Oppo ultrapassou a Vivo e conquistou o quinto lugar entre janeiro e março.

Divulgação

A Sansung está reimaginando a forma como a tecnologia Galaxy é projetada e embalada para fazer mais com menos no que diz respeito aos recursos naturais

A Samsung está numa jornada para aproveitar o poder da tecnologia para abrir mais possibilidades para as pessoas e para o planeta. A empresa está reimaginando a forma como a tecnologia Galaxy é projetada e embalada para fazer mais com menos no que diz respeito aos recursos naturais do nosso planeta. Na última década, a empresa trabalhou para inovar componentes de alto desempenho feitos com materiais reciclados.

E deu um passo importante em 2022 ao incorporar redes de pesca recicladas descartadas, também conhecidas como redes fantasmas, na série Galaxy S22. Os materiais reciclados podem agora ser encontrados em todos os produtos móveis Galaxy, incluindo smartphones, tablets, PCs e wearables.1 Ao mesmo tempo, expandiu a utilização para uma maior variedade de materiais, desde vários tipos diferentes de plásticos até metais e vidro.

A série Galaxy S242 leva essas ações um passo adiante. Pela primeira vez em qualquer dispositivo Galaxy, a empresa desenvolveu componentes-chave do dispositivo com cobalto reciclado, elementos de terras raras e aço. A bateria3 do Galaxy S24 Ultra contém um mínimo de 50% de cobalto reciclado, e 100% de elementos de terras raras reciclados e um mínimo de 40% de aço reciclado foram usados nos alto-falantes.

A Samsung tem uma longa história de resposta ao desafio generalizado dos resíduos plásticos através das inovações em materiais reciclados, e os plásticos reciclados continuam a desempenhar um papel importante na série Galaxy S24. A série Galaxy S24 mantém o uso de plásticos reciclados provenientes de redes de pesca descartadas, barris de água e garrafas PET.

O material plástico reciclado destinado aos oceanos foi criado em parceria com organizações globais que recolheram redes de pesca descartadas perto dos oceanos. As propriedades das redes foram separadas, limpas e extrusadas antes de serem otimizadas em pellets de poliamida reciclada de alto desempenho. Da mesma forma, os materiais reciclados de policarbonato e PET são provenientes de barris de água descartados e garrafas PET que foram moídas, filtradas e derretidas com outros aditivos. Este processo ajuda a Sansung a transformar estes recursos frágeis em materiais otimizados de alto desempenho que mantêm o design de última geração e os padrões de alta qualidade da Samsung. Também a empresa se associou a outras organizações para reciclar o poliuretano termoplástico (TPU) descartado gerado na fabricação de calçados.

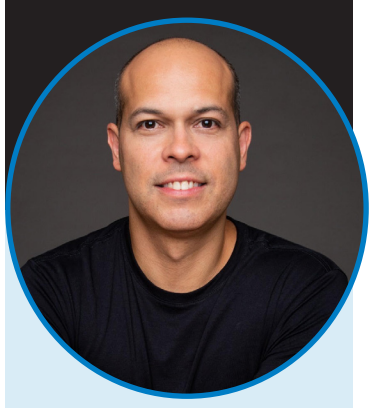
Este é o culminar dos esforços contínuos com os parceiros para transformar resíduos plásticos frágeis em materiais de alto desempenho utilizados em dispositivos Galaxy. Com a série Galaxy S24, nosso objetivo até o final de 2024 é ajudar a recuperar quase 100 toneladas métricas de plásticos reciclados, o que equivale a 10 milhões de garrafas plásticas vazias.

Quando se trata de metal reciclado, a série Galaxy S24 incorpora alumínio reciclado9 proveniente de sucata gerada durante a fabricação. A sucata de alumínio é fundida novamente, filtrada em busca de impurezas e depois reciclada para fabricar componentes dentro do processo de desenvolvimento de produtos da Samsung. Com a série Galaxy S24, nossa meta até o final de 2024 é recuperar cerca de 110 toneladas métricas de alumínio reciclado, o que equivale a 9 milhões de latas de refrigerante.

TECNOLOGIA

GOOGLE E META ACREDITAM QUE O FUTURO DA IA É OPEN SOURCE

por
Edgar Crespo



NA ÚLTIMA SEMANA, exploramos como a IA generativa se tornou um pilar da inovação tecnológica em 2023. Falamos sobre o recente lançamento do modelo Open Source Gemma do Google, e de como essa tecnologia tem um potencial de influenciar não apenas o mercado de inteligência artificial (IA), mas também o tecido social com suas aplicações inovadoras e abordagem de código aberto. O impacto deste modelo vai além da tecnologia, influenciando a economia e a educação. Mas o Google não é a única empresa a apostar no modelo de código aberto para modelos de IA. Em julho do ano passado, A Meta lançou o Llama 2, a nova geração do modelo de linguagem de código aberto, com disponibilidade gratuita para empresas, startups, empreendedores e pesquisadores.

TANTO O GEMMA QUANTO o LLaMA2, por serem modelos open source e altamente eficientes, têm o potencial de democratizar o acesso à IA avançada. Startups e pequenas empresas, que anteriormente poderiam ser impedidas de explorar a IA devido a restrições de custo, agora podem inovar a um ritmo comparável ao de gigantes tecnológicos. Isso pode levar a uma onda de inovação empreendedora, gerando novos negócios e revolucionando indústrias tradicionais com soluções baseadas em IA.

Diferenças de Abordagem entre Google e Meta

A INDÚSTRIA DE SOFTWARE está adotando cada vez mais tecnologias de código aberto. O número impressionante de 80% das empresas aumentou o uso de software de código aberto, conforme o Relatório sobre o estado do código aberto de 2023. No entanto, diferentes projetos de código aberto, em geral, possuem abordagens diferentes em como disponibilizar seu código.

O Google lançou o Gemma, um modelo de IA de código aberto que promete transformar a maneira como acessamos e utilizamos a tecnologia de ponta. O Gemma não só representa um salto tecnológico em termos de capacidade e eficiência, mas também simboliza um compromisso com a colaboração e a inovação aberta, permitindo que pesquisadores e desenvolvedores ao redor do mundo contribuam e inovem juntos.

POR OUTRO LADO, A META introduziu o LLaMA2, que, embora compartilhe a capacidade de modelagem de linguagem de alta performance, segue uma filosofia ligeiramente mais controlada. Disponibilizado principalmente para parceiros acadêmicos e comerciais, o LLaMA2 é um exemplo de como a Meta está posicionando suas ferramentas de IA dentro de um ecossistema mais regulado, visando aprimorar suas plataformas e serviços enquanto mantém uma gestão cuidadosa sobre as capacidades do modelo.

TRANSFORMAÇÃO EM SETORES TRADICIONAIS:

O Impacto Revolucionário do Gemma e LLaMA2

A ADOÇÃO DE MODELOS de IA de código aberto como o Gemma do Google e o LLaMA2 da Meta está redefinindo o potencial de inovação em setores tradicionais, oferecendo soluções inovadoras que antes estavam fora do alcance de muitas organizações. Aqui estão alguns exemplos específicos de como esses modelos estão transformando indústrias cruciais:

Saúde

EM SAÚDE, O GEMMA pode ser usado para melhorar a precisão dos diagnósticos médicos e personalizar tratamentos para pacientes individuais. Por exemplo, algoritmos de IA podem analisar rapidamente grandes volumes de imagens médicas para detectar anormalidades, como tumores em estágios iniciais, que podem não ser perceptíveis por métodos tradicionais. Além disso, modelos como o LLaMA2 podem ser empregados para automatizar a revisão de literatura médica e estudos clínicos, ajudando profissionais da saúde a se manterem atualizados com as mais recentes descobertas sem o extenso tempo de leitura que isso normalmente requer.

Educação

NO CAMPO DA EDUCAÇÃO, o acesso aberto a ferramentas de IA como Gemma e LLaMA2 permite a personalização do aprendizado a um nível sem precedentes. Professores podem utilizar esses modelos para desenvolver sistemas de tutoria inteligentes que adaptam o material de ensino ao ritmo e estilo de aprendizagem de cada aluno, ajudando a identificar áreas onde os alunos estão enfrentando dificuldades e oferecendo recursos adicionais. Além disso, a IA pode facilitar a aprendizagem de idiomas, permitindo simulações de conversação natural e feedback imediato.

Finanças

NO SETOR FINANCEIRO, Gemma e LLaMA2 podem revolucionar a maneira como as instituições gerenciam dados e conduzem análises. A capacidade de processar e interpretar grandes conjuntos de dados financeiros em tempo real pode permitir uma melhor previsão de tendências de mercado e comportamento de risco. Esses modelos também podem automatizar processos tediosos e propensos a erros, como a entrada de dados, e ajudar na detecção de fraudes ao identificar padrões anormais que podem indicar atividades ilícitas.

Impacto Mais Amplo

A DEMOCRATIZAÇÃO do acesso à tecnologia avançada de IA através de modelos de código aberto não apenas acelera a inovação nestes setores, mas também reduz a barreira de entrada para startups e organizações menores. Isso pode levar a uma onda de inovação empreendedora, criando soluções personalizadas que atendam às necessidades específicas de diferentes populações e regiões.

AO POSSIBILITAR QUE MAIS entidades explorem essas tecnologias, Gemma e LLaMA2 estão não só transformando indústrias, mas também estão promovendo uma inclusão mais ampla e um impacto social significativo. Ao examinar esses desenvolvimentos, torna-se evidente que a IA de código aberto tem o potencial de remodelar completamente o cenário de várias indústrias tradicionais, tornando-as mais eficientes, acessíveis e adaptáveis às necessidades futuras.

IMPACTO NA COMPETITIVIDADE DE STARTUPS:

Nivelando o Campo de Jogo com IA Open Source

A INOVAÇÃO EM INTELIGÊNCIA artificial (IA) tem sido tradicionalmente dominada por grandes corporações tecnológicas, capazes de investir bilhões em pesquisa e desenvolvimento. No entanto, a emergência de modelos de IA de código aberto como o Gemma do Google e o LLaMA2 da Meta está transformando esse cenário, oferecendo às startups e pequenos negócios a oportunidade de competir em pé de igualdade.

Acesso Democratizado à Tecnologia de Ponta

STARTUPS, MUITAS VEZES limitadas por orçamentos restritos, agora podem acessar tecnologias avançadas de IA sem o custo proibitivo de desenvolvimento do zero. Modelos como Gemma e LLaMA2 não apenas reduzem os custos iniciais, mas também aceleram o processo de inovação ao permitir que as empresas se concentrem na aplicação e adaptação da IA para suas necessidades específicas, em vez de construir a infraestrutura subjacente.

Inovação Acelerada e Produtos Diferenciados

COM ACESSO A MODELOS de IA de alto desempenho, startups podem rapidamente prototipar e iterar produtos inovadores. Isso é particularmente benéfico em setores como saúde, educação e serviços financeiros, onde soluções personalizadas podem ser desenvolvidas para atender às demandas específicas do mercado. Por exemplo, uma startup no setor de saúde pode usar o Gemma para desenvolver assistentes virtuais que fornecem consultas preliminares, enquanto outra no setor financeiro pode empregar o LLaMA2 para criar sistemas avançados de análise de risco.

Edgar Crespo é Engenheiro Eletrônico formado pelo Instituto Militar de Engenharia (IME), possui MBA em finanças pelo IBMEC, Investidor Anjo de Startups, especialista em tecnologia e telecomunicações e Conselheiro do Target Solutions, fundador e CEO do BiPTT

LINKEDIN: HTTPS://WWW.LINKEDIN.COM/IN/EDGARCRESPO/ **TWITTER:** HTTPS://TWITTER.COM/CRESPOEDGAR

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código BA7A-8369-427E-A64D.

CESSAR-FOGO

Biden diz que EUA e aliados derrotaram ataque do Irã

O presidente americano afirmou que o país está empenhando em um cessar-fogo no conflito que assegure a libertação dos reféns e evite a generalização da guerra

Reuters

O presidente dos EUA Joe Biden se reúne com o primeiro-ministro iraquiano, Mohammed Shia' Al Sudani e reitera a importância das relações entre os EUA e o Iraque para o Oriente Médio e o mundo

O presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, afirmou na segunda-feira, 15, que o país e aliados "derrotaram" o ataque do Irã contra Israel no último sábado. Em declarações a repórteres no Salão Oval da Casa Branca, o democrata reforçou o compromisso norte-americano com a segurança dos israelenses.

Os comentários foram feitos em meio à reunião com o primeiro-ministro iraquiano, Mohammed Shia' Al Sudani. Biden reiterou a importância das relações entre os EUA e o Iraque para o Oriente Médio e o mundo.

O presidente norte-americano também disse que o país está empenhando em um cessar-fogo no conflito da Faixa de Gaza que assegure a libertação dos reféns israelenses e evite a generalização da guerra na região.

O forte aumento dos receios com segurança levantou novas questões sobre a viabilidade da presença militar norte-americana de duas décadas no Iraque, por onde voaram ou foram lançadas partes do ataque de sábado com drones e mísseis do Irã a Israel. Uma bateria Patriot dos EUA em Erbil, no Iraque, derrubou pelo menos um míssil balístico iraniano, segundo autoridades norte-americanas.

Além disso, representantes iranianos iniciaram ataques contra os interesses dos EUA em toda a região a partir do interior do Iraque, tornando a reunião de segunda-feira entre Biden e Mohammed Shia' Al Sudani ainda mais crítica.

As conversas de Biden com o primeiro ministro do Iraque devem incluir uma discussão sobre a estabilidade regional e o futuro envio de tropas dos EUA, mas também se concentrarão em questões econômicas, comerciais e energéticas que se tornaram uma grande prioridade para o governo do Iraque, segundo autoridades norte-americanas.

Os EUA e o Iraque iniciaram conversações formais em janeiro sobre o fim da coligação criada para ajudar o governo iraquiano a combater o Estado Islâmico, com cerca de 2 mil soldados norte-americanos permanecendo no país ao abrigo de um acordo com Bagdá. As autoridades iraquianas têm apelado periodicamente pela retirada dessas forças.

Al Sudani tentou manter um equilíbrio entre o Irã e os EUA, apesar de ser visto como próximo de Teerã e dos vários incidentes que colocaram o seu governo numa posição embaraçosa em relação a Washington.

O primeiro-ministro iraquiano ainda regressará ao Iraque e se reunirá com o presidente turco após a sua viagem a Washington, o que poderá finalmente levar a uma solução para uma disputa de longa data sobre as exportações de petróleo das áreas curdas do Iraque para a Turquia. Washington tem procurado retomar o fluxo de petróleo.

Os líderes mundiais apelaram a Israel que não retalie após o ataque com centenas de drones e mísseis que o Irã lançou contra alvos militares israelenses no fim de semana.

O ministro de Relações Exteriores do Reino Unido, David Cameron, disse na segunda-feira (15) que o governo britânico não apoia uma ação retaliatória, ao passo que o presidente da França, Emmanuel Macron, afirmou que tentará "convencer Israel de que não deve responder com uma escalada" no conflito.

O chanceler alemão, Olaf Scholz, por sua vez, pediu que Israel "contribua para inverter" a escalada da violência no Oriente Médio, durante visita à China. Scholz disse ainda que o Irã precisa "parar com a agressão".

A ofensiva iraniana lançada no sábado (13), menos de duas semanas após um suposto ataque israelense matar dois generais iranianos no consulado do Irã na Síria, marcou a primeira vez que Teerã atacou Israel de forma direta, apesar de décadas de inimizade que remontam à Revolução Islâmica iraniana de 1979.

Segundo um porta-voz israelense, 99% dos drones e mísseis lançados pelo Irã foram interceptados.

VIOLÊNCIA

Brasil condena ataque do Irã a Israel

O ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, afirmou na segunda-feira, dia 15, que o Brasil condena o ataque com drones e mísseis do Irã a Israel, realizado no sábado passado, de dimensões sem precedentes. Após críticas e cobranças políticas internas e externas, o chanceler brasileiro mudou o tom sobre o ataque ao território de Israel, promovido pelos iranianos.

"O Brasil condena sempre qualquer ato de violência e o Brasil conclama sempre o entendimento entre as partes", disse o ministro, ao ser questionado por jornalistas, no Palácio do Itamaraty.

No dia dos ataques, por volta das 23h no horário de Brasília, o ministério divulgou um posicionamento que não condenava o ataque com centenas de drones e mísseis disparados por Teerã.

Vieira demonstrou incômodo ao ser questionado, pelo fato de a pergunta ter sido feita durante a visita oficial da chanceler da Argentina, Diana Mondino.

"A nota é essa, a nota foi feita. Ela foi feita à noite, às onze da noite, quando todo o movimento começou, e nós manifestamos o temor de que o início da operação pudesse contaminar outros países. Mas isso foi feito à noite, num momento em que não tínhamos, claro, a extensão ou o alcance das medidas tomadas. Fazemos sempre um apelo para contenção e entendimento entre as partes", disse Mauro Vieira.

Um dos que havia criticado a manifestação do Brasil foi o embaixador de Israel em Brasília, Daniel Zonshine, que disse esperar por uma "condenação" clara a respeito do ataque.

Reuters

Vieira: "Brasil condena qualquer ato de violência"

A nota oficial dizia que o governo brasileiro "acompanha, com grave preocupação, relatos de envio de drones e mísseis do Irã em direção a Israel, deixando em alerta países vizinhos como Jordânia e Síria".

"Desde o início do conflito em curso na Faixa de Gaza, o governo brasileiro vem alertando sobre o potencial destrutivo do alastramento das hostilidades à Cisjordânia e para outros países, como Líbano, Síria, Iêmen e, agora, o Irã", afirmou o comunicado. O Brasil apela a todas as partes envolvidas que exerçam máxima contenção e conclama a comunidade internacional a mobilizar esforços no sentido de evitar uma escalada."

O governo Luiz Inácio Lula da Silva e o governo de Binyamin Netanyahu vivem uma crise diplomática - não há relação política próxima, e Lula passou a ser considerado persona non grata em Israel por ter comparado, em fevereiro, a guerra na Faixa de Gaza contra os terroristas do Hamas ao holocausto, o extermínio em massa de judeus cometido pela Alemanha nazista.

Desde então, não houve entendimento. Israel tem investido em relacionamento com políticos de oposição a Lula, como o ex-presidente Jair Bolsonaro e governadores de direita. O governo Lula manifesta reiteradamente posições contrárias a Israel e favoráveis aos palestinos.

Com ajuda de países aliados, como Estados Unidos, Reino Unido e outros da região, a exemplo da Jordânia, Israel disse ter conseguido abater cerca de 99% deles no ar, grande parte antes do espaço aéreo do país.

O regime dos aiatolás anunciou o ataque como uma resposta ao bombardeio de um complexo diplomático iraniano em Damasco, Síria, que matou ao menos sete militares da Guarda Revolucionária.

PRESSÃO

Bolsas da Europa fecham mistas, em meio ao conflito

As bolsas da Europa fecharam mistas na segunda-feira, 15, em uma sessão que captou a repercussão dos desdobramentos do ataque do Irã contra Israel no fim de semana. As perspectivas de que o conflito, a princípio, deverá ser contido fizeram com que grande parte das ações não operassem pressionadas. Por outro lado, o petróleo recuou diante desta visão, o que teve influência em papéis do setor, que registraram importantes baixas.

O índice pan-europeu Stoxx 600 fechou em alta de 0,06%, a 505,57 pontos. No sábado, 13, o Irã lançou mais de 300 mísseis e drones contra alvos militares em Israel. A maior parte dos projéteis, no entanto, foi interceptada e os danos foram pequenos.

No domingo, 14, os dois países deram sinais de que evitarão o agravamento do conflito. O Wells Fargo continua acreditando que uma guerra regional mais ampla não é iminente.

Como resultado, o banco aponta que suas perspectivas econômicas, monetárias e do mercado financeiro globais não mudaram em resultado dos desenvolvimentos geopolíticos mais recentes. Neste cenário, as petroleiras BP (-2,19%) e Shell (-1,62%) recuaram, pressionando o FTSE 100 a uma queda de 0,45% em Londres, a 7 959,63 pontos. Em Madri, a Repsol caiu 1,61%, contribuindo na queda de 0,17%, a 6.268,88 pontos, do Ibex 35. Já o PSI 20 recuou 1,08% em Lisboa, a 6.268,88 pontos, com a Galp caindo 1,07%.

No noticiário macroeconômico, destaque para a produção industrial da zona do euro, que subiu 0,8% no confronto mensal de fevereiro, como era previsto, após cair 3% em janeiro. "Uma recuperação industrial incipiente a nível mundial é um desenvolvimento positivo que acreditamos que irá apoiar uma retomada cada vez mais ampla das ações", avalia a Capital Economics.

As surpresas na atividade apoiaram uma melhoria na dinâmica consensual dos lucros por ação nos últimos meses e são um bom presságio para a próxima temporada de relatórios empresariais, projeta a análise.

"Acreditamos que as ações são sustentadas por uma economia global resiliente e por uma melhoria das perspectivas de lucros por ação. Uma inflação mais rígida do que o esperado poderá prejudicar o sentimento dos investidores no curto prazo, mas as ações poderão conviver com rendimentos das obrigações mais elevados, desde que os dados de atividade continuem a melhorar", afirma a consultoria.

Em Paris, o CAC 40 subiu 0,43%, a 8.045,11 pontos. O DAX avançou 0,41%, a 18.003,21 pontos em Frankfurt. Em Milão, o FTSE MIB teve alta de 0,56%, a 33.954,28 pontos.

As bolsas da Ásia e do Pacífico fecharam majoritariamente em baixa na segunda-feira, 15, em meio a preocupações com a situação no Oriente Médio após os ataques lançados por Irã contra Israel no fim de semana.

O índice japonês Nikkei caiu 0,74% em Tóquio, a 39.232,80 pontos, enquanto o Hang Seng recuou 0,72% em Hong Kong, a 16 600,46 pontos, o sul-coreano Kospi cedeu 0,42% em Seul, a 2 670,43 pontos, e o Taiex registrou perda de 1,38% em Taiwan, a 20.449,77 pontos.

No sábado (13), o Irã lançou mais de 300 mísseis e drones contra alvos militares em Israel. A maior parte dos projéteis, no entanto, foi interceptada e os danos foram pequenos. Antes do ataque, que já era esperado, Wall Street sofreu perdas de mais de 1% na sexta-feira (12).

Na China continental, o índice Xangai Composto driblou o mau humor na Ásia e subiu 1,26%, a 3.057,38 pontos, após Pequim divulgar novas diretrizes para os mercados de capitais.

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código BA7A-8369-427E-A64D.

CENSURA

General israelense diz que Irã enfrentará consequências

Halevi disse que Israel continua no estado mais elevado de prontidão para reagir a qualquer investida, e o governo analisa a situação para encontrar a melhor resposta

O chefe das Forças Armadas de Israel, Herzi Halevi, disse na segunda-feira, 15, que o Irã "vai enfrentar a consequência por suas ações", em vídeo divulgado no perfil do X (antigo Twitter) das Forças de Defesa de Israel. Segundo ele, Israel continua "no estado mais elevado de prontidão" para reagir a qualquer investida, e o governo analisa a situação para encontrar a melhor resposta militar.

No vídeo, Halevi agradece o apoio recebido pelos países do ocidente, e comemora a efetividade do Domo de Ferro, que conteve a ameaça iraniana no fim de semana.

O primeiro-ministro do Reino Unido, Rishi Sunak, afirmou na segunda-feira, 15, que dirá ao homólogo israelense Benjamin Netanyahu para "mostrar moderação" em seu primeiro telefonema direto com o líder desde o ataque do Irã no último sábado. Em discurso no Parlamento, Sunak disse que ligaria para Netanyahu para pedir cautela enquanto Israel considera suas opções de retaliação.

"Também falarei em breve com o primeiro-ministro Netanyahu para expressar a nossa solidariedade com Israel face a este ataque e para discutir como podemos evitar uma nova escalada", afirmou Sunak aos deputados. "Todos os lados devem mostrar moderação", apontou. O líder britânico acusou o Irã de querer espalhar caos e tentar desestabilizar o Oriente Médio.

Segundo a emissora pública israelense Kan, líderes estrangeiros tentaram coordenar conversas com o primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, após o ataque e foram rejeitados - a razão é o medo de que o país seja pressionado para não responder.

O secretário de Estado dos Estados Unidos, Antony Blinken, afirmou na segunda-feira, 15, que o país coordena um esforço diplomático para evitar que as tensões entre Irã e Israel se transformem em um conflito maior no Oriente Médio.

"Não buscamos uma escalada, mas continuaremos apoiando a defesa de Israel e protegendo o nosso pessoal na região", afirmou, em declarações no âmbito de uma reunião com o vice-primeiro-ministro do Iraque, Muhammad Ali Tamim, em Washington D.C.

Reuters

Halevi agradece o apoio recebido pelos países do ocidente, e comemora a efetividade do Domo de Ferro, que conteve a ameaça iraniana no fim de semana

Especialistas da ONU lamentaram o suposto uso de inteligência artificial, IA, e diretrizes militares relacionadas por Israel na Faixa de Gaza ocupada, levando a um número sem precedentes de vítimas na população civil, moradias, serviços vitais e infraestrutura.

Para eles, seis meses após o início da atual ofensiva militar, mais moradias e infraestrutura civil já foram destruídas em Gaza como porcentagem, em comparação com qualquer conflito de que se tem memória.

Os relatores apontam que a destruição de moradias levou também "memórias, esperanças e aspirações dos palestinos e sua capacidade de concretizar outros direitos".

Eles adicionam que a destruição sistemática e generalizada de residências, serviços e infraestrutura civil representa um crime contra a humanidade, além de vários crimes de guerra e atos de genocídio, conforme descrito pelo Relator Especial da ONU sobre o Território Palestino Ocupado em seu recente relatório ao Conselho de Direitos Humanos.

Segundo os especialistas que assinam o comunicado, com a recente adesão de autoridades públicas israelenses aos apelos para que os palestinos deixem Gaza e a proposta de construção de novos assentamentos, somada ao entusiasmo explícito expressado por ex-funcionários proeminentes do governo dos EUA em relação a possíveis investimentos imobiliários "à beira-mar" na área, torna-se evidente que as intenções de Israel ultrapassam os objetivos militares.

Os especialistas defendem que "se for comprovado que isso é verdade, as revelações chocantes do uso de sistemas de IA pelos militares israelenses combinadas com a redução da devida diligência humana para evitar ou minimizar as vítimas civis e a infraestrutura, contribuem para explicar a extensão do número de mortos e a destruição de casas em Gaza".

Mais de 15 mil mortes ocorreram durante as primeiras seis semanas após 7 de outubro.

CENSURA

Mondino: Milei não interferirá em questões internas do País

A primeira ministra de Javier Milei fez uma visita oficial ao Brasil, a chanceler argentina Diana Mondino afirmou na segunda-feira, dia 15, que seu governo não pretende intervir em questões internas do País. Na semana passada, Milei ofereceu "a ajuda que ele precisasse" ao magnata Elon Musk, dono do X (antigo Twitter), no embate que ele trava com o Supremo Tribunal Federal (STF) e autoridades dos demais poderes no Brasil. Apesar da promessa, segundo ela, o governo argentino não vai interferir.

"Os temas internos e judiciários de cada país são próprios de cada país. O governo argentino não vai interferir nos processos democráticos ou nos processos judiciários de cada país. Confiamos na Justiça de cada país. Nós defendemos a liberdade de expressão em todos os sentidos", disse a ministra de Milei, em resposta a questionamento de jornalistas no Itamaraty.

A declaração do presidente argentino, durante reunião com Musk nos Estados Unidos, soou como um endosso de Milei às acusações que o empresário tem feito ao Supremo, especialmente o ministro Alexandre de Moraes, de promover censura em redes sociais do Brasil e beneficiar Lula. Musk ameaça descumprir ordens do STF e virou alvo de inquérito sobre fake news, desinformação e discurso de ódio. O ministro e o presidente já reagiram insatisfeitos com a campanha aberta nas redes iniciada por Musk, com apoio da direita.

Milei é rival político do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e aliado do ex-presidente Jair Bolsonaro, um dos que levanta a bandeira de Musk. O argentino não falou diretamente sobre o caso. Mas seu porta-voz e o embaixador da Argentina nos Estados Unidos confirmaram a oferta e disseram que Musk e Milei conversaram sobre ideias de "liberdade" e que o encontro foi "amor à primeira vista".

A ministra Mondino tampouco explicou que tipo de colaboração o presidente argentino, um ícone da direita regional, poderia oferecer em assuntos internos do Brasil, que passam por questões políticas e jurídicas.

A visita oficial da ministra foi a primeira do alto escalão do governo Milei ao Brasil e tem objetivo de estreitar as relações, discutir uma pauta ampla, e mostrar que os governos tentam trabalhar em parceria, apesar das divergências ideológicas entre os presidentes e do histórico de ofensas e provocações entre eles.

Na primeira visita oficial de Diana Mondino ao Brasil, foram discutidos temas como a infraestrutura física fronteiriça, a cooperação em energia e defesa, a melhoria da Hidrovia Paraguai-Paraná, e o fortalecimento do Mercosul e dos processos de integração regional, segundo informou o MRE.

"O Brasil e a Argentina têm uma aliança estratégica forjada ao longo das últimas décadas. Nossos governos estão comprometidos em seguir trabalhando para ampliar e aprofundar essa relação", informou à imprensa o chefe do Itamaraty, Mauro Vieira, após o encontro.

O chanceler brasileiro afirmou que foram discutidos os projetos para modernização das pontes entre os dois países, como a Ponte São Borja-São Tome, e para construção do gasoduto desde Vaca Muerta, na Argentina, até o Brasil, para o transporte de gás natural.

"Além de intercambiar percepções sobre perspectivas gerais das relações bilaterais, examinamos, numa conversa privada, os processos de integração regional em curso e a situação da região", completou Vieira.

A chanceler argentina Diana Mondino destacou que, mesmo com a mudança do governo em Buenos Aires, os projetos entre Brasil e Argentina devem prosseguir.

FÓRUM DA ONU

Brasil vai defender a transição energética liderada por indígenas

Começou na segunda-feira em Nova Iorque o Fórum Permanente das Nações Unidas sobre Questões Indígenas, que vai até 26 de abril e reúne mais de 2 mil participantes. O maior encontro anual global de povos indígenas destaca o direito à autodeterminação e as vozes da juventude.

Em seu discurso na abertura do evento, o presidente da Assembleia Geral, Dennis Francis, afirmou que "teremos falhado lamentavelmente na realização dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) se ignorarmos a situação dos povos indígenas ou negligenciarmos a defesa dos seus direitos e dignidade e, além disso, a promoção do seu bem-estar".

Francis afirmou que temos muito a aprender com os Povos Indígenas, "que há muito provaram ser guardiões responsáveis dos recursos naturais do planeta e que, felizmente, preservam 80% da biodiversidade remanescente no mundo".

Ele citou como exemplo a integração de conhecimentos indígenas tradicionais e inovações nas práticas agrícolas e florestais que podem oferecer benefícios de longo alcance para todos, incluindo o combate às alterações climáticas e à insegurança alimentar.

Com base na contribuição de longa data para a sustentabilidade das comunidades indígenas em todo o mundo, Francis afirmou que "todos temos a responsabilidade coletiva de garantir que as nossas ações não prejudiquem os ecossistemas dos quais os povos indígenas, em particular, dependem, bem como todos nós".

Se dirigindo aos participantes, o presidente da Assembleia Geral fez um apelo para que as vozes dos povos indígenas sejam ouvidas e realmente atendidas.

A ministra brasileira dos Povos Indígenas, Sonia Guajajara, também participou da abertura do Fórum, destacando a importância para os povos indígenas da COP 30 sobre Mudanças Climáticas no Brasil e da COP16, da Biodiversidade, na Colômbia.

Reuters

Fórum Permanente das Nações Unidas sobre Questões Indígenas, que vai até 26 de abril e reúne mais de 2 mil participantes

Ela reforçou a importância dos povos indígenas nas negociações ambientais, destacando que "falta muito para essa importância resultar em participação concreta". A ministra disse que é preciso ter "a melhor e maior participação indígena" durante a COP30.

"Estamos cientes de que algo próximo da metade dos minerais da transição energética estão em nossos territórios, assim como boa parte do potencial de energia renovável. Não se pode permitir que isso leve a mais violações. Podemos pensar em estratégias políticas e projetos de energia renovável liderados por indígenas, como elementos integrais da transição energética".

Segundo a ministra, essa abordagem irá trazer "capacitação econômica e coesão social" para os povos indígenas. Ela destacou que o racismo ambiental e o negacionismo climático irão crescer na medida em que aumentem as desigualdades sociais causadas pelas alterações climáticas.

Por isso, Sonia Guajajara mencionou a importância da redução dos combustíveis fósseis, mas lembrou que "demorou até a COP 28 para que isso entrasse nos documentos oficiais".

Ela afirmou que é "hora de colocar a demarcação e regularização" dos territórios indígenas, valorizar os conhecimentos tradicionais como conhecimento científico e o papel que eles têm na reforma nos sistemas alimentares.

A ministra defendeu ainda o protagonismo dos povos indígenas como tomadores de decisão em espaços nacionais e internacionais e pediu por mais ministérios dos povos indígenas em outros países. Ela afirmou que é hora de "reflorestar mentes" e concluiu o discurso fazendo votos de "que o mundo nunca mais caminhe sem a participação e os conhecimentos indígenas".

Também na cerimônia de abertura, o vice-presidente do Estado Plurinacional da Bolívia, David Choquehuanca, destacou o papel dos povos indígenas em colocar o planeta em primeiro lugar. Ele afirmou que "devemos fazer a transição de uma abordagem antropocêntrica para uma biocêntrica para garantir que os jovens tenham uma mãe Terra mais saudável para as gerações futuras".

Segundo Choquehuanca Isto exige o redirecionamento de recursos financeiros "diretamente para as mãos dos povos indígenas, os administradores da biodiversidade do nosso planeta".

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código BA7A-8369-427E-A64D.

SEGURANÇA

CCJ reage a invasões de terra e pauta projetos contra o MST

Um dos projetos propõe que o dono de uma terra invadida possa pedir auxílio de força policial sem precisar recorrer de ordem judicial

Vinicius Loures - Câmara dos Deputados

Caroline de Toni: "uma das respostas que a gente pode ter é com o Parlamento pautando projetos para endurecer penas ou minorar danos aos proprietários legítimos"

Em reação às invasões de terra promovidas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) desde a semana passada, quando começou o chamado "Abril Vermelho", a presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, Caroline de Toni (PL-SC), colocou na pauta do colegiado projetos contra o MST. Os textos serão analisados na terça-feira, 16.

Um dos projetos propõe que o dono de uma terra invadida possa pedir auxílio de força policial sem precisar recorrer de ordem judicial, bastando apenas apresentar a escritura do imóvel. O outro texto exige que movimentos sociais devam ter personalidade jurídica para regular o seu funcionamento.

Essa última proposta foi promovida por integrantes da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do MST, realizada em 2023, da qual De Toni foi integrante. O projeto de lei mira diretamente o MST, que não tem CNPJ. Caso assim tivesse, projetam os autores do texto, o movimento poderia ser responsabilizado civil e penalmente.

Diferentemente do primeiro caso, esse projeto tem caráter terminativo, ou seja, poderá ir diretamente ao Senado após a análise da CCJ, sem necessariamente passar pelo plenário da Câmara, o que acelera a aprovação da proposta.

A própria deputada prometeu, em março, que colocaria em votação na CCJ projetos contra o MST caso houvesse invasão de terras durante o "Abril Vermelho". "O MST falou que vai ter 'Abril Vermelho'. Uma das respostas que a gente pode ter é com o Parlamento pautando projetos para endurecer penas às invasões ou minorar danos aos proprietários legítimos", afirmou a presidente da CCJ.

O "Abril Vermelho" refere-se a uma parte da Jornada Nacional de Lutas em Defesa da Reforma Agrária, que ocorre sempre neste mês, em memória ao massacre de Eldorado dos Carajás, no Pará, em 1996 No episódio, 21 pessoas ligadas ao MST foram assassinada pela Polícia Militar.

Neste ano, o MST anunciou que ocupou territórios rurais nos Estados de Ceará, Goiás, São Paulo, Pará, Rio de Janeiro e Distrito Federal. Outras duas áreas foram invadidas, neste domingo (14), em Petrolina (PE) e uma terra foi ocupada na semana passada em Itabela, no extremo sul da Bahia.

A Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) articulou para enfraquecer o MST no ano passado, após a retomada das invasões a propriedades rurais em grande número. Foi a ação do grupo que assegurou a criação da CPI do MST e da Frente Parlamentar Invasão Zero.

Integrantes da bancada pretendem manter ações contra o MST. No dia 24 de abril, o grupo fará uma sessão em homenagem ao dia mundial da agricultura na Câmara. A previsão é que haja um ato em defesa do agronegócio e contra as invasões.

Em fevereiro deste ano, a Câmara realizou uma sessão solene em homenagem aos 40 anos do MST. O evento acabou com tumultos e discussão entre deputados da oposição, que foram à tribuna da Casa criticar o movimento. O deputado Ricardo Salles (PL-SP) foi um deles e foi chamado de "fascista" por integrantes do MST.

O MST reivindica as áreas ocupadas para assentamento e reforma agrária. "As ações, sobretudo, enfatizam a importância da reforma agrária como alternativa urgente e necessária para a produção de alimentos saudáveis para a população do campo e da cidade, para combater a fome, e avançar no desenvolvimento do país, no contexto agrário, social, econômico e político. Em uma conjuntura onde o orçamento da pasta dessa política pública é por dois anos consecutivos, o menor dos últimos 20 anos", argumenta o movimento, em nota.

A maior ação ocorre no Pará, onde cerca de 5 mil famílias invadiram a fazenda Aquidoana, no município de Parauapebas, a qual o movimento reivindica a aquisição do imóvel para estabelecer acampamento. No Distrito Federal, 1 mil famílias do MST ocupam uma área de 8 mil hectares da usina falida CBB, em Vila Boa de Goiás.

Em São Paulo, 200 famílias do movimento invadiram a Fazenda Mariana, em Campinas (SP) - área de 200 hectares, considerada improdutiva pelo movimento. Em Goiás, 400 famílias invadiram a propriedade Sítio Novo, em Itaberaí.

No Ceará, cerca de 200 famílias do movimento ocuparam uma área de 800 hectares da Fazenda Curralinhos, no município de Crateús. A fazenda está localizada no perímetro da Barragem Lago de Fronteiras, uma obra em construção pelo Departamento Nacional de Obra Contra as Secas (DNOCS). No Rio de Janeiro, cerca de 300 famílias estão acampadas às margens da BR 101, em Campos dos Goytacazes.

AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS

Governo lança programa para a reforma agrária

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva apresentou na segunda-feira o Programa Terra da Gente, que define estratégias para ampliar e dar agilidade à reforma agrária. De acordo com a gestão federal, até 2026, 295 mil famílias agricultoras serão beneficiadas com a medida. Para 2024, o governo calcula um orçamento de R$ 520 milhões para a aquisição de imóveis, que deve beneficiar 73 mil famílias.

O decreto será assinado pelo chefe do Executivo. A cerimônia será no Palácio do Planalto e contará com a presença do ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Paulo Teixeira, e do presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), César Aldrighi.

De acordo com o governo federal, a medida organiza formas de obtenção e destinação de terras: já adquiridas, em aquisição, passíveis de adjudicação por dívidas com a União, imóveis improdutivos, imóveis de bancos e empresas públicas, áreas de ilícitos, terras públicas federais, terras doadas e imóveis estaduais que podem ser usados como pagamento de dívidas com a União. "Assim, o Governo Federal passa a ter um mapeamento detalhado com tamanho, localização e alternativas de obtenção de áreas que podem ser destinadas à reforma agrária", diz o Palácio do Planalto em nota.

Segundo a gestão Lula 3, de 2023 a 2026, 295 mil famílias devem ser incluídas no Programa Nacional de Reforma Agrária, sendo 74 mil assentadas e 221 mil reconhecidas ou regularizadas em lotes de assentamentos existentes. Além disso, mais 7 mil famílias devem acessar as terras por meio do Programa Nacional de Crédito Fundiário.

"O Terra da Gente e as novas alternativas de obtenção vão ampliar em 877% o número de famílias assentadas em relação ao período de 2017 a 2022", afirma a gestão federal. Inicialmente, o anúncio estava previsto para segunda-feira passada, dia 8, mas o governo utilizou a data para um alinhamento final do projeto com Lula, Paulo Teixeira, além dos ministros da Casa Civil, Rui Costa, e da Fazenda, Fernando Haddad.

A entrega da "prateleira de terras" improdutivas e devolutas pelo governo federal ocorre durante o tradicional "Abril Vermelho" - mês do massacre de Eldorado do Carajás (PA) em 1996, quando 21 trabalhadores rurais ligados ao MST foram assassinados pela Polícia Militar - como uma tentativa de frear invasões do movimento. Lula vê a "prateleira" de terras improdutivas como uma "solução pacífica" para evitar invasões.

Em 2023, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) realizou diversos atos durante o mês de abril, o que provocou um desgaste na relação entre o governo e o agronegócio e o Executivo e o próprio movimento. Integrantes do MST vêm demonstrando descontentamento com os assentamentos de terras na atual gestão e com o fato de ainda não terem sido recebidos por Lula.

O MST anunciou por meio de nota que ocupou na segunda-feira áreas nos Estados do Ceará, Goiás, São Paulo, Pará, Rio de Janeiro e Distrito Federal. A ação se soma a outras duas áreas ocupadas, no domingo (14), em Petrolina (PE) e uma área invadida na semana passada em Itabela, no extremo sul da Bahia. No total, há nove áreas invadidas pelo movimento. As ações fazem parte dos protestos realizados no "Abril Vermelho".

INFRAÇÕES

Corregedor afasta Hardt do tribunal da Lava Jato

Às vésperas do Conselho Nacional de Justiça analisar os achados da inspeção realizada no berço da Operação Lava Jato, o ministro Luís Felipe Salomão, corregedor nacional de Justiça, decidiu afastar das funções a juíza Gabriela Hardt - que atuou na Operação como substituta do ex-juiz Sérgio Moro na 13ª Vara Criminal Federal de Curitiba - e três magistrados do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, o juiz Danilo Pereira Júnior e os desembargadores Carlos Eduardo Thompson Flores e Lenz Loraci Flores De Lima.

No caso de Gabriela, Salomão apontou a 'existência de indícios de cometimento de graves infrações disciplinares', com suposta violação ao Código de Ética da Magistratura Nacional, bem como dos 'princípios da legalidade, moralidade e republicano'.

A avaliação do ministro se refere à conduta e ações da magistrada ante a 'gestão caótica de valores provenientes de acordos de colaboração e de leniência' no bojo da Lava Jato.

A decisão de Salomão foi tomada no âmbito de uma Reclamação que também mira o ex-juiz Sérgio Moro, hoje senador. Segundo o ministro, as condutas atribuídas a Moro serão analisadas diretamente no mérito, uma vez que ele já não exerce mais a magistratura.

"Inconcebível que a investigada possa prosseguir atuando, quando paira sobre ele a suspeita de que o seu atuar não seja o lídimo e imparcial agir a que se espera. Nessa ordem de ideias, o afastamento atende à necessidade de resguardo da ordem pública, seriamente comprometida pelo agir irregular dos reclamados, assim como, atende à necessidade de estancar a conduta aparentemente infracional", ponderou Salomão sobre o afastamento de Gabriela.

Quanto aos integrantes do TRF-4 pesou o suposto 'descumprimento reiterado de decisões do Supremo Tribunal Federal', incluindo 'condutas que macularam a imagem do Poder Judiciário, comprometeram a segurança jurídica e a confiança na Justiça, contribuíram para um estado de coisas que atua contra a institucionalidade do país e violaram princípios fundantes da República'.

O afastamento do juiz Danilo Pereira Júnior e dos desembargadores Carlos Eduardo Thompson Flores e Lenz Loraci Flores De Lima se deu no bojo de Reclamação ligada ao procedimento administrativo disciplinar que declarou a suspeição do juiz Eduardo Appio.

Appio atuou na 13ª Vara Criminal Federal de Curitiba por um breve período e ficou responsável pelas ações remanescentes da Lava Jato, após decisões do Supremo Tribunal Federal darem início à derrubada dos capítulos mais importantes da operação que desmantelou esquema de corrupção e cartel de empreiteiras na Petrobras, entre 2003 e 2014.

As decisões de Appio foram pivô de recentes imbróglios na Justiça Federal do Paraná. Em setembro do ano passado, o ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal, anulou o processo por avaliar que o entendimento do TRF-4 'não levou em conta as hipóteses previstas no Código de Processo Penal'. Na ocasião, o ministro determinou a remessa do caso ao CNJ, para apuração.

"Os magistrados que compunham a 8ª Turma do TRF da 4ª Região à época dos fatos, ao decidirem pela suspeição do juiz federal Eduardo Appio, nos termos postos alhures, impulsionaram - com consequências práticas relevantes - processos que estavam suspensos por força de decisão do eminente Ministro Ricardo Lewandowski.

REFINANCIAMENTO

Governadores discutem renegociação de dívidas

Governadores de cinco estados se reuniram, na segunda-feira (15), com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, para discutir o refinanciamento das dívidas estaduais. Estiveram presentes na residência oficial do Senado os governadores de Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul e Goiás.

Para o governador de Goiás, Ronaldo Caiado, é preciso uma renegociação justa com a União. "Os estados estão engessados devido a essas correções das dívidas que chegam a níveis estratosféricos, não restando nada para que os governos invistam em poder atender as necessidades de crescimento. O que nós estamos pedindo são indexadores justos e uma renegociação para que haja também uma flexibilização no teto de investimentos para que não sejamos engessados na maneira como estão vivendo hoje a maioria dos estados", disse o governador.

Caiado destacou que a proposta é que as dívidas sejam corrigidas pela inflação medida pelo IPCA mais 1%. Outro pedido dos estados é que ativos dos governos possam ser usados para abatimento de dívidas, como a federalização de estatais estaduais, por exemplo.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, vem mediando as demandas dos estados com as propostas do governo federal.

No final de março, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, apresentou uma proposta de redução das dívidas dos estados vinculadas a contrapartidas de ampliação do ensino técnico estadual.

Segundo o Ministério da Fazendo, as dívidas dos estados chegam hoje a R$ 740 bilhões, sendo que quase 90% desse valor são de débitos de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais.

"Todo mundo concorda que IPCA+1% seria indexador justo", disse Caiado. "IPCA+3% não tem como, fica a mesma situação de antes", completou.

Caiado também disse que os governadores discutiram uma forma de rever dívidas formadas por causa de indexadores anteriores.

"Além disso, existem também aquelas dívidas que foram acrescidas em indexadores anteriores que hoje inviabilizam totalmente o Estado em poder pagá-las e investir. Estados também tiveram perdas com lei de diminuição de arrecadação com combustíveis, energia e telecomunicações", comentou ele, na saída da reunião com Pacheco e outros governadores.

Caiado disse que Pacheco vem se reunindo com governadores para fechar um texto e apresentá-lo ao governo, em uma espécie de alternativa à ideia proposta pelo Ministério da Fazenda há algumas semanas.

O governador de Goiás afirmou que uma das sugestões discutidas na reunião foi o uso dos gastos dos Estados com segurança pública para abater parte da dívida. Caiado não explicou como se daria esse desconto ou como os gastos poderiam ser usados nessa conta no programa de renegociação das dívidas.

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código BA7A-8369-427E-A64D.

REFLORESTAMENTO

Brasil precisa recuperar 25 milhões de hectares de vegetação nativa

Entre as estratégias possíveis para cada bioma há a regeneração natural, que pode ser assistida ou não, o plantio em área total e os sistemas agroflorestais, que consideram a necessidade de subsistência

Neste 15 de abril - Dia Nacional de Conservação do Solo - o Brasil tem pouco a celebrar, já que não avançou no compromisso assumido internacionalmente de recuperar 12 milhões de hectares de vegetação nativa. Dados da plataforma do Observatório da Restauração e do Reflorestamento apontam que o país possui hoje pouco mais de 79 mil hectares da sua cobertura vegetal original recuperada. Isso significa que menos de 1% da meta foi atingida.

Somado a isso, nos últimos anos o desmatamento e a degradação avançaram sobre os biomas brasileiros. De acordo com levantamento da MapBiomas, entre os anos de 2019 e 2022, o Brasil perdeu 9,6 milhões de hectares de vegetação nativa.

Segundo a diretora do Departamento de Florestas do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), Fabíola Zerbini, esse cenário fez com que desde janeiro de 2023 o governo iniciasse uma revisão das metas e políticas públicas para o setor, não apenas para que o Brasil possa cumprir com os acordos firmados para conter os avanços da crise climática, mas principalmente para que as propriedades rurais privadas e o próprio Estado fiquem regulares em relação à legislação ambiental.

"O horizonte de passivo do Código Florestal - somando área privada e pública - está em torno de 25 milhões de hectares de vegetação nativa que precisa ser recuperada. A gente entende que desses 25 milhões, aproximadamente nove podem ser compensados, ou seja, o produtor decide que vai proteger uma área que está conservada, e a gente vai recuperar algo em torno de 14 milhões, que é a meta atualizada, mas lembrando que a oficial é pelo menos 12 milhões de hectares," disse Fabíola.

Há um entendimento global de que para a crise climática não avançar é necessário reduzir a emissão dos gases de efeito estufa e também capturar o que já foi lançado na atmosfera. Uma das principais estratégias globais para que isso ocorra é a recomposição da cobertura verde do planeta por meio da recuperação das vegetações nativas.

Divulgação

O horizonte de passivo do Código Florestal está em torno de 25 milhões de hectares de vegetação nativa que precisa ser recuperada

Um estudo coordenado pelo Instituto Internacional para Sustentabilidade, que reuniu pesquisadores de 12 países e foi publicado na revista científica Nature em 2020, revelou que a recomposição de apenas 15% de vegetações nativas do planeta seria capaz de sequestrar 14% de todas as emissões de gás carbônico lançadas na atmosfera desde a revolução industrial.

A capacidade de contribuição dessa estratégia para diminuir os impactos da crise climática se mostrou tão eficaz que a Organização das Nações Unidas (ONU) definiu os dez anos seguintes à pesquisa como a Década para a Restauração de Ecossistemas.

No Brasil, antes mesmo disso, uma legislação ambiental robusta não apenas protege os biomas por meio de cotas de preservação, como também determina quando é obrigatório compensar áreas impactadas pela ação humana, ou seja, reflorestar áreas degradadas ou desmatadas além dos limites. Os chamados passivos ambientais podem ser gerados por propriedades privadas, quando os limites de conservação não são respeitados, ou em áreas públicas atingidas por queimadas ou ocupadas por atividades ilegais.

As cotas são previstas no Código Florestal, criado em 2012. Em 2015 e 2016, o Brasil aderiu a três acordos globais: o Acordo de Paris, o Desafio de Bonn e a Iniciativa 20x20, nos quais assumiu o compromisso de recompor 12 milhões de hectares de sua cobertura verde. Ainda em 2017, o país criou a Política Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (Planaveg).

Segundo Fabíola, o MMA tem se dedicado a entender qual o desafio que o país tem até 2030, prazo limite para cumprimento das metas. "Estamos trabalhando primeiro para atualizar os custos da restauração para os dias de hoje e fazer uma precificação por tipo de território: se são áreas privadas, áreas públicas, modelos de restauração e localizar cada situação nos biomas", explica.

De acordo com a diretora, entre as estratégias possíveis para que cada bioma receba de volta a parcela mínima necessária para a sua manutenção, é preciso entender fatores como as condições atuais da área desmatada ou degradada, se há possibilidade de regeneração natural, se há pessoas que dependem da área para subsistência e também se ainda é possível reestabelecer os serviços ecossistêmicos como eram antes.

Neste sentido, há três caminhos possíveis: a regeneração natural, que pode ser assistida ou não; o plantio em área total, que é a solução mais indicada para Unidades de Conservação, mas também a de maior custo; e os sistemas agroflorestais, que consideram a necessidade de subsistência da população que vive na área em questão. Nesse último caso, podem ser adotados modelos como a silvicultura de espécies nativas, o sistema agroflorestal (SAF) e sistema integração lavoura-pecuária-floresta (ILPF).

Para Fabíola, uma boa notícia é que um estudo em conjunto com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) conseguiu mapear quase 30 milhões de hectares de vegetação secundária no território brasileiro. "Se protegida, a gente pode aplicar a modalidade de regeneração natural, que é de baixo custo, e só aí se consegue garantir grande parte dessa meta", preconiza.

Outra estratégia do governo é tornar a recuperação de vegetação nativa um modelo de negócio para o país. Um exemplo é o trabalho desenvolvido pela empresa de madeira sustentável em que Alan Batista é diretor financeiro, no sul da Bahia. Segundo o executivo, a região foi escolhida em 2008 para dar início ao negócio, exatamente por fazer parte do bioma Mata Atlântica, que é o mais desmatado no Brasil. "Aqui que começou a degradação no país, então aqui que a gente queria começar a restauração desse bioma", observa.

Com a aquisição de três áreas desmatadas pela pecuária extensiva, com baixo potencial agrícola, a empresa desenvolveu um negócio vantajoso para o meio ambiente e também rentável, a partir do investimento na recuperação da vegetação nativa para manejo florestal. Com a floresta replantada, o lucro veio pela venda de madeira de reflorestamento e também do comércio de tecnologia e sementes e mudas melhoradas geneticamente.

A silvicultura para o manejo ocorre em uma área 800 hectares, dentro das propriedades que somam 1,4 mil hectares. Segundo Alan, o restante tem áreas de conservação, que, em parte, resultam de restauração somada às áreas adquiridas para serem mantidas livres de ação humana. "A empresa deixa livre de caça, de pesca, cuida para que não haja incêndio, com brigada treinada e manutenção de infraestrutura para prevenção de incêndio", diz.

A pesquisa "Reflorestamento com espécies nativas: estudo de casos, viabilidade econômica e benefícios ambientais", publicada em 2021 pelo World Resources Institute (WRI) Brasil, analisou 40 arranjos produtivos envolvendo reflorestamento, restauração ou conservação de 30 diferentes organizações. A partir do estudo, concluiu-se que a taxa de retorno de investimentos para esse modelo de negócio fica entre 9,5% e 28,4%, a depender do arranjo.

DESCARBONIZAÇÃO

Vale antecipa em dois anos meta de 100% de consumo de energia renovável no Brasil

A Vale informou na segunda-feira, 15, que toda a energia elétrica utilizada nas suas operações no Brasil em 2023 foi proveniente de fontes renováveis, como usinas hidrelétricas, eólicas e solar. Com isso, a empresa atingiu a meta de ter 100% de consumo de energia elétrica renovável no País dois anos antes do prazo previsto, que era 2025.

Em nota, a empresa destaca que o atingimento da meta significa que a Vale zerou suas emissões indiretas de CO_2 no Brasil, que correspondem ao escopo 2. A empresa ainda tem o desafio de alcançar 100% de consumo de energia renovável em suas operações globais até 2030. No momento, esse indicador está em 88,5%.

"Estamos anunciando um marco importante na estratégia de descarbonização da Vale, que busca reduzir em 33% suas emissões de CO_2 de escopos 1 e 2 (diretos e indiretos) até 2030 e zerar suas emissões líquidas até 2050", explica a diretora de Energia e Descarbonização, Ludmila Nascimento.

Segundo a empresa, para que a meta fosse atingida dois anos antes do prazo, foi fundamental a entrada em operação do complexo solar Sol do Cerrado, em novembro de 2022.

Localizado em Jaíba (MG), o complexo representou um investimento de R$ 3 bilhões da Vale. É um dos maiores parques de energia solar da América Latina, com potência instalada de 766 Megawatts-pico, o equivalente ao consumo de uma cidade de 800 mil habitantes. Em julho de 2023, o complexo atingiu sua capacidade máxima. Sua contribuição potencial é de cerca de 16% de toda a energia elétrica consumida pela Vale no Brasil.

A Vale atualmente é suprida por um portfólio de energia renovável de 2,6 GW de capacidade instalada, o equivalente ao consumo de mais de 3 milhões de habitantes. São 14 ativos detidos por meio de participação direta e indireta em consórcios e empresas (dez usinas hidrelétricas, três eólicas e o Sol do Cerrado). Se fosse uma geradora de energia, a Vale seria a 15ª maior do País.

Em suas operações globais, a Vale também avança para chegar ao consumo de 100% de energia renovável até 2030. A empresa investe em parcerias em joint ventures, certificados de geração renovável nos contratos (PPAs) e iniciativas de inovação para eficiência no uso de baterias.

A Vale também trabalha para reduzir suas emissões diretas, relativas ao escopo 1. Nas minas e ferrovias, onde hoje há um consumo intensivo de diesel (um combustível fóssil), a empresa estuda a adoção de combustíveis alternativos, como o etanol para caminhões e a amônia verde para locomotivas. Já nos fornos de pelotização, a estratégia é a substituição de antracito, um tipo de carvão mineral, por biocarbono, feito a partir da carbonização da biomassa, de zero emissão.

No ano passado, a Vale assinou um acordo com a Wabtec para fornecimento de três locomotivas elétricas e o início de estudos para o desenvolvimento de um motor de locomotiva movido a amônia verde. A empresa também produziu pela primeira vez pelota com 100% de biocarbono em um teste industrial.

A empresa alcançou 165 mil hectares de floresBomtas protegidos em parceria com unidades de conservação públicas e em projetos de REDD+ (Redução de Emissões provenientes de Desmatamento e Degradação Florestal). Apoia a recuperação de mais de 5 mil hectares de áreas, por meio dos negócios de impacto positivo.

Seguindo a meta de dobrar a representatividade de mulheres na força de trabalho até 2025, a Vale fechou 2023 com um aumento de mais de sete mil mulheres na força de trabalho em relação ao ano-base 2019. Já o número de mulheres em posição de liderança sênior aumentou 120% em comparação a 2019.

O piloto da metodologia da meta de longo prazo de combate à pobreza extrema envolveu 30 mil pessoas, essencialmente no Pará e Maranhão. A Vale tem a meta de retirar 500 mil pessoas da extrema pobreza até 2030.

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código BA7A-8369-427E-A64D.

PAINEIRAS CORCOVADO S.A.

CNPJ: 15.479.676/0001-87

Relatório da Administração: Srs Acionistas em conformidade com os dispositivos legais e estatutários, submetemos à sua aprovação as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

Ativo	**Nota**	**2023**	**2022**
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	**14.803**	7.919
Contas a receber de clientes	5	**5.769**	5.102
Estoques	6	**840**	410
Adiantamento a terceiros		**39**	92
Tributos a recuperar		**329**	164
Despesas antecipadas e outros		**6**	270
Total do ativo circulante		**21.786**	13.957
Partes relacionadas	14	**3.645**	1.025
Títulos da dívida do Estado		**98**	77
Depósitos judiciais		**104**	78
Outros ativos		**529**	–
Imposto de renda e contribuição social diferido	7	**1.214**	1.252
Imobilizado	8	**5.004**	–
Intangível	8	**30.354**	31.762
Total do ativo não circulante		**40.948**	34.194
Total do ativo		**62.734**	48.151
Passivo	**Nota**	**2023**	**2022**
Circulante			
Empréstimos	13	**888**	–
Fornecedores	9	**4.068**	3.984
Obrigações sociais a recolher	10	**673**	534
Tributos a recolher	11	**344**	262
Adiantamentos de clientes		**225**	466
Repasse a realizar	15	**4.397**	3.655
		10.595	8.901
Não circulante			
Empréstimos	13	**48.891**	–
Provisão para contingências	12	**38**	150
Partes relacionadas	14	**17**	–
		48.946	150
Total do passivo		**59.541**	9.051
Capital social		**1.302**	31.302
Reservas	16	**1.891**	7.798
Total do patrimônio líquido		**3.193**	39.100
Total do passivo e patrimônio líquido		**62.734**	48.151

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	**2023**	**2022**
Receita bruta		**59.269**	40.094
Impostos, contribuições e devoluções sobre vendas		**(3.169)**	(2.193)
Receita líquida	17	**56.100**	37.901
Custo das vendas	18	**(39.517)**	(29.564)
Lucro bruto		**16.583**	8.337
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	18	**(5.178)**	(2.362)
Outras receitas operacionais, líquidas		**1.026**	449
Lucro antes das receitas e despesas financeiras e dos tributos sobre o lucro		**12.431**	6.424
Despesas financeiras	19	**(1.736)**	(464)
Receitas financeiras	19	**704**	258
Resultado financeiro, líquido		**(1.032)**	(206)
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		**11.399**	6.218
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	**(38)**	(212)
Lucro líquido do exercício		**11.361**	6.006

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2023	**2022**
Lucro líquido do exercício	**11.361**	6.006
Outros resultados abrangentes	**–**	–
Resultado abrangente do exercício	**11.361**	6.006

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração das mutações no patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

		Reservas de Lucro			
	Capital social	**Legal**	**Investimento**	**Lucros acumulados**	**Total do patrimônio líquido**
Em 31 de dezembro de 2021	10.849	63	1.729	–	12.641
Aumento de capital (Nota 16)	20.453	–	–	–	20.453
Lucro líquido do exercício	–	–	–	6.006	6.006
Constituição da reserva para investimentos	–	–	6.015	(6.015)	–
Cancelamento de constituição de reserva legal	–	(9)	–	9	–
Em 31 de dezembro de 2022	31.302	54	7.744	–	39.100
Redução de capital (Nota 16)	**(30.000)**	**–**	**–**	**–**	**(30.000)**
Lucro líquido do exercício	**–**	**–**	**–**	**11.361**	**11.361**
Constituição de reserva legal	**–**	**206**	**–**	**(206)**	**–**
Constituição da reserva para investimento	**–**	**–**	**11.155**	**(11.155)**	**–**
Distribuição de dividendos obrigatório (Nota 16)	**–**	**–**	**(2.439)**	**–**	**(2.439)**
Distribuição de dividendos adicionais (Nota 16)	**–**	**–**	**(14.829)**	**–**	**(14.829)**
Em 31 de dezembro de 2023	**1.302**	**260**	**1.631**	**–**	**3.193**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	**2023**	**2022**
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	**11.399**	6.218
Ajustes		
Amortização	**3.569**	3.440
Juros sobre empréstimos	**1.218**	–
Atualização dos precatórios	**(21)**	–
Alienações de ativos intangíveis	**3**	–
Contingências e demais provisões	**(112)**	32
	17.660	9.690
Variações nos ativos e passivos:		
Contas a receber de clientes	**(667)**	(1.873)
Estoques	**(430)**	(59)
Tributos a recuperar	**(165)**	31
Depósitos judiciais	**(555)**	(71)
Adiantamento a terceiros	**53**	185
Despesa antecipada e outros	**264**	(101)
Fornecedores	**83**	1.553
Obrigações sociais a recolher	**139**	28
Tributos a recolher	**82**	(63)
Adiantamento de clientes	**(241)**	(199)
Repasse a realizar	**742**	470
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**16.965**	9.591
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adição/baixa de ativos intangíveis	**(2.161)**	(583)
Adição de ativos imobilizados	**(5.004)**	–
Títulos da dívida do estado	**–**	(77)
Partes relacionadas	**(2.603)**	–
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(9.768)**	(660)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimos	**48.562**	153
Dividendos pagos	**(17.268)**	(3.023)
Redução de capital	**(30.000)**	–
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	**1.294**	(2.870)
Geração líquida de caixa e equivalentes de caixa	**6.884**	6.061
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**7.919**	1.858
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**14.803**	7.919

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas Explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

1. Informações gerais. Contexto operacional. A Paineiras-Corcovado S.A. ("Companhia"), constituída em 18 de abril de 2012, iniciou suas operações em outubro de 2012. Com sede na cidade do Rio de Janeiro, tem por objeto social a prestação de serviços de controle de acesso rodoviário e transporte de visitantes no trecho Paineiras – Corcovado, incluindo serviços de cobrança de ingressos, estacionamento de veículos, alimentação, lojas de conveniência, centro de visitação e eventos, em nome do concedente Instituto Brasileiro de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), para exploração de áreas pré-estabelecidas no Parque Nacional da Tijuca, no Estado do Rio de Janeiro. Em 25 de setembro de 2023 houve a transformação da Companhia de Limitada ("Ltda") para Sociedade Anônima ("S.A"). A concessão está firmada conforme contrato 001/2012, sua vigência será de 20 anos podendo ser prorrogado na forma definida no contrato por mais 5 anos, conforme interesse público, desde que atendidos os critérios necessários. A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 28 de março de 2024. **2. Resumo das políticas contábeis materiais.** As políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **2.1. Base de preparação.** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros e ativos mantidos para venda, mensurados pelos seus valores justos e pelos seus valores justos menos despesas com vendas, de acordo com as normas aplicáveis, respectivamente. **2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação.** Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico que a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação. **2.3. Classificação corrente versus não corrente.** A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: (i) Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade; (ii) Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;(iii) Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e (iv) É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado não circulante quando: (i) Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade; (ii) Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; (iii) Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e(iv) A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante. **2.4. Mensuração do valor justo.** A Companhia mensura instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo em cada data de reporte. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: (i) No mercado principal para o ativo ou passivo; (ii) Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso. A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações contábeis são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: • Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração; • Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e • Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização no fim de cada período de divulgação. **2.5. Caixa e equivalentes de caixa.** Caixa e equivalentes de caixa incluem os depósitos bancários de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. **2.6. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente.** Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando estas forem parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. **2.6. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente.** Ativos financeiros. Os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado, dependendo de sua classificação. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para os custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo, ou para as quais a Companhia tenham aplicado o expediente prático, são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com o CPC 47 – Receita de contrato com cliente, equivalente ao IFRS 9. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" (também referido como teste de "SPPI") sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados, pela Companhia, em duas categorias: (i) Ativos financeiros ao custo amortizado; (ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Derivativos, inclusive derivativos embutidos separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos, nem contabilidade de "hedge". Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Não obstante os critérios para os instrumentos de dívida ser classificados pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, os instrumentos de dívida podem ser designados pelo valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se isso eliminar, ou reduzir significativamente, um descasamento contábil. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) deixa de ser reconhecido quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram, ou (ii) a Companhia transferiram seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e houve a transferência substancial de todos os riscos e benefícios do ativo, ou não houve a transferência nem retenção substancial de todos os riscos e benefícios do ativo, mas ocorreu a transferência do controle do ativo. Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiram nem retiveram substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiram o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Neste caso reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia. O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (i) o valor do ativo; e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia). Redução ao valor recuperável de ativos financeiros. A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia e esperam receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência. Passivos financeiros. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados, pela Companhia, em duas categorias: Passivos financeiros ao custo amortizado. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação deixa de reconhecida no passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. **2.7. Estoques.** Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor, cujo valor líquido de realização corresponde ao preço de venda estimado menos custos para concluir e vender. Os estoques são avaliados quanto ao seu valor recuperável nas datas de balanço. Em caso de perda por desvalorização, esta é imediatamente reconhecida no resultado. **2.8. Contratos de concessão de serviços - direito de exploração de infraestrutura.** A infraestrutura não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura e para a prestação dos serviços públicos em nome da concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com prazo de concessão. **2.9. Intangível.** Os itens do intangível são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação/amortização e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração, incluindo custos de financiamentos para projetos em construção de longo prazo, caso os critérios para reconhecimento sejam atendidos. A Companhia inclui no valor contábil de um item do intangível o custo de peças de reposição somente quando for provável que este custo lhe proporcione futuros benefícios econômicos. Os intangíveis relacionadas as concessões são amortizados pelo prazo de cada contrato de licitação no período de 30 anos ou conforme vida útil do bem. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de amortização dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidos" na demonstração do resultado. As melhorias e investimentos não reversíveis e não destinados a prestação de serviço de concessão, são registrados como ativos intangíveis, inclusive os custos de empréstimos captados pela Companhia para financiamento de obras e de longo prazo. Sua amortização é registrada no resultado conforme período do contrato de concessão. **2.10. Provisões para perdas por redução do valor recuperável em ativos não financeiros.** Os ativos não financeiros, exceto estoques, impostos diferidos e os ativos avaliados a valor justo são revisados anualmente para verificação do valor recuperável. Quando houver indício de perda do valor recuperável, o valor contábil do ativo (ou a unidade geradora de caixa à qual o ativo tenha sido alocado) será testado. A perda é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Valor recuperável é o maior valor entre o valor justo de um ativo (ou de uma Unidade Geradora de Caixa (UGC), menos as despesas de venda, e o valor em uso comparado com o valor contábil residual. Para fins de avaliação de perda, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Os ativos não financeiros que tenham sido reduzidos ao valor recuperável, com exceção do ágio, são revisados para identificar uma possível reversão da provisão para perdas por *redução ao valor recuperável* na data do balanço. **2.11. Provisões.** As provisões são reconhecidas quando: (i) A Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, com o uso de uma taxa antes do imposto que reflita as avaliações atuais do mercado para o valor do dinheiro no tempo e para os riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas. Provisões, quando houver, serão constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **2.12. Tributação.** Durante o exercício de 2022, a Companhia instituiu sua relação ao PERSE, lei 14.148/2021 (Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos) que tem como finalidade viabilizar a operacionalização da redução das alíquotas a zero, prevista no artigo 4º, estipulando de maneira precisa a forma como o incentivo se dará. Ademais, para evitar os custos e a necessidade de ressarcimentos em função do cúmulo de créditos em decorrente do benefício concedido. A medida provisória dispensa a retenção na fonte dos tributos envolvidos no programa e afasta a possibilidade de manutenção dos créditos do PIS e da COFINS vinculados às receitas que estejam com as alíquotas dessas contribuições reduzidas a zero por cento. Importante destacar que a Companhia monitora a realização dos respectivos créditos fiscais e vem adotando medidas que propiciarão o consumo dos saldos e prejuízo fiscal e base negativa de CSLL como: (i) reorganizações societárias; (ii) melhorias operacionais; (iii) renegociações de dívidas, com redução de taxas de juros, entre outros. As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas alíquotas básicas a seguir:

Nome do tributo	**Sigla**	**Alíquotas Lucro real**
Contribuição para o Programa de Integração Social	PIS	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	COFINS	3,00%
Imposto sobre serviço de qualquer natureza	ISS	2% a 5%

Esses encargos são apresentados como deduções de vendas na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade de PIS/COFINS são apresentados na linha de impostos e contribuições sobre vendas e serviços na demonstração do resultado. A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é calculado com base no lucro tributável pela alíquota de 25% e a contribuição social pela alíquota de 9%, reconhecidos pelo regime de competência. As despesas fiscais do exercício compreendem o imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido. O imposto de renda é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Os encargos do imposto de renda e da contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas leis tributárias em vigor ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias decorrentes das diferenças entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis, de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social sobre o lucro ou créditos fiscais não utilizados anteriormente. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados com base em alíquotas de imposto e leis fiscais em vigor, ou substancialmente promulgadas, na data-base das demonstrações contábeis. O valor contábil do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos é avaliado anualmente e uma provisão para desvalorização é registrada quando o valor contábil não pode ser recuperado com base no lucro tributável, presente ou futuro. **2.13. Distribuição de dividendos.** A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição, pela administração, do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto da Empresa. **2.14. Capital social.** As ações ordinárias e preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. **2.15. Reconhecimento de receita.** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Empresa. A Empresa reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e (iii) critérios específicos tenham sido atendidos para cada uma das atividades da Empresa, conforme descrição a seguir. a) Venda de produto. As vendas dos produtos são reconhecidas quando a Empresa vende um produto para o cliente, que assume o controle do produto na mesma data em que a transação ocorre. As vendas são, geralmente, realizadas em dinheiro ou por meio de cartão, de crédito ou débito. A Empresa não realiza transações por meio de cheque, e adicionalmente também não possuem uma estrutura que possibilite a utilização do PIX como forma de pagamento, visto que, a modalidade ainda está em fase de implementação do entendimento de como viabilizar o procedimento. b) Venda de serviços. A receita de serviços prestados é reconhecida na medida em que os serviços de apoio à visitação são executados na exploração das áreas do centro de visitantes, terminal de passageiros, trilhas, entre outros serviços de apoio à visitação, dado o contexto das concessões parte das vendas dos ingressos não são consideradas como receita do projeto e sim como repasses a realizar ao ente concedente, operacionalização e valores variam conforme contrato de concessão. c) Receita financeira. A receita financeira é reconhecida com base no método da taxa de juros efetiva. **2.16. Receitas e despesas financeiras.** Receita financeira compreende juros recebidos ou a receber sobre aplicações financeiras, atualizações monetárias. Receitas de juros são reconhecidas pelo período de competência a não ser que o recebimento seja duvidoso. Despesas financeiras compreendem juros a pagar sobre empréstimos calculados com base na taxa de juros efetiva, perdas com ativos financeiros classificados como mantidos para negociação, perdas por redução ao valor de recuperação de ativos financeiros disponíveis para venda, assim como qualquer perda financeira. Todos os juros e custos incorridos relacionados a um empréstimo ou uma transação financeira são reconhecidos, conforme incorridos, como despesas financeiras, exceto quando capitalizados. **2.17. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023.** O IASB (International Accounting Standards) trabalha com a emissão de novos pronunciamentos e revisão de pronunciamentos existentes, os quais entrarão em vigência, com a convergência dos pronunciamentos pelo CPC, sendo:

Pronunciamento	**Descrição**	**Vigência**
Alterações a serem introduzidas no CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis	Alterações para especificar os requisitos de classificação do passivo como circulante ou não circulante.	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024.

A Empresa decidiu não adotar antecipadamente as alterações no CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis, sendo essa sem impactos relevantes nas demonstrações contábeis. Pronunciamentos que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023: A Empresa avaliou e adotou as normas abaixo para o atual exercício, entretanto, não houve impacto relevante nas demonstrações contábeis.

Pronunciamento	**Descrição**	**Vigência**
Alterações a serem introduzidas no CPC 23 – Políticas contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Esclarecer a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros, bem como as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis.	Exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2023.
Alterações no CPC 26 – Definição de materialidade	Fornecem uma nova definição acerca de materialidade da informação e influência nas decisões dos usuários das demonstrações contábeis.	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023.
CPC 32 – Tributos sobre o lucro (IAS 12)	Trata-se da exceção temporária à contabilização dos impostos diferidos decorrentes da implantação das normas e dos requisitos de divulgação direcionados para as empresas afetadas.	Exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2023.

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código BA7A-8369-427E-A64D.

PAINEIRAS CORCOVADO S.A.

CNPJ: 15.479.676/0001-87

3. Estimativas, julgamentos e premissas contábeis significativos. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. **3.1. Estimativas e premissas contábeis críticas.** Julgamentos. A preparação das demonstrações contábeis consolidadas da Empresa requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. Estimativas e premissas. As demonstrações contábeis consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor a ser registrado. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Empresa revisa suas estimativas pelo menos anualmente. Descrevemos abaixo a principal estimativa da Empresa: a) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros. Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo líquido das despesas de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos as despesas de venda. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento da Empresa e não incluem atividades de reorganização com as quais a Empresa ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. **4. Caixa e equivalentes de caixa**

	2023	2022
Caixa	**308**	425
Banco – conta movimento	**98**	275
Aplicações financeiras - Certificados de Depósito Bancário (CDBs)	**14.397**	7.219
	14.803	7.919

As aplicações financeiras de liquidez imediata são pós-fixadas e correspondem a operações realizadas com instituições que atuam no mercado financeiro nacional, tendo como características alta liquidez, sem qualquer penalidade, sem prejuízo da receita reconhecida ou risco de variação significativa no seu valor, que são remuneradas a uma taxa efetiva entre 65% e 100% do CDI em 31 de dezembro de 2023 e 2022. **5. Contas a receber de clientes**

	2023	2022
Operadoras de cartão de crédito	**4.752**	4.481
Operadoras de turismo	**127**	58
Outros clientes pessoas jurídicas e sites parceiros de e-commerce	**890**	563
	5.769	5.102
Circulante	**5.769**	5.102
Aging:	**2023**	**2022**
A vencer até 30 dias	**4.445**	3.745
A vencer até 60 dias	**818**	924
A vencer até 90 dias	**240**	204
A vencer em mais de 90 dias	**266**	229
Total de a vencer	**5.769**	5.102

O prazo médio de recebimento das contas a receber, representado substancialmente por operadoras de cartões de crédito é de 30 dias em 31 de dezembro de 2023 e 2022. A Empresa possui normas para o monitoramento de créditos e duplicatas vencidas, sendo o saldo exposto ao risco advindo da possibilidade de não recebimento dos valores decorrentes de operações de venda de produtos e serviços. Com base nos requerimentos do CPC 48, a Empresa estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito dos montantes vencidos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, ajustada a fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico. Após a avaliação histórica para estimar a perda futura, a administração da Empresa concluiu não ser necessário a constituição de provisão para perdas de créditos esperadas. Por esse motivo, a administração da Empresa entende que as contas a receber estão registradas pelos valores que representam a melhor expectativa de sua liquidação. A Empresa considera um ativo financeiro em situação de inadimplência quando os pagamentos contratuais estão vencidos há mais de 180 dias. No entanto, em certos casos, a Empresa também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplência quando informações internas ou externas indicam ser improvável o recebimento integral dos valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pela Empresa. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais. Importante mencionar que a carteira de clientes, exceto cartões de crédito, é basicamente composta de operadoras de turismo e demais parceiros, por site ou outros meios, que possuem suas relações comerciais regulamentadas através dos contratos firmados entre as partes. As operadoras e sites parceiros inadimplentes podem ter seu crédito suspenso, para congelamento da dívida e posterior negociação, sendo as novas compras liberadas mediante pagamento antecipado. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não foi identificada pela administração necessidade de constituição de provisão para perdas de créditos esperadas.

6. Estoques

	2023	2022
Souvenires	**840**	410
	840	410

Os saldos de souvenires referem-se a produtos destinados à exploração comercial em pontos de visitação, valor apresentado encontra-se líquido de provisão de perda, sendo o valor da provisão em 31 de dezembro de 2023 de R$ 13 (R$ 5 em 31 de dezembro de 2022). A Empresa não possui estoques dados em garantia. **7. Imposto de renda e contribuição social diferido.** O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	2023	2022
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social	**3.533**	3.533
Provisões diversas (Contingências)	**38**	150
Base do crédito fiscal diferido ativo	**3.571**	3.683
Imposto de renda diferido ativo	**893**	921
Contribuição social diferida ativa	**321**	331
Total IR e CS diferido ativo	**1.214**	1.252

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos serão realizados de acordo com as expectativas da Administração, conforme segue:

	2023	2022
2025	–	–
2026	–	–
2027 e 2028	**1.214**	**1.252**
	1.214	**1.252**

A Empresa não identificou indicativos de perda por realização de créditos tributários durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

8. Intangível e Imobilizado. 8.1. Intangível:

			Intangível
Custo	**Software**	**Concessão**	**Total Intangível**
Em 31 de dezembro de 2021	**310**	**48.497**	**48.807**
Transferência	(28)	28	–
Baixas	–	(26)	(26)
Adições	32	563	595
Em 31 de dezembro de 2022	**314**	**49.062**	**49.376**
Baixas	–	(3)	(3)
Adições (*)	–	2.164	2.164
Em 31 de dezembro de 2023	**314**	**51.223**	**51.537**
Amortização	**Software**	**Concessão**	**Total Intangível**
Em 31 de dezembro de 2021	**(219)**	**(13.969)**	**(14.188)**
Baixas	–	14	14
Amortização	(11)	(3.429)	(3.440)
Em 31 de dezembro de 2022	**(230)**	**(17.384)**	**(17.614)**
Amortização	(11)	(3.558)	(3.569)
Em 31 de dezembro de 2023	**(241)**	**(20.942)**	**(21.183)**
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**84**	**31.678**	**31.762**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**73**	**30.281**	**30.354**

(*) A Empresa realiza de forma esporádica a modernização no parque, conforme previsto no contrato da concessão. No exercício de 2023 houve adição de R$2.164, sendo o mais relevante R$1.450 referente a obra civil (adição de R$ 563 em 2022). Os valores registrados em concessão referem-se a direitos de exploração de infraestrutura e faz parte da concessão, cujos serviços operados pela empresa são regulados pela concedente (setor público). 8.2. Imobilizado:

Custo	Imobilizado em andamento	Total do imobilizado
Em 31 de dezembro de 2022	**–**	**–**
Adições (*)	5.004	5.004
Em 31 de dezembro de 2023	**5.004**	**5.004**

As adições ocorridas durante o exercício de 2023 no montante de R$ 5.004, referem-se aos gastos para o desenvolvimento de novos projetos os quais envolvem a estruturação de projetos padronizados/temáticos a serem implementados em novos parques. **9. Fornecedores.** O saldo de fornecedores em aberto no valor de R$ 4.068 em 31 de dezembro de 2023 (R$3.984 em 31 de dezembro de 2022) refere-se a obrigações a pagar para atividades recorrentes e operacionais da empresa, incluindo prestação de serviços, compra de mercadorias para revenda e aquisição de bens para o ativo intangível, os quais encontram-se adimplentes e geralmente são pagos no prazo mínimo de 30 dias.

10. Obrigações sociais a recolher

	2023	2022
Salários e bonificações a pagar	**261**	234
INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) a pagar	**101**	76
FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) a pagar	**29**	6
Provisão para férias e 13º salário	**279**	217
Outras obrigações trabalhistas	**3**	1
	673	534

11. Tributos a recolher

	2023	2022
PIS e COFINS a recolher	**52**	20
IRRF a recolher	**28**	31
ICMS a recolher	**156**	134
ISSQN a recolher	**58**	77
	294	262
Circulante	**294**	262

12. Provisão para contingências. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a administração, baseada na opinião dos assessores jurídicos externos da Empresa, entende ser necessário atualizar a constituição de provisão para perdas decorrentes de processos cíveis e trabalhistas, classificados como prováveis, conforme quadro:

Classificação provável

	2021	Constituição	2022	Baixas	2023
Trabalhista	118	32	**150**	**(112)**	**38**
	118	32	**150**	**(112)**	**38**

Classificação possível. Apresentamos abaixo os valores correspondentes à classificação possível em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	2023	2022
Cível	**–**	1
Trabalhista (*)	**322**	108
	322	109

(*) Adição de R$188 em 2023 referente a um processo trabalhista referente a reclamantes alegando desvio de função e exigindo equiparação salarial e danos aos mesmos.

13. Empréstimos

Modalidade	31/12/2022	Adições / Aquisições (+) / Baixas (-)	Pagamento de principal (-)	Pagamento de juros (-)	Juros apropriados (+)	31/12/2023
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	–	50.000	–	–	2.755	52.755
Custo de captação - Cédula de crédito	–	(1.438)	–	–	70	(1.368)
	–	48.562	–	–	2.825	51.387
Circulante	–					2.475
Não circulante	–					48.912

a) Informações sobre os empréstimos. Em outubro de 2023 a Empresa captou R$ 50.000 de uma cédula de crédito bancário (CCB) com o Banco do Brasil S.A., para aumento do fluxo de caixa e fomento de novos projetos, possui vencimento máximo em novembro de 2028, com juros pré-fixados de 3,35% ao anos e pós fixadas de 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), tendo parcelas com vencimento semestral, sendo a quitação do principal a partir de maio de 2025 devido a carência, em relação ao principal, de um ano após a assinatura do contrato. b) Cláusulas restritivas. Cálculo da dívida líquida pelo Ebitda, cujo índice financeiro é obtido pela divisão da dívida líquida pelo Ebitda da emissora cujo índice esperado é até 3 vezes a contar do momento de captação até o vencimento da dívida. Em dezembro de 2023, a administração da Empresa avaliou que foram atendidos os índices financeiros mencionados acima. O EBITDA utilizado para cálculo dos covenants financeiros segue as definições previstas nos contratos de empréstimo. O "EBITDA" corresponde a um dos principais indicadores da Empresa, pelo fato de ser uma métrica importante de performance e covenants (empréstimos) para os usuários das demonstrações contábeis. Para fins de atendimento aos termos do § 2º do artigo 2º da Instrução CVM nº 527/12, demonstramos abaixo a conciliação dos valores do cálculo do LAJIDA (EBITDA) para o exercício de 31 de dezembro de 2023.

c) Cálculo de covenants

(a) Cálculo do EBITDA	
(=) Lucro líquido do exercício	11.661
(+) Imposto de renda e contribuição Social	38
(+) Resultado financeiro, líquido	1.032
(+) Depreciação e amortização	3.569
(=) EBITDA	16.300
(b) ÍNDICE FINANCEIRO	
(-) Caixa e equivalentes de caixa	14.803
(+) Empréstimos e financiamentos	49.780
(=) Dívida líquida	34.977
(=) EBITDA Recorrente	16.000
Índice obtido da divisão da dívida líquida e Ebitda	2,19
Índice deve ser igual ou inferior a	3,00

d) Garantias. Penhora da totalidade das ações da Companhia e da empresa Eco-Noronha S.A. pelo seu acionista controlador (Cataratas do Iguaçu S.A) para o banco.

e) Cronograma de amortização da dívida de longo prazo

2025	12.218
2026	12.217
2027	12.215
2028	12.242
	48.892

14. Partes relacionadas. As operações com partes relacionadas da Empresa referem-se basicamente a mútuos não remunerados para fins de capital de giro. Com o intuito de melhorar a sinergia entre os parques pertencentes ao grupo Cataratas, a Empresa tem realizado vendas de ingressos nos sites do grupo, gerando desta forma, um contas a pagar e receber com partes relacionadas. A liquidação dos valores ocorre sempre no mês subsequente à venda. A remuneração da administração é realizada de forma centralizada pela sua controladora. A Empresa mantém operações em condições específicas e em montantes significativos com partes relacionadas. Consequentemente, o resultado de suas operações poderia ser diferente daquele obtido se tais transações fossem realizadas com partes não relacionadas. Os mútuos descritos abaixo têm prazo anual e não possuem remuneração em razão das envolvidas serem partes relacionadas cujo acionista controlador é a Cataratas do Iguaçu S.A. Em 31 de dezembro, os saldos e as transações com partes relacionadas podem ser assim resumidos:

	2023	2022
Ativo	**3.703**	1.169
Contas a Receber de clientes – Venda de Ingressos do:	**58**	144
AquaRio - Aquario Marinho do Rio de Janeiro	53	103
RioZoo - Zoologico do Rio de Janeiro	5	37
Alto Paineiras-Corcovado	–	4
Partes relacionadas - Mútuos a receber	**3.645**	1.025
Cataratas do Iguaçu S.A.	539	1.025
AquaRio - Aquario Marinho do Rio de Janeiro	2.600	–
Eco-Iguaçu S.A.	498	–
RioZoo - Zoologico do Rio de Janeiro	8	–
Passivo	**462**	1.003
Fornecedores – Venda de Ingressos de Paineiras por:	**445**	1.003
AquaRio - Aquario Marinho do Rio de Janeiro	339	932
Cataratas do Iguaçu S.A.	106	64
RioZoo - Zoologico do Rio de Janeiro	–	7
Partes relacionadas - Mútuos a pagar	**17**	–
RioZoo - Zoologico do Rio de Janeiro	10	–
Alto Paineiras-Corcovado	7	–

15. Obrigação com o Poder Concedente. a) Outorga. Em conformidade com o Contrato de Concessão, a concessionária deve pagar à concedente, ICMBio-Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, uma outorga mensal. Outorga consiste na cessão de algo em prol do direito de exploração.

	Paineiras Corcovado	
	2023	**2022**
Receita bruta	**59.269**	40.094
Receitas isentas	**(6.793)**	(4.752)
Base Outorga	**52.476**	35.342
Total de outorga recolhida	**2.681**	1.806
Visitação (Informação não auditada)	**1.286.011**	985.175

b) Repasse. O contrato de Concessão também prevê o repasse das vendas de Bilheteria que variam de 3% a 51% de acordo com a categoria de visitante.

	2023	2022
ICMBio	**4.376**	3.655
Mitra Episcopal	**21**	–
Total das partes relacionadas	**4.397**	3.655

16. Patrimônio líquido. a) Capital social. Em 31 de dezembro de 2023 o capital social é de R$ 1.302 (R$31.302 em 2022) e está dividido em 1.301.879 (31.301.879 em 2022) ações ordinárias, no valor unitário de R$ 1 (um real) cada, em ambos os anos. Em 2023 a Empresa realizou a redução de capital no montante de 30.000.000 (trinta milhões) quotas com valor unitário de R$ 1,00 de acordo com a Terceira Assembleia Geral Extraordinária de 01 de novembro de 2023. Esta redução representou uma devolução do capital aos sócios tendo um impacto de 15.599.991 (quinze milhões, quinhentos e noventa e nove mil, novecentos e noventa e um) quotas pela sócia Cataratas do Iguaçu S.A. e 14.400.009 (quatorze milhões, quatrocentos e nove) quotas da Eco-Iguaçu S.A. Em 2022, a Empresa realizou a subscrição de 20.452.500 quotas com valor unitário de R$1,00, conforme Vigésima Terceira Alteração do Contrato Social. Sendo subscritas 10.635.300 (dez milhões, seiscentos e trinta e cinco mil e trezentas) quotas pela sócia Cataratas S.A e 9.817.200 (nove milhões, oitocentos e dezessete mil e duzentas) quotas da Eco-Iguaçu, mediante a conversão de mútuos a pagar com as respectivas empresas em aberto do exercício de 2021, para maiores detalhes vide nota explicativa 14. b) Reserva legal. A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilziada para compensar prejuízo e aumentar capital. Em 31 de dezembro de 2023 com o atual capital social, atingimos o limite sobre o mesmo, constituindo assim, reserva lega de R$ 206 (redução de R$ 9 em 31 de dezembro de 2022). b) Distribuição de dividendos. Conforme previsto em estatuto social, após a constituição da reserva legal, o lucro remanescente, ajustado pela constituição de reservas de contingências e a respectiva reversão, se for o caso, será distribuído na seguinte ordem: (a) 25% será destinado ao pagamento de dividendo obrigatório; e, (b) até 75% poderá ser retido com base em orçamento de capital e/ou destinados à constituição de reserva de investimento para assegurar a manutenção do nível de capitalização da Empresa, a expansão das atividades sociais e/ou o reforço do capital de giro, sendo que o saldo das reservas de lucros, com as exceções legais, não excederá o valor do capital social. A Companhia efetuou a distribuição de dividendos em 2023 no montante de R$ 17.268, sendo R$ 2.439 referente a dividendos mínimos obrigatórios e R$ 14.829 referente a dividendos adicionais levantados com base em balancetes intermediários aprovados pela diretoria. **17. Receita líquida**

	2023	2022
Receita bruta de vendas		
Bilheteria	**6.793**	4.742
Revenda de mercadorias	**17.196**	11.073
Serviços de transporte interno	**30.326**	22.238
Serviços adicionais	**487**	418
Serviços terceirizados	**4.457**	1.621
Patrocínio	**10**	2
Impostos, contribuições e deduções sobre vendas	**(3.169)**	(2.193)
Receita líquida	**56.100**	37.901

18. Custos e despesas por natureza

	2023	2022
Gastos com pessoal	**(5.514)**	(4.275)
Produtos, materiais e utilidades	**(7.743)**	(5.225)
Depreciação e amortização	**(3.569)**	(3.440)
Serviços contratados	**(24.159)**	(17.006)
Outros impostos e taxas	**(23)**	(15)
Doações	**(25)**	(29)
Viagens e estadias	**(62)**	(19)
Contingências	**112**	(32)
Outros gastos	**(1.031)**	(79)
Outorga ICMbio	**(2.681)**	(1.806)
	(44.695)	(31.926)
Custo das vendas	**(39.517)**	(29.564)
Despesas gerais e administrativas	**(5.178)**	(2.362)
	(44.695)	(31.926)

19. Resultado financeiro, líquido

	2023	2022
Receitas financeiras		
Atualização monetária	**58**	6
Rendimentos de aplicações financeiras	**629**	163
Descontos obtidos	**1**	1
Outras receitas financeiras	**16**	88
	704	258
Despesas financeiras		
Multa de mora (*)	**(296)**	(421)
Despesas bancárias	**(19)**	(21)
Imposto sobre operação financeira	**(26)**	(5)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	**(1.217)**	–
Outras despesas financeiras	**(178)**	(17)
	(1.736)	(464)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	**(1.032)**	(206)

(*) Em decorrência da pandemia da COVID-19, houve a suspensão do período a visitação do parque, causando impacto no fluxo de caixa da concessão, desta forma, a empresa realizou o parcelamento dos seus débitos junto ao ICMBio, que totalizam o valor de R$2.617 em 24 (vinte e quatro) parcelas mensais e sucessivas, conforme Ofício nº 65/2020/Paineiras-Corcovado. A empresa terminou o pagamento das parcelas no período de abril de 2023.

20. Imposto de renda e contribuição social

	2023	2022
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	**11.361**	6.218
Alíquota nominal - %	**34%**	34%
Impostos nominais	**3.864**	2.114
Efeitos tributários sobre as adições e exclusões permanentes:		
Lucro não tributado	**(3.656)**	(1.862)
Outras adições e exclusões permanentes	**365**	(40)
Total	**573**	212
Imposto de renda e contribuição social corrente	**–**	–
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**(38)**	(212)
Alíquota efetiva	**0,39%**	3,41%

Durante o exercício de 2022, a Empresa instituiu sua relação ao PERSE, lei 14.148/2021 (Programa Emergencial de Retomada do Setor Eventos) que tem como finalidade viabilizar a operacionalização da redução das alíquotas a zero, prevista no artigo 4º, estipulando de maneira precisa a forma como o incentivo se dará. Ademais, para evitar os custos e a necessidade de ressarcimentos em função do cúmulo de créditos em decorrente do benefício concedido. A medida Provisória dispensa a retenção na fonte dos tributos envolvidos no programa e afasta a possibilidade de manutenção dos créditos do PIS e da COFINS vinculados às receitas que estejam com as alíquotas dessas contribuições reduzidas a zero por cento. Importante destacar que a Empresa monitora a realização dos respectivos créditos fiscais e vem adotando medidas que propiciarão o consumo dos saldos de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL, com consequente realização do ativo fiscal diferido sobre prejuízo fiscal e base negativa de CSLL como: (i) reorganizações societárias; (ii) melhorias operacionais; (iii) renegociações de dívidas, com redução de taxas de juros, entre outros. **21. Instrumentos financeiros.** A Empresa participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A administração desses riscos é realizada por meio de definição de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste no acompanhamento ativo das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Empresa restringe sua exposição a riscos de crédito associados a bancos e a aplicações financeiras efetuando seus investimentos em instituições financeiras conceituadas e consideradas de risco baixo pelos analistas de mercado. Com relação às contas a receber, a Empresa Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros. restringe a sua exposição a riscos de crédito por meio da concentração de valores em instituições financeiras, por meio de suas adquirentes de cartões de crédito e débito. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não houve concentração de risco de crédito relevante associado a clientes. Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros. A hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo: *Nível 1* - Dados provenientes de mercado ativo de forma que seja possível acessar diariamente. *Nível 2* - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado. *Nível 3* - Dados extraídos de modelo de preço baseado em dados não observáveis de mercado. O quadro abaixo apresenta os valores contábeis e valores justos dos principais ativos e passivos financeiros da Empresa, em 31 de dezembro de 2023 e de 2022:

		Valor contábil		Valor Justo	
	Nível	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Ativos					
Mensuradas ao valor justo					
Caixa e equivalentes de caixa	2	**14.803**	7.919	**14.803**	7.919
Mensuradas ao custo amortizado					
Adiantamento a terceiros	2	**39**	92	**39**	92
Partes relacionadas	2	**3.645**	1.025	**3.645**	1.025
Contas a receber de clientes	2	**5.769**	5.102	**5.769**	5.102
		24.256	14.138	**24.256**	14.138
Passivos					
Mensuradas ao custo amortizado					
Fornecedores	2	**4.067**	3.984	**4.067**	3.984
Adiantamento de clientes	2	**225**	466	**225**	466
Empréstimos		**49.780**	–	**51.177**	–
		54.072	4.450	**55.469**	4.450

A Administração da Empresa entende que os instrumentos financeiros, os quais estão reconhecidos nas demonstrações contábeis pelos seus valores contábeis não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado. **22. Seguros.** A Empresa adota a política de contratar cobertura de seguros para todo o grupo de bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, cujas vigências encerram em 01/02/2024, para o período subsequente esses seguros foram renovados com a vigência em 02/03/2025. Os valores de cobertura de suas apólices vigentes em 31 de dezembro de 2023 são como segue:

Bens segurados	Cobertura	Montante da cobertura
Infraestrutura e imobilizados	Incêndio, raio, explosão, implosão, queda de aeronave, entre outros	143.750
Responsabilidade civil	Reclamações de terceiros	3.500

Diretoria: Pablo Ricardo de Oliveira Mórbis - CEO; Adelio Demeterko - Diretor Operacional; Tatiane da Silva Martins - Contadora - CRC RJ 115967/O-0.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis. Aos Administradores e Cotistas **Paineiras-Corcovado S.A. Opinião.** Examinamos as demonstrações contábeis da Paineiras-Corcovado Ltda ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião.** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis.** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 28 de março de 2024. ERNST & YOUNG - Auditores Independentes S.S. Ltda. - CRC-SP015199/F. Felipe Sant' Anna Vergete - Contador CRC-RJ106842/O.

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código BA7A-8369-427E-A64D.

RIOZOO ZOOLÓGICO DO RIO DE JANEIRO S/A

CNPJ Nº 26.136.828/0001-65

Relatório da Administração: Srs. Acionistas em conformidade com os dispositivos legais e estatutários, submetemos à sua aprovação as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2023	2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4 (a)	**286**	1.773
Aplicação financeira	4 (b)	**5.600**	5.600
Contas a receber de clientes	5	**1.612**	2.516
Estoques	6	**553**	822
Adiantamento a terceiros	7	**331**	314
Tributos a recuperar		**167**	142
Despesas antecipadas		**1.576**	1.544
Total do ativo circulante		**10.125**	12.711
Contas a receber de clientes	5	**–**	776
Partes relacionadas	16	**32**	–
Depósitos judiciais	14 (b)	**1.732**	1.423
Imposto de renda e contribuição social diferido	8	**11.649**	11.622
Intangível	9	**106.018**	108.698
Total do ativo não circulante		**119.431**	122.519
Total do ativo		**129.556**	135.230

Passivo	Nota	2023	2022
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	11	**10.928**	10.582
Fornecedores	10	**4.619**	10.439
Obrigações sociais a recolher	12	**1.594**	1.898
Tributos a recolher	13	**224**	341
Adiantamentos de clientes		**849**	1.356
Repasse a realizar		**99**	136
Outras contas a pagar		**5**	–
		18.318	24.752
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	11	**25.868**	35.858
Tributos a recolher	13	**–**	4
Provisão para contingências	14 (a)	**116**	35
Partes relacionadas	16	**8.674**	55.813
		34.658	91.710
Total do passivo		**52.976**	116.462
Capital social	15 (a)	**110.325**	43.037
Prejuízo acumulado		**(33.745)**	(24.269)
Total do patrimônio líquido		**76.580**	18.768
Total do passivo e patrimônio líquido		**129.556**	135.230

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Resultado Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Receita bruta		**41.602**	46.063
Impostos sobre a receita e devoluções		**(2.290)**	(2.665)
Receita operacional líquida	18	**39.312**	43.398
Custo das vendas	19	**(38.634)**	(39.519)
Lucro bruto		**678**	3.879
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	19	**(7.192)**	(8.010)
Outras despesas operacionais, líquidas		**585**	607
Prejuízo antes do resultado financeiro, IR e CSLL		**(5.929)**	(3.524)
Despesas financeiras	20	**(4.296)**	(7.102)
Receitas financeiras	20	**722**	239
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		**(9.503)**	(10.387)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	**27**	3.110
Prejuízo do exercício		**(9.476)**	(7.277)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Resultado Abrangente Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2023	2022
Prejuízo do exercício	**(9.476)**	(7.277)
Outros resultados abrangentes	**–**	–
Resultado abrangente do exercício	**(9.476)**	(7.277)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2021	30.504	(16.992)	13.512
Aumento de capital (Nota 15)	12.533	–	12.533
Prejuízo do exercício	–	(7.277)	(7.277)
Em 31 de dezembro de 2022	**43.037**	**(24.269)**	**18.768**
Aumento de capital (Nota 15)	67.288	**–**	67.288
Prejuízo do exercício	**–**	**(9.476)**	**(9.476)**
Em 31 de dezembro de 2023	**110.325**	**(33.745)**	**76.580**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração dos Fluxos de Caixa Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	2023	2022
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	**(9.503)**	(10.387)
Ajustes		
Depreciação e amortização	**4.753**	5.158
Juros de empréstimos e financiamentos	**4.026**	6.087
Contingências e demais provisões	**81**	35
	(643)	893
Variações nos ativos e passivos:		
Contas a receber de clientes	**1.680**	2.690
Estoques	**269**	(177)
Tributos a recuperar	**(25)**	18
Depósitos judiciais	**(309)**	707
Adiantamento a terceiros	**(17)**	3.705
Despesa antecipadas e outros	**(32)**	(356)
Fornecedores	**(5.820)**	6.195
Obrigações sociais a recolher	**(304)**	108
Tributos a recolher	**(121)**	(954)
Adiantamentos de clientes	**(507)**	(1.265)
Repasse a realizar	**(37)**	(130)
Passivos contratuais	**–**	(1.700)
Outras contas a pagar	**4**	(150)
Juros de empréstimos e financiamentos pagos	**(3.833)**	(4.546)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**(9.695)**	5.038
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Investimentos em ativos intangíveis	**(2.073)**	(5.370)
Aplicação financeira em conta garantia	**–**	(5.600)
Recebimentos com partes relacionadas	**8.674**	6.787
Pagamento com partes relacionadas	**(1.056)**	(614)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**5.545**	(4.797)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e financiamentos	**–**	128
Amortização dos empréstimos e financiamentos	**(9.837)**	(9.638)
Aumento de capital	**12.500**	9.837
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**2.663**	327
Geração (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	**(1.487)**	568
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**1.773**	1.205
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**286**	1.773

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

1. Informações gerais: Contexto operacional: O RioZoo Zoológico do Rio de Janeiro S.A. cuja alcunha atual é BioParque do Rio de Janeiro, constituído em 9 de setembro de 2016, iniciou originalmente suas operações em 16 de dezembro de 2016 sobre a nova gestão, começando a adequação do perfil compreendido pela companhia como sendo o propício ao projeto, em dezembro de 2019 paralisou as visitações para concluir as obras, e sua efetiva reinauguração ocorreu em 26 de março de 2021. Atualmente, suas atividades consistem na operação, manutenção e administração do antigo RioZoo. Seu uso econômico das áreas foi concedido pelo município do Rio de Janeiro, para gestão e exploração integradas do Jardim Zoológico Municipal do Rio de Janeiro, situado na Quinta da Boa Vista, São Cristóvão. A concessão está firmada no termo descrito abaixo: • Termo Nº 076/2016 - Concede os direitos descritos para a área compreendida como Jardim Zoológico Municipal e estacionamento de veículos do Jardim Zoológico Municipal, conforme edital de concorrência pública CEL/Próprios Nº CN-03/2016. O prazo da concessão do contrato é de 35 anos, sendo o término em setembro de 2051. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R$8.193 (R$12.041 em 31 de dezembro de 2022). Isso se deve principalmente aos Empréstimos e financiamentos, os quais espera-se que sejam substancialmente liquidados pela Companhia. Não obstante, o acionista (Cataratas do Iguaçu S.A.) vem aportando os recursos necessários e suficientes para que a Companhia possa cumprir as suas obrigações já contratadas e as futuras, até que possa gerar caixa nas suas atividades operacionais para manutenção das suas atividades. A Companhia continua trabalhando na melhoria de sua eficiência operacional e no aumento da rentabilidade, além de enfrentar desafios relacionados à sua estrutura de capital, com o objetivo de reduzir alavancagem e fortalecer seu balanço patrimonial. Os indicadores operacionais do Bioparque relacionados a satisfação, atendimento às diretrizes de proteção aos animais e taxa de ocupação demonstram seu foco em eficiência e produtividade. A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 28 de março de 2024. Os impactos financeiros sobre as demonstrações contábeis da Companhia referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, estão detalhados nas notas explicativas a seguir. **2. Resumo das políticas contábeis materiais:** As políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **2.1. Base de preparação:** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros e ativos mantidos para venda, mensurados pelos seus valores justos e pelos seus valores justos menos despesas com vendas, de acordo com as normas aplicáveis, respectivamente. **2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico que a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação. **2.3. Classificação corrente versus não corrente:** A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: (i) Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade; (ii) Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; (iii) Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e (iv) É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado não circulante quando: (i) Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade; (ii) Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; (iii) Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e (iv) A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante. **2.4. Mensuração do valor justo:** A Companhia mensura instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo em cada data de reporte. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: (i) No mercado principal para o ativo ou passivo; (ii) Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso. A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações contábeis são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: • Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração; • Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e • Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização no fim de cada período de divulgação. **2.5. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem os depósitos bancários de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. **2.6. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente:** Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando estas forem parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. Ativos financeiros: Os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado, dependendo de sua classificação. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para os custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo, ou para as quais a Companhia tenham aplicado o expediente prático, são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com o CPC 47 – Receita de contrato com cliente, equivalente ao IFRS 9. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" (também referido como teste de "SPPI") sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados, pela Companhia, em duas categorias: (i) Ativos financeiros ao custo amortizado; (ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Derivativos, inclusive derivativos embutidos separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos, nem contabilidade de *"hedge"*. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Não obstante os critérios para os instrumentos de dívida ser classificados pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, os instrumentos de dívida podem ser designados pelo valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se isso eliminar, ou reduzir significativamente, um descasamento contábil. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) deixa de ser reconhecido quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram, ou (ii) a Companhia transferiram seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e houve a transferência substancial de todos os riscos e benefícios do ativo, ou não houve a transferência nem retenção substancial de todos os riscos e benefícios do ativo, mas ocorreu a transferência do controle do ativo. Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiram nem retiveram substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiram o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Neste caso reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia. O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (i) o valor do ativo; e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia). Redução ao valor recuperável de ativos financeiros: A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia e esperam receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência. Passivos financeiros: Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados, pela Companhia, em duas categorias: Passivos financeiros ao custo amortizado. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação deixa de reconhecida no passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. **2.7. Estoques:** Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor, cujo valor líquido de realização corresponde ao preço de venda estimado menos custos para concluir e vender. Os estoques são avaliados quanto ao seu valor recuperável nas datas de balanço. Em caso de perda por desvalorização, esta é imediatamente reconhecida no resultado. **2.8. Contratos de concessão de serviços - direito de exploração de infraestrutura:** A infraestrutura não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura e para a prestação dos serviços públicos em nome da concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com prazo de concessão. **2.9. Intangível:** Os itens do intangível são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação/amortização e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração, incluindo custos de financiamentos para projetos em construção de longo prazo, caso os critérios para reconhecimento sejam atendidos. A Companhia inclui no valor contábil de um item do intangível o custo de peças de reposição somente quando for provável que este custo lhe proporcione futuros benefícios econômicos. Os intangíveis relacionadas as concessões são amortizados pelo prazo de cada contrato de licitação no período de 30 anos ou conforme vida útil do bem. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de amortização dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidos" na demonstração do resultado. As melhorias e investimentos não reversíveis e não destinados a prestação de serviço de concessão, são registrados como ativos intangíveis, inclusive os custos de empréstimos captados pela Companhia para financiamento de obras e de longo prazo. Sua amortização é registrada no resultado conforme período do contrato de concessão. **2.10. Provisões para perdas por redução do valor recuperável em ativos não financeiros:** Os ativos não financeiros, exceto estoques, impostos diferidos e os ativos avaliados a valor justo são revisados anualmente para verificação do valor recuperável. Quando houver indício de perda do valor recuperável, o valor contábil do ativo (ou a unidade geradora de caixa à qual o ativo tenha sido alocado) será testado. A perda é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Valor recuperável é o maior valor entre o valor justo de um ativo (ou de uma Unidade Geradora de Caixa (UGC)) menos as despesas de venda, e o valor em uso comparado com o valor contábil residual. Para fins de avaliação de perda, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Os ativos não financeiros que tenham sido reduzidos ao valor recuperável, com exceção do ágio, são revisados para identificar uma possível reversão da provisão para perdas por *redução ao valor recuperável* na data do balanço. **2.11. Provisões:** As provisões são reconhecidas quando: (i) A Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, com o uso de uma taxa antes do imposto que reflita as avaliações atuais do mercado para o valor do dinheiro no tempo e para os riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: Provisões, quando houver, serão constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **2.12. Tributação:** Durante o exercício de 2022, a Companhia instituiu sua relação ao PERSE, lei 14.148/2021 (Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos) que tem como finalidade viabilizar a operacionalização da redução das alíquotas a zero, prevista no artigo 4º, estipulando de maneira precisa a forma como o incentivo se dará. Ademais, para evitar os custos e a necessidade de ressarcimentos em função do cúmulo de créditos em decorrente do benefício concedido. A medida provisória dispensa a retenção na fonte dos tributos envolvidos no programa e afasta a possibilidade de manutenção dos créditos do PIS e da COFINS vinculados às receitas que estejam com as alíquotas dessas contribuições reduzidas a zero por cento. Importante destacar que a Companhia monitora a realização dos respectivos créditos fiscais e vem adotando medidas que propiciarão o consumo dos saldos e prejuízo fiscal e base negativa de CSLL como: (i) reorganizações societárias; (ii) melhorias operacionais; (iii) renegociações de dívidas, com redução de taxas de juros, entre outros. As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas alíquotas básicas a seguir:

Nome do tributo	Sigla	Alíquotas Lucro real
Contribuição para o Programa de Integração Social	PIS	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	COFINS	3,00%
Imposto sobre serviço de qualquer natureza	ISS	2% a 5%

Esses encargos são apresentados como deduções de vendas na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade de PIS/COFINS são apresentados na linha de impostos e contribuições sobre vendas e serviços na demonstração do resultado. A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é calculado com base no lucro tributável pela alíquota de 25% e a contribuição social pela alíquota de 9%, reconhecidos pelo regime de competência. As despesas fiscais do exercício compreendem o imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido. O imposto de renda é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Os encargos do imposto de renda e da contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas leis tributárias em vigor ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias decorrentes das diferenças entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis, de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social sobre o lucro ou créditos fiscais não utilizados anteriormente. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados com base em alíquotas de imposto e leis fiscais em vigor, ou substancialmente promulgadas, na data-base das demonstrações contábeis. O valor contábil do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos é avaliado anualmente e uma provisão para desvalorização é registrada quando o valor contábil não pode ser recuperado com base no lucro tributável, presente ou futuro. **2.13. Distribuição de dividendos:** A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição, pela administração, do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto da Companhia. **2.14. Capital social:** As ações ordinárias e preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. **2.15. Reconhecimento de receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A Companhia reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e (iii) critérios específicos tenham sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. a) Venda de produto: As vendas dos produtos são reconhecidas quando a Companhia vende um produto para o cliente, que assume o controle do produto na mesma data em que a transação ocorre. As vendas são, geralmente, realizadas em dinheiro ou por meio de cartão, de crédito ou débito. A companhia não realiza transações por meio de cheque, e adicionalmente também não possuem uma estrutura que possibilite a utilização do PIX como forma de pagamento, visto que, a modalidade ainda está em fase de implementação do entendimento de como viabilizar o procedimento. b) Venda de serviços: A receita de serviços prestados é reconhecida na medida em que os serviços de apoio à visitação são executados na exploração das áreas do centro de visitantes, terminal de passageiros, trilhas, entre outros serviços de apoio à visitação, dado o contexto das concessões parte das vendas dos ingressos não são consideradas como receita do projeto e sim como repasses a realizar ao ente concedente, operacionalização e valores variam conforme contrato de concessão. c) Receita financeira: A receita financeira é reconhecida com base no método da taxa de juros efetiva. **2.16. Custo de empréstimos:** Os saldos dos empréstimos são inicialmente reconhecidos pelos valores contratuais, no momento do recebimento dos recursos. Em seguida, os valores passam a ser amortizados conforme cronograma de pagamentos, em linha com as cláusulas previstas em seus respectivos contratos. **2.17. Receitas e despesas financeiras:** Receita financeira compreende juros recebidos ou a receber sobre aplicações financeiras, atualizações monetárias. Receitas de juros são reconhecidas pelo período de competência a não ser que o recebimento seja duvidoso. Despesas financeiras compreendem juros a pagar sobre empréstimos calculados com base na taxa de juros efetiva, perdas com ativos financeiros classificados como mantidos para negociação, perdas por redução ao valor de recuperação de ativos financeiros disponíveis para venda, assim como qualquer perda financeira. Todos os juros e custos incorridos relacionados a um empréstimo ou uma transação financeira são reconhecidos, conforme incorridos, como despesas financeiras, exceto quando capitalizados. **2.18. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023:** O IASB (International Accounting Standards) trabalha com a emissão de novos pronunciamentos e revisão de pronunciamentos existentes, os quais entrarão em vigência, com a convergência dos pronunciamentos pelo CPC, sendo:

Pronunciamento	Descrição	Vigência
Alterações a serem introduzidas no CPC 26 - Apresentação das demonstrações contábeis	Alterações para especificar os requisitos de classificação do passivo como circulante ou não circulante.	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024.

continua

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código BA7A-8369-427E-A64D.

continuação

RIOZOO ZOOLÓGICO DO RIO DE JANEIRO S/A

CNPJ Nº 26.136.828/0001-65

A Companhia decidiu não adotar antecipadamente as alterações no CPC 26 - Apresentação das demonstrações contábeis, sendo essa sem impactos relevantes nas demonstrações contábeis. Pronunciamentos que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023: A Companhia avaliou e adotou as normas abaixo para o atual exercício, entretanto, não houve impacto relevante nas demonstrações contábeis.

Pronunciamento	Descrição	Vigência
Alterações a serem introduzidas no CPC 23 - Políticas contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Esclarecer a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros, bem como as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis.	Exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2023.
Alterações no CPC 26 - Definição de materialidade	Fornecem uma nova definição acerca de materialidade da informação e influência nas decisões dos usuários das demonstrações contábeis.	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023.
CPC 32 - Tributos sobre o lucro (IAS 12)	Trata-se da exceção temporária à contabilização dos impostos diferidos decorrentes da implantação das normas e dos requisitos de divulgação direcionados para as empresas afetadas.	Exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2023.

3. Estimativas, julgamentos e premissas contábeis significativos: As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. **3.1. Estimativas e premissas contábeis críticas:** Julgamentos: A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. Estimativas e premissas: As demonstrações contábeis foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor a ser registrado. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. Descrevemos abaixo as principais estimativas da Companhia: a) *Realização de créditos fiscais diferidos:* Ativo fiscal diferido é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. Estes prejuízos se referem a controladas que apresentam histórico de prejuízos, não prescrevem e não podem ser utilizados para fins de compensação com lucro tributável em outra parte da Companhia. A compensação dos prejuízos fiscais acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal. Estas controladas não têm diferenças temporárias tributáveis ou planejamentos fiscais que poderiam parcialmente justificar o reconhecimento de ativo fiscal diferido. Para mais detalhes sobre tributos diferidos, vide Nota 8. b) *Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:* Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo líquido das despesas de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos as despesas de venda. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento da Companhia e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. **4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicação financeira: 4 (a) Caixa e equivalentes de caixa:**

	2023	2022
Caixa e depósitos bancários	**217**	243
Aplicações financeiras - Certificados de Depósitos Bancário (CDBs)	**69**	1.530
	286	1.773

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o caixa e saldos bancários estão representados por dinheiro em caixa e depósitos bancários em conta corrente. As aplicações financeiras de liquidez imediata são pós-fixadas e correspondem a operações realizadas com instituições que atuam no mercado financeiro nacional, tendo como características alta liquidez, sem qualquer penalidade, sem prejuízo da receita reconhecida ou risco de variação significativa no seu valor, que são remuneradas a uma taxa efetiva média entre 65% e 105% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (100% do CDI em 31 de dezembro de 2022).

4 (b) Aplicação financeira:

	2023	2022
Aplicação financeiras - Conta garantia	**5.600**	5.600
	5.600	5.600

A Companhia ofereceu como garantia uma parte de seus recebíveis a curto prazo junto ao banco Santander no montante de R$ 5.600 em 31 de dezembro de 2023, com o objetivo de cumprir exigências de contrato, conforme fluxo estimado de parcelas dos próximos 6 (seis) meses do financiamento com o BNDES. Para maiores detalhes vide nota explicativa 11.

5. Contas a receber de clientes

	2023	2022
Operadoras de cartão de crédito	**1.476**	2.379
Outros clientes pessoas jurídicas e sites parceiros de e-commerce (*)	**136**	913
	1.612	3.292
Circulante	**1.612**	2.516
Não circulante	**–**	776

(*) Em 2022 este valor refere-se, em sua maioria, ao saldo a receber junto a Prefeitura do Rio de Janeiro no montante de R$776 decorrente do aditivo de contrato SECPAR 014/2016 para manutenção das necessidades primárias do parque, compensado com outorga a partir da competência abril/2023, tendo sido quitado no exercício de 2023. Abaixo, segue o saldo de contas a receber por prazo de vencimento:

Aging:	2023	2022
A vencer até 30 dias	**1.066**	1.667
A vencer até 60 dias	**299**	376
A vencer até 90 dias	**110**	212
A vencer a mais de 30 dias	**137**	261
Total a receber	**1.612**	2.516
Vencidos a mais de 90 dias	**–**	776
Total de vencidos	**–**	776

A Companhia possui normas para o monitoramento de créditos e duplicatas vencidas, sendo o saldo exposto ao risco advindo da possibilidade de não recebimento dos valores decorrentes de operações de venda de produtos. Com base nos requerimentos do CPC 48, a Companhia estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito dos montantes vencidos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, ajustada a fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico. Após a avaliação histórica para estimar a perda futura, a administração da Companhia concluiu não ser necessário a constituição de provisão para perdas de créditos esperadas. Por esse motivo, a administração da Companhia entende que as contas a receber estão registradas pelos valores que representam a melhor expectativa de sua liquidação. A Companhia considera um ativo financeiro em situação de inadimplência quando os pagamentos contratuais estão vencidos há mais de 180 dias. No entanto, em certos casos, a Companhia também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplência quando informações internas ou externas indicam ser improvável o recebimento integral dos valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pela Companhia. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais. Importante mencionar que a carteira de clientes da Companhia, exceto cartões de crédito, é basicamente composta de operadoras de turismo e sites parceiros, que possuem suas relações comerciais regulamentadas através dos contratos firmados entre as partes. As operadoras e sites parceiros inadimplentes podem ter seu crédito suspenso, para congelamento da dívida e posterior negociação, sendo as novas compras liberadas mediante pagamento antecipado. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não foi identificada pela administração necessidade de constituição de provisão para perdas de créditos esperadas.

6. Estoques

	2023	2022
Souvenires	**553**	**822**
	553	**822**

Os saldos de souvenires referem-se a produtos destinados à exploração comercial em pontos de visitação, valor apresentado encontra-se líquido de provisão de perda, sendo em 2023 R$ 5 (R$ 2 em 2022). A Companhia não possui estoques dados em garantia.

7. Adiantamento a terceiros

	2023	2022
Fornecedores nacionais	**274**	270
Funcionários	**57**	44
	331	314

8. Imposto de renda e contribuição social diferido: O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	2023	2022
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social (*)	**34.147**	34.147
Provisões diversas	**116**	35
Base do crédito fiscal diferido ativo	**34.263**	34.182
Imposto de renda diferido ativo	**8.565**	8.546
Contribuição social diferida ativa	**3.084**	3.076
Total IR e CS diferido ativo	**11.649**	11.622

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos serão realizados de acordo com as expectativas da Administração, conforme segue:

	2023	2022
2025 e 2026	**–**	2.769
2027 e 2028	–	5.934
2029 e 2030	**1.436**	2.919
2031 e 2032	**3.567**	–
2033 e 2034	**6.302**	–
2035 e 2036	**344**	–
	11.649	11.622

(*) Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia possui R$ 19.899 (R$ 10.459 em 31 de dezembro de 2022) em de prejuízos fiscais sobre imposto de renda e base negativa sobre contribuição social sobre os quais não foram registrados o efeito de 34% de IR e CS diferido ativo nos livros contábeis, sendo controlados na parte B do LALUR, vide ECF enviada à Receita Federal. Importante ressaltar que a Companhia deixou de constituir IR e CS diferido ativo, devido adesão ao PERSE em 2022.

9. Intangível

Custo	Software	Concessão	Total Intangível
Em 31 de dezembro de 2021	145	112.768	112.913
Baixas (**)	**–**	**(4.870)**	**(4.870)**
Adições (*)	**485**	**9.422**	**9.907**
Em 31 de dezembro de 2022	**630**	**117.320**	**117.950**
Adições (*)	**22**	**2.051**	**2.073**
Em 31 de dezembro de 2023	**652**	**119.371**	**120.023**

Amortização	Software	Concessão	Total Intangível
Em 31 de dezembro de 2021	**(37)**	**(4.390)**	**(4.427)**
Baixas	**–**	**333**	**333**
Depreciações	**(69)**	**(5.089)**	**(5.158)**
Em 31 de dezembro de 2022	**(106)**	**(9.146)**	**(9.252)**
Depreciações	**(109)**	**(4.644)**	**(4.753)**
Em 31 de dezembro de 2023	**(215)**	**(13.790)**	**(14.005)**
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**524**	**108.174**	**108.698**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**437**	**105.581**	**106.018**

(*) As adições ocorridas em 2022, referem-se a finalização de obras e expansões de novas áreas inauguradas no decorrer de 2022, em 2023 não ocorreram adições relevantes. (**) Em 2022, as baixas referem-se a benfeitorias efetuadas nas instalações aos quais foram avaliados inicialmente pela companhia, como sendo passível de capitalização, entretanto por não haver expectativa de benefícios econômicos futuros, a Companhia procedeu com as baixas no exercício de 2022. Em 2023, não houveram baixas no exercício. Os valores registrados em concessão referem-se a direitos de exploração de infraestrutura e faz parte da concessão, cujos serviços operados pela Companhia são regulados pela concedente (setor público). A Companhia tem acesso para operar a infraestrutura da concessão para a prestação dos serviços públicos em nome da concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. Nesse contexto, a Companhia recebeu um ativo intangível - um direito de cobrar pelo uso do ativo do setor público que construir ou aperfeiçoar e em seguida operar e manter por um período específico de 35 anos. **10. Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores no valor de R$ 4.619 (em 31 de dezembro de 2022, R$10.439) se referem a obrigações a pagar para atividades recorrentes e operacionais da Companhia, incluindo prestação de serviços, compra de mercadorias para revenda e aquisição de bens para o ativo intangível e imobilizado, os quais encontram-se adimplentes e geralmente são pagos no prazo mínimo de 30 dias. Do montante total em aberto em 31 de dezembro de 2023 e 2022, R$ 1.417 e R$6.289, respectivamente, referem-se a saldos com partes relacionadas dos quais encontram-se descritos na nota 16.

11. Empréstimos e financiamentos

Modalidade	2022	Adições / Aquisições (+) / Baixas (–)	Pagamento de principal (–)	Pagamento de juros (–)	Juros apropriados (+)	2023
BNDES	**38.533**	**–**	**(7.595)**	**(3.011)**	**3.332**	**31.259**
Banco Santander	**7.907**	**–**	**(2.241)**	**(822)**	**693**	**5.537**
	46.440	**–**	**(9.836)**	**(3.833)**	**4.025**	**36.796**
Circulante	**10.582**					**10.928**
Não circulante	**35.858**					**25.868**

Modalidade	2021	Adições / Aquisições (+) / Baixas (–)	Pagamento de principal (–)	Pagamento de juros (–)	Juros apropriados (+)	2022
BNDES	44.365	128	(7.510)	(3.611)	5.161	38.533
Banco Santander	10.044	–	(2.128)	(935)	926	7.907
	54.409	128	(9.638)	(4.546)	6.087	46.440
Circulante	8.427					10.582
Não circulante	45.982					35.858

a) Informações sobre os empréstimos e financiamentos: Em 27 de dezembro de 2018 a Companhia firmou junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no montante total de R$52.259, com repasse conforme comprovação de investimento e custo pós-fixado de 100% da variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e custo pré-fixado em 2,90% ao ano e sua amortização realizada em 84 parcelas mensais, a partir de 15 de fevereiro de 2021. Com as garantias a seguir: (1) Cessão fiduciária de direitos creditórios de titularidade da RioZoo Zoológico do Rio de Janeiro S/A e (2) Conta garantia junto ao banco Santander referente ao montante destinado ao pagamento das próximas seis parcelas do empréstimo, sendo extinto o contrato de fiança. Em 15 de dezembro de 2020 a companhia firmou junto ao Banco Santander uma CCB no montante de R$10.000, a título de capital de giro, com custo pré-fixado em 10,69% ao ano e sua amortização será realizada em 60 parcelas mensais iniciadas em 15 de janeiro de 2021 para os juros e 15 de janeiro de 2022 para o principal, sendo finalizada em 2026. Os contratos de empréstimos vigentes na Companhia não possuem cláusulas restritivas de covenants financeiras e não financeiras. b) Cronograma de amortização da dívida de longo prazo

	2023	2022
2024	**–**	10.155
2025	**10.178**	9.969
2026	**7.552**	7.552
2027	**7.552**	7.552
2028	**586**	630
	25.868	35.858

12. Obrigações sociais a recolher

	2023	2022
Salários e bonificações a pagar	**494**	753
INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) a pagar	**233**	295
FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) a pagar	**69**	68
Provisão para férias e 13º salário	**790**	777
Outras obrigações trabalhistas	**8**	5
	1.594	1.898

13. Tributos a recolher

	2023	2022
PIS, COFINS e CSLL a recolher	**41**	50
IRRF a recolher	**68**	84
ICMS a recolher	**50**	95
ISSQN a recolher	**65**	116
	224	345
Circulante	**224**	341
Não circulante	**–**	4

14. Provisão para contingências: a) Provisão para contingências: Em 31 de dezembro de 2023, a administração, baseada na opinião dos assessores jurídicos externos da Companhia, entende ser necessário atualizar a constituição de provisão para perdas decorrentes de processos cíveis e trabalhistas, classificados como prováveis, conforme quadro: *Classificação provável*

	2021	Constituídas	Baixadas	2022	Constituídas	Baixadas	2023
Trabalhista	–	35	–	**35**	**81**	**–**	**116**
	–	35	–	**35**	**81**	**–**	**116**

(*) Do montante constituído em 2023, destaca-se uma reclamação judicial de R$62 relacionada à equiparação salarial e aos benefícios associados às funções exercidas por ex-funcionários. *Classificação possível:* Apresentamos abaixo os valores correspondentes à classificação possível em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	2023	2022
Trabalhista	**801**	**474**
Cível (*)	**5.300**	**4.510**
	6.101	**4.984**

(*) Refere-se à ação cível correspondente a importação das girafas, cuja, a acusação inicial consiste nos supostos maus tratos durante o processo de quarentena.
b) Depósito judicial

	2023	2022
Ações trabalhistas	**96**	12
Ações de redução de base/alíquota PIS e COFINS	**–**	12
Ações tributárias (*)	**1.636**	1.399
	1.732	1.423

(*) Depósito efetuado judicialmente referente ao mandado judicial para suspensão de tributação pela importação girafas.

15. Patrimônio líquido: a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2023 o capital social autorizado é de R$ 110.325 (sendo R$ 43.037 em 31 de dezembro de 2022) e está dividido em 61.388.626 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2023 (sendo 6.600.000 em 2022), no valor médio unitário de R$1,80 (hum real e oitenta centavos) cada (R$6,52 (seis reais e cinquenta e dois centavos) em 31 de dezembro de 2022). Em 01 de novembro de 2023, os acionistas, na 26º e 28º Assembleia Geral Extraordinária, aprovaram o aumento de capital no valor total de R$67.288, sem a emissão de novas ações, sendo R$54.788 integralizada mediante a capitalização do saldo na rubrica de parte relacionadas, os valores adicionais R$12.500 corresponderam as integralizações em dinheiro durante o exercício de 2023. Em 10 de junho de 2022, os acionistas, na 23º Assembleia Geral Extraordinária, aprovaram o aumento de capital no valor total de R$3.209, sem a emissão de novas ações, a totalidade foi integralizada mediante a capitalização do saldo na rubrica de parte relacionadas. Em 30 de dezembro de 2022, os acionistas, em Assembleia Geral Extraordinária, aprovaram o aumento de capital no valor total de R$9.324, sem a emissão de novas ações, a totalidade foi integralizada mediante a aportes no exercício de 2022. b) Reserva legal: A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social, não houve constituição de reserva em 2023 e 2022. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. c) Distribuição de dividendos: Conforme previsto em estatuto social, após a constituição da reserva legal, o lucro remanescente, ajustado pela constituição de reservas de contingências e a respectiva reversão, se for o caso, será distribuído na seguinte ordem: (a) 25% será destinado ao pagamento de dividendo obrigatório; e, (b) até 75% poderá ser retido com base em orçamento de capital e/ou destinados à constituição de reserva de investimento para assegurar a manutenção do nível de capitalização da Companhia, a expansão das atividades sociais e/ou o reforço do capital de giro, sendo que o saldo das reservas de lucros, com as exceções legais, não excederá o valor do capital social. A Companhia não distribuiu dividendos nos anos em questão. **16. Partes relacionadas:** As operações com partes relacionadas da Companhia referem-se basicamente a mútuos não remunerados. As operações e negócios com partes relacionadas decorrem de transações realizadas conforme condições contratuais definidas entre as partes para os respectivos tipos de operações, ou mediante pagamento compensatório condizente com a natureza de cada operação, com vencimentos futuros ao longo do ano de 2023. A remuneração da administração é realizada de forma centralizada pela sua controladora. Em 31 de dezembro, os saldos e as transações com partes relacionadas podem ser assim resumidos:

Ativo	2023	2022
Contas a receber de clientes (**)	**59**	**91**
AquaRio - Aquário Marinho do Rio de Janeiro	27	84
Paineiras Corcovado Ltda.	9	7
Cataratas do Iguaçu S.A.	22	–
Eco-Iguaçu S.A.	1	–

Passivo	10.091	62.102
Fornecedores	**1.417**	**6.289**
AquaRio - Aquario Marinho do Rio de Janeiro (****)	992	6.209
Cataratas do Iguaçu S.A. (***)	420	43
Paineiras Corcovado (****)	4	37
Partes relacionadas - Mútuos a pagar e AFAC (*)	**8.675**	**55.813**
AquaRio - Aquário Marinho do Rio de Janeiro	**–**	54.788
Paineiras Corcovado Ltda. ("Paineiras")	8	1.025
Cataratas do Iguaçu S.A. ("Cataratas")	8.667	–

(*) Esses montantes referem-se aos contratos de mútuo firmados com as empresas Aqua Rio e Paineiras, os valores relacionados a Cataratas são adiantamentos para futuro aumento de capital. Estas operações não possuem remuneração atrelada e possuem prazo de 1 ano para pagamento em razão das envolvidas serem partes relacionadas cujo acionista é a Cataratas do Iguaçu S.A. Em 2023 a Cataratas do iguaçu S.A. na figura de acionista assumiu a dívida existente entre Aqua Rio e Bioparque integralizando este valor no capital social da Companhia. (**) Venda de ingressos do BioParque recebidos pelos outros atrativos do Grupo Cataratas, como canal de vendas, a serem repassados ao BioParque. (***) Valores relativos a folha de pagamento mensal de funcionário intermitentes, alocados conforme horas em cada parque. (****) Valores de venda de ingressos de outros parques do grupo realizado pelo BioParque. **17. Obrigações com o poder concedente:** Em conformidade com o Contrato de Concessão, a concessionária deve pagar à concedente, a saber: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro/Secretaria Especial de Concessões e Parcerias Público-Privadas uma outorga mensal, sendo o índice de 5% aplicável para menos de um milhão de visitantes pagantes. Outorga consiste na cessão de algo em prol do direito de exploração.

	% Aplicado	RioZoo 2023	RioZoo 2022
Receita bruta		**41.453**	46.063
Base outorga		**41.453**	46.063
Outorga municipal	5% - 12%	**2.080**	2.583
Total de outorga recolhida		**2.080**	2.583
Visitação (Não auditado)		**740**	829

18. Receita operacional líquida

	2023	2022
Receita bruta de vendas		
Bilheteria	**24.552**	27.511
Revenda de mercadorias	**11.821**	12.402
Serviços adicionais	**4.487**	5.216
Serviços terceirizados	**730**	612
Patrocínio	**12**	322
Impostos, contribuições e deduções sobre vendas	**(2.290)**	(2.665)
Receita líquida	**39.312**	43.398

19. Custos e despesas por natureza

	2023	2022
Gastos com pessoal (*)	**(14.113)**	(13.039)
Produtos, materiais e utilidades (**)	**(11.391)**	(12.047)
Depreciação e amortização	**(4.753)**	(5.158)
Serviços contratados (**)	**(13.286)**	(13.535)
Outros impostos e taxas	**(34)**	(20)
Doações	**(339)**	(8)
Viagens e estadias	**(46)**	(44)
Outorga (Nota 17)	**(2.080)**	(2.583)
Contingências	**(81)**	(35)
Outros gastos	**(140)**	(1.060)
	(45.263)	(47.529)
Custo das vendas	**(38.634)**	(39.519)
Despesas gerais e administrativas	**(7.192)**	(8.010)
	(45.826)	(47.529)

(*) Referem-se a funcionários necessários para o andamento e manutenção do Parque, seja para cuidado dos animais ou administração do parque; (**) Itens necessários para a manutenção, limpeza, consultoria, prograpanda e conservação.

20. Receitas (despesas) financeiras, líquidas

	2023	2022
Receitas financeiras		
Atualização monetária	**462**	147
Rendimentos de aplicações financeiras	**79**	55
Descontos obtidos	**30**	28
Outras receitas financeiras	**151**	9
	722	239
Despesas financeiras		
Multa de mora	**(134)**	(77)
Despesas bancárias	**(108)**	(751)
Imposto sobre operação financeira	**(1)**	(2)
Juros de empréstimos e financiamentos	**(4.026)**	(6.087)
Outras despesas financeiras	**(27)**	(185)
	(4.296)	(7.102)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	**(3.574)**	(6.863)

21. Imposto de renda e contribuição social

	2023	2022
Resultado antes dos tributos	**(9.594)**	(10.387)
Alíquota nominal - %	**34%**	34%
Impostos nominais	**(3.262)**	(3.532)
Efeitos tributários sobre as adições e exclusões permanentes:		
Prejuízo fiscal e base negativa sem constituição de diferido	**3.241**	
Outras adições e exclusões permanentes (*)	**(6)**	422
Total	**(27)**	(3.110)
Imposto de renda e contribuição social corrente	**–**	–
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**27**	3.110
Alíquota efetiva	**28,00%**	29.94%

*Maior impacto relacionado ao benefício do PERSE.

Durante o exercício de 2022, a Companhia instituiu sua relação ao PERSE, lei 14.148/2021 (Programa Emergencial de Retomada do Setor Eventos) que tem como finalidade viabilizar a operacionalização da redução das alíquotas a zero, prevista no artigo 4º, estipulando de maneira precisa a forma como o incentivo se dará. Ademais, para evitar os custos e a necessidade de ressarcimentos em função do cúmulo de créditos em decorrente do benefício concedido. A medida Provisória dispensa a retenção na fonte dos tributos envolvidos no programa e afasta a possibilidade de manutenção dos créditos do PIS e da COFINS vinculados às receitas que estejam com as alíquotas dessas contribuições reduzidas a zero por cento. Importante destacar que a Companhia monitora a realização dos respectivos créditos fiscais e vem adotando medidas que propiciarão o consumo dos saldos de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL, com consequente realização do ativo fiscal diferido sobre prejuízo fiscal e base negativa de CSLL como: (i) reorganizações societárias; (ii) melhorias operacionais; (iii) renegociações de dívidas, com redução de taxas de juros, entre outros. **22. Instrumentos financeiros:** A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A administração desses riscos é realizada por meio de definição de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste no acompanhamento ativo das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito associados a bancos e a aplicações financeiras efetuando seus investimentos em instituições financeiras conceituadas e consideradas de risco baixo pelos analistas de mercado. Com relação às contas a receber, a Companhia restringe a sua exposição a riscos de crédito por meio da concentração de valores em instituições financeiras, por meio de suas adquirentes de cartões de crédito e débito. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não houve concentração de risco de crédito relevante associado a clientes. Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros: Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros. A hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo: *Nível 1* - Dados provenientes de mercado ativo de forma que seja possível acessar diariamente. *Nível 2* - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado. *Nível 3* - Dados extraídos de modelo de preço baseado em dados não observáveis de mercado. O quadro abaixo apresenta os valores contábeis e valores justos dos principais ativos e passivos financeiros da Companhia, em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

		Valor contábil		Valor Justo	
	Nível	2023	2022	2023	2022
Ativos					
Mensuradas ao valor justo					
Caixa e equivalentes de caixa	2	**5.886**	7.373	**5.886**	7.373
Mensuradas ao custo amortizado					
Adiantamento a terceiros	2	**331**	314	**331**	314
Partes relacionadas	2				
Contas a receber de clientes	2	**1.612**	2.516	**1.612**	2.516
Despesas antecipadas e outros	2	**1.576**	1.544	**1.576**	1.544
		9.405	11.747	**9.405**	11.747
Passivos					
Mensuradas ao custo amortizado					
Empréstimos e financiamentos	2	**36.796**	46.440	**36.796**	46.440
Fornecedores	2	**4.619**	10.439	**4.619**	10.439
Adiantamento de clientes	2	**849**	1.356	**849**	1.356
		42.264	58.235	**42.264**	58.235

A Administração da Companhia entende que os instrumentos financeiros, os quais estão reconhecidos nas demonstrações contábeis pelos seus valores contábeis não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado. **23. Seguros:** A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para todo o grupo de bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, cujas vigências encerram em 02/03/2025. Os valores de cobertura de suas apólices vigentes em 31 de dezembro de 2023 são como segue:

Bens segurados	Cobertura	Montante da cobertura
Infraestrutura e imobilizados	Incêndio, raio, explosão, implosão, queda de aeronave, entre outros	18.400
Responsabilidade civil	Reclamações de terceiros	3.500

24. Gestão de capital: Um dos principais índices para monitorar a estrutura de capital é o índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total dos empréstimos e financiamento (incluindo circulante e não circulante, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado por meio da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

	2023	2022
Total dos empréstimos e financiamentos (Nota 11)	**36.796**	46.440
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 4a)	**(286)**	(1.773)
Menos: aplicação financeira (Nota 4b)	**(5.600)**	(5.600)
Dívida líquida (a)	**30.910**	39.067
Total do patrimônio líquido (b)	**76.490**	18.768
Total do capital (a) + (b)	**107.400**	57.835
Índice de endividamento líquido - %	**28,78%**	67,55%

Diretoria: Pablo Ricardo de Oliveira Mórbis - CEO; Adelio Demeterko - Diretor Operacional; Tatiane da Silva Martins - Contadora - CRC RJ 115967/O-0.

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código BA7A-8369-427E-A64D.

continuação

RIOZOO ZOOLÓGICO DO RIO DE JANEIRO S/A

CNPJ Nº 26.136.828/0001-65

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis. Diretores e Acionistas da **RioZoo Zoológico do Rio de Janeiro S.A. Opinião.** Examinamos as demonstrações contábeis da RioZoo Zoológico do Rio de Janeiro S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião.** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis.** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 28 de março de 2024. ERNST & YOUNG - Auditores Independentes S/S. Ltda. - CRC-SP015199/F. Felipe Sant' Anna Vergete - Contador CRC-RJ106842/O.

Laboratórios B.Braun S.A.

CNPJ/MF nº 31.673.254/0001-02

Relatório da Administração

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à aprovação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras do exercício social findo em 31/12/2023. A Administração representada por sua Diretoria encontra-se a disposição dos Srs. acionistas para fornecer quais quer esclarecimentos sobre o resultado obtido.

Balanço patrimonial - Em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	2023	2022
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	31.518	18.942
Contas a receber (Nota 8)	277.523	253.435
Estoques (Nota 9)	225.710	223.593
Tributos a recuperar (Nota 10)	50.888	63.189
Outros ativos	17.565	21.163
	603.204	580.322
Não circulante		
Realizável ao longo prazo		
Contas a receber (Nota 8)	11.091	11.170
Tributos a recuperar (Nota 10)	42.712	65.170
Depósitos Judiciais (Nota 19)	29.038	25.770
	82.841	102.110
Investimentos (Nota 12)	1.020	1.020
Imobilizado (Nota 13)	467.303	448.020
Intangível (Nota 14)	22	202
	468.345	449.242
Total do ativo	**1.154.390**	**1.131.674**

Passivo e patrimônio líquido	2023	2022
Circulante		
Fornecedores (Nota 16)	31.687	32.727
Passivo de arrendamento (Nota 17.2)	4.101	4.044
Fornecedores exterior – coligadas (Nota 16)	102.983	77.497
Empréstimos e mútuos (Nota 18)	178.602	170.181
Salários e encargos sociais	42.723	41.603
Tributos a pagar (Nota 19.1)	22.025	30.761
Imposto de renda e contrib. social a recolher (Nota 15.3)	1.079	4.128
Outros passivos	42.081	22.620
	425.281	383.561
Não circulante		
Exigível ao longo prazo		
Passivo de arrendamento (Nota 17.2)	2.400	2.922
Empréstimos e mútuos (Nota 18)	-	72.540
Provisões para contingências (Nota 19.3)	9.959	7.557
Imposto de renda diferido (Nota 15.1)	9.606	13.628
	21.965	96.647
Total passivo	**447.246**	**480.208**
Patrimônio líquido (Nota 20)		
Capital social (Nota 20.1)	546.461	511.584
Ajustes de avaliação patrimonial	(3.394)	(4.818)
Reservas de lucros	164.077	144.700
	707.144	651.466
Total do passivo e patrimônio líquido	**1.154.390**	**1.131.674**

Demonstração do resultado abrangente - Em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	60.409	29.731
Outros componentes do resultado abrangente		
Itens a serem posteriormente reclassificados para o resultado		
Hedge de fluxos de caixa (Nota 20.5)	1.424	(2.066)
Total do resultado abrangente do exercício	61.833	27.665
Atribuível a		
Acionistas da Companhia	61.833	27.665

Reinaldo Garcia Barranco - *Diretor Presidente*
Mariana de Lemos Alves Alexandre
Vice-Presidente Financeiro e Tecnologia da Informação
Flávio Correia Santos - Contador - CRC-RJ nº. 088855 / O-0

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

			Reservas de lucros				
	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva legal	Reserva de lucros para expansão	Reserva de incentivos fiscais	Lucros acumulados	Total
Em 31/12/2021	**511.584**	**(2.752)**	**11.982**	**35.955**	**67.032**	**-**	**623.801**
Resultados abrangentes – hedges de fluxo de caixa (Nota 20.5)	-	(2.066)	-	-	-	-	(2.066)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	29.731	29.731
Reserva de retenção de lucro (Nota 20.4)	-	-	1.486	-	-	(1.486)	-
Reserva de subvenção de investimento – ICMS (Nota 20.4)	-	-	-	-	28.245	(28.245)	-
Em 31/12/2022	**511.584**	**(4.818)**	**13.468**	**35.955**	**95.277**	**-**	**651.466**
Resultados abrangentes – hedges de fluxo de caixa (Nota 20.5)	-	1.424	-	-	-	-	1.424
Aumento de capital com créditos de JCP (Nota 20.1)	34.877	-	-	-	-	-	34.877
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	60.409	60.409
Juros sobre capital próprio – JCP (Nota 20.2)	-	-	-	-	-	(41.032)	(41.032)
Ajuste entre reservas	-	-	(639)	639	-	-	-
Reserva de retenção de lucro (Nota 20.4)	-	-	969	-	-	(969)	-
Reserva de subvenção de investimento – ICMS (Nota 20.4)	-	-	-	-	18.408	(18.408)	-
Em 31/12/2023	**546.461**	**(3.394)**	**13.798**	**36.595**	**113.685**	**-**	**707.144**

Aviso: As Demonstrações Financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente e Relatório da Administração está disponível no seguinte endereço eletrônico: https://diariocomercial.com.br/publicidade-legal

Demonstração dos fluxos de caixa - Em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Fluxos de caixa das atividades operacionais	2023	2022
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	57.536	20.137
Ajustes		
Depreciação e amortização (Notas 13 e 14)	65.523	61.877
Juros, variações monetárias e cambiais sobre empréstimos	19.641	13.288
Baixa de imobilizado (Nota 13)	8.276	3.594
Baixa de Contas a Receber	5.773	2.042
Contingências e depósitos judiciais	2.402	(741)
Reversão de provisão (exercício anterior) IR/CS (Nota 15.3)	70	(13.072)
Constituição (Reversão) de provisões	(11.367)	3.390
	147.854	90.516
Variações nos ativos e passivos		
Tributos a recuperar	28.605	18.200
Provisão diversas	20.605	(4.244)
Fornecedores	20.314	(20.510)
Estoques	8.099	7.050
Despesas Antecipadas	3.598	(6.642)
Salários e encargos sociais	1.120	638
Depósitos Judiciais	(3.268)	(17.966)
Tributos e parcelamentos a pagar	(8.736)	29.927
Contas a receber	(43.324)	(34.177)
Caixa gerado nas operações	174.865	62.792
Juros recebidos	3.521	4.578
Juros e variação cambial pagos	(2.375)	(2.633)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(11.499)	(4.725)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	164.512	60.012
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisições de bens dos ativos imobilizado e intangível (Notas 13 e 14)	(92.902)	(73.823)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(92.902)	(73.823)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Amortização / Pagamento de empréstimos (Notas 18.1 e 25)	(59.034)	(49.362)
Captação / Renovação de empréstimos (Notas 18.1 e 25)	-	69.547
Caixa líquido gerados pelas atividades de financiamento	(59.034)	20.185
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	12.576	6.374
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	18.942	12.568
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	31.518	18.942

Demonstração do resultado - Em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2023	2022
Receita de vendas (Nota 21)	1.131.624	1.017.115
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(695.893)	(663.169)
Lucro bruto	435.731	353.946
Despesas com vendas (Nota 22)	(274.961)	(244.307)
Despesas gerais e administrativas (Nota 22)	(60.393)	(48.316)
Outras receitas e despesas operacionais (Nota 23)	9.814	15.905
Lucro operacional	110.191	77.228
Receitas financeiras (Nota 24)	22.056	60.075
Despesas financeiras (Nota 24)	(74.711)	(117.166)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(52.655)	(57.091)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	57.536	20.137
Impostos Correntes	(1.149)	5.044
Impostos Diferidos	4.022	4.550
Imposto de renda e contribuição social (Nota 15.3)	2.873	9.594
Lucro líquido do exercício	60.409	29.731
Ações em circulação no final do exercício (Nota 20.1)	270.524	253.258
Lucro básico por ação atribuível aos Acionistas da Companhia durante o exercício (expresso em R$)	223,31	117,40

AUSTRAL PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/ME Nº 14.105.758/0001-07 / NIRE 33.3.0029883-5
ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 27 DE MARÇO DE 2024

1. Data, Hora e Local: Aos 27 dias do mês de março de 2024, às 9:00 horas, na sede da Austral Participações S.A. ("Companhia"), localizada na Avenida Bartolomeu Mitre, nº 336, sala 401, Leblon, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 22.431-002. **2. Convocação e Presença:** Dispensadas as formalidades de convocação em razão da presença da totalidade dos membros em exercício do Conselho de Administração ("Conselho"), nos termos do § 2º do art. 16 do Estatuto Social da Companhia. **3. Mesa:** Presidente: **Bruno Augusto Sacchi Zaremba**; e Secretária: **Daniella Lugarinho Fischer Matos**. **4. Ordem do Dia:** Apreciar e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **(i)** a apreciação das informações financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, e sua submissão à apreciação da assembleia geral ordinária; **(ii)** a eleição da Sra. Elizabeth Vieira Valente Bartolo como membro do Comitê de Auditoria da Companhia e a ratificação das providências tomadas pela Companhia para requerimento à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP da aprovação prévia para eleição dos Srs. Jorge Augusto Hirs Saab e Laenio Pereira dos Santos como membros do Comitê de Auditoria da Companhia e **(iii)** a aprovação do Relatório Anual de Auditoria Interna da Companhia referente ao exercício de 2023. **5. Deliberações:** Os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas ou restrições, o quanto segue: **5.1.** Aprovar a prestação de contas da Diretoria, o relatório da administração, o balanço patrimonial e as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, e, diante disso, autorizaram (i) a Diretoria da Companhia a divulgar tais informações e documentos nos termos da legislação aplicável e (ii) a submissão dos referidos documentos à apreciação da assembleia geral ordinária da Companhia, nos termos da legislação aplicável. **5.2.** Aprovar a eleição da Sra. **Elizabeth Vieira Valente Bartolo**, abaixo qualificada, para o cargo de membro do Comitê de Auditoria da Companhia, com mandato de 3 (três) anos contados a partir do dia 1º de abril de 2024, e ratificar as providências tomadas pela Companhia para requerimento à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP da aprovação prévia para eleição dos Srs. **Jorge Augusto Hirs Saab** e **Laenio Pereira dos Santos**, abaixo qualificados, como membros do Comitê de Auditoria da Companhia. Nesse sentido, os conselheiros concordaram que, se a eleição dos Srs. Jorge Augusto Hirs Saab e Laenio Pereira dos Santos for aprovada pela SUSEP, na forma da Resolução nº 422/2021 do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, igualmente os elegerão para os referidos cargos, com mandato unificado ao da Sra. Elizabeth Vieira Valente Bartolo. **A) Elizabeth Vieira Valente Bartolo**, brasileira, casada, atuária, portadora da carteira de identidade 05.341.364-7, expedida pelo DETRAN/RJ, inscrita no CPF/ME sob o n° 781.260.617-15, residente e domiciliado na Avenida Lucio Costa, nº 3360, bloco 05, apto. 302, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22360-010. **B) Jorge Augusto Hirs Saab**, brasileiro, solteiro, bacharel em administração de empresas, portador da carteira de identidade 28.543.042-7, expedida pelo SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o n° 294.669.798-33, residente e domiciliado na Alameda dos Anapurus, nº 1345, apto. 111, Indianópolis, São Paulo/SP, CEP 04087-004. **C) Laenio Pereira dos Santos**, brasileiro, separado judicialmente, contador, portador da carteira de identidade nº 062599/O-3, inscrito no CPF/ME sob o n° 458.465.027-68, residente e domiciliado na Rua Santo Eduardo, QD 4/Lote 11, Santo Antônio, Nitéroi, Rio de Janeiro/RJ, CEP 24355-240. **5.3.** Aprovar o Relatório Anual de Auditoria Interna da Companhia referente ao exercício de 2023, o qual, por sua vez, foi avaliado anteriormente pelo Comitê de Auditoria da Companhia, nos termos da legislação aplicável. **6. Encerramento, Lavratura, Aprovação e Assinatura da Ata:** Nada mais havendo a ser tratado, foi a presente ata lavrada, lida, conferida e assinada por todos os presentes. **Mesa:** Presidente: Bruno Augusto Sacchi Zaremba; Secretário: Daniella Lugarinho Fischer Matos; e **Membros do Conselho Presentes**: Bruno Augusto Sacchi Zaremba; Gabriel Felzenszwalb; Laura Flavia Gé; Margo Isabel Black; Michel Cukierman, Rodolfo Riechert e Vinicius José de Almeida Albernaz. Rio de Janeiro, 27 de março de 2024. Mesa: **Bruno Augusto Sacchi Zaremba** - Presidente. **Daniella Lugarinho Fischer Matos** - Secretária. Conselheiros presentes: **Bruno Augusto Sacchi Zaremba; Gabriel Felzenszwalb; Laura Flavia Gé;** Margo Isabel Black; Michel Cukierman; **Rodolfo Riechert; Vinicius José de Almeida Albernaz. Certidão Jucerja:** Certifico o Arquivamento em 02/04/2024 sob o número 00006160335. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

FERROVIA TEREZA CRISTINA S.A.
CNPJ/MF N°. 01.629.083/0001-45
CONVOCAÇÃO

Conforme previsto no Art. 8º do Estatuto Social da Cia., combinado com o disposto no Art. 123 da Lei 6.404/76, **convocamos** os Srs. Acionistas para a Assembleia Geral Ordinária da Ferrovia Tereza Cristina S.A., a realizar-se em sua sede, na Avenida das Américas, 700, Bloco I, sala 306, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, RJ, às 14:00 horas do dia 30/04/2024, em 1ª convocação, visando deliberar sobre as matérias elencadas no art. 132 da Lei 6.404/76. Rio de Janeiro, RJ, 12 de abril 2024. **Benony Schmitz Filho** – Presidente do Conselho de Administração.

MILÊNIO HOLDING S.A.
CNPJ: 51.660.005/0001-81 - NIRE: 33.3.0035013-6
Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Ficam convocados os acionistas da Milênio Holding S.A. ("Companhia"), na forma prevista no art. 124 da Lei nº 6.404/1976, para se reunirem, no dia 23 de abril de 2024, às 09:00 horas, na localidade da Companhia, mas, por motivo de força maior, especificamente no endereço situado na Rua Visconde de Pirajá, nº 351, 1302, Ipanema, CEP: 22.410-003, na cidade e Estado de Rio de Janeiro, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (a) Em sede de **Assembleia Geral Ordinária**: (i) Tomar as contas dos administradores examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, as quais foram disponibilizadas por meio de publicação realizada no dia 11.04.2024; e (ii) Deliberar sobre a instalação do Conselho Fiscal. (b) Em sede de **Assembleia Geral Extraordinária**: (i) Deliberar sobre a cessão de 1 (uma) quota do capital social da Milênio Capital Gestão de Investimentos Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 16.804.280/0001-20 ("Milenio Capital"), de sua titularidade, totalmente integralizada, livre e desembaraçada de quaisquer ônus ou gravames, ao Matheus Moda Fortes Barbieri, inscrito no CPF/MF sob o nº 432.292.288-04, atual colaborador da Milenio Capital ("Matheus"). Os acionistas poderão ser representados por mandatários nomeados na forma do §1º do art. 126 da Lei nº 6.404/1976. Solicita-se aos acionistas que desejarem participar da assembleia geral por meio de videoconferência, que notifiquem o Presidente do Conselho de Administração da Companhia a esse respeito com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da assembleia geral, a fim de que este possa tomar as providências cabíveis. Rio de Janeiro, 12 de abril de 2024. **Fabrizzio Sollito Marchetti -** Presidente do Conselho de Administração.

AREZO RJ PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ Nº 18.375.092/0001-50
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - CONVOCAÇÃO

Ficam convidados os Senhores Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 22 de abril de 2024, às 11:00 horas, na sede da Companhia, localizada na Rua Firmo Ribeiro Dutra nº 200, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/RJ, para tratar da seguinte Ordem do Dia: Item 01 - Eleição/Reeleição da Diretoria da Companhia para novo mandato temporário; Item 02 - Fixação da remuneração dos administradores; e Item 03 - Assuntos Gerais.

Rio de Janeiro, 11 de abril de 2024.
Marcelo Braga Tavares Paes
Diretor-Presidente

COMPANHIA COMMERCIAL DO RIO DE JANEIRO
CNPJ: 33.396.391/0001-64
Convocação de Assembléia Geral Ordinária

Ficam os senhores acionistas convocados para participar da Assembleia Geral Ordinária que se realizará na sede social, à Rua Primeiro de Março nº 23, 19º andar, às 10:30 horas, em primeira convocação, e 11:00 horas, em segunda convocação, no dia 26/04/2024, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) Apreciação do Relatório, Balanço e Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; b) Deliberação do resultado do exercício; c) Outros assuntos: Ficam os senhores acionistas informados que estarão à disposição dos mesmos, na sede social da sociedade, o Relatório da Administração e a cópia das Demonstrações Financeiras. Rio de Janeiro, 11 de abril de 2024. Abel Mendes Pinheiro Junior - Diretor.

ASSOCIAÇÃO DEFENSORA DE DIREITOS AUTORAIS – ADDAF
CNPJ: 33.575.663/0001-93
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Convocamos os senhores associados a comparecerem à Assembleia Geral Ordinária da associação, que será realizada em sua sede, situada na Rua Visconde de Inhaúma nº 134 - salas 1109/10, Centro - RJ, no dia 24 de abril de 2024, às 14h em primeira e às 14h30 em segunda convocação, com qualquer número de associados presentes, para deliberarem os seguintes itens da Ordem do Dia: 1) Leitura e aprovação da Ata da Assembleia Geral anterior; 2) Apreciar o Balanço relativo ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023; 3) Apreciar o Relatório de Atividades da Diretoria de 2023; 4) Examinar e aprovar a Previsão orçamentária para o exercício de 2024; 5) homologar o Plano de Cargos e Salários; 6) Tomar conhecimento dos montantes totais dos repasses enviados e recebidos de cada associação estrangeira no ano de 2023; 7) Fixar a Tabela de Preços para o ano de 2024, elaborada pela Diretoria; e 8) Assuntos de interesse geral. Rio de Janeiro, 16 de abril de 2024. Fábio Keldani Raphael - Presidente.

ALESAT COMBUSTÍVEIS S.A.
CNPJ: 23.314.594/0008-87
AUDITORIA AMBIENTAL

A ALESAT COMBUSTÍVEIS S.A. torna público que entregou ao Instituto Estadual do Ambiente – INEA, em 13/03/2024 Relatório de Auditoria Ambiental de Acompanhamento correspondente ao período de 2022 a 2023, para operar base de armazenamento e distribuição de combustíveis derivados de petróleo e álcool, com capacidade de armazenamento de 11.500 m³, incluindo dois dutos de transferência de óleo diesel e gasolina da REDUC para a base e informa que este estará à disposição para consulta na Av. Monroe, 810 – Vila Actura – Campos Elíseos no município de Duque de Caxias, no período de 02/05/2024 a 30/05/2024, no horário das 8h às 16h. Informa, ainda, que o referido relatório também estará disponível para consulta no endereço eletrônico www.inea.rj.gov.br/biblioteca (Processo E-07/204.266/2004)

SF 726 PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS S.A.
CNPJ/MF nº 53.140.797/0001-99 - NIRE 33.3.0035186-8
RESUMO DA ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM 18 DE MARÇO DE 2024

Aos 15/03/2024, na sede no Rio de Janeiro, dispensada a convocação formal, todos acionistas presentes, Sr. José Guilherme Cruz Souza presidiu, Larissa Lima secretariou. **Ordem do Dia:** Retificar ata anterior, alterar estatuto, aumentar capital, eleger conselheiros. **Deliberações:** Retificação aprovada, alteração da sede para Praia de Botafogo 440, Botafogo/RJ; Objeto social agora inclui geração de energia solar e outras atividades; Estatuto consolidado; Capital aumentado inicialmente em R$78.600.000,00 com emissão de ações subscritas por VICC GD II S.A., e em mais R$8.733.333,33 integralizadas por Brasil Solar Participações Ltda. Novos conselheiros eleitos com mandato até 18/03/2026. Nada mais havendo, ata assinada por José Guilherme Cruz Souza e Larissa Lima. **JUCERJA** nº 00006177489 em 10/04/2024. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral. **A íntegra deste documento está disponível na versão digital do jornal.**

LAR PEDRO RICHARD
CNPJ/MF Nº 42.244.293/0001-00
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

De acordo com o Art. 9º do Estatuto do **LAR PEDRO RICHARD** são convocados os seus Associados Efetivos para em Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se em sua sede à Rua Comandante Simeão nº 200, Praça Seca, Jacarepaguá, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, no dia 29 de abril de 2024, às 09:00, em 1ª convocação ou às 10:00, em 2ª e última convocação para tratar a seguinte Ordem do Dia: 1) Leitura e Aprovação da Ata de Reunião anterior; 2) Apreciação do Relatório e Contas da Administração relativos a 2023; 3) Assuntos Gerais.

Rio de Janeiro, 12 de abril de 2024.
Jorge Pedreira de Cerqueira - Diretor Presidente do Lar Pedro Richard

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código BA7A-8369-427E-A64D.

BRK AMBIENTAL – RIO DAS OSTRAS S.A.

CNPJ: 08.774.784/0001-17

Relatório da Administração – 2023: Senhores Acionistas: Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Permanecemos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos necessários. Rio das Ostras, 28 de março de 2024.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (em milhares de reais)

Ativo	2023	2022
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	9.395	9.847
Contas a receber (Nota 6)	38.927	35.154
Tributos a recuperar	1.374	345
Estoques	2.371	1.893
Despesas antecipadas	309	231
Outros ativos	16	7
	52.392	47.477
Não circulante		
Contas a receber (Nota 6)	854.861	830.862
Tributos a recuperar	292	154
Despesas antecipadas		65
Depósitos judiciais	25	
	855.178	831.081
Imobilizado	236	275
Ativo de direito de uso (Nota 7)	408	141
Intangível	1	2
	855.823	831.499
Total do ativo	908.215	878.976

Passivo e patrimônio líquido	2023	2022
Circulante		
Fornecedores	1.096	1.562
Passivo de arrendamento (Nota 8.1)	372	161
Debêntures (Nota 8.2)	192.717	166.820
Tributos a pagar (Nota 9)	27	1.952
Salários e encargos sociais	1.007	887
PIS e COFINS diferidos (Nota 10)	2.318	3.252
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar (Nota 11)	8.049	22.954
Outros passivos		431
	205.586	198.019
Não circulante		
Passivo de arrendamento (Nota 8.1)	77	10
Partes relacionadas (Nota 12)	1.080	19.397
PIS e COFINS diferidos (Nota 10)	80.321	76.818
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 13 (a))	153.460	146.683
Provisão para contingências (Nota 14)	773	162
Benefícios a empregados (Nota 15)	390	20
	236.101	243.090
Patrimônio líquido (Nota 16)		
Capital social	185.141	185.141
Reserva de capital	37.125	37.125
Reserva de lucros	231.756	185.141
Dividendos adicionais propostos	12.481	30.441
Ajuste de avaliação patrimonial	25	19
	466.528	437.867
Total do passivo e patrimônio líquido	908.215	878.976

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (em milhares de reais)

	2023	2022
Receita líquida de serviços (Nota 17 (a))	89.160	121.699
Custos dos serviços prestados (Nota 17 (b))	(15.093)	(15.267)
Lucro bruto	74.067	106.432
Receitas (despesas) operacionais		
Gerais e administrativas (Nota 17 (b))	(16.321)	(12.168)
Outras receitas, líquidas (Nota 17 (b))	2	26.464
Lucro antes das receitas e despesas financeiras	57.748	120.728
Resultado financeiro (Nota 17 (c))		
Receitas financeiras	1.340	1.523
Despesas financeiras	(30.566)	(25.315)
Resultado financeiro, líquido	(29.226)	(23.792)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	28.522	96.936
Imposto de renda e contribuição social correntes (Nota 13 (b))	(2.406)	(2.237)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 13 (b))	(6.774)	(30.670)
Lucro do exercício	19.342	64.029
Lucro básico por ação atribuível aos acionistas da Companhia (em R$ por ação) (Nota 16 (c))	0,15	0,49

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (em milhares de reais)

	2023	2022
Lucro do exercício	19.342	64.029
Itens que não serão reclassificados para o resultado (Nota 16 (g))		
Obrigações com benefícios pós-emprego	9	18
Efeitos fiscais	(3)	(6)
	6	12
Total do resultado abrangente do exercício	19.348	64.041

Demonstrações das mutações no patrimônio líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros: Reserva legal	Reserva de lucros: Retenção de lucros	Dividendos propostos	Lucros acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total
Em 1º de janeiro de 2022	185.141	37.125	2.346	158.628			7	383.247
Resultado do exercício:								
Lucro do exercício						64.029		64.029
Outros resultados abrangentes:								
Obrigações com benefícios pós-emprego (Nota 16 (g))							12	12
Total do resultado abrangente do exercício						64.029	12	64.041
Transação de capital com sócios:								
Reversão de dividendos (Nota 11 (b))						5.786		5.786
Dividendos adicionais propostos (Nota 16 (f))					30.441	(30.441)		
Dividendos mínimos obrigatórios (Nota 16 (b))						(15.207)		(15.207)
Constituição de reservas (Nota 16 (e) e (f))			3.201	20.966		(24.167)		
Em 31 de dezembro de 2022	185.141	37.125	5.547	179.594	30.441		19	437.867
Resultado do exercício:								
Lucro do exercício						19.342		19.342
Outros resultados abrangentes:								
Obrigações com benefícios pós emprego (Nota 16 (g))							6	6
Total do resultado abrangente do exercício						19.342	6	19.348
Transação de capital com sócios:								
Reversão de dividendos minimos obrigatórios (Nota 11 (b))				15.207				15.207
Juros sobre capital próprio (Nota 16 (b))						(1.300)		(1.300)
Reversão de dividendos adicionais propostos (Nota 16 (b))				30.441	(30.441)			
Dividendos adicionais propostos (Nota 16 (f))					12.481	(12.481)		
Dividendos mínimos obrigatórios (Nota 16 (b))						(4.594)		(4.594)
Constituição de reservas (Nota 16 (e))			967			(967)		
Em 31 de dezembro de 2023	185.141	37.125	6.514	225.242	12.481		25	466.528

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (em milhares de reais)

Fluxos de caixa das atividades operacionais	2023	2022
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	28.522	96.936
Ajustes		
Depreciação	83	93
Amortização do ativo de direito de uso	535	366
Valor residual do ativo imobilizado baixados		(1)
Valor residual do ativo de direito de uso baixados	(1)	2
Provisão para contingências	687	9
Margem de construção	(146)	(137)
Benefícios a empregados	373	6
Ajuste a valor presente	97	60
Reversão de provisão		26.480
Juros e variações monetárias, líquidos	26.779	21.827
	56.929	145.641
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	(26.554)	(86.556)
Tributos a recuperar	(1.167)	59
Estoques	(478)	(715)
Depósitos judiciais	(25)	
Despesas antecipadas	(13)	142
Outros ativos	(9)	8
Fornecedores	(860)	438
Salários e encargos sociais	120	88
Tributos a pagar	(618)	(11.254)
PIS e COFINS diferidos	1.893	(32.260)
Partes relacionadas	(18.317)	(15.968)
Provisões para contingências	(76)	(9)
Outros passivos	(431)	
Caixa proveniente das (aplicado nas) operações	10.394	(386)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(3.908)	(1.655)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	6.486	(2.041)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Adições ao imobilizado	(42)	(86)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(42)	(86)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Dividendos pagos	(5.396)	(200)
Amortização de passivo de arrendamento	(620)	(411)
Custo de transação sobre ingresso de debêntures	(880)	
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(6.896)	(611)
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(452)	(2.738)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	9.847	12.585
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	9.395	9.847

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais: A BRK Ambiental – Rio das Ostras S.A. ("Companhia"), foi constituída em 27 de março de 2007, como uma Sociedade de Propósito Específico ("SPE"), e assinou o contrato de Parceria Público Privada ("PPP"), na modalidade de concessão administrativa, em 15 de agosto de 2007, com o Município de Rio das Ostras, no Estado do Rio de Janeiro. Tem como atividade preponderante, a operação da totalidade do sistema de esgotamento pelo prazo de 15 anos, após a ampliação do sistema de esgotamento sanitário, compreendendo a construção de rede coletora, drenagem de águas pluviais, pavimentação, coletores tronco, estações elevatórias e ampliação da estação de tratamento de esgoto. A sede da Companhia está localizada na Rua Duque de Caxias, nº 443, Rio das Ostras, Rio de Janeiro. As obras de construção do ativo concessivo foram iniciadas em agosto de 2007 e concluídas em abril de 2009. A partir desta data, a Companhia iniciou as operações relativas ao contrato PPP de sistema de tratamento de esgoto, com reajuste anual através do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"). A Companhia tem o direito pleno de utilizar o ativo concedido ao longo do período estipulado, seguindo as condições acordadas. Além disso, é responsável por realizar investimentos, conforme compromissos e/ou obrigações definidas no contrato de concessão para aprimorar e ampliar os sistemas, estipulado em contrato. Esses investimentos podem ser objeto de discussão com o poder concedente, por meio de aditivos contratuais e negociações eventuais. A Companhia assinou em 20 de dezembro de 2017 o Memorando de Entendimentos (Acordo) com o Município de Rio das Ostras (Poder Concedente), cujo objetivo era estabelecer um mecanismo para que as Partes pudessem dar continuidade a operação, garantindo a prestação do serviço público essencial desempenhado pela Companhia e de acordo com a capacidade de pagamento do Município. Considerando que o Poder Concedente não efetuou nenhum dos pagamentos nele previstos, a Companhia solicitou seu cancelamento em 23 de agosto de 2018. No caso de inadimplemento da obrigação de pagamento pelo Poder Concedente o Fundo Garantidor da PPP, gerido e administrado pelo Banco do Brasil, possui a obrigação de realizar os pagamentos do saldo devedor além de eventuais multas e encargos. Conforme art. 11 da lei Municipal n. 1.029/2006 a referida obrigação do Fundo Garantidor permanecerá mesmo após o término do contrato da PPP contratualmente previsto para maio de 2024, até a quitação total dos valores devidos. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo, no montante de R$ 153.194 (2022 - R$ 150.542), principalmente em função do saldo das debêntures no curto prazo, cujo vencimento é em maio de 2024. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia é parte integrante do Grupo Brookfield ("Grupo"), sendo controlada direta da BRK Ambiental – Rio das Ostras Participações S.A ("RDOP") e controlada indireta da BRK Ambiental Participações S.A. ("BRK Ambiental"). As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 28 de março de 2024. **2. Resumo das principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente pela Companhia no exercício apresentado, salvo disposição em contrário. **2.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Esta demonstração financeira foi preparada em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e são apresentadas em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. Para adequação à apresentação das despesas por natureza do exercício corrente, algumas naturezas do exercício comparativo foram reclassificadas dentro do mesmo grupo das despesas por função, as quais, devido a sua imaterialidade, não estão sendo detalhadas. **3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** As estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício, estão contempladas a seguir: **(a) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos:** A Companhia reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos forem devidos. Quando o resultado dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado. A Companhia mantém o registro permanente de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre as seguintes bases: (i) prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social; (ii) receitas e despesas contábeis temporariamente não tributáveis e indedutíveis, respectivamente; e (iii) receitas e despesas fiscais que serão refletidas contabilmente em períodos posteriores. O reconhecimento e o valor dos tributos diferidos ativos dependem da geração futura de lucros tributáveis, o que requer o uso de estimativas relacionadas ao desempenho futuro da Companhia. Essas estimativas estão contidas no Plano de Negócios, que é aprovado anualmente pela Administração da Companhia. Anualmente, a Companhia revisa a projeção de lucros tributáveis. Se essas projeções indicarem que os resultados tributáveis não serão suficientes para absorver os tributos diferidos, são feitas as baixas correspondentes à parcela do ativo que não será recuperada. O prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social não expiram no âmbito tributário brasileiro. **(b) Provisão e passivos contingentes:** Os passivos contingentes e as provisões existentes na Companhia estão ligados, principalmente, a discussões nas esferas judiciais e administrativas decorrentes, em sua maioria, de processos trabalhistas, previdenciários, cíveis e tributários. A Administração da Companhia, apoiada na opinião dos seus assessores jurídicos externos, classifica esses processos em termos da probabilidade de perda da seguinte forma: • Perda provável: são processos com maior probabilidade de perda do que de êxito ou, de outra forma, a probabilidade de perda é superior a 50%. Para esses processos, a Companhia mantém provisão contábil que é apurada da seguinte forma: (i) processos trabalhistas – o valor provisionado corresponde ao valor de desembolso estimado pelos seus assessores jurídicos; (ii) processos tributários – o valor provisionado corresponde ao valor da causa acrescido de encargos correspondentes à variação da taxa Selic; e (iii) demais processos – o valor provisionado corresponde ao valor da causa. • Perda possível: são processos com possibilidade de perda maior que remota. A perda pode ocorrer, todavia os elementos disponíveis não são suficientes ou claros de tal forma que permitam concluir que a tendência será de perda ou ganho. Para esses processos, a Companhia não faz provisão e destaca em nota explicativa os de maior relevância, quando aplicável. • Perda remota: são processos para os quais o risco de perda é avaliado como pequeno. Para esses processos, a Companhia não faz provisão e nem divulgação em nota explicativa, independentemente do valor envolvido. A Administração da Companhia acredita que as estimativas relacionadas à conclusão dos processos e a possibilidade de desembolso futuro podem mudar em face do seguinte: (i) instâncias superiores do sistema judicial podem tomar decisão em caso similar envolvendo outra companhia, adotando interpretação definitiva a respeito do caso e, consequentemente, antecipando a finalização de processo envolvendo A Companhia, sem qualquer desembolso ou implicando na necessidade de liquidação financeira do processo; e (ii) programas de incentivo ao pagamento dos débitos, implementado no Brasil a nível Federal e Estadual, em condições favoráveis, que podem levar a um desembolso inferior ao que se encontra provisionado ou inferior ao valor da causa. **(c) Reconhecimento de receita de construção:** A Companhia usa o método de custo acrescido de margem para reconhecimento das receitas provenientes de prestação de serviços de construção da infraestrutura dos contratos de concessão e tal método requer a uso de certas estimativas, conforme descrito na (Nota 2.13 (b)). **(d) Receita não faturada:** A Companhia registra as receitas ainda não faturadas, porém incorridas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período. A definição dos valores das receitas ainda não faturadas requer a uso de certas estimativas, conforme descrito na Nota 2.3.

"As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida, e não devem ser consideradas isoladamente para tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente estão disponíveis no endereço eletrônico do presente jornal, no endereço eletrônico da Companhia e no endereço eletrônico da CVM, respectivamente, https://www.diariocomercial.com.br/, https://www.ri.brkambiental.com.br/ e https://www.gov.br/cvm/pt-br."

DIRETORIA: Antonio e Alexandre Maia Santiago
Contador: Adelmo da Silva de Oliveira – CRC/BA 028385/O-6

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras
Aos Administradores e Acionistas da **BRK Ambiental – Rio das Ostras S.A.** Rio das Ostras – RJ. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da BRK Ambiental – Rio das Ostras S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da BRK Ambiental – Rio das Ostras S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. ***Infraestrutura da concessão:*** Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia mantinha registrado saldo de direitos a faturar, divulgado na nota explicativa 6 com o montante de R$25.059 mil, que se refere substancialmente aos ativos financeiros da concessão decorrente das receitas de construção dos contratos de concessão pública e serão recebidos das concedentes conforme cronograma de faturamento estabelecido em contrato de concessão. A mensuração da infraestrutura de concessão contempla o método de custo acrescido de margem, em atendimento à Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 – Contratos de Concessão, e é afetada por elementos subjetivos devido às naturezas diversas dos gastos alocados como parte da infraestrutura da concessão. Adicionalmente, a mensuração dos ativos financeiros da concessão considera atualizações calculadas com base na taxa de desconto específica de cada contrato. O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista as especificidades atreladas ao processo de classificação dos gastos com infraestrutura e à mensuração da infraestrutura de concessão, assim como a relevância dos valores envolvidos. ***Como nossa auditoria tratou o assunto:*** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: • Entendimento do processo e riscos e controles implementados, pela diretoria, relativos à classificação dos gastos com infraestrutura entre custos de construção e despesas de manutenção e mensuração dos ativos relacionados à infraestrutura da concessão; • Testes de controles internos relacionados à classificação dos gastos com infraestrutura e mensuração dos ativos relacionados à infraestrutura da concessão, incluindo o cálculo do custo acrescido da margem; • Testes de controles internos relacionados ao ambiente geral de controles de tecnologia de informação, incluindo os controles sobre a gestão de acesso e alterações aos sistemas e seus dados; • Teste amostral dos gastos incorridos e classificados como custos de construção durante o exercício de 2023, avaliando a ocorrência, a natureza dos gastos e a correta classificação entre custos de construção ou despesas de manutenção; • Recálculo da margem de construção e da atualização dos ativos financeiros da concessão, reconhecidas no exercício de 2023, e comparação do resultado desses recálculos com os saldos registrados na contabilidade. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios determinados pela diretoria da Companhia para definição e mensuração dos gastos classificados como custo da infraestrutura da concessão e para a definição das premissas utilizadas na determinação e avaliação dos ativos financeiros da concessão, assim como a respectiva divulgação na nota explicativa 6, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Responsabilidade da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de março de 2024.

ERNST & YOUN
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O

Bruno Marchetti Moretti
Contador
CRC SP-321238/O

SYNERGY S.A.
CNPJ/MF N°. 30.278.527/0001-43
CONVOCAÇÃO

Conforme previsto no Art. 11º do Estatuto Social da Cia., combinado com o disposto no Art. 123 da Lei 6.404/76, **convocamos** os Srs. Acionistas para a Assembleia Geral Ordinária da Synergy S.A., a realizar-se em sua sede, na Rua Barão de Piraí n°. 172, sala 04, Centro, Cidade de Piraí, RJ, às 14:00 horas do dia 30/04/2024, em 1ª convocação, visando deliberar sobre as matérias elencadas no art. 132 da Lei 6.404/76. Piraí, RJ, 11 de abril 2024. Fernando Lana de Noronha – Diretor Presidente.

Diário Comercial
PARA A PUBLICAÇÃO DE ATAS, BALANÇOS, EDITAIS, FATOS RELEVANTES E UNDERWRITING NO DIÁRIO COMERCIAL, FALE COM SUA AGÊNCIA DE PUBLICIDADE OU NOS CONSULTE

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código BA7A-8369-427E-A64D.

BRK AMBIENTAL – MACAÉ S.A.

CNPJ/MF Nº 17.002.138/0001-22

Relatório da Administração – 2023: Senhores Acionistas: Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Permanecemos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos necessários. Macaé, 28 de março de 2024.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (em milhares de reais)

Ativo	**2023**	**2022**
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	126.072	100.255
Contas a receber, líquidas (Nota 6)	16.538	14.169
Adiantamentos a fornecedores		8
Tributos a recuperar (Nota 7)	5.329	3.762
Despesas antecipadas	211	211
Outros ativos	3.536	2.224
	151.686	120.629
Não circulante		
Contas a receber, líquidas (Nota 6)	904	1.078
Fundos restritos (Nota 2.3)	7.043	6.335
Tributos a recuperar (Nota 7)	7.867	8.514
Partes relacionadas (Nota 14)	2.287	2.287
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 15 (a))	12.112	11.596
Depósitos judiciais	343	864
Despesas antecipadas	4	46
	30.560	30.720
Imobilizado	2.771	2.766
Ativos de contrato (Nota 8)	29.910	71.582
Ativo de direito de uso (Nota 9)	1.051	354
Intangível (Nota 10)	356.981	288.177
	421.273	393.599
Total do ativo	572.959	514.228

Passivo e patrimônio líquido	**2023**	**2022**
Circulante		
Fornecedores (Nota 11)	4.244	3.649
Empréstimos e financiamentos (Nota 12.1)	9.892	8.154
Passivo de arrendamento (Nota 12.2)	843	310
Debêntures (Nota 12.3)	1.851	2.133
Salários e encargos sociais (Nota 13)	2.297	2.433
Tributos a pagar	1.215	1.144
Outros passivos		700
	20.342	18.523
Não circulante		
Empréstimos e financiamentos (Nota 12.1)	194.978	178.763
Passivo de arrendamento (Nota 12.2)	286	81
Debêntures (Nota 12.3)	73.850	73.768
Partes relacionadas (Nota 14)	181.783	146.741
Provisões para contingências (Nota 16)	1.639	958
Benefícios a empregados (Nota 17)	217	350
	452.753	400.661
Patrimônio líquido (Nota 18)		
Capital social	124.448	118.448
Prejuízos acumulados	(24.567)	(23.413)
Ajuste de avaliação patrimonial	(17)	9
	99.864	95.044
Total do passivo e patrimônio líquido	572.959	514.228

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (em milhares de reais)

	2023	**2022**
Receita líquida de serviços (Nota 19 (a))	118.547	111.839
Custos dos serviços prestados (Nota 19 (b))	(66.250)	(59.526)
Lucro bruto	52.297	52.313
Receitas (despesas) operacionais		
Gerais e administrativas (Nota 19 (b))	(18.053)	(17.305)
Perdas de créditos esperadas (Nota 19 (b))	(214)	(2.378)
Outras receitas (despesas), líquidas (Nota 19 (b))	7	(109)
Lucro antes das receitas e despesas financeiras	34.037	32.521
Resultado financeiro (Nota 19 (c))		
Receitas financeiras	2.422	2.181
Despesas financeiras	(38.117)	(32.801)
Resultado financeiro líquido	(35.695)	(30.620)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(1.658)	1.901
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 15 (b))	503	(694)
Lucro (prejuízo) do exercício	(1.155)	1.207
Lucro (prejuízo) por ação atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício (expresso em R$ por ação) (Nota 18 (b))	(0,01)	0,01

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (em milhares de reais)

	2023	**2022**
Lucro (prejuízo) do exercício	(1.155)	1.207
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado (Nota 18(c))		
Obrigações com benefícios pós-emprego	(38)	30
Efeitos fiscais	13	(10)
	(25)	20
Total do resultado abrangente do exercício	(1.180)	1.227

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (em milhares de reais)

	Capital social	**Lucros (prejuízos) acumulados**	**Ajuste de avaliação patrimonial**	**Total**
Em 1º de janeiro de 2022	116.448	(24.619)	(12)	91.817
Resultado do exercício:				
Lucro do exercício		1.207		1.207
Outros resultados abrangentes:				
Obrigações com benefícios pós-emprego (Nota 18 (c))			20	20
Total do resultado abrangente do exercício		1.207	20	1.227
Transação de capital com sócios:				
Aumento de capital (Nota 18 (a))	2.000			2.000
Em 31 de dezembro de 2022	118.448	(23.412)	8	95.044
Resultado do exercício:				
Prejuízo do exercício		(1.155)		(1.155)
Outros resultados abrangentes:				
Obrigações com benefícios pós-emprego (Nota 18 (c))			(25)	(25)
Total do resultado abrangente do exercício		(1.155)	(25)	(1.180)
Transação de capital com sócios:				
Aumento de capital (Nota 18 (a))	6.000			6.000
Em 31 de dezembro de 2023	124.448	(24.567)	(17)	99.864

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (em milhares de reais)

Fluxos de caixa das atividades operacionais	**2023**	**2022**
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(1.658)	1.901
Ajustes		
Depreciação e amortização	13.499	10.079
Amortização ativo de direito de uso	996	633
Valor residual do ativo de direito de uso baixados	(7)	(52)
Perdas de créditos esperadas	214	2.378
Provisão para contingências	1.381	569
Rendimentos de fundos restritos	(822)	(725)
Margem de lucro de construção	(729)	(660)
Benefícios a empregados	(186)	249
Ajuste a valor presente	162	108
Juros e variações monetárias, líquidos	33.570	28.715
	46.420	43.195
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	(2.409)	(991)
Adiantamentos a fornecedores	8	1.574
Tributos a recuperar	(920)	(615)
Depósitos judiciais	521	(5)
Despesas antecipadas	42	126
Outros ativos	(1.312)	21
Fornecedores	(689)	664
Salários e encargos sociais	(136)	(22)
Tributos a pagar	51	438
Provisões para contingências	(700)	(38)
Partes relacionadas	12.511	9.379
Outros passivos	(700)	(77)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	52.687	53.649
Imposto de renda e contribuição social pagos	(8)	(747)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	52.679	52.902
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Fundos restritos	114	4
Adições ao imobilizado	(311)	(690)
Adições ao ativos de contrato e intangível	(34.049)	(30.840)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(34.246)	(31.526)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Ingressos de empréstimos e financiamentos	22.387	4.815
Amortizações de empréstimos e financiamentos	(8.223)	(7.078)
Juros pagos de empréstimos e financiamentos	(16.491)	(15.743)
Amortizações de passivo de arrendamento	(1.110)	(727)
Juros pagos de debêntures	(11.509)	(9.752)
Partes relacionadas	16.330	26.854
Aumento de capital social	6.000	2.000
Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos	7.384	369
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	25.817	21.745
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	100.255	78.510
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	126.072	100.255

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Informações gerais: A BRK Ambiental – Macaé S.A. ("Companhia") foi constituída em 5 de outubro de 2012, com o objetivo de prestar serviços de coleta, transporte, tratamento e disposição final de esgotos sanitários, incluindo sua gestão comercial, no Município de Macaé – RJ. A sede da Companhia está localizada na Av. Rui Barbosa, 1011, Cobertura – Apto. 601, Macaé – RJ. Em 5 de novembro de 2012, foi assinado o Contrato de Parceria Pública Privada ("PPP") entre a Prefeitura de Macaé e a Companhia, na modalidade de Concessão Patrocinada ("contrato de concessão") e iniciado pelo período de 35 anos com prazo findo em 2047 e reajuste anual através do Índice Geral de Preços de Mercado ("IGPM") definida em contrato, compreendendo redes, estações elevatórias, estações de tratamento e demais atividades correlatas. A Companhia tem o direito pleno de utilizar o ativo concedido ao longo do período estipulado, seguindo as condições acordadas. Além disso, é responsável por realizar investimentos, conforme compromissos e/ou obrigações definidas no contrato de concessão para aprimorar e ampliar os sistemas, estipulado em contrato. Esses investimentos podem ser objeto de discussão com o poder concedente, por meio de aditivos contratuais e negociações eventuais. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia é parte integrante do Grupo Brookfield ("Grupo"), sendo controlada direta da BRK Ambiental – Projetos Ambientais S.A. ("BRK Projetos Ambientais") e controlada indireta da BRK Ambiental Participações S.A. ("BRK Ambiental"). As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 28 de março de 2024. **2 Principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente pela Companhia no exercício apresentado, salvo disposição em contrário. **2.1 Base de preparação:** As demonstrações financeiras para fins de referência nesse relatório foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Esta demonstração financeira foi preparada em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e são apresentadas em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. Para adequação à apresentação das despesas por natureza do exercício corrente, algumas naturezas do exercício comparativo foram reclassificadas dentro do mesmo grupo das despesas por função, as quais, devido a sua imaterialidade, não estão sendo detalhadas. **3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** As estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício estão contempladas a seguir: **(a) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos:** A Companhia reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado. A Companhia mantém o registro permanente de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre as seguintes bases: (i) prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social; (ii) receitas e despesas contábeis temporariamente não tributáveis e indedutíveis, respectivamente; e (iii) receitas e despesas fiscais que serão refletidas contabilmente em períodos posteriores. O reconhecimento e o valor dos tributos diferidos ativos dependem da geração futura de lucros tributáveis, o que requer o uso de estimativas relacionadas ao desempenho futuro da Companhia. Essas estimativas estão contidas no Plano de Negócios, que é aprovado anualmente pela Administração da Companhia. Anualmente, a Companhia revisa a projeção de lucros tributáveis. Se essas projeções indicarem que os resultados tributáveis não serão suficientes para absorver os tributos diferidos, são feitas as baixas correspondentes à parcela do ativo que não será recuperada. Os prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social não expiram no âmbito tributário brasileiro. **(b) Provisão e passivos contingentes:** Os passivos contingentes e as provisões existentes na Companhia estão ligados, principalmente, a discussões nas esferas judiciais e administrativas decorrentes, em sua maioria, de processos trabalhistas, previdenciários, cíveis, tributários e ambientais. A Administração da Companhia, apoiada na opinião dos seus assessores jurídicos externos, classifica esses processos em termos da probabilidade de perda da seguinte forma: • Perda provável: são processos com maior probabilidade de perda do que de êxito ou, de outra forma, a probabilidade de perda é superior a 50%. Para esses processos, a Companhia mantém provisão contábil que é apurada da seguinte forma: (i) processos trabalhistas – o valor provisionado corresponde ao valor de desembolso estimado pelos seus assessores jurídicos; (ii) processos tributários – o valor provisionado corresponde ao valor da causa acrescido de encargos correspondentes à variação da taxa Selic; e (iii) demais processos – o valor provisionado corresponde ao valor da causa. • Perda possível: são processos com possibilidade de perda maior que remota. A perda pode ocorrer, todavia os elementos disponíveis não são suficientes ou claros de tal forma que permitam concluir que a tendência será de perda ou ganho. Para esses processos, a Companhia não faz provisão e destaca em nota explicativa os de maior relevância, quando aplicável. • Perda remota: são processos para os quais o risco de perda é avaliado como pequeno. Para esses processos, a Companhia não faz provisão e nem divulgação em nota explicativa, independentemente do valor envolvido. A administração da Companhia acredita que as estimativas relacionadas à conclusão dos processos e a possibilidade de desembolso futuro podem mudar em face do seguinte: (i) instâncias superiores do sistema judicial podem tomar decisão em caso similar envolvendo outra companhia, adotando interpretação definitiva a respeito do caso e, consequentemente, antecipando a finalização de processo envolvendo a Companhia, sem qualquer desembolso ou implicando na necessidade de liquidação financeira do processo; e (ii) programas de incentivo ao pagamento dos débitos, implementado no Brasil a nível Federal e Estadual, em condições favoráveis, que podem levar a um desembolso inferior ao que se encontra provisionado ou inferior ao valor da causa. **(c) Reconhecimento de receita de construção:** A Companhia usa o método de custo acrescido de margem para reconhecimento das receitas provenientes de prestação de serviços de construção da infraestrutura dos contratos de concessão e tal método requer a uso de certas estimativas, conforme descrito na Nota 2.13 (b). **(d) Receita não faturada:** A Companhia registra as receitas ainda não faturadas, porém incorridas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período. A definição dos valores das receitas ainda não faturadas requer a uso de certas estimativas, conforme descrito na Nota 2.4 (a). **(e) Vida útil dos ativos intangíveis -** Os ativos intangíveis das concessões de serviços públicos são amortizados pelo método linear e refletem o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, podendo ser o prazo final da concessão, ou a vida útil do ativo, o que ocorrer primeiro. Os ativos intangíveis têm a sua amortização iniciada quando está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia. **(f) Perdas de créditos esperadas -** A Companhia registra as perdas de créditos esperadas em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas prováveis (Nota 6), com base na análise do saldo de contas a receber de clientes e de acordo com a política contábil estabelecida na Nota 2.4. A metodologia para determinar tais perdas exige estimativas significativas, considerando uma variedade de fatores entre os quais a avaliação do histórico de recebimento, ações comerciais, eventuais garantias contratuais, tendências econômicas atuais, estimativas de baixas previstas e vencimento da carteira de contas a receber.

"As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida, e não devem ser consideradas isoladamente para tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente estão disponíveis no endereço eletrônico do presente jornal, no endereço eletrônico da Companhia e no endereço eletrônico da CVM, respectivamente, https://www.diariocomercial.com.br/, https://www.ri.brkambiental.com.br/ e https://www.gov.br/cvm/pt-br."

DIRETORIA:
Ricardo Antonio e Alexandre Maia Santiago
Contador:
Adelmo da Silva de Oliveira – CRC/BA 028385/O-6

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras
Aos Administradores e Acionistas da BRK Ambiental – Macaé S.A. Macaé – RJ

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da BRK Ambiental – Macaé S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, , incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da BRK Ambiental – Macaé S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principal assunto de auditoria:** Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. ***Infraestrutura da concessão*:** Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia mantinha registrados saldos de ativos de contrato e ativos intangíveis de concessão, divulgados nas notas explicativas 8 e 10, com os montantes de R$29.910 mil e R$356.127 mil, respectivamente, que, em conjunto, representam a infraestrutura da concessão e são reconhecidos com base nos investimentos realizados na construção ou melhoria da infraestrutura. Os ativos de contrato referem-se aos ativos intangíveis de concessão ainda em construção que são transferidos para a rubrica ativo intangível quando entram em operação. Os ativos intangíveis de concessão são recebidos através da cobrança aos usuários dos serviços prestados via tarifa. A mensuração da infraestrutura de concessão contempla o método de custo acrescido de margem, em atendimento à Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 – Contratos de Concessão, e é afetada por elementos subjetivos devido às naturezas diversas dos gastos capitalizados como parte da infraestrutura da concessão. O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista as especificidades atreladas ao processo de capitalização de gastos com infraestrutura e à mensuração da infraestrutura de concessão, assim como a relevância dos valores envolvidos. *Como nossa auditoria tratou o assunto* - Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: • Entendimento do processo, riscos e controles implementados, pela diretoria, relativos à capitalização de gastos com infraestrutura e mensuração dos ativos relacionados à infraestrutura da concessão; • Testes de controles internos relacionados à capitalização de gastos com infraestrutura e mensuração dos ativos relacionados à infraestrutura da concessão, incluindo o cálculo do custo acrescido da margem; • Testes de controles internos relacionados ao ambiente geral de controles de tecnologia de informação, incluindo os controles sobre a gestão de acesso e alterações aos sistemas e seus dados; • Teste amostral dos gastos incorridos e capitalizados durante o exercício de 2023, avaliando a ocorrência, a natureza dos gastos e a correta classificação entre custo capitalizável ou despesas de manutenção; • Recálculo das amortizações e da margem de construção reconhecidas no exercício de 2023 e comparação do resultado desses recálculos com os saldos registrados na contabilidade. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios determinados pela diretoria da Companhia para definição e mensuração dos gastos elegíveis a capitalização como custo da infraestrutura da concessão, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 8 e 10, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Responsabilidade da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de março de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP-034519/O

Bruno Marchetti Moretti
Contador
CRC-SP321238/O

ESPORTE CLUBE BARREIRA

CNPJ: 36.479.483/0001-04

Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2023

Descrição	**Exercício Atual**
ATIVO	
Ativo Circulante	
Disponível	30.592,83 D
	30.592,83 D
Ativo não Circulante	
Imobilizado	25.218,06 D
Valores e Bens	2.821,08 D
	28.039,14 D
Total Geral do Ativo	**58.631,97 D**

Descrição	**Exercício Atual**
PASSIVO	
Passivo Circulante	
Obrigações de Curto Prazo	1.542.216,36 C
	1.542.216,36 C
Passivo Não Circulante	
Obrigações de Longo Prazo	7.575.341,68 C
	7.575.341,68 C
Patrimônio Líquido	
Patromônio Líquido	9.058.926,07 C
	9.058.926,07 C
Total Geral do Passivo	**58.631,97 C**

Demonstração do Resultado encerrado em 31 de dezembro de 2023

Descrição	**Exercício Atual**
Receita Operacional	3.112.860,66 C
Receitas	3.112.860,66 C
Receita Operacional Líquida	3.112.860,66 C
Lucro Operacional Bruto	3.112.860,66 C
Despesas Administrativas	1.091.511,92 D
Despesas com Pessoal	408.854,82 D
Despesas Sociais	3.884,65 D
Despesas com Taxas	54.690,23 D
	1.558.941,62 D
Lucro Operacional Líquido	1.553.919,04 C
Lucro Líquido do Período	1.553.919,04 C

Saquarema, 31 de Dezembro de 2023
Luis Felipe Pereira de Sousa Teixeira - Presidente do Conselho de Administração - CPF: 081.161.427-12
Ronaldo de Souza Estrella - Técnico em Contabilidade - CRC - RJ03855/O-4 - CPF: 114.949.307-06

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código BA7A-8369-427E-A64D.

BRK AMBIENTAL – RIO DAS OSTRAS PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 09.356.040/0001-45

Relatório da Administração – 2023: Senhores Acionistas: Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Permanecemos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos necessários. Rio das Ostras, 28 de março de 2024.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (em milhares de reais)

Ativo	Controladora		Consolidado	
Circulante	2023	2022	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	16	94	9.411	9.941
Contas a receber (Nota 6)			38.927	35.154
Tributos a recuperar	982	837	2.355	1.182
Estoques			2.371	1.893
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber (Nota 7 (c))	8.001	22.637		
Despesas antecipadas			309	231
Outros ativos			16	7
	8.999	23.568	53.389	48.408
Não circulante				
Contas a receber (Nota 6)			854.861	830.862
Tributos a recuperar			292	154
Despesas antecipadas				65
Depósitos judiciais			25	
			855.178	831.081
Investimentos em controlada (Nota 7 (b))	463.836	435.340		
Imobilizado			236	275
Ativo de direito de uso			408	141
Intangível			1	2
	463.836	435.340	855.823	831.499
Total do ativo	472.835	458.908	909.212	879.907

Passivo e patrimônio líquido	Controladora		Consolidado	
Circulante	2023	2022	2023	2022
Fornecedores		5	1.096	1.567
Passivo de arrendamento (Nota 8.1)			372	162
Debêntures (Nota 8.2)		18.470	192.717	185.290
Salários e encargos sociais			1.007	887
Tributos a pagar (Nota 9)			27	1.953
PIS e COFINS diferidos (Nota 10)			2.318	3.252
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar (Nota 11)	4.124		4.171	316
Outros passivos				431
	4.124	18.475	201.708	193.858
Não circulante				
Passivo de arrendamento (Nota 8.1)			77	10
Partes relacionadas (Nota 12)	2.685	2.449	3.765	21.846
Adiantamento para futuro aumento de capital	105	100	105	100
PIS e COFINS diferidos (Nota 10)			80.321	76.818
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 13 (a))		10	153.460	146.693
Provisão para contingências (Nota 14)			773	162
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar (Nota 11)	68.679	83.075	68.679	83.075
Benefícios a empregados (Nota 15)			390	20
	71.469	85.634	307.570	328.724
Patrimônio líquido (Nota 16)				
Capital social	205.582	190.782	205.582	190.782
Reserva de capital	18.250	18.250	18.250	18.250
Reserva de lucros	173.405	145.768	173.405	145.768
Ajuste de avaliação patrmonial	5	(1)	5	(1)
Patrimônio líquido dos acionistas da controladora	397.242	354.799	397.242	354.799
Participação dos não controladores			2.692	2.526
	397.242	354.799	399.934	357.325
Total do passivo e patrimônio líquido	472.835	458.908	909.212	879.907

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receita líquida de serviços (Nota 17 (a))			89.160	121.699
Custos dos serviços prestados (Nota 17 (b))			(15.093)	(15.267)
Lucro bruto			74.067	106.432
Receitas (despesas) operacionais				
Gerais e administrativas (Nota 17 (b))	(196)	(269)	(16.517)	(12.437)
Outras receitas, líquidas (Nota 17 (b))			2	26.464
Equivalência patrimonial em empresa controlada (Nota 7 (b))	19.230	63.659		
Lucro antes das receitas e despesas financeiras	19.034	63.390	57.552	120.459
Resultado financeiro (Nota 17 (c))				
Receitas financeiras	70	75	1.410	1.598
Despesas financeiras	(1.749)	(2.870)	(32.315)	(28.185)
Resultado financeiro, líquido	(1.679)	(2.795)	(30.905)	(26.587)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	17.355	60.595	26.647	93.872
Imposto de renda e contribuição social correntes (Nota 13 (b))			(2.406)	(2.237)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 13 (b))	10	20	(6.764)	(30.651)
Lucro do exercício	17.365	60.615	17.477	60.984
Atribuível aos				
Acionistas da Companhia			17.365	60.615
Participação dos não controladores			112	369
			17.477	60.984
Lucro básico por ação atribuível aos acionistas da Companhia (em R$ por ação) (Nota 16 (b))	0,13	0,45	0,13	0,45

Demonstrações das mutações no patrimônio líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (em milhares de reais)

	Atribuíveis aos acionistas da controladora								
			Reserva de lucros						
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Retenção de lucros	Ajuste avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total	Participação dos não controladores	Total patrimônio líquido
Em 1º de janeiro de 2022	189.882	18.250	2.149	92.058	(12)		302.327	2.211	304.538
Resultado do exercício:									
Lucro do exercício						60.615	60.615	369	60.984
Outros resultados abrangentes:									
Obrigações com benefícios pós-emprego (Nota 16 (g))					11		11		11
Total do resultado abrangente do exercício					11	60.615	60.626	369	60.995
Transação com capital de sócio:									
Aumento de capital (Nota 16 (a))	900						900		900
Dividendos mínimos obrigatórios (Nota 16 (e))						(14.396)	(14.396)	(87)	(14.483)
Reversão de dividendos (Nota 11 (b))				5.342			5.342	33	5.375
Constituição de reservas (Nota 16 (d) e (f))			3.030	43.189		(46.219)			
Em 31 de dezembro de 2022	190.782	18.250	5.179	140.589	(1)		354.799	2.526	357.325
Resultado do exercício:									
Lucro do exercício						17.365	17.365	112	17.477
Outros resultados abrangentes:									
Obrigações com benefícios pós-emprego (Nota 16 (g))					6		6		6
Total do resultado abrangente do exercício					6	17.365	17.371	112	17.483
Transação de capital com sócio:									
Aumento de capital (Nota 16 (a))	14.800						14.800		14.800
Juros sobre capital próprio (Nota 11 (b))								(7)	(7)
Dividendos mínimos obrigatórios (Nota 16 (e))						(4.124)	(4.124)	(26)	(4.150)
Reversão de dividendos (Nota 11 (b))				14.396			14.396	87	14.483
Constituição de reservas (Nota 16 (d) e (f))			869	12.372		(13.241)			
Em 31 de dezembro de 2023	205.582	18.250	6.048	167.357	5		397.242	2.692	399.934

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Lucro do exercício	17.365	60.615	17.477	60.984
Itens que não serão reclassificados para o resultado (Nota 16 (g))				
Obrigações com benefícios pós-emprego – controlada	9	17	9	17
Efeitos fiscais	(3)	(6)	(3)	(6)
	6	11	6	11
Total do resultado abrangente do exercício	17.371	60.626	17.483	60.995
Atribuível a				
Acionistas da Companhia			17.365	60.615
Participação dos não controladores			112	369
			17.477	60.984

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (em milhares de reais)

Fluxos de caixa das atividades operacionais	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	17.355	60.595	26.647	93.872
Ajustes				
Depreciação			83	92
Amortização do ativo de direito de uso			535	366
Valor residual do ativo de direito de uso baixados			(1)	3
Equivalência patrimonial	(19.230)	(63.659)		
Provisão para contingências			687	9
Margem de construção			(146)	(137)
Beneficios a empregados			373	6
Ajuste a valor presente			97	60
Juros e variações monetárias, líquidos	1.403	2.479	28.182	24.306
Reversão de provisão				26.480
	(472)	(585)	56.457	145.057
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber			(26.554)	(86.556)
Tributos a recuperar	49	(74)	(1.118)	(12)
Estoques			(478)	(715)
Dividendos a receber	5.182	200		
Depósitos judiciais			(25)	
Despesas antecipadas			(13)	142
Outros ativos			(9)	6
Fornecedores	(5)	(14)	(865)	423
Salários e encargos sociais			120	88
Tributos a pagar		(1)	(618)	(82.930)
Partes relacionadas	236	429	(18.081)	(15.538)
PIS e COFINS diferidos			1.893	39.415
Provisões para contingências			(76)	(9)
Outros passivos			(429)	(2)
Caixa aplicado nas operações	4.990	(45)	10.204	(631)
Imposto de renda e contribuição social pagos			(3.908)	(1.655)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	4.990	(45)	6.296	(2.286)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Adições ao imobilizado			(42)	(86)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos			(42)	(86)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Dividendos pagos			(215)	
Amortização de passivo de arrendamento			(621)	(411)
Custo de transação sobre ingressos de debêntures			(880)	
Amortizações das debêntures	(15.312)		(15.312)	
Juros pagos de debêntures	(4.561)		(4.561)	
Adiantamento para futuro aumento de capital	14.805	100	14.805	100
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamentos	(5.068)	100	(6.784)	(311)
Aumento (redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	(78)	55	(530)	(2.683)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	94	39	9.941	12.624
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	16	94	9.411	9.941

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Informações gerais: A BRK Ambiental – Rio das Ostras Participações S.A. ("Companhia"), foi constituída em 7 de fevereiro de 2008, tendo como objeto social a participação em outras sociedades, civis ou comerciais, na área de saneamento público. A sede da Companhia está localizada na Rua Duque de Caxias, nº 443, Rio das Ostras, Rio de Janeiro. A Companhia é controladora da BRK Ambiental – Rio das Ostras S.A. ("Rio das Ostras"), que possui contrato de Parceria Pública Privada ("PPP"), na modalidade de concessão administrativa com o Município de Rio das Ostras, no Estado do Rio de Janeiro e tem como atividade preponderante, a operação da totalidade do sistema de esgotamento pelo prazo de 15 anos, após a ampliação do sistema de esgotamento sanitário que foi concluída em abril de 2009, reajuste anual através do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA") e compreendeu a construção de rede coletora, drenagem de água pluviais, pavimentação, coletores tronco, estações elevatórias e ampliação da estação de tratamento de esgoto. A Rio das Ostras tem o direito pleno de utilizar o ativo concedido ao longo do período estipulado, seguindo as condições acordadas. Além disso, é responsável por realizar investimentos, conforme compromissos e/ou obrigações definidas no contrato de concessão para aprimorar e ampliar os sistemas, estipulado em contrato. Esses investimentos podem ser objeto de discussão com o poder concedente, por meio de aditivos contratuais e negociações eventuais. A controlada Rio das Ostras assinou em 20 de dezembro de 2017 o Memorando de Entendimentos (Acordo) com o Município de Rio das Ostras (Poder Concedente), cujo objetivo era estabelecer um mecanismo para que as Partes pudessem dar continuidade a operação, garantindo a prestação do serviço público essencial desempenhado pela controlada Rio das Ostras e de acordo com a capacidade de pagamento do Município. Considerando que o Poder Concedente não efetuou nenhum dos pagamentos nele previstos, a controlada Rio das Ostras solicitou seu cancelamento em 23 de agosto de 2018. No caso de inadimplemento da obrigação de pagamento pelo Poder Concedente o Fundo Garantidor da PPP, gerido e administrado pelo Banco do Brasil, possui a obrigação de realizar os pagamentos do saldo devedor além de eventuais multas e encargos. Conforme art. 11 da Lei Municipal nº 1.029/2006 a referida obrigação do Fundo Garantidor permanecerá mesmo após o término do contrato da PPP, contratualmente previsto para maio de 2024, até a quitação total dos valores devidos. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia é parte integrante do Grupo Brookfield ("Grupo") e controlada pela BRK Ambiental Participações S.A. ("BRK Ambiental"). Em 31 de dezembro de 2023, o consolidado apresentou capital circulante líquido negativo, no montante de R$ 148.319 (2022 – R$ 145.450), principalmente em função do saldo das debêntures no curto prazo da controlada Rio das Ostras, cujo vencimento é em maio de 2024. As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 28 de março de 2024. **2 Principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente pela Companhia e sua controlada no exercício apresentado, salvo disposição em contrário. **2.1 Base de preparação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e são apresentadas em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia e sua controlada no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. Para adequação à apresentação das despesas por natureza do exercício corrente, algumas naturezas do exercício comparativo foram reclassificadas dentro do mesmo grupo das despesas por função, as quais, devido a sua imaterialidade, não estão sendo detalhadas. **3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** As estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia e sua controlada fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício, estão contempladas a seguir: **(a) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos:** A Companhia e sua controlada reconhecem provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos forem devidos. Quando o resultado dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado. A Companhia e sua controlada mantém o registro permanente de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre as seguintes bases: (i) prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social; (ii) receitas e despesas contábeis temporariamente não tributáveis e indedutíveis, respectivamente; e (iii) receitas e despesas fiscais que serão refletidas contabilmente em períodos posteriores. O reconhecimento e o valor dos tributos diferidos ativos dependem da geração futura de lucros tributáveis, o que requer o uso de estimativas relacionadas ao desempenho futuro da Companhia e sua controlada. Essas estimativas estão contidas no Plano de Negócios, que é aprovado anualmente pela administração da Companhia e sua controlada. Anualmente, a Companhia e sua controlada revisam as projeções de lucros tributáveis. Se essas projeções indicarem que os resultados tributáveis não serão suficientes para absorver os tributos diferidos, são feitas as baixas correspondentes à parcela do ativo que não será recuperada. O prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social não expiram no âmbito tributário brasileiro. **(b) Provisão e passivos contingentes:** Os passivos contingentes e as provisões existentes na Companhia e em sua controlada estão ligados, principalmente, a discussões nas esferas judiciais e administrativas decorrentes, em sua maioria, de processos trabalhistas, previdenciários, cíveis e tributários. A Administração da Companhia e sua controlada, apoiadas na opinião dos seus assessores jurídicos externos, classificam esses processos em termos da probabilidade de perda da seguinte forma: • Perda provável: são processos com maior probabilidade de perda do que de êxito ou, de outra forma, a probabilidade de perda é superior a 50%. Para esses processos, a Companhia e sua controlada mantém provisão contábil que é apurada da seguinte forma: (i) processos trabalhistas – o valor provisionado corresponde ao valor de desembolso estimado pelos seus assessores jurídicos; (ii) processos tributários – o valor provisionado corresponde ao valor da causa acrescido de encargos correspondentes à variação da taxa Selic; e (iii) demais processos – o valor provisionado corresponde ao valor da causa. • Perda possível: são processos com a possibilidade de perda maior que remota. A perda pode ocorrer, todavia os elementos disponíveis não são suficientes ou claros de tal forma que permitam concluir que a tendência será de perda ou ganho. Para esses processos, a Companhia e sua controlada não fazem provisão e destacam em nota explicativa os de maior relevância, quando aplicável. • Perda remota: são processos para os quais o risco de perda é pequeno. Para esses processos, a Companhia e sua controlada não fazem provisão e nem divulgação em nota explicativa, independentemente do valor envolvido. A Administração da Companhia e de sua controlada acreditam que as estimativas relacionadas à conclusão dos processos e a possibilidade de desembolso futuro podem mudar em face do seguinte: (i) instâncias superiores do sistema judicial podem tomar decisão em caso similar envolvendo outra companhia, adotando interpretação definitiva a respeito do caso e, consequentemente, antecipando a finalização de processo envolvendo a Companhia e sua controlada, sem qualquer desembolso ou implicando na necessidade de liquidação financeira do processo; e (ii) programas de incentivo ao pagamento dos débitos, implementado no Brasil a nível Federal e Estadual, em condições favoráveis, que podem levar a um desembolso inferior ao que se encontra provisionado ou inferior ao valor da causa. **(c) Reconhecimento de receita de construção**: A controlada usa o método de custo acrescido de margem para reconhecimento das receitas provenientes de prestação de serviços de construção da infraestrutura dos contratos de concessão e tal método requer a uso de certas estimativas, conforme descrito na (Nota 2.15 (b)). **4 Gestão de risco financeiro. 4.1 Fatores de risco financeiro. Considerações gerais:** A Companhia e sua controlada participam em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores, debêntures e partes relacionadas. Os instrumentos financeiros operados pela Companhia e sua controlada têm como objetivo administrar a disponibilidade financeira de suas operações. A administração dos riscos envolvidos nessas operações é feita através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia e sua controlada, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio da Companhia e sua controlada. Adicionalmente, a Companhia e sua controlada não participaram de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos especulativos e não especulativos. **(a) Risco de liquidez:** Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional, premissas de desembolsos e recebimentos futuros foram estabelecidas e são monitoradas diariamente pela área de tesouraria. **4.2 Gestão de capital:** O objetivo da Companhia e sua controlada ao administrar seu capital é o de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital para reduzir o respectivo custo. Em benefício de sua gestão, a Companhia e sua controlada podem rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para otimizar sua estrutura de capital. Condizente com outras companhias do setor, a Companhia e sua controlada monitoram o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de passivo de arrendamento, debêntures (incluindo valores circulantes e não circulantes), conforma demonstrados no balanço patrimonial consolidado, subtraídos do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. O índice de alavancagem financeira para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, podem ser assim sumariados:

"As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida, e não devem ser consideradas isoladamente para tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente estão disponíveis no endereço eletrônico do presente jornal, no endereço eletrônico da Companhia e no endereço eletrônico da CVM, respectivamente, https://www.diariocomercial.com.br/, https://www.ri.brkambiental.com.br/ e https://www.gov.br/cvm/pt-br."

DIRETORIA:
Ricardo Antonio e Alexandre Maia Santiago
Contador:
Adelmo da Silva de Oliveira – CRC/BA 028385/O-6

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da **BRK Ambiental – Rio das Ostras Participações S.A.** Rio das Ostras – RJ

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da BRK Ambiental – Rio das Ostras Participações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. ***Infraestrutura da concessão:*** Em 31 de dezembro de 2023, a controlada BRK Ambiental Rio das Ostras S.A. mantinha registrado saldo de direitos a faturar, divulgado na nota explicativa 6 com o montante de R$25.059 mil, que se refere substancialmente aos ativos financeiros da concessão decorrente das receitas de construção dos contratos de concessão pública e serão recebidos das concedentes conforme cronograma de faturamento estabelecido em contrato de concessão. A mensuração da infraestrutura de concessão contempla o método de custo acrescido de margem, em atendimento à Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 – Contratos de Concessão, e é afetada por elementos subjetivos devido às naturezas diversas dos gastos alocados como parte da infraestrutura da concessão. Adicionalmente, a mensuração dos ativos financeiros da concessão considera atualizações calculadas com base na taxa de desconto específica de cada contrato. O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista as especificidades atreladas ao processo de classificação dos gastos com infraestrutura e à mensuração da infraestrutura de concessão, assim como a relevância dos valores envolvidos. ***Como nossa auditoria tratou o assunto:*** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: • Entendimento do processo e riscos e controles implementados, pela diretoria, relativos à classificação dos gastos com infraestrutura entre custos de construção e despesas de manutenção e mensuração dos ativos relacionados à infraestrutura da concessão; • Testes de controles internos relacionados à classificação dos gastos com infraestrutura e mensuração dos ativos relacionados à infraestrutura da concessão, incluindo o cálculo do custo acrescido da margem; • Testes de controles internos relacionados ao ambiente geral de controles de tecnologia de informação, incluindo os controles sobre a gestão de acesso e alterações aos sistemas e seus dados; • Teste amostral dos gastos incorridos e classificados como custos de construção durante o exercício de 2023, avaliando a ocorrência, a natureza dos gastos e a correta classificação entre custos de construção ou despesas de manutenção; • Recálculo da margem de construção e da atualização dos ativos financeiros da concessão, reconhecidas no exercício de 2023, e comparação do resultado desses recálculos com os saldos registrados na contabilidade. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios determinados pela diretoria da Companhia para definição e mensuração dos gastos classificados como custo da infraestrutura da concessão e para a definição das premissas utilizadas na determinação e avaliação dos ativos financeiros da concessão, assim como a respectiva divulgação na nota explicativa 6, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Responsabilidade da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto,

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código BA7A-8369-427E-A64D.

BRK AMBIENTAL – RIO DAS OSTRAS PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 09.356.040/0001-45

estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de março de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O

Bruno Marchetti Moretti
Contador
CRC SP-321238/O

BLUE MARINE TELECOM - ZMAX GROUP

CNPJ: 29.764.518/0001-83

Balanço Patrimonial (em Reais)

ATIVO	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	5.787.262,23	1.283.399,78
Contas a receber	28.412.024,63	22.408.092,05
Impostos e contribuições a recuperar	31.421.901,83	6.497.217,40
Adiantamentos a fornecedores	180.954.601,16	83.743.478,17
Estoque	93.883.615,19	6.285.839,16
Despesas antecipadas	849.205,91	1.804.758,12
Outros valores a receber	52.017.531,85	365.738,95
Ativos para venda	59.982,39	–
Total do ativo circulante	**393.386.125,19**	**122.388.523,63**
Não circulante		
Partes relacionadas	2.152.714,18	9.742.530,08
Investimento	–	9.269.321,50
Imobilizado	12.987.312,25	24.723.154,34
Bens Admissão Temp./Comodato	136.315.286,31	–
Intangível	45.840,05	59.480,70
Total do ativo não circulante	**151.501.152,79**	**43.794.486,62**
Total do ativo	**544.887.277,98**	**166.183.010,25**

PASSIVO	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		
Fornecedores	161.637.243,69	12.957.394,58
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	592.745,48	–
Obrigações tributárias	12.798.690,93	6.086.683,93
Adiantamento de clientes	1.294.599,00	984.458,83
Outras contas a pagar	123.452.070,17	52.226.232,60
Receita a apropriar	40.274.711,28	–
Dividendos a pagar	2.275.263	–
Total do passivo circulante	**342.325.323,91**	**72.254.769,94**
Não circulante		
Partes relacionadas	52.860.416,42	52.133.294,82
Obrigações tributárias LP	1.906.181,84	1.947.128,50
Bens Admissão Temporária/Comod.	136.315.286,31	–
Total do passivo não circulante	**191.081.884,57**	**54.080.423,32**
Patrimônio líquido		
Capital social	11.026.352,00	10.296.295,00
Reserva legal	453.717,50	498.961,32
Reserva de lucro	–	4.299.644,23
Lucros/(Prejuízos) acumulados	–	24.752.916,44
Total do patrimônio líquido	**11.480.069,50**	**39.847.816,99**
Total do passivo	**544.887.277,98**	**166.183.010,25**

Demonstração do Resultado (em Reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Receita líquida	**289.124.773**	**89.617.537**
Receita bruta	335.991.760	102.165.251
(–) Impostos	(45.494.906)	(12.547.714)
(–) Cancelamentos	(1.372.082)	–
Custo dos Serviços Prestados	(267.974.290)	(69.629.347)
Lucro bruto	**21.150.483**	**19.988.190**
Despesas e receitas operacionais		
Despesas com pessoal	(2.096.582)	(1.744.353)
Despesas com serviços de terceiros	(631.679)	(1.020.502)
Despesas gerais e administrativas	(1.766.994)	(4.905.261)
Despesas tributárias	(2.181.361)	(1.227.324)
Depreciação e amortização	(344.740)	(335.686)
Outras receitas / (despesas) operacionais	(6.634.932)	5.132.045
Lucro antes do resultado financeiro	**7.494.193**	**15.887.108**
Despesas financeiras	(9.714.386)	(4.994.072)
Receitas financeiras	1.457.484	1.398.932
Variação cambial líquida	263.220	342.958
Lucro antes do IRPJ/CSLL	**(499.489)**	**12.634.925**
Imposto de renda e contribuição social	(2.783.517)	(2.655.699)
Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício	**(3.283.005,49)**	**9.979.226,45**

Rodrigo do Carmo Magarotto - Diretor Executivo - CPF 298.653.998-06. **Alessandra Magalhães da Silva -** CRC-RJ 114724/O-7 - CPF: 082.767.807-09

PORTA DOS FUNDOS PRODUTORA E DISTRIBUIDORA AUDIOVISUAL S.A.

CNPJ: 17.227.558/0001-07

Balanço Patrimonial em 31/12/2023 e 2022 - Em milhares de reais (R$)

Ativo	2023	2022
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	3.374	2.236
Contas a receber de clientes	5.932	2.094
Projetos em andamento	1.804	4.885
Tributos a recuperar	3.304	3.384
Tributos diferidos	339	73
Outros ativos	415	438
	15.168	**13.109**
Não circulante		
Direito de uso	1.499	1.926
Imobilizado	1.755	2.334
Intangível	18	28
	3.272	**4.288**
Total	**18.440**	**17.397**

Passivo e patrimônio líquido	2023	2022
Circulante		
Fornecedores	5	147
Partes Relacionadas	4.500	–
Obrigações tributárias	254	155
Obrigações sociais e trabalhistas	1.283	563
Adiantamentos de clientes	2.574	1.784
Arrendamento a pagar	650	247
Dividendos a pagar	–	2.586
Outras contas a pagar	544	80
	9.811	**5.563**
Não circulante		
Arrendamento a pagar	1.264	2.071
Dividendos a pagar	2.586	–
	3.850	**2.071**
Patrimônio líquido		
Capital social	849	849
Reserva de capital	3.930	12.106
Prejuízo acumulado	–	(3.192)
	4.779	**9.763**
Total	**18.440**	**17.397**

DIRETORIA:

Fabrício Gabriel Rosa Proti - Representante Legal - CPF 127.012.438-23

Contador: Osvaldo de Souza Neto - CRC 1SP264313/O-4

Auditor: Fernando Camanzano Martinez - CRC 1SP328247/O-3

Demonstrações dos Resultados dos exercícios findos em 31/12/2023 e 2022
Em milhares de reais (R$)

	2023	2022
Receita operacional líquida	56.520	61.436
Custo das vendas	(48.579)	(56.552)
Lucro bruto	**7.940**	**4.884**
Receitas (despesas) operacionais		
Despesas gerais e administrativas	(11.834)	(11.922)
Despesas comerciais	(777)	(1.357)
Despesas tributárias	(33)	(85)
Outras receitas (despesas) operacionais	(15)	(1)
	(12.659)	**(13.364)**
Prejuízo antes do resultado financeiro	**(4.719)**	**(8.480)**
Resultado financeiro	(265)	(110)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	**(4.984)**	**(8.590)**
Imposto de renda e contribuição social	–	–
Prejuízo do exercício	**(4.984)**	**(8.590)**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios findos em 31/12/2023 e 2022 - Em milhares de reais (R$)

	Capital Social	Reservas: Capital	Reservas: Legal	Reservas: De retenção de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**849**	**12.106**	**170**	**9.886**	**–**	**23.011**
Dividendos pagos do exercício anterior	–	–	–	(4.658)	–	(4.658)
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	(8.590)	(8.590)
Absorção de prejuízo com reservas	–	–	170	(5.228)	5.398	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**849**	**12.106**	**–**	**–**	**(3.192)**	**9.763**
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	(4.984)	(4.984)
Absorção de prejuízo com reservas	–	(8.176)	–	–	8.176	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**849**	**3.930**	**–**	**–**	**–**	**4.779**

O Relatório dos Auditores Independentes e as notas explicativas encontram-se arquivados na sede da Companhia.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes dos exercícios findos em 31/12/2023 e 2022 - Em milhares de reais (R$)

	2023	2022
Prejuízo do exercício	(4.984)	(8.590)
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente do exercício	**(4.984)**	**(8.590)**

Demonstração do Fluxo de Caixa exercícios findos em 31/12/2023 e 2022
Em milhares de reais (R$)

Fluxos de caixa das atividades operacionais	2023	2022
Prejuízo do exercício	(4.984)	(8.590)
Ajustes para reconciliar o Prejuízo do exercício com os recursos provenientes das atividades operacionais		
Depreciação e amortização	616	672
Amortização do direito de uso	537	535
Provisão de crédito de liquidação duvidosa	150	–
Valor residual do ativo imobilizado baixado	10	–
	(3.671)	**(7.383)**
Variações em ativos e passivos operacionais		
(Aumento) redução em contas a receber de clientes	(3.987)	13.769
(Aumento) redução dos projetos em andamento	2.752	(637)
(Aumento) redução nos tributos a recuperar	(186)	197
(Aumento) redução nos outros ativos	358	(276)
(Redução) aumento em fornecedores	(142)	(1.489)
Aumento (redução) nas obrigações tributárias	99	(4.155)
Aumento (redução) nas obrigações sociais e trabalhistas	721	(220)
Aumento (redução) nos adiantamentos de clientes	790	(7.382)
Aumento (redução) em aluguéis a pagar	(404)	–
Aquisição (redução) de direito de uso	(110)	(207)
Aumento (redução) em outras contas a pagar	450	(1.463)
	341	**(1.863)**
Caixa consumido pelas atividades operacionais	**(3.330)**	**(9.167)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado e intangível	(37)	(2.107)
Venda de imobilizado	5	–
Caixa consumido nas atividades de investimento	**(32)**	**(2.107)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Partes relacionadas	4.500	–
Dividendos distribuídos	–	(1.994)
Caixa gerado (consumido) nas atividades de financiamento	**4.500**	**(1.994)**
Aumento (redução) do caixa e equivalente de caixa	**1.138**	**(13.346)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.236	15.582
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3.374	2.236
Aumento (redução) do caixa e equivalente de caixa	**1.138**	**(13.346)**

GRAN SERVICES S.A.

CNPJ/ME nº 11.010.481/0001-32 - NIRE: 33.300.324.101

Ata de Reunião do Conselho de Administração
Realizada em 20 de Março de 2024

Data, Horário e Local: Às 10:00 horas, do dia 20 de março de 2024 na sede social da Gran Services S.A. ("Companhia"), localizada na cidade de Macaé, Estado do Rio de Janeiro, na Estrada Hildebrando Alves Barbosa, s/nº, km 06, Sítio São José e Itaparica, Parque Aeroporto, CEP: 27963-506. **Convocação:** Dispensadas as formalidades de convocação, tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração. **Composição da Mesa:** Miguel de Almeida Gradin, Presidente; e Clarice Silveira Dias Garcia, Secretária. **Ordem do Dia:** Apreciação sobre (i) Apresentação do relatório da administração e das Demonstrações Financeiras auditadas da Companhia; (ii) Aprovação da publicação das Demonstrações Financeiras na forma do §3° do art. 133 da Lei n° 6.404/1976 ("Lei das S/A"); (iii) Instruir o Diretor Presidente da Companhia a tomar as providências para convocação de Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, nos termos do Artigo 6º do Estatuto Social da Companhia e dos arts. 124 e 132 da Lei das S/A; (iv) Avaliação de performance da Companhia referente ao exercício de 2023 e aprovação de remuneração variável dos executivos; e (v) Reeleger os membros da Diretoria da Companhia. **Deliberações:** Analisadas e debatidas as matérias constantes da Ordem do Dia, foi deliberado, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições ou ressalvas: (i) Após analisar e debater o relatório da administração e as Demonstrações Financeiras auditadas da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, os Conselheiros, por entenderem que as Demonstrações Financeiras refletem a situação financeira da Companhia, deliberaram encaminhá-las ao acionista da Companhia recomendando suas aprovações pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária. (ii) Aprovar as publicações das Demonstrações Financeiras na forma do § 3º do art. 133 da Lei das S/A, observada a deliberação que consta do item (i) acima. (iii) Orientar o Diretor Presidente a tomar as providências para convocação de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia. (iv) Tendo em vista a performance extraordinária da Companhia referente ao exercício de 2023, conforme discutida e aprovada em reunião, aprovar remuneração variável dos executivos. (v) Reeleger como membros da Diretoria o (i) Sr. **Rodrigo Bandão Tourinho Dantas,** brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade RG nº 515433110 expedida pelo SSP/BA, inscrito no CPF/ME sob o nº 775.936.935-20, na qualidade de Diretor Presidente; (ii) Sra. **Mariana Baleiron Sitta,** brasileira, casada, engenheira, portadora da cédula de identidade RG nº 30403119 expedida pelo SSP/SP, inscrita no CPF/ME sob o nº 339.346.288-18, na qualidade de Diretora sem designação específica; (iii) Sra. **Clarice Silveira Dias Garcia,** brasileira, casada, advogada, portadora da cédula de identidade nº 20.024.786-4 - DIC/RJ, inscrita no CPF/ME sob o nº 056.235.057-83, na qualidade de Diretora sem designação específica; e (iv) Sr. **Diego de Souza Mendonça,** brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº 114362-27 expedida pelo SSP/MG, inscrito no CPF/ME sob o nº 074.083.416-92, na qualidade de Diretor sem designação específica, todos com endereço à Estrada Hildebrando Alves Barbosa s/nº, km 6, Sítio São José e Itaparica, Parque Aeroporto, na cidade de Macaé, Estado do Rio de Janeiro, CEP 27963.506. O mandato dos Diretores será unificado, até 20 de março de 2026. Os diretores tomam posse em seus cargos na presente data, mediante a assinatura dos Termos de Posse que constam nesta ata com Anexo I. **Encerramento da Reunião:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e lavrada esta ata que, tendo sido lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. Macaé, 20 de março de 2024. **Miguel de Almeida Gradin -** Presidente; **Clarice Silveira Dias Garcia -** Secretária. **Conselheiros:** Miguel de Almeida Gradin, Mario Augusto Silva, Philippe Lamoure. **Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro** - Empresa: Gran Services S.A. NIRE: 333.0032410-1. Protocolo: 2024/00316188-2. Data do protocolo: 09/04/2024. Certifico o arquivamento em 10/04/2024 sob o número 00006175219. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

STIELETRÔNICA S.A.

CNPJ Nº 33.096.926/0001-81 - NIRE Nº 33.300.020.586

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11 de abril de 2024. I - Data, hora e local: No décimo primeiro dia do mês de abril do ano de dois mil e vinte e quatro, às 10h, na sede da sociedade, localizada na Rua Lineu de Paula Machado, nº 1005 - Apt. 503, Lagoa, Rio de Janeiro/RJ. **II - Convocação:** A convocação da assembleia atendeu todas as formalidades previstas no artigo 11 do Estatuto Social da Companhia, bem como aos artigos 124 e 289 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações"), tendo o edital de convocação sido publicado nas edições impressas do jornal "Monitor Mercantil" dos dias 03, 04 e 05 de abril de 2024 e divulgado na página eletrônica situada na rede mundial de computadores (internet) do mesmo jornal. **III - Instalação e Presenças:** A Assembleia foi instalada em primeira convocação, diante da presença da totalidade dos acionistas da Companhia com direito de voto, conforme assinaturas lançadas no "Livro de Presença de Acionistas" da Companhia. **IV - Mesa diretora:** Para presidir a assembleia, foi escolhida, por unanimidade, a Sra. Heike de Alcantara, que convidou a mim, Sergio Barbosa Zenicola, para secretariá-la. **V - Ordem do dia:** Deliberar sobre (i) a redução do capital social da Companhia nos termos do artigo 173 da Lei nº 6.404/76 tendo em vista as perdas suportadas nos últimos anos que geraram um prejuízo acumulado no último exercício (2023) no valor de R$ 10.735.167,35 (dez milhões setecentos e trinta e cinco mil cento e sessenta e sete reais e trinta e cinco centavos), (ii) a alteração do artigo 5º do Estatuto Social para refletir o novo capital social da Companhia, uma vez aprovada a redução; e (iii) discussão de outros assuntos de interesse geral. **VI - Resoluções aprovadas**: Instalada a Assembleia, após examinarem e discutirem o assunto constante da Ordem do Dia, por unanimidade e sem quaisquer restrições ou ressalvas, tomaram as seguintes deliberações: VI.1 - Aprovar a proposta de redução do capital social da Companhia no montante de R$ 6.500.000,00 (seis milhões e quinhentos mil reais), conforme autorizado pelo artigo 173, § 1º da Lei 6.404/76, visando a absorção de parte dos prejuízos acumulados, conforme se infere das informações financeiras levantadas ao final do exercício de 2023, de modo que o capital social que atualmente é de R$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais) passe a ser de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais). Foi ainda aprovada a redução do número total de ações de 7.000.000 (sete milhões) para 500.000 (quinhentos mil), ficando extintas 6.500.000 (seis milhões e quinhentas mil) ações como forma de compensar parte do prejuízo acumulado, mantendo-se o valor nominal da ação da Companhia de R$ 1,00 (um real) e o percentual de participação de cada acionista no capital social da Companhia. VI.2 - Em vista à redução de capital social ora adotada, foi aprovada, a alteração do artigo 5º do estatuto social da Companhia, que passará a vigorar com a seguinte redação: ***"Artigo 5°**- O capital social, totalmente subscrito e integralizado é de* R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais)*, representados por 500.000 (quinhentas mil) ações, com valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma, todas ordinárias nominativas, não conversíveis em outras formas, podendo a sociedade emitir títulos múltiplos de ações."* VI.3 - Autorizar à diretoria que proceda à publicação desta ata na forma prevista no artigo 174 da Lei nº 6.404, de 1976, e, transcorrido o prazo legal sem oposição de credores, proceda à sua apresentação, para registro, perante a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro. **VII - Encerramento:** E nada mais havendo a tratar, a Assembleia Geral Extraordinária foi encerrada após a lavratura, no livro próprio, da presente ata que, aprovada por unanimidade, segue assinada por todos. Rio de Janeiro, 11 de abril de 2024. **Presidente - Heike de Alcantara; Secretário - Sergio Barbosa Zenicola**. **Heike de Alcantara - CPF 290.763.667-72;** Quantidade de Ações - 318.500; Participação no Capital Social - 63,70%. **Zhejiang Qicheng Electrical Equipment Co.Ltd. - CNPJ nº 29.962.979/0001-60** - Representada por Heike de Alcantara; Quantidade de Ações - 143.500; Participação no Capital Social - 28,70%. **Alberto Ricci Dodi - CPF 037.519.918-75;** Quantidade de Ações 38.000; Participação no Capital Social - 7,60%. **Sergio Barbosa Zenicola - CPF 360.721.847-15** - Diretor.

BANCO ARBI S/A

CNPJ/MF nº 54.403.563/0001-50 - NIRE 3330003066-2

EDITAL DE CONVOCAÇÃO. ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA. Ficam convidados os Srs. Acionistas do Banco Arbi S/A ("Sociedade") para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária que se realizará às 10h do dia 22/04/2024, na sede social da Sociedade, situada na Av. Niemeyer, 02, Térreo, parte, Leblon, RJ, CEP: 22.450-220, para examinar, discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) Tomar as contas dos administradores e apreciar o Relatório do Auditor Independente; (ii) As demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31/12/2023; (iii) A proposta de destinação do lucro líquido do exercício social findo em 2023; e, (iv) A proposta da remuneração global dos Diretores para o exercício social de 2024. **Participação dos Acionistas na Assembleia:** Nos termos do artigo 126 da Lei nº 6.404/76, os Acionistas ou seus representantes legais, para serem admitidos na Assembleia Geral, deverão apresentar os seguintes documentos: (i) Acionistas pessoa física: cópia do documento de identidade e, se for o caso, instrumento de procuração com a firma reconhecida do outorgante. Na hipótese de representação por procuração, os Acionistas deverão ser representados por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, sendo o procurador Acionista, administrador da Companhia ou advogado. Toda a documentação deverá ser entregue no momento da realização da Assembleia Geral. Rio de Janeiro, 12 de abril de 2024. **Leo Eduardo da Costa Hime - Diretor.**

CONCESSIONÁRIA DO VLT CARIOCA S.A.

CNPJ/ME 18.201.378/0001-19

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

O Conselho de Administração do VLT Carioca S.A. ("Companhia") convoca os senhores acionistas da Companhia a se reunirem, em primeira convocação, em 29 de abril de 2024, às 11:00 horas, para sua Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE") a ser realizada de forma exclusivamente digital, disponibilizando-se os dados de acesso ao ambiente virtual àqueles que comprovarem sua qualidade de acionistas (e, em caso de procuradores, a respectiva procuração), por solicitação a ser enviada ao e-mail societario.vltcarioca@grupoccr.com.br, sendo permitido o envio de manifestação de voto ao referido e-mail, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: I. Em Assembleia Geral Ordinária: (i) As contas dos administradores e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório da Administração e do Parecer emitido pelos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; e (ii) A fixação da remuneração anual global para os administradores da Companhia para o exercício de 2024. II. Em Assembleia Geral Extraordinária: (i) A eleição de membros do Conselho de Administração e a designação do cargo de Presidente do Conselho de Administração da Companhia, em razão de renúncias de alguns membros apresentadas à Companhia; e (ii) Os critérios gerais de remuneração da Companhia relativos ao exercício de 2024. Os documentos pertinentes à deliberação se encontram à disposição dos acionistas na sede da Companhia, podendo ser enviados por e-mail. As procurações outorgadas aos representantes dos acionistas que participarão do ato, cujos mandatos não estejam arquivados na sede da Companhia, acompanhadas dos demais documentos de representação das acionistas, deverão ser encaminhadas ao e-mail societario.vltcarioca@grupoccr.com.br, com no mínimo 30 minutos de antecedência da abertura dos trabalhos.

Igor de Castro Camillo
Presidente interino do Conselho de Administração

Diário Comercial

PARA A PUBLICAÇÃO DE ATAS, BALANÇOS, EDITAIS, FATOS RELEVANTES
E UNDERWRITING NO DIÁRIO COMERCIAL,
FALE COM SUA AGÊNCIA DE PUBLICIDADE OU NOS CONSULTE

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código BA7A-8369-427E-A64D.

REAJUSTE

Professores de universidades, centros e institutos federais entram em greve

Os professores das universidades federais, institutos federais e centros federais de educação tecnológica iniciaram uma greve nacional na segunda-feira (15). Os trabalhadores rejeitaram a proposta apresentada pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos na última Mesa Setorial Permanente de Negociação, ocorrida quinta-feira (11).

De acordo com o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições do Ensino Superior (Andes), a proposta apresentada pelo governo federal foi de reajuste salarial zero, com aumentos apenas no auxílio alimentação, que passaria de R$ 658, para R$ 1000; no valor da assistência pré-escolar, de R$ 321,00 para R$ 484,90, além de 51% a mais no valor atual da saúde suplementar.

A proposta foi rejeitada em reunião com a participação de 34 seções sindicais do setor, que também votaram pelo movimento paredista resultando em 22 votos favoráveis, sete contrários e cinco abstenções.

Na pauta nacional unificada, os docentes pedem reajuste de 22,71%, em três parcelas de 7,06%, a serem pagas em 2024, 2025 e 2026. Também estão na pauta a revogação da portaria do Ministério da Educação 983/20, que estabelece aumento da carga horária mínima de aulas e o controle de frequência por meio do ponto eletrônico para a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. A revogação do Novo Ensino Médio e da Base Nacional Comum para a Formação de Professores (BNC-Formação) também estão em discussão.

O Comando Nacional de Greve (CNG) foi instalado na segunda-feira (15) às 14h30, em reunião na sede do Andes, em Brasília, e, às 16h, o movimento paredista participou também de uma audiência pública, na Comissão de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados, para debater as mobilizações e paralisações das servidoras e dos servidores técnico-administrativos de universidades e institutos federais.

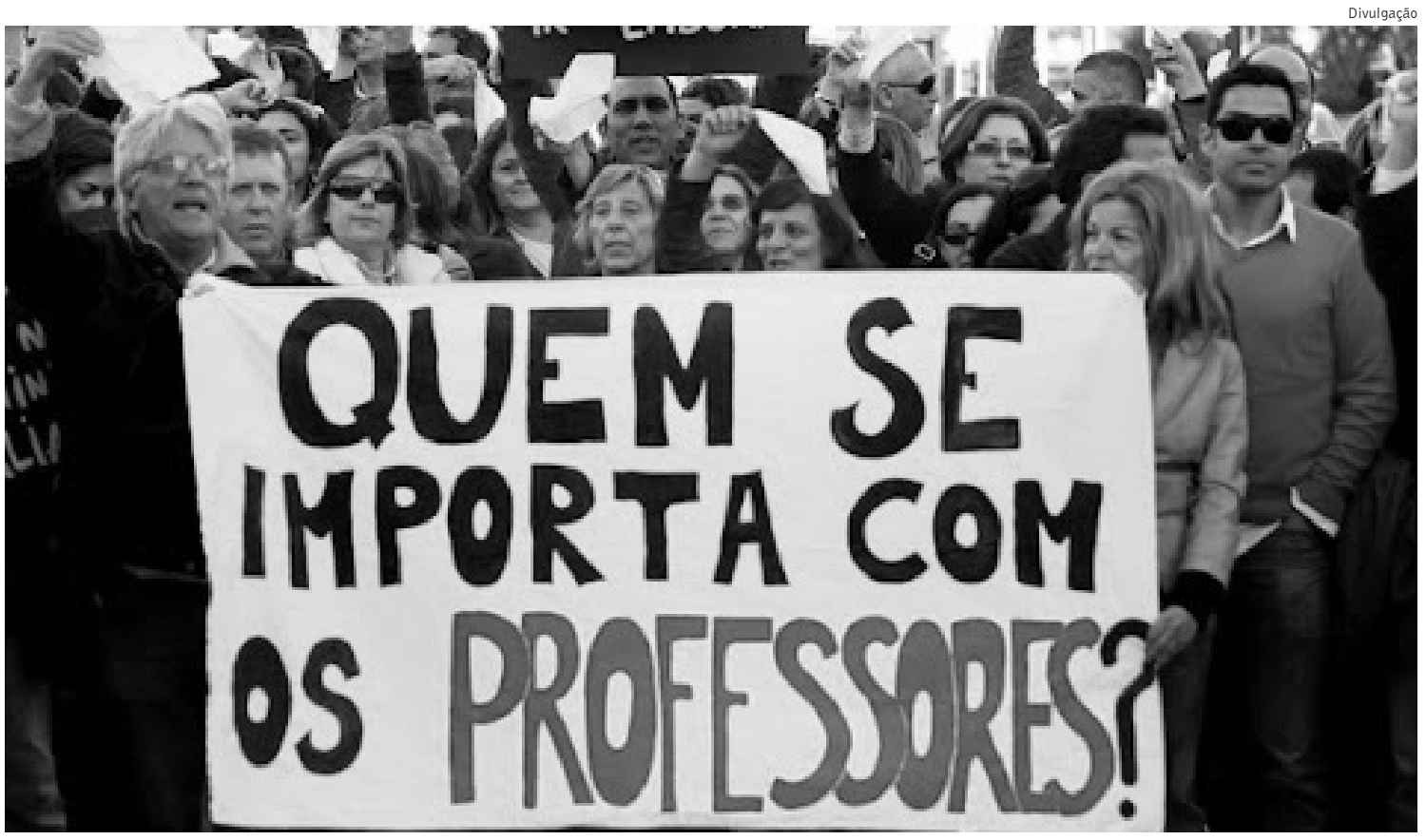
Na terça-feira (16), até o dia 18 de abril, o movimento dará início à Jornada de Luta "0% de reajuste não dá!", convocada pelo Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe). Está prevista ainda a realização de uma semana de atividades locais nas instituições entre 22 e 26 de abril.

Em nota, o Ministério da Gestão informou que, além de formalizar a proposta apresentada na última quinta-feira, também foi assumido o compromisso de abrir, até o mês de julho, todas as mesas de negociação específicas de carreiras solicitadas para dar tratamento às demandas e produzir acordos que sejam positivos aos servidores.

De acordo com o órgão, já há dez mesas tratando de reajustes para a educação com acordos consensualizados e oito estão em andamento. Além disso, foi criado um grupo de trabalho para tratar da reestruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE). "O relatório final do GT, entregue no dia 27/3 à ministra da Gestão, Esther Dweck, servirá como insumo para a proposta do governo de reestruturação da carreira, que será apresentada aos servidores na Mesa Específica de Negociação."

A nota conclui que a pasta segue aberta ao diálogo com os servidores da área de educação e de todas as outras áreas, "mas não comenta processos de negociação dentro das Mesas Específicas e Temporárias."

Divulgação



Os trabalhadores rejeitaram a proposta apresentada pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos na última Mesa Setorial Permanente de Negociação

AUSTRAL PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/ME 14.105.758/0001-07 / NIRE 33.3.0029883-5
Edital de Convocação
Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 30 de abril de 2024

Ficam os senhores acionistas da **AUSTRAL PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Bartolomeu Mitre, nº 336, sala 401, Leblon, CEP 22.431-002, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia (CNPJ/ME) sob o nº 14.105.758/0001-07, com seus atos constitutivos devidamente arquivados perante a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro (JUCERJA) sob o NIRE 33.3.0029883-5 ("Companhia"), convocados para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária ("AGO") a ser realizada, em primeira convocação, no dia 30 de abril de 2024, às 9:00 horas, na sede da Companhia, para deliberar a respeito da seguinte ordem do dia: **(i)** a aprovação das contas da administração, incluindo o relatório da administração, consubstanciado nas Demonstrações Financeiras, e das Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; **(ii)** a destinação dos resultados do exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; **(iii)** a eleição ou reeleição, conforme o caso, dos membros do Conselho de Administração da Companhia; **(iv)** a fixação da remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício social de 2024; e **(v)** a ratificação da alteração do jornal de grande circulação utilizado para publicações legais da Companhia, nos termos do art. 289, §3º da lei das S.A.. Nos termos do art. 126 da Lei das S.A., para participar da AGO, os acionistas ou seus representantes deverão apresentar à Companhia, aos cuidados da Sra. Daniella Matos (Jurídico) – dmatos@australholding.com previamente à data de realização da AGO: (a) documento de identidade; (b) atos societários que comprovem a representação legal; e (c) instrumento de outorga de poderes de representação, conforme aplicável. O representante do acionista pessoa jurídica deverá apresentar cópia simples dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente: (a) contrato ou estatuto social; e (b) ato societário de eleição do administrador que (b.i) comparecer à AGO como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) assinar procuração para que terceiro represente acionista pessoa jurídica. No tocante aos fundos de investimento, a representação dos cotistas na AGO caberá à instituição administradora ou gestora, observado o disposto no regulamento do fundo. Nesse caso, o representante da administradora ou gestora do fundo, além dos documentos societários acima mencionados relacionados à gestora ou à administradora, deverá apresentar cópia simples do regulamento do fundo, devidamente registrado no órgão competente. Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, nos termos do art. 126, § 1º da Lei das S.A. Em cumprimento ao disposto no art. 654, §§ 1º e 2º da Lei nº 10.406/2002 (Código Civil), a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos. Os documentos mencionados acima deverão ser apresentados pelos acionistas à Companhia até, no máximo, 30 (trinta) minutos antes do horário da AGO. As pessoas naturais e jurídicas acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na AGO por procurador que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado, consoante previsto no art. 126, § 1º da Lei das S.A. As pessoas jurídicas acionistas da Companhia poderão ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, acionista ou advogado (Processo CVM RJ2014/3578, julgado em 4 de novembro de 2014). Nos termos da legislação aplicável, os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na AGO encontram-se à disposição dos acionistas na sede social da Companhia. Rio de Janeiro, 15 de abril de 2024. **Bruno Augusto Sacchi Zaremba -** Presidente do Conselho de Administração.

GYPSOLITE DO BRASIL S/A
INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE GESSO
CNPJ/ME 33.965.146/0001-20 - NIRE nº 33 3 0016203 8
Assembleia Geral Ordinária - Edital de Convocação

Ficam convocados os Senhores Acionistas da Gypsolite do Brasil S/A Indústria e Comércio de Gesso, convocados para se reunirem no dia 24 de abril de 2024, às 08:00 horas, em chamada única e de modo digital, através da plataforma de videochamadas "Zoom", cujo link será encaminhado após a confirmação de presença através do e-mail: assembleia.tmc.2021@gmail.com, devendo no mesmo ato informar o nome completo, RG, CPF e e-mail do solicitante, para deliberar sobre a seguinte **Ordem do Dia: 01.** Tomar conhecimento, discutir e aprovar o balanço social encerrado em 31 de dezembro de 2023. **2.** Eleição dos membros da diretoria para mandato no período de 30 de abril de 2024 a 29 de abril de 2027. Duque de Caxias, 16 de abril de 2024. Eneida Melo Cruz - Diretora Presidente.

MASSAMBARÁ ENERGIA RENOVÁVEL S.A.
CNPJ 42.398.510/0001-09 - NIRE 33.211.412.659

Comunicado - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária. A **Massambará Energia Renovável S.A.** com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 228, sala 902, parte, 9º andar, Botafogo, CEP 22250-906 ("Companhia"), vem comunicar que, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 12/04/2024, foi aprovada a redução do capital social da Companhia, no valor total de R$2.000.000,00, mediante o cancelamento de 2.000.000 **ações ordinárias nominativas e sem valor nominal** e restituição do valor das ações canceladas ao único acionista da Companhia, por julgar excessivo ao seu objeto social, o que será efetivo após o decurso do prazo de 60 dias contados a partir desta publicação, nos termos do art. 174 da Lei nº 6.404/76, de modo que o capital social para de R$9.500.100,00, dividido em 9.500.100 **ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, para** R$7.501.000,00, dividido em 7.501.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

DOMUS GESTORA DE ATIVOS LTDA
CNPJ: 10.372.647/0001-06 - NIRE: 332.1221083-9

ATA DE REUNIÃO DE SÓCIOS QUOTISTAS REALIZADA EM 01 DE ABRIL DE 2024. I. DATA, HORA E LOCAL: Realizada em 01 de abril de 2024, às 16 horas, a sede da empresa, situada à Avenida Paranapuam, 1392, Sala 318, Tauá, Ilha do Governador, CEP 21.910-254. **II. PRESENÇA**: Estavam presentes os sócios **Patrícia Lopes dos Santos de Oliveira**, inscrita no CPF sob o nº 018.678.157-10 e **Domus Holding Administração e Participações Ltda**, sociedade empresária, organizada sob a forma de sociedade limitada, nos moldes da Lei nº 10.406 de 10/01/2002 (Código Civil Brasileiro), inscrita no CNPJ sob o nº 15.601.812/0001-60, representada neste ato pelos seus administradores o Sr. Leandro da Silva Maia e a Sra. Patrícia Lopes dos Santos de Oliveira, representando a totalidade do Capital Social. **III. COMPOSIÇÃO DA MESA:** Geraldo Majela dos Santos - Presidente e Leandro da Silva Maia - Secretário. **CONVOCAÇÃO:** Dispensada em face do quórum anteriormente indicado, de acordo com o art. 1072, § 2º, do Código Civil. **IV. ORDEM DO DIA:** Redução do capital social, por encontrar-se excessivo em relação ao necessário para cumprir o objeto da sociedade e o porte da empresa que os sócios desejam manter. **V. DELIBERAÇÕES:** Iniciada à reunião, o PRESIDENTE Sr. Geraldo Majela dos Santos pediu a palavra, informando aos presentes a necessidade de redução do capital social do seu montante atual, para liberação de excesso, tendo em consideração a sua atividade corrente. Declarou que, estando reunidos os requisitos legais indispensáveis, será realizada a operação de redução de capital social do seguinte modo: a) o capital social é de R$ 7.547.759,00 (sete milhões, quinhentos e quarenta e sete mil, setecentos e cinquenta e nove reais), dividido em 7.547.759 (sete milhões, quinhentos e quarenta e sete mil, setecentos e cinquenta e nove) quotas, no valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma, subscritas e totalmente integralizadas, em moeda corrente do país e distribuídas da seguinte forma: **Domus Holding Administração e Participações Ltda** – 7.547.758 quotas totalizando R$ 7.547.758,00, com 99,99% do capital social, **Patrícia Lopes dos Santos de Oliveira** - 1 quota totalizando R$ 1,00 e com 0,01% do capital do social. **Fica reduzido o capital social no montante de R$ 3.094.581,19 (três milhões, noventa e quatro mil, quinhentos e oitenta e um reais e dezenove centavos), em virtude do mesmo ter se tornado excessivo em relação ao objeto da sociedade**. Em conformidade com o disposto nos artigos 1.082, inciso II, e 1.084 e seus parágrafos da Lei nº 10.406/2002, a redução do capital é realizada restituindo-se parte do valor das quotas aos sócios, com a diminuição proporcional do valor nominal das quotas de cada sócio. Assim sendo, o capital social de R$ 7.547.759,00 (sete milhões, quinhentos e quarenta e sete mil, setecentos e cinquenta e nove reais), totalmente integralizado, e dividido em 7.547.759 (sete milhões, quinhentos e quarenta e sete mil, setecentos e cinquenta e nove) quotas, no valor de R$ 1,00 (um real) cada uma, passa a ser de R$ **4.453.177,81 (quatro milhões, quatrocentos e cinquenta e três mil, cento e setenta e sete reais e oitenta e um centavos)**, dividido em 7.547.759 (sete milhões, quinhentos e quarenta e sete mil, setecentos e cinquenta e nove) quotas, no valor de R$ 0,59 (cinquenta e nove centavos) cada uma, assim distribuídas entre os sócios: **Domus Holding Administração e Participações Ltda** – 7.547.758 quotas totalizando R$ 4.453.177,22, com 99,99% do capital social, **Patrícia Lopes dos Santos de Oliveira** – 1 quota totalizando R$ 0,59, com 0,01% do capital social. A sócia **Domus Holding Administração e Participações Ltda** recebe, neste ato, a quantia de R$ 3.094.580,78 (três milhões, noventa e quatro mil, quinhentos e oitenta reais e setenta e oito centavos) em moeda corrente nacional; a sócia **Patrícia Lopes dos Santos de Oliveira** recebe, neste ato, a quantia de R$ 0,41 (quarenta e um centavos) em moeda corrente nacional, correspondente à parte do capital diminuído, dando em relação a esses valores plena, geral, rasa e irrevogável quitação à sociedade. b) Posta em votação, a proposta de redução de capital foi aprovada por unanimidade, conferindo-se as partes plena quitação entre si e à sociedade. **VI. ENCERRAMENTO E APROVAÇÃO DA ATA.** Nada mais havendo a ser tratado, o sócio Administrador ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foi suspensa a sessão pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, a qual, reaberta a sessão, foi lida, aprovada e assinada pelos presentes. Rio de Janeiro, 01 de abril de 2024. **GERALDO MAJELA DOS SANTOS -** CPF 048.524.277-04 - Presidente; **LEANDRO DA SILVA MAIA -** CPF 072.890.927-83 - Secretário; **GERALDO MAJELA DOS SANTOS -** Administrador. **Sócios: PATRÍCIA LOPES DOS SANTOS DE OLIVEIRA -** CPF: 018.678.157-10; **DOMUS HOLDING ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA** (CNPJ 15.601.812/0001-60); **LEANDRO DA SILVA MAIA -** Sócio-Administrador; **PATRÍCIA LOPES DOS SANTOS DE OLIVEIRA -** Sócia-Administradora.

BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO DA 1ª REGIÃO MILITAR - RJ

MINISTÉRIO DA DEFESA

GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 90004/2024 - UASG 160303

Nº Processo: 64006000733202452. Objeto: Aquisição de Material de Refrigeração.. Total de Itens Licitados: 115. Edital: 15/04/2024 das 09h00 às 12h00 e das 13h30 às 16h00. Endereço: Pca Duque de Caxias 25 - 1º Andar da Ala Marcílio Dias - Centro, - Rio de Janeiro/RJ ou https://www.gov.br/compras/edital/160303-5-90004-2024. Entrega das Propostas: a partir de 15/04/2024 às 09h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 25/04/2024 às 09h30 no site www.gov.br/compras. Informações Gerais: .

ALINSON DE PAULA
Ordenador de Despesas

Diário Comercial
PARA A PUBLICAÇÃO DE ATAS, BALANÇOS, EDITAIS, FATOS RELEVANTES E UNDERWRITING NO DIÁRIO COMERCIAL, FALE COM SUA AGÊNCIA DE PUBLICIDADE OU NOS CONSULTE

AUSTRAL RESSEGURADORA S.A.
CNPJ/ME Nº 11.536.561/0001-26 / NIRE 33.3.0029245-4
ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
REALIZADA EM 28 DE MARÇO DE 2024

1. Data, Hora e Local: Aos 28 dias do mês de março de 2024, às 10:00 horas, na sede da Austral Resseguradora S.A. ("Companhia"), localizada na Avenida Bartolomeu Mitre, nº 336, sala 401, Leblon, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 22.431-002. **2. Publicações Legais:** Dispensadas as publicações legais de convocação, em razão da presença da acionista representando 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, na forma do §4º do artigo 124 da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), bem como nos termos do § 3º do artigo 8º do Estatuto Social da Companhia. Dispensadas as publicações legais dos anúncios nos prazos de antecedência previstos para disponibilização de documentos, nos termos do artigo 133, §4º da Lei das Sociedades por Ações, tendo sido devidamente publicadas as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, nos termos do §3º do artigo 133 da Lei das Sociedades por Ações, no jornal Diário Comercial, nas páginas 09 a 14, nas edições impressa e digital do dia 28 de fevereiro de 2024. **3. Convocação:** Dispensadas as formalidades para convocação, tendo em vista a presença da acionista representando 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, nos termos do artigo 124, §4º da Lei das Sociedades por Ações, bem como nos termos do § 3º do artigo 8º do Estatuto Social da Companhia. **4. Mesa:** Presidente: **Bruno de Abreu Freire**; e Secretária: **Daniella Lugarinho Fischer Matos**. **5. Ordem do Dia:** Apreciar e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **(i)** a lavratura da ata na forma de sumário; **(ii)** as contas da administração, o relatório anual da administração e as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **(iii)** a destinação do resultado do exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; e **(iv)** a fixação da remuneração global anual dos administradores para o exercício de 2024. **6. Deliberações:** A acionista presente deliberou o quanto segue: **(I)** Aprovar a lavratura da ata na forma de sumário, conforme faculta o artigo 130, §1º, da Lei das Sociedades por Ações. **(II)** Aprovar as contas dos administradores, o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras da Companhia, bem como o parecer dos auditores independentes da Companhia, todos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. **(III)** Aprovar e ratificar a proposta da administração para a destinação do lucro líquido apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, no montante de R$ 29.426.974,95 (vinte e nove milhões, quatrocentos e vinte e seis mil, novecentos e setenta e quatro reais e noventa e cinco centavos), o qual será destinado da seguinte forma: (i) R$ 1.471.348,75 (um milhão, quatrocentos e setenta e um mil, trezentos e quarenta e oito reais e setenta e cinco centavos), equivalente a 5% (cinco por cento) do lucro líquido, foi destinado para constituição da Reserva Legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social, nos termos do art. 193 da Lei das Sociedades por Ações; (ii) o montante bruto de R$ 14.861.000,00 (quatorze milhões, oitocentos e sessenta e um mil reais) foi devidamente registrado a título de crédito de juros sobre capital próprio devido à acionista da Companhia, cujo respectivo montante líquido de R$ 12.631.850,00 (doze milhões, seiscentos e trinta e um mil e oitocentos e cinquenta reais) foi integralmente pago em 15 de março de 2024, conforme a deliberação constante da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 29 de dezembro de 2023, tendo sido o referido valor líquido imputado ao valor do dividendo mínimo obrigatório relativo ao exercício de 2023, conforme previsto no Artigo 34 do Estatuto Social da Companhia; e (iii) R$ 13.094.626,20 (treze milhões, noventa e quatro mil, seiscentos e vinte e seis reais e vinte centavos) foram destinados para a constituição de reserva de lucros. **(IV)** Aprovar a fixação da remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2024 no valor total de até R$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais). **7. Representante dos Auditores Independentes:** Fica expressamente dispensada, pela acionista, a presença do representante dos auditores independentes da Companhia do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, nos termos do artigo 134, §2º da Lei das Sociedade por Ações. **8. Administradores:** Presentes os administradores da Companhia, consoante o disposto no artigo 134, §1º da Lei das S.A. **9. Conselho Fiscal:** O Conselho Fiscal da Companhia não foi ouvido por não se encontrar instalado no período. **10. Documentos Arquivados:** Foram arquivados na sede da Companhia, devidamente autenticados pela Mesa, os documentos submetidos à apreciação da Assembleia, referidos nesta ata. **11. Encerramento, Lavratura, Aprovação e Assinatura da Ata.** Nada mais havendo a ser tratado, foi a presente ata lavrada, lida, aprovada e assinada por todos os presentes. Mesa: Sr. Bruno de Abreu Freire – Presidente e Sra. Daniella Lugarinho Fischer Matos – Secretária. Acionista Presente: Austral Participações S.A., representada na forma de seu Estatuto Social. Administradores Presentes: Bruno de Abreu Freire e Rodolfo Arashiro Rodriguez. Rio de Janeiro/RJ, 28 de março de 2024. Mesa: **Bruno de Abreu Freire -** Presidente **Daniella Lugarinho Fischer Matos -** Secretária Acionista Presente: **AUSTRAL PARTICIPAÇÕES S.A.** Por: **Bruno de Abreu Freire -** Diretor; Por: **Rodolfo Arashiro Rodriguez -** Diretor. **Certidão Jucerja:** Certifico o Arquivamento em 04/04/2024 sob o número 00006164411. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

TOBRAS DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA
CNPJ: 05.759.383/0001-08
AUDITORIA AMBIENTAL

TOBRAS DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA torna público que entregou ao Instituto Estadual do Ambiente – INEA, em 27/03/2024, Relatório de Auditoria Ambiental de Acompanhamento do ano base de 2023 para recebimento, armazenamento (9.730 m³ em dez tanques aéreos) e distribuição de combustíveis (gasolina, biodiesel, óleo diesel, etanol anidro e hidratado), em concomitância com a recuperação do solo e/ou água subterrânea e informa que este estará à disposição para consulta na Rua Miguel de Cervantes. 215 – Vila Actura - Campos Elíseos no município de Duque de Caxias, no período de 02/05/2024 a 31/05/2024, no horário 9h às 16h. Informa, ainda, que o referido relatório também estará disponível para consulta no endereço eletrônico www.inea.rj.gov.br/biblioteca. (Processo E-07/506973/2011).

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código BA7A-8369-427E-A64D.

Somov

SOMOV S.A.

CNPJ/MF nº 04.925.387/0001-48

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial, as Demonstrações dos Resultados do Exercício, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa referentes ao exercício encerrado em 31/12/2023, acompanhado das Notas Explicativas. Sumaré/SP, 15/04/2024. A Diretoria.

Balanços patrimoniais 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Circulante		**259.426**	164.119	**290.953**	185.814
Caixa e equivalentes de caixa	4	**17.714**	1.113	**18.222**	4.062
Títulos e valores mobiliários	5	**13.908**	23	**26.488**	73
Contas a receber	6	**30.463**	33.051	**46.330**	44.142
Estoques	7	**183.945**	106.847	**185.890**	113.105
Adiantamentos a fornecedores	8	**943**	5.769	**978**	5.769
Tributos a recuperar	9	**10.165**	13.730	**10.233**	15.011
Outras contas a receber		**2.288**	3.586	**2.812**	3.652
Não circulante		**119.443**	93.148	**97.480**	83.156
Tributos a recuperar	9	**6.679**	-	**6.776**	-
Depósitos judiciais	17	**1.480**	1.351	**1.480**	1.351
Imposto de renda e contribuição social, diferidos	18	**12.374**	6.323	**12.883**	6.403
Investimentos	10	**71.771**	65.286	**-**	-
Imobilizado	11	**7.432**	6.953	**56.634**	62.167
Intangível	12	**8.012**	7.566	**8.012**	7.566
Ativo de direito de uso	13	**11.695**	5.669	**11.695**	5.669
Total do ativo		**378.869**	257.267	**388.433**	268.970

Passivo	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Circulante		**72.268**	98.719	**81.832**	110.422
Fornecedores	14	**58.007**	84.392	**60.560**	92.482
Obrigações com arrendamentos	13	**1.764**	1.283	**1.764**	1.283
Adiantamentos de clientes	15	**2.537**	661	**3.919**	661
Provisões, encargos sociais e trabalhistas		**3.149**	2.712	**4.972**	4.047
Participação de empregados no resultado		**3.564**	4.647	**5.397**	5.354
Tributos a recolher	16	**1.124**	1.422	**2.138**	2.910
Dividendos a pagar	19	**-**	126	**-**	126
Outras contas a pagar		**2.123**	3.476	**3.082**	3.559
Não circulante		**195.066**	23.496	**195.066**	23.496
Obrigações com arrendamentos	13	**10.087**	5.118	**10.087**	5.118
Provisões para contingências	17	**4.549**	4.530	**4.549**	4.530
Debêntures a pagar	29	**180.430**	13.848	**180.430**	13.848
Patrimônio líquido	19	**111.535**	135.052	**111.535**	135.052
Capital social		**119.481**	119.481	**119.481**	119.481
Reservas de lucros		**12.379**	15.571	**12.379**	15.571
Prejuízo do exercício		**(20.325)**	-	**(20.325)**	-
Total do patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		**111.535**	135.052	**111.535**	135.052
Total do passivo e patrimônio líquido		**378.869**	257.267	**388.433**	268.970

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações dos resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receita operacional, líquida	20	**186.454**	316.354	**298.149**	334.474
Custos das vendas e dos serviços prestados	21	**(156.458)**	(249.247)	**(225.967)**	(252.496)
Lucro bruto		**29.996**	67.107	**72.182**	81.978
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	22	**(5.428)**	(3.829)	**(8.036)**	(4.118)
Despesas gerais e administrativas	23	**(42.011)**	(59.244)	**(69.375)**	(65.333)
Outras receitas operacionais, líquidas	25	**357**	5.636	**4.066**	7.003
Prejuízo (lucro) operacional		**(17.086)**	9.670	**(1.163)**	19.530
Equivalência patrimonial	10	**11.032**	6.557	**(13)**	-
Resultado financeiro					
Despesas financeiras	26	**(21.988)**	(4.885)	**(22.322)**	(4.900)
Receitas financeiras	26	**1.657**	5.552	**2.617**	5.551
		(20.331)	667	**(19.705)**	651
Prejuízo (lucro) antes do imposto de renda e da contribuição social		**(26.385)**	16.894	**(20.881)**	20.181
Imposto de renda e contribuição social	27	**6.060**	(3.622)	**556**	(6.909)
Prejuízo (lucro) do exercício		**(20.325)**	13.272	**(20.325)**	13.272

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Atribuível aos acionistas da controladora e consolidado				
		Reserva de lucro			
	Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros	Lucros / prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	119.481	122	2.303	-	121.906
Lucro do exercício	-	-	-	13.272	13.272
Destinações:					
Constituição de reserva legal	-	664	-	(664)	-
Constituição de reserva de lucro	-	-	9.290	(9.290)	-
Dividendo mínimo obrigatório do exercício de 2022	-	-	-	(126)	(126)
Dividendo adicionais propostos do exercício de 2022	-	-	3.192	(3.192)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	119.481	786	14.785	-	135.052
Prejuízo do exercício	-	-	-	**(20.325)**	**(20.325)**
Distribuição dividendos de 2022	-	-	**(3.192)**	-	**(3.192)**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**119.481**	**786**	**11.593**	**(20.325)**	**111.535**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Prejuízo (lucro) do exercício	(20.325)	13.272	(20.325)	13.272
Outros componentes do resultado abrangente	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	(20.325)	13.272	(20.325)	13.272

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Prejuízo (lucro) do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social	**(26.385)**	16.894	**(20.881)**	20.181
Depreciações - Imobilizado	**1.484**	8.769	**12.492**	12.030
Depreciações - Ativo de direito de uso	**1.589**	1.429	**1.589**	1.429
Resultado líquido na venda de ativo fixo	**126**	(1.186)	**(2.105)**	(2.221)
Resultado líquido nas alterações das parcelas de arrendamentos	**-**	(7)	**-**	(7)
Resultado de participações societárias	**(11.032)**	(6.557)	**-**	-
Provisão de juros sobre debêntures	**19.614**	93	**19.614**	108
Provisão de juros sobre arrendamentos	**905**	800	**905**	800
Reversão para perda de estoques	**(40)**	(73)	**(40)**	(73)
Provisão de contingências	**19**	2.276	**19**	2.276
Atualização monetária dos depósitos judiciais	**(77)**	(47)	**(77)**	(47)
Variação cambial	**190**	328	**190**	328
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	**1.924**	21	**2.607**	21
	(11.683)	22.740	**14.313**	34.825
Variação nos ativos e passivos				
Contas a receber	**665**	(1.742)	**(4.794)**	(12.833)
Estoques	**(77.058)**	(65.462)	**(72.745)**	(71.720)
Adiantamentos a fornecedores	**4.826**	(3.742)	**4.791**	(3.742)
Tributos a recuperar	**(2.583)**	(4.781)	**(1.998)**	(5.531)
Depósitos judiciais	**(52)**	42	**(52)**	42
Outros ativos	**1.298**	(1.286)	**840**	(1.352)
Fornecedores	**(26.576)**	34.548	**(32.113)**	42.638
Adiantamentos de clientes	**1.876**	(1.337)	**3.258**	(1.337)
Programa de participação	**(1.083)**	(220)	**43**	487
Provisões, encargos sociais e trabalhistas	**437**	549	**925**	1.884
Tributos a recolher	**(820)**	3.687	**(1.475)**	4.644
Outros passivos	**(1.353)**	1.974	**(477)**	2.057
	(100.423)	(37.770)	**(103.797)**	(44.763)
Imposto de renda e contribuição social pagos	**-**	(7.863)	**(5.221)**	(11.230)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	**(112.106)**	(22.893)	**(94.705)**	(21.168)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Venda de Imobilizado	**161**	62.237	**3.765**	66.672
Recebimento de dividendos	**6.229**	-	**-**	-
Títulos e valores mobiliários	**(13.885)**	46.609	**(26.415)**	46.559
Aquisição de investimento	**(1.682)**	(58.729)	**-**	-
Aquisição de imobilizado	**(2.250)**	(35.837)	**(8.619)**	(97.712)
Aquisição de intangível	**(446)**	(7.566)	**(446)**	(7.566)
Caixa líquido aplicado nas (gerado pelas) atividades de investimentos	**(11.873)**	6.714	**(31.715)**	7.953
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Emissão de debêntures para partes relacionadas	**146.968**	13.740	**146.968**	13.740
Recebimento de Debêntures - partes relacionadas	**-**	735	**-**	-
Pagamentos de arrendamentos	**(3.070)**	(1.893)	**(3.070)**	(1.893)
Pagamentos de empréstimos de controladora através de debêntures	**-**	(720)	**-**	-
Pagamento de dividendos	**(3.318)**	(22)	**(3.318)**	(22)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	**140.580**	11.840	**140.580**	11.825
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquido	**16.601**	(4.339)	**14.160**	(1.390)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**1.113**	5.452	**4.062**	5.452
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	**17.714**	1.113	**18.222**	4.062
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquido	**16.601**	(4.339)	**14.160**	(1.390)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. nformações gerais. A Somov S.A. ("Somov", "Companhia" ou em conjunto com sua controlada "Grupo"), situada em Pinheiros - São Paulo, foi constituída em 19 de fevereiro de 2002 e tem como objeto social o comércio, a indústria, a importação, a exportação e a representação comercial, de máquinas em geral e de suas partes, peças, acessórios e produtos de telecomunicações, bem como o aluguel, a manutenção, o reparo e a prestação de serviços técnicos relacionados a esses produtos, inclusive a movimentação de materiais e outras cargas. Presta, também, serviços de consultoria de projetos relacionados ao objeto, podendo ainda participar do capital de outras empresas, no país ou no exterior, correspondente bancário e exercer atividades complementares às suas atividades principais. A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado e parte integrante de um grupo de empresas que atuam integradamente (Grupo Sotreq), sendo uma subsidiária direta da SotreqPar S.A. e indireta da Pertos Participações S.A. A Administração da entidade afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. Essas demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram revisadas, aprovadas e autorizadas pela Diretoria em 05 de abril de 2024. **1.1. Reestruturações das operações comerciais. 1.1.1.** Operações no segmento de Agronegócios. Em junho de 2021 a Companhia e a Sotreq S.A. (empresa do Grupo Sotreq, "Sotreq") ingressaram no segmento de Agronegócios com representação das marcas Fendt (origem alemã) e Valtra (origem finlandesa), respectivamente, nas regiões do Oeste do Mato Grosso e Rondônia. Dessa forma, a Companhia e a Sotreq passam a atuar com a venda de máquinas e peças agrícolas, manutenção, suporte técnico e contratos de produtos destas marcas. O Grupo Sotreq já atuava no segmento Agropecuário desde a sua fundação, porém apenas com máquinas da linha amarela em aplicações de suporte à agricultura e à pecuária, como manutenção de estradas, construção de infraestrutura, carga e descarga, entre outras áreas. Agora com a parceria com a *AGCO Corporation*, representando essas duas importantes marcas, passa a atuar de forma direta no processo produtivo, desde a preparação de solo, plantio, colheita e manutenção, gerando a oportunidade de oferecer um portifólio completo de produtos para os clientes que atuam em um dos segmentos que mais cresce no Brasil, proporcionando muita sinergia entre as linhas amarela e verde, além de posicionar o Grupo como único fornecedor de produtos e soluções para esse importante mercado. Em 2022, objetivando expandir essa parceria, foi fechado um novo acordo com a *AGCO Corporation*, onde passa a atuar com a representação de ambas as marcas nos estados do Pará e Norte do Tocantins. Para que isso fosse possível, foi necessário aquisição do direito de distribuição da marca Valtra, através de acordo comercial fechado entre as empresas Automic Comércio de Implementos, Máquinas e Tratores Ltda. e a Companhia, além da Motobel Motores de Belém Ltda. e a Sotreq. Antes as empresas Automic e Motobel detinham o direito de distribuição da marca Valtra para o Oeste do Pará e Leste do Pará, respectivamente. Com esta aquisição, a Companhia registrou durante o ano 2022, no Intangível (Nota 12), o direito de distribuição da marca Valtra no valor de R$1.400, porém o preço acordado da marca foi de R$2.000. A diferença de R$600 referente a 30% foi quitada em 2023 após o término do período de transição estipulado entre a Companhia e a vendedora. 1.1.2. Operações no segmento de construção civil. Em abril de 2022, a Companhia adquiriu da Englevel Engenharia, Consultoria e Representação comercial Ltda. a cessão ao direito de distribuição da empresa Trimble Europe BV no Brasil, estados da região Sul, bem como em todos os territórios dos países Paraguai e Uruguai. Desta forma, a Companhia realizará vendas de produtos Trimble (peças), prestação de serviços, licenças e softwares para o mercado de construção civil. Com esta aquisição, a Companhia registrou no Intangível (Nota 12) o direito de distribuição da marca Trimble no valor de R$6.166. **1.2. Reestruturação societária.** Em 01 de julho de 2022, a Companhia constituiu a empresa Somov Rental Ltda. ("Somov Rental") com o capital de R$1, na qualidade de única sócia, titular da integralidade das quotas do capital social desta sociedade. Em 29 de novembro de 2022, a Companhia aumentou o capital social da controlada Somov Rental no valor de R$58.728 através da transferência de ativos imobilizados (Notas 10 e 11). Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia aumentou o capital social da controlada Somov Rental no valor de R$1.669 através da integralização de estoques de peças da Companhia (Nota 7), de modo que a Somov Rental assumiu os direitos e obrigações, principais e acessórias, presentes e futuros, figurante como nova proprietária dos ativos. **2. Resumo das principais práticas contábeis. 2.1. Base de preparação.** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas práticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados. **2.2. Declaração de conformidade.** As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. As demonstrações contábeis apresentam informações comparativas em relação ao período anterior. **2.3. Base de consolidação.** As demonstrações contábeis consolidadas são compostas pelas demonstrações contábeis da Somov e de sua controlada em 31 de dezembro de 2023, conforme apresentada a seguir:

Nome	País	Principal atividade	% Direta 2023
Somov Rental Ltda.	Brasil	Comércio e logística	100,00%

A controlada é integralmente consolidada a partir da data de aquisição, sendo esta a data na qual a Companhia obteve controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. A demonstração contábil da controlada é elaborada para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando práticas contábeis consistentes. Todos os saldos entre as empresas do Grupo, receitas, despesas, ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações entre partes relacionadas, são eliminados no momento da consolidação. Uma mudança na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas no patrimônio líquido. O resultado do exercício e cada componente dos outros resultados abrangentes (reconhecidos diretamente no patrimônio líquido) são atribuídos aos proprietários da controladora e à participação dos acionistas não controladores. Perdas são atribuídas à participação de acionistas não controladores, mesmo que resultem em um saldo negativo. **2.4. Investimento em controlada.** Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente com uma participação de mais do que a metade dos direitos a voto. O investimento é avaliado pelo método da equivalência patrimonial. Com base neste método, o investimento é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia no patrimônio líquido da investida a partir da data de aquisição, reconhecido no resultado do exercício como participações nos lucros (prejuízos) de controlada (equivalência patrimonial). Para efeito do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a Somov e sua investida é eliminado na medida da participação da Companhia. Perdas não realizadas são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de *impairment* do ativo transferido. Variações cambiais registradas no patrimônio líquido da investida, a Companhia reconhecerá no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes, evidenciado na demonstração das mutações do patrimônio líquido. **2.5. Classificação corrente versus não corrente.** A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado como circulante quando: • Se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal; • For mantido principalmente para negociação; • Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; • Caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quando à sua troca ou seja utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Todos os demais ativos são classificados como ativos não circulante. Um passivo é classificado como circulante quando: • Se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal; • For mantido principalmente para negociação; • Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação, ou • Não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Todos os demais passivos são classificados como passivos não circulantes. **2.6. Instrumentos financeiros.** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. Ativos financeiros. a) *Classificação e mensuração.* A avaliação dos ativos financeiros da Companhia está detalhada na tabela abaixo:

Ativos financeiros	DF da Companhia	Categoria do ativo
Disponibilidades	Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado
Aplicações financeiras compromissadas	Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado
Títulos e valores mobiliários	Títulos e valores mobiliários	Custo amortizado
Contas a receber	Contas a receber de clientes operacionais e partes relacionadas	Custo amortizado
Adiantamentos a fornecedores	Adiantamentos a fornecedores	Custo amortizado
Depósitos judiciais	Depósitos judiciais e cauções	Valor justo por meio do resultado
Outras contas a receber	Outras contas a receber pelas atividades operacionais	Custo amortizado

a) *Redução ao valor recuperável.* O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda do valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção do contas a receber, caso em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma conta de provisão. b) *Desreconhecimento (baixa).* Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; • A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo. Passivos financeiros. a) *Classificação e mensuração.* Os principais passivos financeiros da Companhia são: fornecedores, partes relacionadas, obrigações com arrendamentos, adiantamentos de clientes, debêntures a pagar a partes relacionadas, dividendos e outras contas a pagar. Estes foram classificados como "outros passivos financeiros", sendo inicialmente mensurados pelo valor justo, líquido dos custos da transação. Esses passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado usando-se o método dos juros efetivos, com as despesas com juros reconhecidas com base na taxa efetiva. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo período em questão. A taxa de juros efetiva desconta exatamente os pagamentos de caixa futuros estimados pela vida esperada do passivo financeiro, ou (quando apropriado) por um período menor de tempo, para o valor contábil líquido no reconhecimento inicial. b) *Desreconhecimento (baixa).* Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. Instrumentos financeiros - apresentação líquida. Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.7. Caixa e equivalentes de caixa.** Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, saldos positivos em contas bancárias e títulos e valores mobiliários de conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. **2.8. Títulos e valores mobiliários.** É composto por recursos aplicados em fundos de investimentos e são registrados pelo valor das cotas divulgado pelos administradores dos fundos e são classificados ao custo amortizado. **2.9. Contas a receber.** As contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias e prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Quando necessário o saldo de contas a receber é corrigido pela provisão para crédito de liquidação duvidosa. A Administração da Companhia entende não haver risco de recebimento com contas a receber de partes relacionadas. **2.10. Estoques.** Os estoques são demonstrados e valorizados ao menor valor entre o custo médio apurado a cada nova compra e o valor líquido de realização ou o custo de reposição, exceto máquinas, que são valorizadas ao custo identificado, que é inferior ao valor líquido de realização. As ordens de serviços em andamento correspondem a custos com reparos e manutenção de equipamentos, incluindo mão de obra e, quando aplicável, peças para revenda, e são apropriadas ao resultado quando da conclusão dos serviços. O valor líquido de realização é o preço de venda no curso normal dos negócios, deduzidos dos custos estimados necessários para a realização da venda. **2.11. Imobilizado.** O imobilizado é apresentado pelo seu custo histórico, líquido de depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e os custos de financiamentos relacionados com a aquisição de ativos qualificados, quando aplicáveis. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 11 e leva em consideração o tempo estimado de vida útil-econômica dos bens, revisada anualmente pela Administração, e ajustada de forma prospectiva, quando aplicável. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado. **2.12. Tributos.** a) Imposto de renda e contribuição social correntes. Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de impostos e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor na data do balanço. O imposto de renda e contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. b) Imposto de renda e contribuição social diferidos. Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, se reconhecidos, são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos ou passivos e o seu respectivo valor contábil, bem como sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. Os decorrentes créditos tributários serão registrados somente quando a Companhia apresentar histórico e projeções de lucros tributários. c) Impostos sobre prestação de serviços e vendas. A Companhia está sujeita, quando aplicável, às seguintes alíquotas básicas: • Programa de Integração Social ("PIS") de 0,65% a 1,65%. • Contribuição para Financiamento da Seguridade Social ("COFINS") de 3% a 7,6%. • Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS") de 4% a 20%. • Imposto sobre serviços ("ISS") de 2% a 5%. Esses tributos são apresentados como deduções dos serviços prestados e de vendas na demonstração do resultado. **2.13. Benefícios a empregados.** A Companhia concede a todos os empregados um bônus relacionado ao plano de participação nos resultados, o qual está vinculado ao alcance de objetivos específicos, baseado no cumprimento de metas individuais e corporativas, estabelecido e acordado no início de cada ano e reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*). **2.14. Arrendamento mercantil.** Companhia como Arrendatária. Os reconhecimentos iniciais dos valores referentes ao arrendamento financeiro são contabilizados no ativo de direito de uso ao custo e no passivo de arrendamento pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento descontados pela taxa de juros implícita, se esta taxa puder ser determinada imediatamente. Se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, o arrendatário deve utilizar a taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário (Nota 3.2.e). A Companhia considera a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo quando é igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início, sem possibilidade de renovação. Também considera a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor. Os pagamentos de arrendamentos de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como arrendamentos operacionais em despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. O passivo de arrendamento foi calculado com base na taxa incremental média de 1,0118% em 2023 (1,0363% a.m. em 2022). Companhia como Arrendadora. Arrendamentos para os quais a Companhia não transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à posse do ativo são classificados como arrendamentos operacionais. A receita de aluguel de equipamentos é contabilizada pelo método linear, durante o período do arrendamento, e é incluída na receita na demonstração do resultado, devido à sua natureza operacional. Custos diretos iniciais incorridos na negociação de arrendamentos operacionais são adicionados ao valor contábil do ativo locado e reconhecidos ao longo do prazo do arrendamento com base semelhante à receita de aluguel. **2.15. Reconhecimento da receita.** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita: a) Venda de produtos. A receita de venda de máquinas, motores, equipamentos e peças é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega. A entrega não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido enviados para o local especificado pelo cliente; (ii) os riscos de perda tenham sido transferidos para o cliente; (iii) o cliente tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou as Companhias tenham evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos. b) Prestação de serviços. A receita proveniente dos contratos de prestação de serviços por horas trabalhadas e de entrega de peças, geralmente relacionada à prestação de serviços de reparos em equipamentos do cliente, é reconhecida através de medição com base nas horas incorridas até a data do balanço. A receita de contratos de serviços de manutenção, relacionada aos contratos firmados por preço fixo, é reconhecida pelo valor das parcelas do contrato na proporção em que os custos das manutenções e intervenções contratuais são executados. c) Receita de juros. Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva. **2.16. Normas emitidas, mas que ainda não estão em vigor até a data da emissão das demonstrações contábeis.** A Companhia pretende adotar essas normas, se for o caso, quando elas entrarem em vigor: Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante. Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (CPC 26), de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente. A Companhia não espera alterações com adoção dessa norma. Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7. Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (CPC 03 (R2)) e IFRS 7 (CPC 40 (R1), de forma a esclarecer e divulgar os acordos de financiamentos de fornecedores. As alterações entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024. A Companhia não espera alterações com adoção dessa norma. Alterações ao IFRS 16: Passivo de locação em um *Sale and Leaseback*. Em setembro de 2022, o IASB emitiu alteração ao IFRS 16 (CPC 06) de forma a especificar os requisitos que os arrendatários devem usar na mensuração da responsabilidade de locação em uma transação de *sale and leaseback*. Isso objetiva garantir que os arrendatários não reconheçam ganhos ou perdas relacionadas aos ativos de direitos de usos que eles possuem. As alterações entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações *sale and leaseback* que foram negociadas após a data de aplicação inicial do IFRS 16 (CPC 06). A aplicação antecipada é permitida e deve ser divulgada. A Companhia não espera alterações com adoção dessa norma. **3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas.** As demonstrações contábeis foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas provisões e estimativas contábeis. As provisões e estimativas contábeis, envolvidas na preparação das demonstrações contábeis, foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes daqueles registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Administração revisa suas provisões, estimativas e premissas pelo menos anualmente. **3.1. Provisões.** Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. **3.2. Estimativas e premissas contábeis críticas.** Com base em premissas, são feitas estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais, exceto no caso do imobilizado. As estimativas estão contempladas abaixo: a) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa "PCLD". A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base no julgamento da Administração sobre sua capacidade de cobrar todos os valores devidos considerando os prazos originais das contas a receber. A Administração avalia o risco de cliente e o efeito sobre as contas a receber a vencer e vencido, quando aplicável. b) Vida útil do imobilizado. A vida útil dos ativos classificados no imobilizado reflete o período em que se

SOMOV S.A.

CNPJ/MF nº 04.925.387/0001-48

17. Provisões para contingências e depósitos judiciais

a) Contingências

	Controladora				Consolidado			
	Trabalhistas	Tributárias	Cíveis	Total	Trabalhistas	Tributárias	Cíveis	Total
Em 31 de dezembro de 2021	882	1.319	53	2.254	-	-	-	-
Saldo inicial devido ao início da consolidação	-	-	-	-	882	1.319	53	2.254
Constituições de provisões	207	604	25	836	207	604	25	836
Pagamento/reversões de provisões	(473)	(189)	-	(662)	(473)	(189)	-	(662)
Atualizações de provisões	12	1.820	270	2.102	12	1.820	270	2.102
Em 31 de dezembro de 2022	628	3.554	348	4.530	628	3.554	348	4.530
Constituições de provisões	**185**	**-**	**-**	**185**	**185**	**-**	**-**	**185**
Pagamento/reversões de provisões	**(131)**	**-**	**(308)**	**(439)**	**(131)**	**-**	**(308)**	**(439)**
Atualizações de provisões	**-**	**271**	**2**	**273**	**-**	**271**	**2**	**273**
Em 31 de dezembro de 2023	**682**	**3.825**	**42**	**4.549**	**682**	**3.825**	**42**	**4.549**

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, tributários e cíveis em andamento e está discutindo essas questões na esfera judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. Contingências trabalhistas e previdenciárias correspondem a R$682 em 31 de dezembro de 2023 (R$628 em 2022) e consistem, principalmente, em reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre horas extras decorrentes da prestação de serviços junto a clientes da Companhia em todo território nacional. Contingências tributárias correspondem a R$3.825 (R$3.554 em 2022) e consistem, principalmente, em ações em que se discute a incidência do ICMS, multa em operações interestaduais com mercadorias importadas e para a cobrança de COFINS referente ao mês de setembro de 2012, compensado com crédito de pagamento a maior em agosto de 2012, e PIS de dezembro de 2009 compensado com crédito de pagamento a maior de novembro de 2009. Adicionalmente, a Companhia tem ações envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	2023	2022
Cíveis	**2.128**	2.377
Trabalhistas	**471**	1.032
Fiscais		
ICMS	**9.047**	8.491
ISS	**2.656**	2.402
PIS e COFINS	**859**	807
IR e CSLL	**261**	249
Outros	**1.438**	1.331
	16.860	16.689

b) Depósitos judiciais

	Consolidado			Controladora		
	Trabalhistas	Tributário	Total	Trabalhistas	Tributário	Total
Em 31 de dezembro de 2021	188	1.158	1.346	-	-	-
Saldo inicial devido ao início da consolidação	-	-	-	188	1.158	1.346
Adições	28	-	28	28	-	28
Baixas e desembolsos	(70)	-	(70)	(70)	-	(70)
Atualizações	7	40	47	7	40	47
Em 31 de dezembro de 2022	153	1.198	1.351	153	1.198	1.351
Adições	**52**	**-**	**52**	**52**	**-**	**52**
Baixas e desembolsos	-	-	-	-	-	-
Atualizações	**6**	**71**	**77**	**6**	**71**	**77**
Em 31 de dezembro de 2023	**211**	**1.269**	**1.480**	**211**	**1.269**	**1.480**

18. Imposto de renda e contribuição social diferidos. Os valores de compensação do imposto de renda e da contribuição social diferidos são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Ativo de tributo diferido				
Ativo de tributo diferido a ser recuperado em até 12 meses	**3.901**	904	**4.041**	984
Ativo de tributo diferido a ser recuperado depois de 12 meses	**11.637**	3.823	**11.637**	3.823
	15.538	4.727	**15.678**	4.807
Passivo de tributo diferido				
Passivo de tributo diferido a ser liquidado em até 12 meses	**(316)**	(320)	**53**	(320)
Passivo de tributo diferido a ser liquidado depois de 12 meses	**(2.848)**	1.916	**(2.848)**	1.916
	(3.164)	1.596	**(2.795)**	1.596
Ativo de tributo diferido, líquido	**12.374**	6.323	**12.883**	6.403

As composições e movimentações dos ativos e passivos de imposto de renda diferido durante o exercício é a seguinte:

Controladora

	Prejuízo fiscal	Provisões de contingências	Provisão perda em estoque	Ativo imobilizado-CPC 27	Devedores duvidosos	Provisão de garantia	Leasing financeiro - RTT	Adoção Subcontas IN1700/17	Outros	Total
Em 31 de dezembro de 2021	-	814	510	(3.559)	136	(12)	1.658	4.704	413	4.664
Debitado (creditado) à demonstração do resultado	-	1.338	(25)	363	(10)	188	-	-	(195)	1.659
Em 31 de dezembro de 2022	-	2.152	485	(3.196)	126	176	1.658	4.704	218	6.323
Debitado (creditado) à demonstração do resultado (i)	**12.815**	**285**	**(14)**	**(77)**	**108**	**(52)**	**(1.658)**	**(4.704)**	**(652)**	**6.051**
Em 31 de dezembro de 2023	**12.815**	**2.437**	**471**	**(3.273)**	**234**	**124**	**-**	**-**	**(434)**	**12.374**

(i) Em 2023 foi publicada a Lei 14.740/2023, que dispõe sobre a autoregularização incentivada de tributos administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda e que admite a utilização de créditos de Prejuízo Fiscal e Base Negativa da CSLL de titularidade do sujeito passivo, de pessoa jurídica controladora ou controlada, de forma direta ou indireta, ou de sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente por uma mesma pessoa jurídica, apurados e declarados à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, independentemente do ramo de atividade. A Companhia possui Prejuízo Fiscal no montante de R$37.647 e Base Negativa da CSLL no montante de R$37.817. Em 2024 os créditos referentes ao Prejuízo Fiscal no montante de R$9.412 e da Base Negativa da CSLL no montante de R$3.403 serão totalmente utilizados.

Consolidado

	Prejuízo fiscal	Provisões de contingências	Provisão perda em estoque	Ativo imobilizado-CPC 27	Devedores duvidosos	Provisão de garantia	Leasing financeiro - RTT	Adoção Subcontas IN1700/17	Outros	Total
Em 31 de dezembro de 2021	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo inicial devido ao início da consolidação (Nota 10)	-	814	510	(3.559)	136	(12)	1.658	4.704	413	4.664
(Creditado) debitado à demonstração do resultado	-	1.375	(25)	406	(10)	188	-	-	(195)	1.739
Em 31 de dezembro de 2022	-	2.189	485	(3.153)	126	176	1.658	4.704	218	6.403
(Creditado) debitado à demonstração do resultado	**12.918**	**285**	**(14)**	**249**	**108**	**(52)**	**(1.658)**	**(4.704)**	**(652)**	**6.480**
Em 31 de dezembro de 2023	**12.918**	**2.474**	**471**	**(2.904)**	**234**	**124**	**-**	**-**	**(434)**	**12.883**

19. Patrimônio líquido. a) Capital social. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital social integralizado era de R$119.481, representado por 119.481 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, composta da seguinte forma:

31/12/2023		
	Quantidade de ações	Percentual de participação
SotreqPar S.A.	**119.470.849**	**99,99%**
Carl Alfred Orberg	**10.003**	**0,01%**
	119.480.852	**100,00%**

31/12/2022		
	Quantidade de ações	Percentual de participação
SotreqPar S.A.	119.470.849	99,99%
Carl Alfred Orberg	10.003	0,01%
	119.480.852	100,00%

Em 02 de maio de 2022 a Companhia passou a ser controlada pela SotreqPar S.A., empresa do Grupo Sotreq, após cisão parcial da Sotreq S.A. (Nota 1.2). b) Reserva legal. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia tem registrado em reserva legal o valor de R$786.

	2023	2022
Prejuízo (lucro) líquido do exercício	**(20.325)**	13.272
(-) Absorção de prejuízos acumulados	**-**	-
Base de cálculo da reserva legal	**(20.325)**	13.272
Constituição da reserva legal (5%)	**-**	(664)
Base de cálculo dos dividendos	**-**	12.608

c) Dividendos a pagar. O estatuto social assegura aos acionistas um dividendo obrigatório não inferior a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da Lei nº 6.404/76, artigo 202. Dessa forma, o excedente fica registrado na reserva de dividendos a pagar que é realizada conforme opção da Companhia.

	2023	2022
Prejuízo (lucro) líquido ajustado	**(20.325)**	12.608
(-) Dividendo mínimo obrigatório	**-**	(126)
(-) Dividendos adicionais propostos	**-**	(3.192)
Constituição de reserva de dividendos a pagar	**-**	9.290

20. Receita operacional, líquida. A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Vendas de máquinas, peças e motores	**180.690**	273.774	**204.380**	273.774
Prestação de serviços e contratos	**26.742**	9.737	**27.585**	9.950
Receita de aluguéis de equipamentos (i)	**2.470**	66.822	**101.179**	86.571
Vendas brutas	**209.902**	350.333	**333.144**	370.295
Tributos sobre vendas e prestação de serviços	**(23.029)**	(33.861)	**(34.576)**	(35.703)
Devoluções	**(419)**	(118)	**(419)**	(118)
Receita operacional, líquida	**186.454**	316.354	**298.149**	334.474

(i) Em 2023 houve redução na receita de aluguéis de equipamentos da Companhia devido a operação de aluguel ter sido transferida para a controlada Somov Rental em 2022 (Nota 1.2).

21. Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Custos dos produtos vendidos				
Custos das vendas	**(145.203)**	(200.880)	**(162.711)**	(200.880)
Impostos, taxas e contribuições	**39**	(1.562)	**47**	(1.562)
Reversão para perda em estoques (Nota 7)	**40**	73	**40**	73
Outros	**(25)**	(140)	**(29)**	(140)
	(145.149)	(202.509)	**(162.653)**	(202.509)
Custos dos serviços prestados e aluguéis				
Custos das vendas	**(7.188)**	(36.061)	**(48.261)**	(36.061)
Garantias	**(2.711)**	(2.408)	**(2.711)**	(2.408)
Depreciação ativo de direito de uso	**(697)**	(671)	**(697)**	(671)
Depreciação (Nota i e 11)	**(589)**	(7.468)	**(11.521)**	(10.717)
Outros	**(124)**	(130)	**(124)**	(130)
	(11.309)	(46.738)	**(63.314)**	(49.987)
Total dos custos	**(156.458)**	(249.247)	**(225.967)**	(252.496)

(i) Em 2023 houve redução nos custos com depreciações da Companhia devido a operação de aluguel ter sido transferida para a controlada Somov Rental em 2022 (Nota 1.2).

22. Despesas com vendas

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (Nota 6)	**(1.924)**	(21)	**(2.607)**	(21)
Fretes e seguros	**(1.608)**	(2.624)	**(2.651)**	(2.805)
Propagandas e promoções	**(1.214)**	(522)	**(1.215)**	(522)
Manutenções de bens	**(581)**	(415)	**(1.461)**	(523)
Outras despesas	**(101)**	(247)	**(102)**	(247)
	(5.428)	(3.829)	**(8.036)**	(4.118)

23. Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Benefícios a empregados (Nota 24)	**(17.091)**	(26.557)	**(34.102)**	(32.063)
Serviços de terceiros	**(4.121)**	(5.825)	**(6.905)**	(5.873)
Material de consumo e ferramentas perecíveis	**(3.444)**	(3.802)	**(4.836)**	(3.804)
Manutenções de bens	**(3.012)**	(2.449)	**(3.045)**	(2.450)
Viagens, refeições e locomoção	**(2.799)**	(3.114)	**(3.484)**	(3.143)
Aluguéis e arrendamentos operacionais (Nota 13)	**(1.956)**	(5.099)	**(3.203)**	(5.516)
Horas Improdutivas (oficina)	**(1.863)**	(2.105)	**(1.863)**	(2.105)
Despesas com veículos	**(1.052)**	(1.950)	**(2.865)**	(1.957)
Depreciação ativo imobilizado (Nota 11)	**(895)**	(1.301)	**(971)**	(1.313)
Depreciação ativo de direito de uso (Nota 13)	**(752)**	(632)	**(752)**	(632)
Multas e perdas	**(564)**	(286)	**(699)**	(287)
Impostos, taxas e contribuições	**(488)**	(366)	**(498)**	(367)
Telefonia, energia e água	**(484)**	(405)	**(509)**	(405)
Indenizações judiciais trabalhistas	**(323)**	(595)	**(323)**	(595)
Serviços administrativos empresa Controladora	**(214)**	(144)	**(1.928)**	(164)
Reversão de provisão para contingências (Nota 17)	**(19)**	(2.276)	**(19)**	(2.276)
Outras	**(2.934)**	(2.338)	**(3.373)**	(2.383)
	(42.011)	(59.244)	**(69.375)**	(65.333)

24. Despesas de benefícios a empregados

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Salários e comissões	**(8.844)**	(11.872)	**(16.837)**	(15.218)
Encargos sociais	**(3.384)**	(6.262)	**(6.800)**	(6.956)
Participação nos lucros	**(2.030)**	(6.256)	**(5.373)**	(6.963)
Custos previdenciários	**(2.209)**	(1.509)	**(4.279)**	(2.193)
Rescisões e indenizações	**(392)**	(224)	**(487)**	(292)
Treinamentos e outras	**(232)**	(434)	**(326)**	(441)
Total despesas de benefícios a empregados (Nota 23)	**(17.091)**	(26.557)	**(34.102)**	(32.063)
Número de empregados	**194**	181		

25. Outras receitas operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Resultado na venda de imobilizado	**(126)**	1.186	**2.105**	2.221
Créditos não reclamados	**368**	197	**368**	197
Sinistros recebidos	**235**	97	**235**	97
Receita de corretagem	**162**	-	**162**	-
Crédito PIS/COFINS não cumulativos (i)	**-**	4.208	**1.320**	4.539
Outras despesas	**(282)**	(52)	**(124)**	(51)
Total outras receitas operacionais, líquidas	**357**	5.636	**4.066**	7.003

(i) Em 2023, houve redução nos créditos PIS e COFINS da Companhia devido a operação de aluguel ter sido transferida para a controlada Somov Rental em 2022 (Nota 1.2).

26. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Despesas financeiras				
Juros passivos sobre debêntures (Nota 28)	**(19.849)**	(108)	**(19.981)**	(122)
Juros e encargos sobre arrendamentos de direito de uso (Nota 13)	**(769)**	(758)	**(769)**	(758)
Juros devedores	**(330)**	(83)	**(330)**	(84)
Perda com *hedge* (i)	**(112)**	(2.823)	**(112)**	(2.823)
Variação cambial passiva	**(58)**	(507)	**(59)**	(507)
Outras despesas financeiras	**(870)**	(606)	**(1.071)**	(606)
	(21.988)	(4.885)	**(22.322)**	(4.900)
Receitas financeiras				
Receitas financeiras s/ aplicações	**854**	2.788	**1.734**	2.788
Variação cambial ativa	**249**	847	**249**	847
Juros ativos sobre debêntures (Nota 28)	**-**	15	**-**	15
Ganho com *hedge* (i)	**16**	369	**16**	369
Juros sobre impostos	**10**	665	**13**	665
Outras receitas financeiras	**528**	868	**605**	867
	1.657	5.552	**2.617**	5.551
Resultado financeiro, líquido	**(20.331)**	667	**(19.705)**	651

(i) Devido ao aumento no volume de importações em 2022, a Companhia registrou R$2.454 referente ao resultado líquido de *hedge* nos processos de importações de máquinas, enquanto em 2023 o valor foi de R$95.

27. Despesa de imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Tributo corrente				
Tributo corrente sobre o lucro do exercício	**9**	(5.281)	**(5.924)**	(8.648)
Total do tributo corrente	**9**	(5.281)	**(5.924)**	(8.648)
Tributo diferido				
Constituição e reversão de diferenças temporárias (Nota 18)	**6.051**	1.659	**6.480**	1.739
Total do tributo diferido	**6.051**	1.659	**6.480**	1.739
Despesa de imposto de renda e contribuição social	**6.060**	(3.622)	**556**	(6.909)

A conciliação entre a despesa tributária e o resultado da multiplicação do lucro contábil pela alíquota fiscal local nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Prejuízo (lucro) antes dos tributos	**(26.385)**	16.894	**(20.881)**	20.181
	(26.385)	16.894	**(20.881)**	20.181
À alíquota fiscal de 34%	**8.971**	(5.744)	**7.100**	(6.862)
Incentivo fiscal	**-**	132	**-**	132
Diferenças permanentes				
Multas não dedutíveis	**(42)**	(10)	**(49)**	(11)
Resultado de equivalência patrimonial	**3.751**	2.229	**(4)**	-
Outras despesas não dedutíveis	**(156)**	(11)	**(156)**	(11)
Demais adições e exclusões, líquidas	**(6.464)**	(218)	**(6.334)**	(157)
Total do imposto de renda e contribuição social do exercício	**6.060**	(3.622)	**556**	(6.909)
Corrente	**9**	(5.281)	**(5.924)**	(8.648)
Diferido	**6.051**	1.659	**6.480**	1.739
	6.060	(3.622)	**556**	(6.909)
	23%	21%	**3%**	34%

28. Transações com partes relacionadas. A Companhia é controlada pela SotreqPar S.A., que pertence ao Grupo Sotreq e detém 99,99% das ações ordinárias nominativas. Por sua vez, a Companhia controla diretamente a empresa Somov Rental Ltda. Fazem parte do Grupo Sotreq e também é parte relacionada com a Companhia a empresa Sotreq S.A. As seguintes transações foram conduzidas com partes relacionadas:

a) Vendas de produtos e serviços	2023	2022
Vendas de produtos - partes relacionadas		
Sotreq S.A.	**3.990**	12.367
	3.990	12.367
Vendas de serviços - partes relacionadas		
Sotreq S.A.	**6.208**	1.053
	6.208	1.053

b) Compras de produtos e serviços	2023	2022
Compra de produtos - partes relacionadas		
Sotreq S.A.	**3.014**	208
	3.014	208
Compra de serviços - partes relacionadas		
Sotreq S.A.	**9**	9
	9	9

c) Saldos do fim do exercício, decorrentes das vendas/compras de produtos/serviços

	2023	2022
Contas a receber de partes relacionadas		
Sotreq S.A.	**68**	76
	68	76
Contas a pagar a partes relacionadas		
Sotreq S.A.	**2**	171
	2	171
Dividendos a pagar a partes relacionadas		
SotreqPar S.A. (Nota 19)	**-**	126
	-	126
Despesas com partes relacionadas		
Sotreq S.A. (Nota 23)	**(214)**	(144)
	(214)	(144)
Dividendos recebidos de partes relacionadas		
Somov Rental Ltda. (Nota 10)	**6.229**	-
	6.229	-
Dividendos pagos a partes relacionadas		
SotreqPar S.A.	**(3.066)**	(22)
	(3.066)	(22)

As contas a receber de partes relacionadas são, principalmente, decorrentes de operações de vendas e vencem em 30 dias. As contas a receber não têm garantias e não estão sujeitas a juros. As contas a pagar a partes relacionadas são, principalmente, decorrentes de operações de serviços e vencem um mês após a data da compra. As contas a pagar não estão sujeitas a juros. d) Empréstimos por meio de debêntures para partes relacionadas. *No ativo não circulante*. A Companhia adquiriu debêntures da sua controlada Somov Rental em 2022, conforme segue abaixo:

	2023	2022
Debêntures da controlada (Somov Rental Ltda.)		
Em 01 de janeiro	-	-
Aquisição de debêntures	-	720
Amortização de debêntures	-	(720)
Juros incorridos	-	15
Juros recebidos	-	(15)
Em 31 de dezembro	-	-

No passivo não circulante. A Companhia emitiu debêntures para a Sotreq, conforme segue abaixo:

	2023	2022
Debêntures para controladora (Sotreq S.A.)		
Em 1º de janeiro	**13.848**	-
Emissão de debêntures	**146.968**	13.740
Juros incorridos	**19.614**	108
Em 31 de dezembro	**180.430**	13.848

As debêntures a pagar para partes relacionadas possuem remunerações de CDI mais 3% a.a. e as seguintes características:

Debêntures	Data da emissão	Valor da emissão	Valor unitário	Vencimento	Valor enviado	Valor pago	Limite disponível	Debêntures a receber
1ª emissão	27/06/2008	R$25.000	R$1	30/06/2013	R$25.000	R$25.000	-	-
2ª emissão	08/11/2016	R$30.782	R$2	01/07/2018	R$21.987	R$21.987	-	-
3ª emissão	26/12/2016	R$10.000	R$3	01/07/2023	R$10.000	R$10.000	-	-
4ª emissão	26/12/2022	R$80.000	R$3	26/12/2027	R$80.000	-	-	R$80.000
5ª emissão	10/04/2023	R$120.000	R$10	10/04/2028	R$80.708	-	R$39.292	R$80.708
							Provisão	R$19.722
							Em 31 de dezembro de 2023	R$180.430

29. Seguros. A Somov S.A. possui um programa de gerenciamento de riscos com objetivo de delimitá-los, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Abaixo seguem os seguros contratados em 2023 pela Companhia:

Apólices	Vigência
Seguro de automóvel	01/07/2023 a 01/07/2024
Responsabilidade civil geral	01/07/2023 a 01/07/2024
Riscos operacionais	31/07/2023 a 31/07/2024
Transportes	30/06/2023 a 30/06/2024

Assinatura

Marcelo Orberg - Presidente. **José Ricardo Martins Cordeiro -** Administrador
Luis Correia Marques - Contador – CRC RJ-077263/O-0

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Acionistas e Administradores **Somov S.A.** Rio de Janeiro - RJ. **Opinião.** Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Somov S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião.** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da Diretoria pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.** A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela Diretoria a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 05 de abril de 2024. ERNST & YOUNG. Auditores Independentes S.S. Ltda - CRC SP-015199/F. Beatriz Gonçalves de Moraes Nicolaci - Contador CRC RJ-091370/O.

AUTOPASS S.A.

CNPJ nº 07.140.538/0001-40

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

Relatório da Administração: Srs. Acionistas: em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023. As notas explicativas, incluindo o parecer de auditoria sem ressalvas, encontram-se disponíveis na sede da Companhia. Colocamo-nos à disposição, para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

BALANÇO PATRIMONIAL em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Notas	2023	2022	01.01.2022
Ativo			Reapresentado	Reapresentado
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	5	94.100	62.496	90.393
Aplicações financeiras	6	–	7.005	13.399
Caixa restrito	17.2	7.604	6.763	12.558
Contas a receber	7	20.527	9.514	12.548
Impostos a recuperar	9	7.132	7.353	2.510
Imposto de renda e contribuição social		5.327	–	–
Outros créditos	8	5.063	12.261	9.145
Despesas antecipadas		187	304	1.399
Total ativo circulante		**139.940**	**105.696**	**141.952**
Ativo não circulante				
Caixa restrito	17.2	6.947	14.551	21.314
Impostos diferidos	28	11.774	17.442	2.186
Propriedade para investimento	11	2.870	2.870	2.870
Outros créditos	8	18	9.520	–
Outros investimentos		1.250	–	
Imobilizado	12	44.299	41.513	47.469
Intangível	13	78.164	89.976	98.203
Total ativo não circulante		**145.322**	**175.872**	**172.042**
Total do ativo		**285.262**	**281.568**	**313.994**

Passivo e patrimônio líquido	Notas	2023	2022 Reapresentado	01.01.2022 Reapresentado
Passivo circulante				
Bilhetagem eletrônica - Venda de créditos	14	44.485	58.130	58.519
Fornecedores	15	24.703	28.304	38.388
Obrigações tributárias e trabalhistas	16	11.214	11.315	8.328
Empréstimos, financiamentos e debêntures	17	25.725	29.366	23.929
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar		4.014	–	–
Arrendamentos	18	6.333	5.505	5.899
Adiantamento de clientes	19	3.458	2.782	2.608
Outras contas a pagar	20	311	4.444	495
Total do passivo circulante		**120.243**	**139.846**	**138.166**
Passivo não circulante				
Fornecedores	15	–	4.481	11.114
Empréstimos, financiamentos e debêntures	17	29.565	55.205	69.224
Arrendamentos	18	9.232	3.894	7.653
Adiantamento de clientes	19	22.468	16.458	18.640
Outras contas a pagar	20	33.195	14.131	–
Provisão para Passivo a Descoberto		–	163	–
Provisão para contingências	21	755	3.077	2.967
		95.215	**97.409**	**109.598**
Patrimônio líquido				
Capital social	22.a	59.779	55.745	53.245
Reserva legal	22.b	6.098	4.519	4.519
Reserva de lucros	22.d	26.080	6.202	30.619
Reserva de lucros não realizada	22.e	2.213	2.213	2.213
Outras reservas	22.f	(24.366)	(24.366)	(24.366)
		69.804	**44.313**	**66.230**
Total do passivo e patrimônio líquido		**285.262**	**281.568**	**313.994**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Notas	2023	2022 Reapresentado
Receita líquida de vendas	24	272.749	177.449
Custos dos serviços prestados	25	(166.202)	(136.654)
Lucro bruto		**106.547**	**40.795**
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	25	(40.925)	(43.655)
Despesas comerciais	25	(5.487)	(18.383)
Outras despesas	26	(31.969)	(5.007)
Outras receitas	26	17.010	3.468
		(61.371)	**(63.577)**
Lucro (prejuízo) operacional antes das despesas financeiras líquidas e impostos		**45.176

comerc energia

Castilho Solar Participações S.A.

CNPJ nº 31.738.278/0001-94

Relatório da Administração

Castilho Solar Participações S.A.: A administração da Castilho Solar Participações S.A. ("Companhia") submete à sua apreciação os Comentários de Desempenho e a Demonstração Financeira Individual e Consolidada, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. **A Companhia:** A Companhia é uma sociedade de capital fechado, que possui a Comerc Participações S.A. como controladora direta. As atividades da Companhia são exercidas por meio dos seguintes segmentos operacionais: • Geração de Energia: Estruturação, implementação, desenvolvimento, construção e operação de projetos de energia elétrica por fonte solar fotovoltaica; • Comercialização de Energia. **Informações Operacionais:** A Companhia é controladora de 3 Sociedade de Propósito Específico ("SPE's") em operação comercial ("Complexo"), localizadas na cidade de Castilho (SP), que somam capacidade instalada total de 205 MWp. As usinas entraram em operação comercial ao final de Dezembro de 2022 e firmaram contratos de venda de energia no mercado livre pelo prazo de 15 a 19 anos. No ano de 2023, as usinas atingiram geração de 409,8 GWh, sendo que nos primeiros meses do ano as usinas ainda encontravam-se em *ramp up*.

Informações Financeiras:

R$ MM	2023	2022	Δ	Δ%
Energia Gerada (GWh)	409,8	–	n.a.	n.a.
Receita Operacional Líquida	117,3	0,5	118,3	>1000%
Lucro Bruto¹	**86,4**	**(0,4)**	**86,8**	**n.a.**
Despesas¹	(1,8)	(1,3)	(0,5)	-38,3%
EBITDA	**86,1**	**(1,7)**	**87,8**	**n.a.**
Depreciação	(40,1)	(0,8)	(39,3)	<-1000%
Resultado Financeiro	(1,7)	(7,5)	5,8	77,8%
Imposto de renda e contribuição social - Correntes	(5,9)	–	n.a.	n.a.
Lucro Líquido (prejuízo) do exercício	**38,4**	**(10,0)**	**48,3**	**n.a.**

¹ Exclui Depreciação conforme NE 13 da Demonstração Financeira da Companhia.

A **Receita Operacional Líquida** em 2023 foi de R$ 117,3 MM. Em 2022, não houve receita por ainda estar em fase pré-operacional. O **EBITDA** foi de R$ 86,1 MM em 2023, versus um resultado praticamente nulo em 2022. O **Lucro Líquido** foi de R$ 38,4 MM em 2023 em comparação com um prejuízo de R$ 10,0 MM em 2022, devido as usinas ainda não estarem operacionais no período.

Reconciliação do EBITDA

R$ MM	2023	2022	Δ	Δ%
Lucro Líquido (prejuízo) do exercício	38,4	(10,0)	48,3	n.a.
(+) IR/CSLL	(5,9)	–	n.a.	n.a.
(+) Resultado Financeiro	(1,7)	(7,5)	5,8	77,8%
(+) Depreciação/Amortização	(40,1)	(0,8)	(39,3)	<-1000%
EBITDA	86,1	(1,7)	87,8	n.a.

Caixa e Endividamento

R$ MM	2023	2022
Resultado Líquido do Exercício	38,4	(10,0)
Ajustes de resultado às disponibilidades geradas	42,7	8,1
Capital de giro	(6,7)	1,8
Fluxo de Caixa Operacional	**74,4**	**–**
Aquisição de Imobilizado e Intangível	26,6	(800,4)
Atividades de Investimento	**26.6**	**(800,4)**
Arrendamentos por Direito de Uso	(2,8)	(2,6)
Outros	28,4	794,9
Atividades de Financiamento	**25,6**	**792,3**
VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES	**56,1**	**(8,2)**
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	**0,2**	**8,4**
Saldo Final de Caixa e Equivalentes	**56,3**	**0,2**

Em 2023, as **atividades operacionais** da Companhia tiveram uma geração de caixa de R$ 74,4 MM. No ano, as atividades de investimento somaram R$ 26,6 MM vs R$ 800,4 no ano de 2022.

Anexos - Anexo 1: Balanço Patrimonial

R$ MM	2023	2022		2023	2022
Ativo			**Passivo**		
Ativo circulante			**Passivo circulante**		
Caixa e equivalentes de caixa	56,3	0,2	Fornecedores	2,4	17,8
Aplicações financeiras restritas	9,3	0,4	Obrigações sociais e trabalhistas	0,7	0,8
Partes relacionadas	0,9	0,1	Imposto de renda e contribuição social a pagar	1,6	–
Outros ativos	2,2	–	Outros tributos a pagar	2,0	1,0
Total do ativo circulante	**68,7**	**0,7**	Adiantamento de Clientes	0,1	–
			Dividendos a Pagar	7,0	–
			Partes Relacionadas	–	0,2
			Passivo de arrendamento	0,1	0,1
			Outros passivos	1,1	0,6
			Total do passivo circulante	**15,0**	**20,5**
Ativo não circulante			**Passivo não circulante**		
Direito de uso	25,1	24,4	Passivo de arrendamento	26,9	25,6
Imobilizado	879,5	892,3	Obrigações Sociais e Trabalhistas	0,3	–
Total do ativo não circulante	**904,6**	**916,7**	**Total do passivo não circulante**	**27,2**	**25,6**
			Patrimônio líquido		
			Capital social subscrito e integralizado	908,5	880,2
			Reserva Legal	1,5	0,1
			Reserva de Lucros	21,0	(8,9)
			Total do patrimônio líquido	**931,1**	**871,3**
Total do ativo	**973,3**	**917,4**	**Total do passivo e patrimônio líquido**	**973,3**	**917,4**

Anexo 2: Demonstração de Resultados

R$ MM	2023	2022
Receita operacional líquida	117,3	4,5
Custos de venda de energia	(71,0)	(8,7)
Resultado bruto	**46,3**	**(4,2)**
Despesas administrativas, comerciais e gerais	(1,7)	(2,0)
Outras receitas/(despesas) operacionais	1,4	–
Receitas financeiras	1,4	23
Despesas financeiras	(3,0)	(7,4)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	**44,3**	**(9,9)**
Imposto de renda e contribuição social - correntes	(5,9)	–
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	–	–
Lucro líquido (prejuízo) do período	**38,3**	**(9,9)**
Participação atribuída aos controladores	**38,3**	**(9,9)**
Participação atribuída a Minoritários	**–**	**–**

Anexo 3: Fluxo de Caixa Operacional

R$ MM	2023	2022
Resultado líquido do período	38,4	(10,0)
Depreciação e amortização	39,3	–
Amortização de direito de uso	0,8	0,8
Juros sobre passivo de arrendamento	2,6	2,5
Marcação de mercado de instrumentos financeiros derivativos	–	4,8
Decréscimo/(acréscimo) em ativos	–	–
Contas a receber	(8,9)	(0,4)
Outros ativos	–	1,3
Transações com partes relacionadas ativo	(0,8)	0,1
Acréscimo (decréscimo) em passivos operacionais	–	–
Fornecedores	(0,2)	(1,1)
Adiantamentos de clientes	0,1	–
Obrigações sociais e tributárias	2,8	1,4
Outros passivos	0,5	0,5
Transações com partes relacionadas	(0,2)	–
Fluxo de caixa líquido aplicados nas atividades operacionais	74,4	–
Aquisição de ativo imobilizado	(43,9)	(800,4)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(43,9)	(800,4)
Pagamentos de arrendamentos por direito de uso	(2,8)	(2,6)
Integralização de capital social	28,4	794,9
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	25,6	792,3
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	56,1	(8,2)
Caixa e equivalentes de caixa	–	–
No início do exercício	0,2	8,4
No fim do exercício	56,3	0,2

Balanços patrimoniais - 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	**16.668**	157	**56.303**	197
Contas a receber	4	**2.415**	399	**9.306**	399
Dividendos a receber	9	**5.095**	–	**–**	–
Partes relacionadas	9	**881**	97	**881**	97
Outros ativos		**6**	9	**2.226**	8
Total do ativo circulante		**25.065**	662	**68.716**	701
Ativo não circulante					
Investimentos	5	**728.058**	28	**–**	–
Direito de uso	7	**25.110**	24.432	**25.110**	24.432
Imobilizado	6	**189.650**	892.239	**879.516**	892.255
Total do ativo não circulante		**942.818**	916.699	**904.626**	916.687
Total do ativo		**967.883**	917.361	**973.342**	917.388

	Nota	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Passivo circulante					
Fornecedores	8	**48**	17.751	**2.400**	17.753
Obrigações sociais e trabalhistas		**746**	801	**746**	801
Outros tributos a pagar		**931**	1.012	**1.975**	1.012
Imposto de renda e contribuição social a pagar	15	**343**	–	**1.589**	–
Adiantamento de clientes		**–**	–	**78**	–
Dividendos a pagar	9	**7.001**	–	**7.001**	–
Partes relacionadas	9	**–**	182	**–**	207
Passivo de arrendamento	7	**144**	124	**144**	124
Outros passivos		**353**	560	**1.092**	560
Total do passivo circulante		**9.566**	20.430	**15.025**	20.457
Passivo não circulante					
Passivo de arrendamento	7	**26.946**	25.608	**26.946**	25.608
Obrigações sociais e trabalhistas		**303**	–	**303**	–
Total do passivo não circulante		**27.249**	25.608	**27.249**	25.608
Patrimônio líquido					
Capital social	10	**908.535**	880.161	**908.535**	880.161
Reservas de lucros		**22.533**	(8.838)	**22.533**	(8.838)
Total do patrimônio líquido		**931.068**	871.323	**931.068**	871.323
Total do passivo e patrimônio líquido		**967.883**	917.361	**973.342**	917.388

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Receita operacional líquida	11	**61.541**	450	**117.330**	450
Custos de vendas de energia e serviços prestados	12	**(39.631)**	(876)	**(71.010)**	(876)
Lucro bruto		**21.910**	(426)	**46.320**	(426)
Despesas administrativas, comerciais e gerais	13	**(1.401)**	(2.070)	**(1.790)**	(2.075)
Outras receitas operacionais		**1.416**	–	**1.442**	–
Resultado de equivalência patrimonial	5	**21.378**	(7)	**–**	–
Total das receitas/(despesas) operacionais		**21.393**	(2.077)	**(348)**	(2.075)
Despesas financeiras		**(3.014)**	(7.483)	**(3.062)**	(7.485)
Receitas financeiras		**883**	23	**1.406**	23
Resultado financeiro, líquido	14	**(2.131)**	(7.460)	**(1.656)**	(7.462)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		**41.172**	(9.963)	**44.316**	(9.963)
Imposto de renda e contribuição social correntes	15	**(2.800)**	–	**(5.944)**	–
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício		**38.372**	(9.963)	**38.372**	(9.963)

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício	**38.372**	(9.963)	**38.372**	(9.963)
Total do resultado abrangente do exercício	**38.372**	(9.963)	**38.372**	(9.963)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	Capital social: Subscrito	Capital social: A integralizar	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Retenção de lucros	Lucros/Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido da controladora	Patrimônio líquido consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2021		275.000	(189.757)	56	1.069	–	86.368	86.368
Subscrição de capital social		617.121	(617.121)	–	–	–	–	–
Integralização de capital		–	794.918	–	–	–	794.918	794.918
Absorção de reserva de lucro		–	–	–	(1.069)	1.069	–	–
Prejuízo do exercício		–	–	–	–	(9.963)	(9.963)	(9.963)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		892.121	(11.960)	56	–	(8.894)	871.323	871.323
Subscrição de capital social	10.1	42.595	(26.181)	–	–	–	16.414	16.414
Integralização de capital	10.1	–	11.960	–	–	–	11.960	11.060
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	38.372	38.372	38.372
Constituição reservas	10.2	–	–	1.474	21.003	(22.477)	–	–
Dividendos mínimos obrigatórios	10.2	–	–	–	–	(7.001)	(7.001)	(7.001)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**934.716**	**(26.181)**	**1.530**	**21.003**	**–**	**931.068**	**931.068**

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Das atividades operacionais				
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	**38.372**	(9.963)	**38.372**	(9.963)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	**18.884**	–	**39.289**	–
Amortização de direito de uso	**810**	781	**810**	781
Juros sobre passivo de arrendamento	**2.639**	2.498	**2.639**	2.498
Resultado de equivalência patrimonial	**(21.378)**	7	**–**	–
Marcação de mercado de instrumentos financeiros derivativos	**–**	4.831	**–**	4.831
Decréscimo/(acréscimo) em ativos				
Contas a receber	**(2.016)**	(399)	**(8.907)**	(399)
Outros ativos	**3**	1.289	**–**	1.290
Transações com partes relacionadas ativo	**(784)**	42	**(784)**	78
Acréscimo (decréscimo) em passivos operacionais				
Fornecedores	**(17.703)**	(1.125)	**(17.571)**	(1.124)
Adiantamentos de clientes	**–**	–	**78**	–
Obrigações sociais e tributárias	**510**	1.434	**2.800**	1.434
Outros passivos	**(207)**	546	**532**	546
Transações com partes relacionadas passiva	**(182)**	–	**(207)**	–
Fluxo de caixa líquido/ (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais	**18.948**	(59)	**57.051**	(28)
Das atividades de investimento				
Aquisição de ativo imobilizado	**(26.464)**	(800.415)	**(26.550)**	(800.431)
Aportes em controladas, coligadas e controladas em conjunto	**(1.578)**	(25)	**–**	–
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(28.042)**	(800.440)	**(26.550)**	(800.431)
Das atividades de financiamento				
Pagamentos de arrendamentos por direito de uso	**(2.769)**	(2.619)	**(2.769)**	(2.619)
Integralização de capital social	**28.374**	794.918	**28.374**	794.918
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	**25.605**	792.299	**25.605**	792.299
Aumento/ (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**16.511**	(8.200)	**56.106**	(8.160)
Caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	**157**	8.357	**197**	8.357
No fim do exercício	**16.668**	157	**56.303**	197
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	**16.511**	(8.200)	**56.106**	**(8.160)**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Castilho Solar Participações S.A. ("Companhia", "Controladora" ou "Grupo" quando em conjunto com suas controladas), anteriormente denominada Solatio Energia Gestão de Projetos de Castilho I Ltda., é uma sociedade por ações, de capital fechado, com sede na cidade de Castilho, na Rodovia Marechal Rondon, s/nº, Km 670, Zona Rural, Estado de São Paulo, CEP 16.920-000. A Companhia tem como objeto social: (i) geração de energia por fonte solar fotovoltaica e (ii) participação societária em sociedades também geradoras de energia fotovoltaica por fonte solar, as quais receberão outorgas da própria Companhia. A Companhia e suas controladas atuam na comercialização de energia elétrica, prestação de serviços e locação de equipamentos com a proposta de gerar melhor eficiência no consumo de energia elétrica de seus clientes e em negócios de geração centralizada (usinas de geração de energia solar e eólica). Em 28 e 30 de dezembro de 2022, a ANEEL emitiu os despachos autorizando o início da operação comercial das unidades geradoras da usina solar de Castilho.

Companhia Investida	% participação em 31/12/2023	% participação em 31/12/2022	Tipo de participação	Capacidade instalada em MW
Geradora Solar Castilho I S.A.	100%	100%	Operacional	105
Geradora Solar Castilho II S.A.	100%	100%	Operacional	50
Geradora Solar Castilho III S.A.	100%	100%	Operacional	50

A construção dos parques solares foi realizada pela Companhia até o momento no qual os ativos relacionados à construção das usinas foram transferidos para as controladas Geradora Solar Castilho I S.A. e Geradora Solar Castilho III S.A., por meio de aporte de capital (vide nota explicativa nº 1.1). A controlada Geradora Solar Castilho II S.A., teve autorização da ANEEL para início da operação, porém, a outorga permanece na controladora. **1.1. Principais eventos do exercício findo em 31 de dezembro de 2023:** Em 30 de abril de 2023, ocorreu a venda, da então controladora Mercury Renew Participações S.A., de 4,28% das ações da Castilho Participações S.A. para outros dois acionistas (minoritários), Eucatex S.A. Industria e Comércio (3,09%) e Grandfood Industria e Comércio Ltda. (1,19%). Em 24 de maio de 2023, foi realizada a transferência dos ativos relativos às usinas fotovoltaicas no valor de R$ 710.169, detidas pela Companhia, para as controladas Geradora Solar Castilho I S.A. (R$ 515.756) e Geradora Solar Castilho III S.A. (R$ 194.413). Essa transferência foi realizada mediante aumento de capital em contrapartida transferência dos ativos de energia. Nessa mesma data, foi realizada também a transferência das respectivas outorgas de autorização para implantação das usinas fotovoltaicas perante a ANEEL da Companhia para as SPEs (Sociedade de propósito específico ou controladas), Geradora Solar Castilho I S.A. e Geradora Solar Castilho III S.A. Em 31 de dezembro de 2023, foi aprovada na Assembleia Geral Extraordinária da Comerc Participações S.A., a reorganização societária envolvendo a incorporação da Mercury Renew Participações S.A. pela Comerc Participações S.A. A partir dessa data a Companhia passa ser controlada diretamente pela Comerc Participações S.A.. **2. Base de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, incluindo as principais políticas contábeis: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Legislação Societária Brasileira, os Pronunciamentos, Orientações, Interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Administração avaliou a capacidade de continuidade da Companhia e suas controladas, estando convencida de que possui os recursos necessários e capacidade de desenvolver seus negócios no futuro de forma contínua, não havendo o conhecimento de incertezas ou probabilidades materiais que possam gerar dúvidas significativas em relação a sua continuidade. A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. Os membros do Conselho de Administração da Companhia examinaram o conjunto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, e concluíram que as referidas demonstrações financeiras traduzem com propriedade sua posição patrimonial e financeira naquela data, e as aprovam em 05 de abril de 2024. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico como base de valor, exceto por certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. Todas as informações financeiras foram apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. **2.4. Uso de estimativas e julgamentos:** Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de contabilidade, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua pela Administração da Companhia. Revisões em relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas e nas políticas contábeis. A principal estimativa utilizada na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas é relacionada a estimativa de provisão para recuperabilidade de ativos não circulantes. **2.5. Principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas estão definidas a seguir e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados. **2.5.1. Instrumentos Financeiros:** *Ativos financeiros: Caixa e equivalentes de caixa:* Caixa e equivalentes de caixa, incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e estão demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos por apresentarem risco insignificante de variação no seu valor de mercado. As aplicações financeiras possuem conversibilidade imediata, insignificante risco de mudança de valor, montante conhecido de caixa no momento do resgate e expectativa de realização em até 90 dias são registradas como equivalentes de caixa. De acordo com o modelo de negócios da Companhia e de suas controladas, os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como custo amortizado pois tem como objetivo coletar os fluxos de caixa de principal e juros. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, juros e correção monetária, em contrapartida ao resultado, calculados com base no método de taxa de juros efetiva, conforme definido na data da sua contratação e atualização da taxa CDI mensal. *Passivos financeiros: Fornecedores:* Refere-se à compra de materiais e prestação de serviços para construção dos projetos dos parques de geração de energia fotovoltaica, contabilizado pelo regime de competência. É utilizado o método de custo amortizado para reconhecimento e mensuração dos saldos. *Instrumentos financeiros derivativos:* Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia contratou instrumento financeiro derivativo NDFs para proteção de seu ativo imobilizado. As NDFs foram totalmente liquidadas até 31 de dezembro de 2022 e seus efeitos estão refletidos no ativo imobilizado em construção. Para o exercício de 2023 não foram realizadas operações de NDFs. Contratos a termo de moedas (NDFs): uso de derivativos com o objetivo de proteção das exposições ao risco cambial, principalmente relacionado à aquisição de ativo imobilizado em moeda estrangeira. A valorização ou a desvalorização do valor justo do instrumento destinado à proteção são registradas em contrapartida a conta de ativo imobilizado visto que são contratados para proteção. **2.5.2. Investimentos:** Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos da Companhia em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial e consolidados integralmente para fins de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. Os investimentos em controladas são aqueles em que a Companhia está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade, e tem a capacidade de interferir nesses retornos por meio do poder que exerce sobre ela. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia no patrimônio líquido a partir da data de aquisição. A demonstração do resultado reflete a participação da Companhia nos resultados de cada investida. Quando houver variação reconhecida diretamente no patrimônio, a Companhia reconhece sua participação em quaisquer variações, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Ganhos e perdas não realizados em decorrência de transações entre a Companhia e as controladas são eliminados em proporção à participação. **2.5.3. Arrendamentos:** A Grupo avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. A Grupo reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. Ativos de direito de uso: O Grupo reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são amortizados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. Passivos de arrendamento: Na data de início do arrendamento, a Grupo reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a taxa de desconto utilizada pela Companhia é de 10,16% a.a. em linha com o prazo do vencimento do contrato de aluguel de 34 anos. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento, por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento. **2.5.4. Imobilizado:** Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, formação ou construção, adicionado dos juros líquidos e demais encargos financeiros incorridos durante a construção. Os gastos incorridos com manutenção e reparo são contabilizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto, que os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo com base nas taxas determinadas pela ANEEL, sendo contabilizada a partir do momento em que os itens estão disponíveis para uso. A depreciação começou em 2022 junto com a entrada de operação da usina. São utilizadas as taxas de depreciação do MCPSE-Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico. • Máquinas e equipamentos - 4,31%; • Edificações - 3,51%; • Outros ativos imobilizados - 6,25%. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos anualmente, quando do encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando necessário. No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não identificou eventos que indicassem que os ativos não serão recuperados através de geração futura de caixa. **2.5.5. Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas têm uma obrigação presente com consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem divergir das estimativas da Administração. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes significativos que forem avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e suas controladas não possuem provisões registradas, bem como contingências para fins de divulgação (possíveis). Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e suas controladas não possuíam nenhum ativo contingente registrado ou a ser divulgado nas demonstrações financeiras. **2.5.6. Impostos:** Imposto de renda e contribuição social: *Correntes:* Ativos e passivos tributários correntes foram mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias utilizadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço. A Companhia e as controladas são tributadas pelo regime de Lucro Presumido. Conforme ICPC 22 - Incerteza sobre o Tratamento de Tributos sobre o Lucro, a Companhia e suas controladas avaliaram o conceito trazido pela norma em relação a eventuais divergências de entendimento com as autoridades fiscais, não identificando itens a serem destacados dentro de suas práticas. **2.5.7. Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros (teste de *"impairment"*):** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido de seus principais ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida, exceto ágio. A Companhia e suas controladas não identificaram perdas *("impairment")* a serem reconhecidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. **2.5.8. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. A elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, de acordo com as práticas adotadas no Brasil requer que a administração faça julgamentos com base em estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. As principais estimativas utilizadas são: provisão para perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros, determinação da vida útil do ativo imobilizado e taxas de depreciação aplicáveis, taxa utilizada

continua →

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código BA7A-8369-427E-A64D.

★ continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Castilho Solar Participações S.A. - 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

para os contratos de arrendamento, provisão para riscos tributários, ambientais, cíveis e trabalhistas. **2.6. Transações em moeda estrangeira:** As transações em moeda estrangeira são contabilizadas utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data da respectiva transação. Os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data do balanço patrimonial. As variações cambiais são reconhecidas na demonstração do resultado quando incorridas. **2.7. Princípios de consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. A Companhia entende que controla uma investida se, e apenas se, tiver: • Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual • Capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida); • Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e • A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos. Os resultados das controladas adquiridas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações do resultado e do resultado abrangente consolidados, a partir da data da efetiva aquisição, alienação e incorporação, quando aplicável. Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia o resultado do exercício das controladas diretas e indiretas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Companhia. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre empresas são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas. As demonstrações financeiras consolidadas incluem a Companhia e suas controladas, apresentadas abaixo:

	31/12/2023		31/12/2022	
Tipo	% de participação	Tipo de relacionamento	% de participação	Tipo de relacionamento
Geradora Solar Castilho I S.A.	100%	Controlada direta	100%	Controlada direta
Geradora Solar Castilho II S.A.	100%	Controlada direta	100%	Controlada direta
Geradora Solar Castilho III S.A.	100%	Controlada direta	100%	Controlada direta

As datas das demonstrações financeiras são coincidentes para todas as empresas que compõem as demonstrações consolidadas, bem como as políticas contábeis adotadas em suas demonstrações financeiras são uniformes. **2.8. Pronunciamentos novos ou alterados, vigentes e não vigentes:** Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu novas normas e revisões as normas já existentes. As alterações dos pronunciamentos que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023 não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras, sendo as principais: Alterações no IAS 8 (CPC 23), IAS 1 (CPC 26 (R1)) e IAS 12 (CPC 32). As alterações aos pronunciamentos acima são em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias entre 2018 e 2020, tais como: • Definição de estimativas contábeis; • Divulgação de políticas contábeis; • Imposto diferido relacionado a ativos e passivos originados de uma simples transação; • Reforma tributária internacional - Regras do modelo do pilar dois. **Definição de estimativas contábeis:** As alterações ao IAS 8 (equivalente ao CPC 23 - políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro) esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis. **Divulgação de políticas contábeis:** As alterações ao IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis) e o *IFRS Practice Statement 2* fornecem orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicar julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis. As alterações visam ajudar as entidades a fornecer divulgações de políticas contábeis mais úteis, substituindo o requisito para as entidades divulgarem suas políticas contábeis "significativas" por um requisito para divulgar suas políticas contábeis "materiais" e adicionando orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis. **Imposto diferido relacionado a ativos e passivos originados de uma simples transação:** As alterações ao IAS 12 Income Tax (equivalente ao CPC 32 - Tributos sobre o lucro) estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos de desativação. **Reforma tributária internacional - Regras do modelo do pilar dois:** As alterações ao IAS 12 (equivalente ao CPC 32 - Tributos sobre o lucro) foram introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da OCDE sobre BEPS e incluem: • Uma exceção temporária obrigatória ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos decorrentes da implementação jurisdicional das regras do modelo do Pilar Dois; e • Requisitos de divulgação para entidades afetadas, a fim de ajudar os usuários das demonstrações financeiras a compreender melhor a exposição de uma entidade aos impostos sobre a renda do Pilar Dois decorrentes dessa legislação, especialmente antes da data efetiva. A exceção temporária obrigatória - cujo uso deve ser divulgado - entra em vigor imediatamente. Os demais requisitos de divulgação se aplicam aos períodos de relatório anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2023, mas não para nenhum período intermediário que termine em ou antes de 31 de dezembro de 2023.

3. Caixa e equivalentes de caixas:

	Controladora		Consolidado	
Descrição	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e bancos	**6.160**	102	**16.681**	141
Aplicações financeiras	**10.508**	55	**39.622**	56
	16.668	157	**56.303**	197

O caixa e equivalentes de caixa da Companhia e de suas controladas está composto por saldo de depósitos bancários à vista, e são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. As aplicações financeiras correspondem a Certificados de Depósitos Bancários (CDB), com garantias de compromisso de recompra do próprio emissor, com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. A taxa média de remuneração do caixa da Companhia e consolidado foi de 88% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (taxa média de 99% da variação do DI no exercício findo em 31 de dezembro de 2022).

4. Contas a receber:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Contas a receber clientes - venda de energia	**2.415**	399	**6.877**	399
Contas a receber clientes - prestação de serviço e locação	**–**	–	**2.429**	–
	2.415	399	**9.306**	399

Os saldos apresentados incluindo partes relacionadas, encontram-se a vencer na referida data-base. Não há histórico de inadimplência. O prazo médio de recebimento é de 15 dias úteis contados a partir do primeiro dia do mês subsequente, dependendo do contrato com cada cliente.

5. Investimentos: Composição do exercício findo em 31 de dezembro de 2023:

	Controladora					
Empresa	Saldo em 31/12/2022	Equivalência patrimonial	Aporte de capital em espécie	Aporte de capital em bens	Dividendos	Saldo em 31/12/2023
Geradora Solar Castilho I S.A.	25	15.994	1.359	515.756	(3.799)	**529.335**
Geradora Solar Castilho II S.A.(a)	2	(74)	70	–	–	**(2)**
Geradora Solar Castilho III S.A.	1	5.458	149	194.413	(1.296)	**198.725**
Total investimento - Controladora	28	21.378	1.578	710.169	(5.095)	**728.058**

(a) A controlada Geradora Solar Castilho II S.A., teve autorização da ANEEL para início da operação, porém, a outorga permanece na controladora. Composição do exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

	Controladora			
Empresa	Saldo em 31/12/2021	Equivalência Patrimonial	Aporte de capital	Saldo em 31/12/2022
Geradora Solar Castilho I S.A.	8	(3)	20	**25**
Geradora Solar Castilho II S.A.	2	(3)	3	**2**
Geradora Solar Castilho III S.A.	–	(1)	2	**1**
Total investimento - Controladora	10	(7)	25	**28**

6. Imobilizado: Composição do ativo imobilizado:

		Controladora			
Descrição	Taxa anual %	Custo	Depreciação	31/12/2023 Líquido	31/12/2022 Líquido
Imobilizado em serviço					
Máquinas e equipamentos	4,31%	**192.649**	**–**	**192.649**	892.239
Edificações	3,51%	**5.685**	**–**	**5.685**	–
(–) Depreciação		**–**	**(8.684)**	**(8.684)**	–
		198.334	**(8.684)**	**189.650**	892.239

		Consolidado			
Descrição	Taxa anual %	Custo	Depreciação	31/12/2023 Líquido	31/12/2022 Líquido
Imobilizado em serviço					
Móveis e utensílios	6,25%	**65**	**–**	**65**	–
Máquinas e equipamentos	4,31%	**886.797**	**–**	**886.797**	892.255
Edificações	3,51%	**31.943**	**–**	**31.943**	–
(–) Depreciação		**–**	**(39.289)**	**(39.289)**	–
		918.805	**(39.289)**	**879.516**	**892.255**

Movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2023:

	Controladora				
Descrição	31/12/2022	Adições	Transferência	Transf. de Bens por Aporte Capital	31/12/2023
Imobilizado em serviço					
Móveis e utensílios	–	**39**	**–**	**(39)**	**–**
Máquinas e equipamentos	892.239	**26.425**	**–**	**(726.015)**	**192.649**
Edificações	–	**–**	**5.685**	**–**	**5.685**
(–) Depreciação	–	**(18.884)**	**–**	**10.200**	**(8.684)**
Imobilizado em andamento					
Imobilizado em andamento	–	**–**	**(5.685)**	**5.685**	**–**
	892.239	**7.580**	**–**	**(710.169)**	**189.650**

	Consolidado			
Descrição	31/12/2022	Adições	Transferência	31/12/2023
Imobilizado em serviço				
Móveis e utensílios	–	**65**	**–**	**65**
Máquinas e equipamentos	892.255	**26.485**	**(31.943)**	**886.797**
Edificações	–	**–**	**31.943**	**31.943**
(–) Depreciação	–	**(39.289)**	**–**	**(39.289)**
	892.255	**(12.739)**	**–**	**879.516**

Movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

	Controladora			
Descrição	31/12/2021	Adições	Transferência	31/12/2022
Imobilizado em serviço				
Máquinas e equipamentos	–	–	892.239	892.239
Imobilizado em andamento				
Imobilizado em andamento	184.579	707.660	(892.239)	–
	184.579	707.660	–	892.239

	Consolidado			
Descrição	31/12/2021	Adições	Transferência	31/12/2022
Imobilizado em serviço				
Máquinas e equipamentos	–	–	892.255	892.255
Imobilizado em andamento				
Imobilizado em andamento	184.579	707.676	(892.255)	–
	184.579	707.676	–	892.255

A Companhia comprometeu-se a alienar fiduciariamente as máquinas e equipamentos da usina em favor do credor fiduciário das debêntures emitidas pela Comerc Participações S.A. O Grupo não identificou nenhum evento que requeresse testes de recuperabilidade dos saldos registrados no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

7. Direito de uso e passivo de arrendamento: Os valores relativos ao direito de uso registrados no ativo são principalmente das obrigações assumidas em contratos de arrendamento de terrenos onde estão implantados os empreendimentos de geração de energia fotovoltaica com prazo de duração de 34 anos tendo sua vigência entre 2021 e 2055. A taxa nominal de empréstimo incremental (desconto) utilizada para o cálculo a valor presente dos contratos foi baseada em cotações efetuadas com instituições financeiras para aquisição de ativos em condições semelhantes aos contratos de arrendamento. A taxa incremental de empréstimos - IBR é determinada com informações prontamente observáveis e ajustadas à realidade da Companhia. A taxa incremental de captação é aplicável aos terrenos arrendados (10,16% a.a.). Composição do exercício findo em 31 de dezembro de 2023:

			Controladora e Consolidado			
	Taxa média anual	Prazo	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
			Direito de uso		Arrendamento a pagar	
Aluguel de terrenos	10,16%	jan-55	**25.110**	24.432	**27.090**	25.732
			25.110	**24.432**	**27.090**	**25.732**
Circulante					**144**	124
Não circulante					**26.946**	25.608
					27.090	**25.732**

Movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2023:

	Controladora e Consolidado			
	Direito de uso		Arrendamento	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	**24.432**	22.927	**25.732**	23.567
Depreciação	**(810)**	(781)	**–**	–
Juros	**–**	–	**2.639**	2.498
Pagamentos	**–**	–	**(2.769)**	(2.619)
Remensuração	**1.488**	2.286	**1.488**	2.286
Saldo final	**25.110**	24.432	**27.090**	**25.732**
Passivo circulante			**144**	124
Passivo não circulante			**26.946**	25.608

Em 31 de dezembro de 2023, as parcelas relativas às obrigações por arrendamento têm os seguintes vencimentos:

	Controladora e Consolidado		
	Principal	Ajuste a valor presente	Total
até 1 ano	2.769	(2.625)	144
até 2 anos	2.770	(2.611)	159
até 3 anos	2.770	(2.595)	175
até 4 anos	2.770	(2.577)	193
até 5 anos	2.770	(2.557)	213
Mais de 5 anos	72.016	(45.810)	26.206
Total	**85.865**	**(58.775)**	**27.090**

8. Fornecedores:

	Controladora		Consolidado	
Descrição	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores	**48**	17.751	**2.400**	17.753
	48	17.751	**2.400**	17.753

Os saldos em 31 de dezembro de 2023 são compostos, principalmente, por seguros e 31 de dezembro de 2022 por materiais e prestação de serviços para construção dos projetos relacionados à construção dos parques.

9. Partes relacionadas:

	Controladora		Consolidado	
Ativo	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Comerc Comercializadora de Energia Elétrica Ltda.	–	97	–	97
Comerc Participações S.A. (b)	881	–	881	–
Dividendos a receber				
Geradora Solar Castilho I S.A.	3.799	–	–	–
Geradora Solar Castilho III S.A.	1.296	–	–	–
Total ativo partes relacionadas	**5.976**	**97**	**881**	**97**

	Controladora		Consolidado	
Passivo	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Comerc Participações S.A. (a)	–	182	–	182
Solatio Energy Gestão de Projetos Solares Ltda.	–	–	–	12
Solatio Desenvolvimento e Gestão de Projetos Solares Ltda.	–	–	–	13
Dividendos a pagar				
Comerc Participações S.A.	6.701	–	6.701	–
Eucatex S.A. Industria e Comércio	217	–	217	–
Grandfood Industria e Comércio Ltda.	83	–	83	–
Total passivo partes relacionadas	**7.001**	**182**	**7.001**	**207**

a) Reembolso referente a custo com pessoal; b) Transações de compra e venda de energia entre empresas do Grupo Comerc.

Resultado	Consolidado 31/12/2023	
	Receita operacional	Custo
Descrição		
Comerc Comercializadora de Energia Elétrica Ltda.	96	(177)
Comerc Participações S.A.	370	–
Comerc Power Trading Ltda.	3.183	–
	3.649	**(177)**

Remuneração da administração: Conforme definido na 4ª alteração do Estatuto Social da Companhia, datada de 31 de maio de 2021, os membros da diretoria renunciaram às respectivas remunerações pelo período de suas funções. A Companhia não incorreu em gastos relacionados a remuneração de diretores para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022. Os administradores são remunerados pela controladora Comerc Participações S.A.

10. Patrimônio líquido: 10.1 Capital social: Em 31 de dezembro de 2023, o capital social subscrito da Companhia é R$ 934.716, sendo 934.706.000 de ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, e 10.000 ações preferenciais, nominativas, sem valor nominal (31 de dezembro de 2022: R$ 892.121, dividido em 892.111.100 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, e 10.000 ações preferenciais, nominativas, sem valor nominal). Em 31 de março de 2023, os acionistas aprovaram em Assembleia Geral Extraordinária o aumento do capital social 27.595.100 de ações ordinárias, nominativas, no valor de R$ 1,00 (um real) cada, perfazendo R$ 27.595.100,00 (vinte e sete milhões, quinhentos e noventa e cinco mil e cem reais). Nesta mesma data foi integralizado o capital social de R$ 11.960.000. Em 27 de abril de 2023, os acionistas aprovaram em Assembleia Geral Extraordinária o aumento do capital social de 15.000.000 de ações ordinárias, nominativas, no valor de R$ 1,00 (um real) cada, perfazendo R$ 15.000.000,00 (quinze milhões). O valor do capital integralizado até 31 de dezembro de 2023 é de R$ 934.716 e o saldo de capital a integralizar é de R$ 26.181, que será integralizado via aportes a serem realizados pela sua controladora até 31 de dezembro de 2024.

	31/12/2023				31/12/2022		
Acionista	Número de ações ordinárias classe A	Número de ações ordinárias classe B	Número de ações preferenciais	% da participação econômica	Número de ações ordinárias	Número de ações preferenciais	% do Capital da Companhia
Comerc. Participações S.A.	46.735.810	–	467.358.100	**95,7143%**	892.111.100	–	99,99888
Eucatex S.A. Indústria e Comércio	–	303.689.293	–	**3,0943%**	–	–	–
Grandfood Indústria e Comércio Ltda.	–	116.932.997	–	**1,1914%**	–	–	–
Solatio Energy Proj. Solares Ltda.	–	–	–	–	–	5.000	0.00056
Solatio Gestão Proj. Solares Ltda.	–	–	–	–	–	5.000	0.00056
	46.735.810	**420.622.290**	**467.358.100**	**100,0000%**	892.111.100	10.000	100,0000%

10.2 Destinação do resultado: Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos conforme definido no estatuto da Companhia. O lucro líquido, depois de deduzidos de 5% para a constituição da reserva legal, que não excederá o limite de 20% o capital social, ficarão à disposição da Assembleia Geral, que deverá decidir quanto à sua destinação na distribuição de dividendos, constituição de reservas ou outros fins. A distribuição de dividendos deverá corresponder a, no mínimo, 25% do lucro líquido da Companhia no exercício social. As ações preferenciais terão direito a dividendos em montante equivalente a 20 vezes os dividendos pagos a cada ação ordinária.

Destinação do resultado	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício	38.372	(9.963)
Absorção de prejuízos acumulados	(8.894)	–
Subtotal	29.478	(9.963)
Reserva legal - 5%	(1.474)	–
	28.004	(9.963)
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	(7.001)	–
Reserva de retenção de lucros	(21.003)	–
Prejuízo acumulado	–	9.963
	–	–

11. Receita operacional líquida: As receitas da Companhia apresentaram os saldos conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receita bruta com venda de energia	**66.316**	496	**115.944**	496
(–) Dedução da venda de energia - impostos incidentes	**(4.775)**	(46)	**(11.468)**	(46)
	61.541	450	**104.476**	450
Receita de prestação de serviço e locação	**–**	–	**13.434**	–
(–) Dedução da prestação de serviço - impostos incidentes	**–**	–	**(580)**	–
	–	–	**12.854**	–
	61.541	450	**117.330**	450

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, a Companhia e suas controladas passaram a exercer atividades de venda de energia elétrica, prestação de serviços e locação de equipamentos com a proposta de gerar melhor eficiência no consumo de energia elétrica de seus clientes e em negócios de geração centralizada (usinas de geração de energia solar e eólica).

12. Custo de venda de energia e serviços prestados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Compra de energia	**(8.519)**	–	**(16.078)**	–
Custo serviço prestado	**(3.357)**	(316)	**(3.752)**	(316)
CUSD - Custo de utilização do sistema de distribuição	**(3.621)**	(560)	**(6.183)**	(560)
Custo depreciação e amortização	**(19.694)**	–	**(40.099)**	–
Custo com pessoal	**(1.999)**	–	**(1.999)**	–
Custo com seguro (a)	**(1.626)**	–	**(1.626)**	–
Outros custos	**(815)**	–	**(1.273)**	–
	(39.631)	**(876)**	**(71.010)**	**(876)**

(a) Com o início das operações, os gastos com seguros passam a ser classificados como custo e não mais como despesa administrativa.

13. Despesas administrativas, comerciais e gerais:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Despesas com pessoal	**(972)**	(733)	**(972)**	(733)
Serviços de terceiros	**(287)**	(302)	**(657)**	(307)
Depreciação (a)	**–**	(781)	**–**	(781)
Despesas com seguros	**–**	(40)	**–**	(40)
Impostos e taxas	**–**	(148)	**–**	(148)
Outras despesas administrativas	**(142)**	(66)	**(161)**	(66)
	(1.401)	(2.070)	**(1.790)**	(2.075)

(a) Com o início das operações, os gastos com depreciação passam a ser classificados como custo e não mais como despesa administrativa. **14. Resultado financeiro:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	**854**	3	**1.377**	3
Juros e atualizações monetárias	**28**	–	**28**	–
PIS e COFINS sobre receita financeira	**–**	(1)	**–**	(1)
Descontos financeiros obtidos	**–**	11	**–**	11
Outras receitas financeiras	**1**	10	**1**	10
Subtotal receitas financeiras	**883**	23	**1.406**	23
Despesas financeiras				
Juros sobre passivo de arrendamento	**(2.639)**	(2.498)	**(2.639)**	(2.498)
Atualizações monetárias diversas	**(246)**	(150)	**(288)**	(151)
IOF	**(127)**	(3)	**(130)**	(3)
Perdas instrumentos financeiros derivativos	**–**	(4.831)	**–**	(4.831)
Outras despesas financeiras	**(2)**	(1)	**(5)**	(2)
	(3.014)	(7.483)	**(3.062)**	(7.485)
Resultado financeiro, líquido	**(2.131)**	(7.460)	**(1.656)**	(7.462)

15. Despesa de imposto de renda (IRPJ) e contribuição social sobre o lucro (CSLL) correntes e diferidos: O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro da companhia e suas controladas são calculadas com base nas regras de tributação do lucro presumido e adotam as alíquotas de presunção para venda de energia elétrica 8% e 12%, para prestação de serviço e locação 32%. As eventuais receitas financeiras não sofrem presunção e são alocadas em sua totalidade na base de cálculo. Por terem adotado o regime de tributação do lucro presumido de pagamento trimestral, o saldo em 31 de dezembro de 2023 reflete o último trimestre do referido exercício, tendo sido liquidado em janeiro de 2024 (saldo de IRPJ a recolher é R$1.101 e CSLL a recolher é R$ 488).

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023			
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Regime Lucro Presumido				
Receita operacional de serviços e locação	–	–	**13.434**	**13.434**
% Para base de cálculo	–	–	**32%**	**32%**
Receita operacional de venda de energia	**66.315**	**66.315**	**115.944**	**115.944**
% Para base de cálculo	**8%**	**12%**	**8%**	**12%**
	5.305	**7.958**	**13.574**	**18.212**
Receita financeira	**883**	**883**	**1.406**	**1.406**
Outras receitas operacionais (a)	**1.416**	**1.416**	**1.442**	**1.442**
Base de cálculo tributação	**7.604**	**10.257**	**16.422**	**21.060**
Alíquotas - IRPJ e CSLL	**15%**	**9%**	**15%**	**9%**
Adicional - IRPJ - 10%	**10%**	**–**	**10%**	**–**
Total - Demonstração do resultado	**1.877**	**923**	**4.049**	**1.895**

(a) As outras receitas operacionais decorrem de doações de bens do imobilizado.

16. Instrumentos financeiros: Instrumentos financeiros por categoria de valor justo: O valor contábil dos principais instrumentos financeiros ao custo amortizado não diverge. O valor contábil dos principais instrumentos financeiros ao custo amortizado não diverge materialmente dos seus respectivos valores justos. O método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desse passivo e taxa de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço. Os principais instrumentos financeiros, são classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia a seguir:

		Consolidado	
	Hierarquia	31/12/2023	31/12/2022
Custos amortizados (ativos financeiros)			
Caixa e equivalente de caixa	Nível 1	**56.303**	197
Contas a receber	Nível 2	**9.306**	399
Partes relacionadas	Nível 2	**881**	97
Custos amortizados (ativos financeiros)			
Fornecedores	Nível 2	**2.400**	17.753
Dividendos a pagar	Nível 2	**7.001**	–
Passivo de arrendamento	Nível 2	**27.090**	25.732
Partes relacionadas	Nível 2	**–**	207

Hierarquia: A classificação dos ativos e passivos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Companhia para cada instrumento. O valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais. Os três níveis de hierarquia de valor justo são: • Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos; Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); • Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado. **16.1. Considerações sobre riscos:** Gestão de risco: O Grupo mantém operações com instrumentos financeiros. A gestão desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando à liquidez, à rentabilidade e à segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. O Grupo não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e as estratégias definidas pela sua Administração. As operações do Grupo estão sujeitas aos fatores de riscos a seguir descritos: a) Risco de taxa de juros: Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. As taxas de juros contratadas sobre aplicações financeiras estão mencionadas na nota explicativa nº 3. b) Risco com taxa de câmbio: O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem os valores captados no mercado. A Companhia realizou a contratação de NDFs com o objetivo de proteção de importações de equipamentos e foram totalmente liquidadas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022. c) Risco de estrutura de capital: Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a sua Administração monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com sua política interna. d) Risco de liquidez: O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. A Companhia gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e realizados, da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros e pela manutenção de relacionamento próximo com instituições financeiras. A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia com previsão de serem liquidados em caixa.

Posição em 31/12/2023	Fornecedores	Dividendos	Passivo com arrendamento	Total
até 3 meses	2.400	–	144	2.544
3 a 6 meses	–	7.001	159	7.160
6 meses a 1 ano	–	–	175	175
1 a 3 anos	–	–	193	193
3 a 5 anos	–	–	213	213
mais 5 anos	–	–	26.206	26.206
Total	**2.400**	**7.001**	**27.090**	**36.491**

16.2. Análise de sensibilidade sobre os instrumentos financeiros: A Companhia efetuou a análise de sensibilidade, elaborada com base na exposição líquida às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos, derivativos e não derivativos, relevantes, em aberto no fim dos exercícios deste relatório, assumindo que o valor dos ativos e passivos a seguir estivesse em aberto durante todo o exercício, ajustado om base nas taxas estimadas para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos. Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros e variações monetárias: A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a tais riscos. Para o cenário-base, foram considerados os saldos existentes nas respectivas contas em 31 de dezembro de 2023 e para o cenário provável considerou-se os saldos com a variação dos indicadores das expectativas de mercado para 2023 e 2024 previstos no Relatório Focus do Bacen. Para os cenários I e II, foram consideradas deteriorações de 25% e 50%, respectivamente, no indicador de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável; nos cenários III e IV, foram consideradas elevações de 25% e 50%, respectivamente sobre a mesma base.

	Indexadores	Base em 31 de dezembro de 2023	Cenário I (50%)	Cenário II (25%)	Cenário Provável	Cenário III 25%	Cenário IV 50%
	CDI/ SELIC		4,50%	6,75%	9,00%	11,25%	13,50%
Caixa e equivalentes de caixa em reais	CDI	56.303	2.534	3.800	5.067	6.334	7.601
Efeito líquido estimado no resultado		**56.303**	**2.534**	**3.800**	**5.067**	**6.334**	**7.601**

17. Seguros: Os seguros vigentes em 31 de dezembro de 2023 estão assim compostos:

	Vigência			
Tipo	Limite de indenização	Valor do prêmio	Início	Fim
Seguro de engenharia	1.067.000	2.190	20/12/2023	20/06/2025
Responsabilidade civil	9.000	28	20/12/2023	20/06/2025
Total	**1.076.000**	**2.218**		

18. Transações não caixa: As principais transações não caixa nos exercícios apresentados são como segue:

		Controladora		Consolidado	
Transação	Notas	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Provisão Fornecedores - seguros		–	–	(2.218)	–

A Diretoria

Contador - Renato Resende Paes - 1SP308201/O-7

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas **Castilho Solar Participações S.A.** Castilho - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Castilho Solar Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos contro

MONDOPASS S.A.

CNPJ nº 22.162.569/0001-96

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

Relatório da Administração: Srs. Acionistas: em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023. As notas explicativas incluindo o parecer de auditoria sem ressalvas, encontram-se disponíveis na sede da Companhia. Colocamo-nos a disposição, para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

BALANÇOS PATRIMONIAIS em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Notas	Controladora 2023	Controladora 2022 Reapresentado	Controladora 01.01.2022 Reapresentado	Consolidado 2023	Consolidado 2022 Reapresentado	Consolidado 01.01.2022 Reapresentado
Ativo							
Ativo circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	6	1.344	1.018	1.308	115.210	72.745	100.355
Aplicações financeiras	7	–	–	–	–	7.005	13.399
Caixa restrito	18.2	–	–	–	7.604	–	12.558
Contas a receber	8	–	–	–	20.544	9.519	13.185
Impostos a recuperar	10	237	216	208	7.444	7.647	2.773
Imposto de renda e contribuição social	10	–	–	–	5.327	–	–
Despesas antecipadas		17	17	14	204	355	1.420
Outros créditos	9	33	4.066	19	5.318	12.922	8.964
Total ativo circulante		**1.631**	**5.317**	**1.549**	**161.651**	**110.193**	**152.654**
Ativo não circulante							
Caixa restrito		–	–	–	6.947	21.314	21.314
Impostos diferidos	26	–	–	–	11.774	17.442	2.186
Propriedade para investimento	12	–	–	–	2.870	2.870	2.870
Outros créditos	9	–	–	–	17	9.525	21
Investimentos	5	84.877	50.595	76.667	–	–	–
Outros investimentos		–	–	–	1.250	–	–
Imobilizado	13	–	–	–	44.456	41.671	47.547
Intangível	14	–	–	–	82.541	94.818	103.603
Total ativo não circulante		**84.877**	**50.595**	**76.667**	**149.855**	**187.640**	**177.541**
Total do ativo		**86.508**	**55.912**	**78.216**	**311.506**	**297.833**	**330.195**

	Notas	Controladora 2023	Controladora 2022 Reapresentado	Controladora 01.01.2022 Reapresentado	Consolidado 2023	Consolidado 2022 Reapresentado	Consolidado 01.01.2022 Reapresentado
Passivo e patrimônio líquido							
Passivo circulante							
Bilhetagem eletrônica - Venda de créditos	15	–	–		52.153	64.313	61.865
Fornecedores	16	51	45	61	24.855	28.508	38.543
Obrigações tributárias e trabalhistas	17	3	6	4	12.982	13.194	9.426
Empréstimos, financiamentos e debêntures	18	–	–	–	25.725	29.384	23.980
Passivo de arrendamentos	19	–	–	–	6.333	5.505	5.899
Adiantamento de clientes	20	–	–	–	3.461	2.789	2.608
Outras contas a pagar	21	2.139	2.139	1.508	2.453	2.547	1.537
Dividendos a pagar	23.c	7.080	8.261	8.656	11.094	8.886	8.656
Total do passivo circulante		**9.273**	**10.451**	**10.229**	**139.056**	**155.126**	**152.514**
Passivo não circulante							
Fornecedores	16	–	–	–	–	4.481	11.114
Empréstimos, financiamentos e debêntures	18	–	–	–	29.565	55.205	69.224
Passivo de arrendamentos	19	–	–	–	9.232	3.894	7.653
Adiantamento de clientes	20	–	–	–	22.468	16.458	18.640
Outras contas a pagar	21	–	–	–	33.195	14.131	96
Provisão de Demandas Judiciais	22	–	–	–	755	3.077	2.967
Total do passivo não circulante		**–**	**–**	**–**	**95.215**	**97.246**	**109.694**
Patrimônio líquido							
Capital social	23.a	37.037	37.037	37.037	37.037	37.037	37.037
Reserva legal	23.b	3.089	1.500	1.500	3.089	1.500	1.500
Reserva de lucros	23.d	624	(2.677)	27.237	2.213	(2.677)	27.237
Reserva de lucros não realizada	23.e	36.485	9.601	2.213	34.896	9.601	2.213
		77.235	**45.461**	**67.987**	**77.235**	**45.461**	**67.987**
Total do passivo e patrimônio líquido		**86.508**	**55.912**	**78.216**	**311.506**	**297.833**	**330.195**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Notas	Capital social	Reserva de Lucros: Reserva legal	Reserva de Lucros: Reserva de lucros	Reserva de lucros não realizados	Prejuízos Acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021 (divulgado)		**37.037**	**1.500**	**29.333**	**2.213**	**–**	**70.083**
Amortização		–	–	(2.095)	–	–	(2.095)
Saldo em 01 de janeiro de 2022 (reapresentado)		**37.037**	**1.500**	**27.238**	**2.213**	**–**	**67.988**
Prejuízo do exercício		–	–	–	–	(22.527)	(22.527)
Compensação de prejuízos com reserva de lucros	23.d	–	–	(22.527)	–	22.527	–
Saldo em 31 de dezembro de 2022		**37.037**	**1.500**	**4.711**	**2.213**	**–**	**45.461**
Lucro do exercício		–	–	–	–	31.774	31.774
Destinação para reserva de lucros	23.d	–	–	30.185	–	(30.185)	–
Reserva legal	23.b	–	1.589	–	–	(1.589)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2023		**37.037**	**3.089**	**34.896**	**2.213**	**–**	**77.235**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Notas	Controladora 2023	Controladora 2022 Reapresentado	Consolidado 2023	Consolidado 2022 Reapresentado
Receita líquida de vendas	25	–	–	298.684	193.730
Custos dos serviços prestados	26	–	–	(171.682)	(141.750)
Lucro bruto		**–**	**–**	**127.002**	**51.980**
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	26	(500)	(934)	(44.992)	(47.415)
Despesas comerciais	26	(19)	(2.659)	(5.506)	(21.083)
Outras despesas	27	(14.327)	(4.741)	(46.297)	(9.750)
Outras receitas	27	–	–	17.011	3.468
		(14.846)	**(8.334)**	**(79.784)**	**(74.780)**
Prejuízo (Lucro) operacional antes das despesas financeiras líquidas e impostos		**(14.846)**	**(8.334)**	**47.218**	**(22.800)**
Resultado financeiro					
Despesas financeiras	28	(3)	(65)	(15.452)	(18.228)
Receitas financeiras	28	95	81	9.554	6.812
Resultado financeiro líquido		**92**	**16**	**(5.898)**	**(11.416)**
Resultado de equivalência patrimonial		**46.528**	**(14.209)**	**–**	**–**
Lucro (Prejuízo) antes de impostos de renda e da contribuição social		**31.774**	**(22.527)**	**41.320**	**(34.216)**
Imposto de renda e contribuição social - correntes	29	–	–	(3.877)	(3.567)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	29	–	–	(5.669)	15.256
		–	**–**	**(9.546)**	**11.689**
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		**31.774**	**(22.527)**	**31.774**	**(22.527)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Controladora 2023	Controladora 2022 Reapresentado	Consolidado 2023	Consolidado 2022 Reapresentado
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	31.774	(22.527)	31.774	(22.527)
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–
Resultado abrangente do exercício	31.774	(22.527)	31.774	(22.527)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022 Reapresentado	Consolidado 2023	Consolidado 2022 Reapresentado
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		31.774	(22.527)	31.774	(22.527)
Ajustes por:					
Resultado de equivalência patrimonial		(46.528)	14.209	–	–
Depreciação e amortização		–	522	55.661	21.174
Perda sobre baixas do ativo imobilizado		–	–	663	230
Perda sobre baixas do ativo intangível		–	–	1.151	–
Reversão (constituição) de provisão para demandas judiciais		–	–	8.952	–
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		–	–	3.254	–
Variação monetária, encargos financeiros e juros		–	–	13.930	15.374
Juros apropriados sobre arrendamento mercantil		–	–	879	(9.393)
Encerramento antecipado de contratos de arrendamentos		–	–	(327)	906
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos		–	–	5.669	(14.492)
Outras transações		10.186	4.732	26.029	17.366
Decréscimo/acréscimo nos ativos e passivos operacionais					
Contas a receber de clientes		–	–	(31.061)	3.666
Impostos a recuperar		(21)	–	203	(4.874)
Outros créditos e despesas antecipadas		–	(12)	(13.800)	(2.971)
Fornecedores		6	(16)	(8.134)	(16.668)
Obrigações tributárias e trabalhistas		(3)	2	3.583	5.711
Bilhetagem eletrônica		–	–	23.252	2.448
Pagamento de demandas judiciais		–	–	(1.754)	(17)
Outras contas a pagar		–	–	3.473	(85)
Adiantamento de clientes		–	–	6.682	(2.001)
Caixa (usado nas) proveniente das atividades operacionais		**(4.586)**	**(3.090)**	**130.079**	**(6.153)**
Impostos pagos sobre o lucro		–	–	(9.122)	(2.803)
Juros pagos	18	–	–	(13.878)	(13.691)
Caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades operacionais		**(4.586)**	**(3.090)**	**107.079**	**(22.647)**
Fluxo de caixa de atividades de investimento					
Empréstimos concedidos a partes relacionadas		–	(12)	–	16
Investimentos em títulos públicos		–	–	7.005	6.394
Aquisição de ativo imobilizado e intangível		–	–	(34.450)	(4.516)
Aumento de capital social em controladas		–	(6.534)	–	–
Recebimento de dividendos		6.093	9.110	–	–
Outros investimentos		–	–	(1.250)	–
Caixa (usado nas) provenientes das atividades de investimentos		**6.093**	**2.564**	**(28.695)**	**1.894**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Adiantamento e aumento de capital social	23.a	–	2.139	–	2.139
Antecipação de dividendos		–	–	–	(2.533)
Dividendos pagos		(1.181)	(395)	(5.373)	(395)
Pagamentos de empréstimos e financiamentos obtidos junto à terceiros	18	–	–	(30.281)	(25.298)
Investimentos de caixa restrito		–	–	6.763	12.558
Pagamentos de arrendamento mercantil	19	–	–	(7.028)	(7.286)
Pagamento parcelado de aquisição de controlada	1.1	–	(1.042)	–	(1.042)
Captação de empréstimos e financiamentos obtidos com partes relacionadas	18	–	–	–	15.000
Pagamentos de empréstimos e financiamentos obtidos com partes relacionadas		–	(466)	–	–
Caixa (usado nas) provenientes das atividades de financiamentos		**(1.181)**	**236**	**(35.919)**	**(6.857)**
Aumento líquido (redução) em caixa e equivalentes de caixa		**326**	**(290)**	**42.465**	**(27.610)**
Caixa e equivalentes de caixa					
Caixa e equivalentes de caixa em 1º janeiro		1.018	1.308	72.745	100.355
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		1.344	1.018	115.210	72.745
		326	**(290)**	**42.465**	**(27.610)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que foram aprovados pelos Conselho Federal de contabilidade (CFC).

DIRETORIA

Rodney Sarracino de Freitas - Diretor Presidente

Genilda Barbosa Sousa - Gerente Contábil e fiscal - CRC SP-279051/O-5

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 estão disponíveis na sede da Companhia e no seguinte endereço eletrônico: https://www.diariocomercial.com.ber/publicidadde-legal

Top Center Empreendimentos e Participações Ltda.

CNPJ nº 06.953.352/0001-48

Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro (Em milhares de reais - R$)

Balanço Patrimonial	31.12.2023	31.12.2022
Ativo/Circulante	**111.475**	**105.903**
Caixa e Equivalentes de Caixa	376	269
Aplicação Financeira	17.883	–
Contas a Receber	89.385	8.274
Impostos a Recuperar	37	2.586
Despesas Antecipadas e Outros Créditos	3.794	8.069
Imóveis destinados à venda	–	86.705
Não Circulante	**196.613**	**204.649**
Contas a Receber	53.145	12.095
Depósitos Judiciais	107	102
Propriedades para Investimento	140.077	189.687
Imobilizado	3.284	2.760
Intangível	–	5
Total do Ativo	**308.088**	**310.552**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital Social	Reserva de Lucros: Retenção de Lucros	Reserva de Lucros: Lucro (Prejuízo) Acumulado	Total
Saldos em 31/12/2021	**259.760**	**26.654**	**–**	**286.414**
Lucro Líquido do Exercício	–	–	20.442	20.442
Dividendos distribuídos	–	(31.654)	–	(31.654)
Reserva de lucros	–	20.442	(20.442)	–
Saldos em 31/12/2022	**259.760**	**15.442**	**–**	**275.202**
Aumento de capital	7.348	–	–	7.348
Redução de capital	(90.000)	–	–	(90.000)
Lucro Líquido do Exe rcício	–	–	149.123	149.123
Dividendos distribuídos	–	(65.442)	–	(65.442)
Reserva de lucros	–	149.123	(149.123)	–
Saldos em 31/12/2023	**177.108**	**99.123**	**–**	**276.231**

A Diretoria

Contadora
Renata Rodrigues Duarte Campos - CRC RJ-113626/O-1

As Demonstrações Financeiras completas, acompanhadas das Notas Explicativas estão à disposição na sede da Companhia.

Balanço Patrimonial	31.12.2023	31.12.2022
Passivo e Patrimônio Líquido/Circulante	**15.200**	**31.267**
Empréstimos e Financiamentos	–	14.309
Adiantamento de Clientes	248	10.015
Salários e Encargos Sociais	–	2
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	7.487	2.164
Impostos, Taxas e Contribuições	6.914	730
Outras Contas a Pagar	551	4.047
Não Circulante	**16.657**	**4.083**
Depósito Caução	654	1.012
Impostos Diferidos	(602)	(223)
Empréstimos e Financiamentos	–	–
Transações e Saldos com Partes Relacionadas	16.605	3.294
Patrimônio Líquido	**276.231**	**275.202**
Capital Social	177.108	259.760
Reservas de Lucros	99.123	15.442
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**308.088**	**310.552**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	31.12.2023	31.12.2022
Lucro líquido do exercício	149.123	20.442
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas		
Depreciações e amortizações	141.719	5.032
Provisão (Baixa) para créditos de liquidação esperada	120	–
Resultado na alienação de investimentos	(14.353)	–
Encargos Financeiros de Empréstimos e Financiamentos	789	1.628
Caixa Gerado nas Operações	277.398	27.102
Variação de ativos e passivos	(131.299)	(78.198)
Impostos pagos	12.092	–
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	158.191	(51.096)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Partes relacionadas	13.311	(687)
Aumento de Capital	7.348	–
Redução de Capital	(90.000)	–
Aplicações financeiras	(17.883)	–
Recebimento obtido na realização de imóveis destinados à venda e venda de investimento	102.308	–

Demonstrações dos Resultados	31.12.2023	31.12.2022
Receita Operacional Bruta		
Receita de locação e administração	311.945	38.274
Impostos Incidentes	(14.367)	(1.382)
Receita Líquida de Locação	297.578	36.892
Custo das Locações	(141.719)	(5.032)
Resultado Bruto nas Locações	155.859	31.860
Receita de venda de imóveis	16.364	–
Impostos Incidentes sobre Vendas de Imóveis	377	(65)
Receita Líquida de venda de Imóveis	16.741	(65)
Custo dos Imóveis Vendidos	(2.011)	–
Resultado Bruto na Venda de Imóveis	14.730	(65)
Lucro Bruto	**170.589**	**31.795**
Receitas (Despesas) Operacionais		
Gerais e Administrativas	(1.048)	(471)
Despesa comerciais	(11.298)	(5.039)
Outras Receitas Operacionais, Líquidas	3	470
Lucro antes do Resultado Financeiro	**158.246**	**26.755**
Resultado Financeiro		
Receitas Financeiras	10.200	613
Despesas Financeiras	(1.507)	(2.160)
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	**166.939**	**25.208**
Imposto de Renda e Contribuição Social		
Correntes	(17.990)	(4.757)
Diferidos	174	(9)
Lucro Líquido do Exercício	**149.123**	**20.442**

Aquisições/Baixas de bens de propriedades de investimento, imobilizado e intangível	31.12.2023 (92.628)	31.12.2022 84.008
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	(77.544)	83.321
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento de empréstimos	(15.098)	(488)
Dividendos e Juros sobre o capital próprio pagos	(65.442)	(31.654)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(80.540)	(32.142)
(Redução) Aumento do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa	**107**	**83**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	269	186
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	376	269
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	107	83

GD - Geração Distribuída Participações S.A.

CNPJ/MF nº 34.656.852/0001-53 - NIRE 35.238.412.457

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 09 de Abril de 2024

1. Data, Hora e Local: Em 09 de abril de 2024, às 12h, na sede social da GD - Geração Distribuída Participações S.A., sociedade por ações sem registro de emissor de valores mobiliários perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 34.656.852/0001-53, com seus atos constitutivos arquivados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE 35.238.412.457 ("Companhia" ou "Nova Fiadora"), localizada na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Doutor Renato Paes de Barros, 618, conjunto 1 e 4, Condomínio Edifício RPB, Itaim Bibi, CEP 04.530-000. **2. Convocação e Presença:** A convocação foi dispensada, nos termos do artigo 124, parágrafo quarto, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), tendo em vista a presença do único acionista da Companhia detentor de ações correspondentes à totalidade do capital social da Companhia, conforme indicado no livro de presença de acionista da Companhia. **3. Mesa:** Presidente: Paulo de Meira Lins; Secretário: Pedro Geraldi Ferreira. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre as seguintes matérias: **(i)** nos termos do artigo 13, inciso "i", do Estatuto Social da Companhia, a prestação de garantia fidejussória, na forma de fiança ("Fiança"), para o cumprimento das obrigações assumidas no âmbito 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, em série única, da **GDPAR SN Participações em Projetos Solares S.A.,** sociedade por ações, sem registro de emissor de valores mobiliários junto à Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Doutor Renato Paes de Barros, nº 618, conjunto 1 e 4, Itaim Bibi, CEP 04.530-000, com seus atos constitutivos arquivados perante a JUCESP sob o NIRE 35.300.549.350, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 34.366.520/0001-34 ("Emissora" e "Debêntures", respectivamente) no montante total de até R$ 325.000.000,00 (trezentos e vinte e cinco milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definido abaixo), as quais foram objeto de oferta pública sob regime de garantia firme de colocação para a totalidade da Emissão, nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476") e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Emissão" e "Oferta", respectivamente) de acordo com os termos do *"Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, Para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da GDPAR SN Participações em Projetos Solares S.A.",* celebrado entre a Emissora, a **GDPAR GD Solar Participações em Projetos Solares S.A.,** sociedade por ações, sem registro de emissor de valores mobiliários junto à CVM, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.311, 5º andar, conjunto 502, parte C, setor 1, bairro Itaim Bibi, CEP 04.538-133, com seus atos constitutivos arquivados perante a JUCESP sob o NIRE 35.300.558.634, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 34.731.244/0001-66, neste ato representada na forma do seu estatuto social ("Fiadora Original") e a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Escritura de Emissão Original" e "Agente Fiduciário", respectivamente) e aditada pelo "*Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Com Garantia Real, Com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da GDPAR SN Participações em Projetos Solares S.A."* ("Primeiro Aditamento", em conjunto com a Escritura de Emissão Original, a "Escritura de Emissão"), com expressa renúncia aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 277, 333, parágrafo único, 364, 365, 366, 368, 824, 827, 829, parágrafo único, 830, 834, 835, 837, 838 e 839 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada, e dos artigos 130, 131 e 794 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, conforme alterada; **(ii)** autorização para a Companhia, pelos seus diretores e/ou representantes, praticar todo e qualquer ato, celebrar todos os documentos e instrumentos contratuais, inclusive procurações, instrumentos acessórios e aditamentos, necessários à prestação da Fiança, incluindo, sem limitação, o aditamento a Escritura de Emissão para liberação da Fiadora Original e inclusão da Nova Fiadora; e **(iii)** ratificação de todos os atos praticados pela Diretoria da Companhia e/ou pelos seus procuradores para a consecução das deliberações mencionadas acima. **5. Deliberações:** Após exame, discussão e votação das matérias constantes da ordem do dia, o acionista da Companhia deliberaram, sem quaisquer restrições ou ressalvas, o quanto segue: **(i) aprovar** a outorga da Fiança, pela Companhia, em caráter irrevogável e irretratável, na condição de fiadora, em garantia de todas as obrigações principais e acessórias assumidas pela Emissora no âmbito da Emissão; **(ii) autorizar** expressamente os diretores e/ou representantes legais da Companhia, bem como seus procuradores, nos termos do Estatuto Social da Companhia, a praticarem todos os atos, tomarem todas as providências e adotarem todas as medidas necessárias à consecução e formalização da prestação da Fiança, incluindo mas sem limitação, a celebração do aditamento à Escritura de Emissão, para liberação da Fiadora Original e inclusão da Nova Fiadora, e quaisquer outros documentos necessários ou convenientes à constituição da Fiança; **(iii) ratificar** todos e quaisquer atos já praticados pelos diretores, representantes legais e procuradores, relacionados às deliberações acima. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente Assembleia Geral Extraordinária, da qual se lavrou a presente Ata que, lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada. Mesa: Paulo de Meira Lins - Presidente; Pedro Geraldi Ferreira - Secretário. Acionista Presente: Franklin Servtec Energia - Fundo de Investimento em Participações - Multiestratégia (representado por Paulo de Meira Lins e Pedro Geraldi Ferreira). *Confere com a original lavrada em livro próprio.* São Paulo - SP, 09 de abril de 2024. Mesa: Presidente, Secretário. Acionista: **Franklin Servtec Energia - Fundo de Investimento em Participações - Multiestratégia -** Paulo de Meira Lins, Pedro Geraldi Ferreira.

Dafferner Comércio Exterior

CNPJ: 50.260.884/0001-91 - NIRE: 35200757732

Convocação Reunião de Sócios Quotistas

Ficam os Senhore(a)s **Quotistas** convocados para a **Reunião de Quotistas de Dafferner Comércio Exterior,** em primeira convocação, a ser realizada no dia 30 de abril de 2024, com início às dez horas, na sede social da empresa, sito à Rua Iturama, nº 189, em São Paulo Capital, a fim de deliberarem sobre a seguinte ***ordem do dia:*** a) Exame, discussão e votação do relatório da diretoria, balanço patrimonial e demonstração de resultados relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2023, b) destinação e transferência de resultados desse exercício de 2023; c) fixação dos honorários da diretoria para 2024.

Walter Carvalho Dafferner - Sócio Administrador

Dafferner S/A Máquinas Gráficas

CNPJ: 61.074.332/0001-05 - NIRE: 35901112126

Convocação Assembleia Geral Ordinária

Ficam os Senhores(as) acionistas convocados a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, em primeira convocação, a ser realizada no dia 30 de Abril de 2024, com início às quinze horas, na sede social da empresa, sito à Rua Iturama, nº 189, em São Paulo, Capital, a fim de deliberarem sobre a seguinte ***ordem do dia***: a) exame, discussão e votação do relatório da diretoria, Balanço Patrimonial e demonstração de resultados relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2023; b) destinação e transferência de resultados desse exercício de 2023; c) fixação dos honorários da diretoria.

Walter Carvalho Dafferner - Diretor Presidente

Massari Comercializadora de Energia S.A.

CNPJ nº 38.183.972/0001-31

Demonstrações Contábeis - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balanços patrimoniais	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Ativo/Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	943	2.167
Clientes	5	1.840	1.319
Impostos a recuperar		107	14
Outros créditos		–	17
Total do ativo circulante		2.890	3.517
Ativo não circulante: Investimentos	6	2.306	2.286
Imobilizado		24	14
Total do ativo não circulante		2.330	2.300
Total do ativo		5.220	5.817

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Notas	Capital social: Capital social	Capital social: AFAC	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31/12/2021		2.500	–	(32)	2.468
Prejuízo do exercício		–	–	(771)	(771)
AFAC		–	3.480	–	3.480
Saldos em 31/12/2022		2.500	3.480	(803)	5.177
Aumento de capital social	8.a	1.020	–	–	1.020
AFAC	8.b	3.480	(3.480)	–	–
Prejuízo do exercício		–	–	(2.974)	(2.974)
Saldos em 31/12/2023		7.000	–	(3.777)	3.223

Balanços patrimoniais	Notas	2023	2022
Passivo e Patrimônio Líquido/Passivo circulante			
Fornecedores	7	1.882	511
Tributos a recolher		78	82
Total do passivo circulante		1.960	593
Passivo não circulante			
Outros passivos		37	47
Total do passivo não circulante		37	47
Patrimônio líquido: Capital social	8.a	7.000	2.500
AFAC	8.b	–	3.480
Prejuízos acumulados		(3.777)	(803)
Total do patrimônio líquido		3.223	5.177
Total do passivo e patrimônio líquido		5.220	5.817

Demonstrações do Resultado	Notas	2023	2022
Receita operacional líquida	10	15.297	5.193
Custo de energia comprada	11	(15.451)	(4.463)
Lucro (prejuízo) bruto		(154)	730
Receitas/(despesas) operacionais			
Gerais, comerciais e administrativas	12	(3.075)	(1.579)
		(3.075)	(1.579)
Prejuízo antes do resultado financeiro		(3.229)	(849)
Receita financeira		265	86
Despesa financeira		(10)	(8)
Resultado financeiro líquido		255	78
Prejuízo do exercício		(2.974)	(771)
Prejuízo por ação		(0,90)	(0,31)

Demonstrações do Resultado Abrangente	2023	2022
Prejuízo do exercício	(2.974)	(771)
Total do resultado abrangente do exercício	(2.974)	(771)

Demonstrações dos Fluxos de Caixa	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(2.974)	(771)
Ajustes para reconciliar o prejuízo ao fluxo de caixa das atividades operacionais: Depreciação	5	1
Variação de ativos e passivos		
Clientes	(521)	(1.319)
Impostos a recuperar	(93)	(12)
Outros créditos	17	276
Fornecedores	1.371	186
Tributos a recolher	(4)	82
Outros passivos	(10)	47
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	(2.209)	(1.510)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Outros investimentos	(20)	209
Aquisição de imobilizado	(15)	(15)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimentos	(35)	194
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital social	1.020	3.480
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	1.020	3.480
Aumento (diminuição) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(1.224)	2.164
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.167	3
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	943	2.167
Aumento (diminuição) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(1.224)	2.164

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

1. Contexto operacional: A Massari Comercializadora de Energia S.A. ("Massari" ou "Companhia") foi constituída em 21 de agosto de 2020 com sede na Rua Cristóvão Pereira, nº 1.626 - Campo Belo - São Paulo. A Companhia tem por objeto: • Comercialização de energia elétrica em todas as suas formas no mercado de livre negociação, incluindo a compra, a venda, a importação e exportação de energia elétrica, bem como a intermediação de qualquer dessas operações; • Comercialização varejista de energia elétrica; • Prestação de serviços correlatos às atividades de comercialização, importação e exportação de energia elétrica, em todas as formas e modalidades, no Ambiente de Contratação Livre (ACL); • Participação em outras sociedades como acionista ou quotista, bem como investidora. Em agosto de 2023, conforme

AMERICAN TOWER DO BRASIL - CESSÃO DE INFRAESTRUTURAS S.A. E CONTROLADA

CNPJ 04.052.108/0001-89

Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais - R$)

Balanços Patrimoniais	Nota explicativa	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.664.343	1.661.921	1.677.387	1.725.632
Títulos e valores mobiliários	4	446.558	–	446.558	–
Contas a receber de clientes	5	570.960	421.881	625.375	454.639
Partes relacionadas	18	20.950	28.948	23.169	26.567
Impostos a recuperar	6	6.032	22	27.322	21.560
Outros créditos	7	29.300	1.253	33.075	6.509
Total do ativo circulante		2.738.143	2.114.025	2.832.886	2.234.907
Não Circulante					
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	11	687.322	637.988	687.322	637.988
Contas a receber de clientes	5	133.986	190.363	133.986	190.363
Impostos a recuperar	6	–	–	7.308	12.760
Outros créditos	7	83.878	22.144	83.878	22.144
Partes relacionadas	18	59.047	53.792	59.047	55.173
Investimentos	10	660.564	652.092	–	–
Imobilizado	8	9.410.398	9.704.648	10.401.388	10.668.643
Intangível	9	4.023.022	4.353.786	4.156.495	4.496.807
Total do ativo não circulante		15.058.217	15.614.813	15.529.424	16.083.878
Total do Ativo		17.796.360	17.728.838	18.362.310	18.318.785

Balanços Patrimoniais	Nota explicativa	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Passivo e Patrimônio Líquido					
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	12	40.225	–	40.225	–
Fornecedores	13	84.768	51.936	108.336	88.118
Passivos de arrendamento	21	822.816	816.571	827.342	820.513
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	15	38.285	38.973	43.643	46.226
Partes relacionadas	18	111.563	730.806	111.703	748.028
Obrigações tributárias	16	46.255	75.654	50.501	78.699
Adiantamentos de clientes	17	115.214	328.617	115.214	328.617
Receita diferida		–	–	238	238
Contas a pagar e provisões	14	65.489	27.636	65.489	39.122
Total do passivo circulante		1.324.615	2.070.193	1.362.691	2.149.561
Não Circulante					
Empréstimos e financiamentos	12	600.000	–	600.000	–
Partes relacionadas	18	5.377.469	5.334.060	5.769.242	5.725.769
Linearização de receita	5	208.226	180.244	208.226	180.244
Adiantamentos de clientes	17	7.054	10.189	7.054	10.189
Passivos de arrendamento	21	5.669.842	5.841.907	5.734.364	5.899.814
Receita diferida		–	–	2.066	2.302
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	19	122.282	134.771	123.723	134.790
Contas a pagar e provisões	14	59.837	–	59.837	–
Obrigações para desmobilização de ativos	20	1.048.517	970.574	1.116.589	1.029.216
Total do passivo não circulante		13.093.227	12.471.745	13.621.101	12.982.324
Patrimônio Líquido					
Capital social	22	3.185.933	3.303.632	3.185.933	3.303.632
Prejuízos acumulados		–	(117.699)	–	(117.699)
Reserva legal		23.844	968	23.844	968
Reserva de retenção de lucros	22.c	168.741	–	168.741	–
Total do patrimônio líquido		3.378.518	3.186.901	3.378.518	3.186.901
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		17.796.360	17.728.838	18.362.310	18.318.785

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Nota explicativa	Capital Social	Reservas Legal	Reservas Retenção de lucros	Prejuízos/ Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2021		3.318.906	–	–	(322.249)	2.996.657
Redução de capital social	22.a	(15.274)	–	–	–	(15.274)
Lucro do exercício		–	–	–	341.607	341.607
Constituição de reserva legal	22.c	–	968	–	(968)	–
Juros sobre capital próprio	22.b	–	–	–	(136.089)	(136.089)
Saldos em 31 de Dezembro de 2022		3.303.632	968	–	(117.699)	3.186.901
Redução de capital social	22.a	(117.699)	–	–	117.699	–
Lucro do exercício		–	–	–	457.511	457.511
Constituição de reserva legal	22.c	–	22.876	–	(22.876)	–
Reserva de lucros		–	–	168.741	(168.741)	–
Juros sobre capital próprio	22.b	–	–	–	(265.894)	(265.894)
Saldos em 31 de Dezembro de 2023		3.185.933	23.844	168.741	–	3.378.518

Demonstrações do Resultado

	Nota explicativa	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receita Operacional Líquida	23	3.707.782	3.489.965	3.964.792	3.850.080
Custo dos Serviços Prestados	24	(1.557.011)	(1.516.274)	(1.758.137)	(1.780.965)
Lucro Bruto		2.150.771	1.973.691	2.206.655	2.069.115
Despesas Operacionais					
Com vendas	24	(1.117)	(880)	(2.278)	(880)
Gerais e administrativas	24	(322.710)	(295.831)	(362.978)	(337.351)
Outras receitas operacionais	24	28.695	–	28.695	–
Resultado de equivalência patrimonial	11	(32.937)	(11.429)	–	–
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro		1.822.702	1.665.551	1.870.094	1.730.884
Resultado Financeiro					
Receitas financeiras	25	250.949	125.349	255.972	135.976
Despesas financeiras	25	(1.520.619)	(1.373.854)	(1.573.034)	(1.438.555)
Variação cambial, líquida	25	28.495	19.955	28.495	20.605
		(1.241.175)	(1.228.550)	(1.288.567)	(1.281.974)
Lucros Operacional antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		581.527	437.001	581.527	448.910
Imposto de Renda e Contribuição Social					
Correntes	11	(173.350)	(141.081)	(173.350)	(155.796)
Diferidos	11	49.334	45.687	49.334	48.493
Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício		457.511	341.607	457.511	341.607

Demonstrações do Resultado Abrangente

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício	457.511	341.607	457.511	341.607
Outros resultados abrangentes - itens que não serão reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes	–	–	–	–
Resultado Abrangente Total do Exercício	457.511	341.607	457.511	341.607

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

	Nota explicativa	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais					
Lucro líquido do exercício		457.511	341.607	457.511	341.607
Ajustes para reconciliar o lucro do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	8 e 9	1.474.855	1.476.208	1.568.024	1.635.852
Resultado de equivalência patrimonial	10	32.937	11.429	–	–
Redução ao valor recuperável	24	30.994	13.764	30.994	13.764
Despesa com juros - arrendamento	21	574.765	533.204	579.797	546.960
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa e reservas	5.b 23 e 24	(63.786)	(40.350)	(75.284)	(37.475)
Atualização das obrigações para desmobilização de ativos	20	83.985	73.402	87.062	80.985
Provisão (reversão) dos riscos tributários, cíveis e trabalhistas	19	(12.489)	7.123	(11.067)	7.109
Baixas líquidas de imobilizado, intangível e de provisões de desmobilização	8, 9, 20 e 21	18.207	(20.006)	18.155	(13.043)
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos	12	79.007	–	79.007	–
Encargos financeiros sobre mútuos com partes relacionadas	18	702.714	644.795	742.766	648.847
Linearização da receita e receita diferida	5.c	29.473	49.613	29.235	49.375
Imposto de renda e Contribuição social correntes e diferidos	11.b	124.016	95.394	124.016	107.303
		3.532.189	3.186.183	3.630.216	3.381.284
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber de clientes	5	(257.497)	83.426	(262.204)	70.997
Impostos a recuperar	6	(6.010)	1.278	(5.762)	12.572
Partes relacionadas	18	2.743	(12.758)	(476)	(12.625)
Outros créditos	7	24.033	(4.755)	25.514	(3.858)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores	13	32.831	(4.674)	20.219	(26.602)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	15	(688)	5.214	(2.583)	5.068
Obrigações tributárias	16	(65.362)	(17.226)	(66.743)	(26.138)
Contas a pagar e provisões	14	(16.125)	(2.601)	(27.611)	(3.571)
Adiantamentos de clientes	17	10.555	250.350	10.555	253.386
Partes relacionadas	18	42.204	58.027	44.991	93.659
Caixa gerado pelas atividades operacionais		3.298.873	3.542.464	3.366.115	3.744.172
Imposto de renda e Contribuição social pagos		(153.203)	(119.114)	(153.203)	(126.633)
Juros pagos arrendamento	21	(572.991)	(525.730)	(577.960)	(534.987)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	12	(38.782)	–	(38.782)	–
Juros pagos com partes relacionadas	18	(1.410.382)	(640.827)	(1.467.656)	(680.879)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		1.123.515	2.256.793	1.128.514	2.401.673
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento					
Aquisição de bens do ativo imobilizado e intangível	8, 9 e 21	(393.981)	(370.017)	(486.921)	(508.939)
Títulos e valores mobiliários	4	(446.558)	–	(446.558)	–
Aumento de capital em controlada	10.a	(41.408)	(118.914)	–	–
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(881.948)	(488.931)	(933.479)	(508.939)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento					
Captação de empréstimos e financiamentos	12	600.000	–	600.000	–
Efeito de caixa na incorporação de controlada ATT Torres (aumento de rubricas patrimoniais)		–	97.712	–	–
Efeito de caixa na cisão de controlada ATIB (redução de rubricas patrimoniais)		–	–	–	(2.047)
Juros sobre capital próprio pagos	22.b e 18.f	(160.448)	(112.951)	(160.448)	(112.951)
Pagamento de passivo de arrendamento	21	(678.697)	(603.308)	(682.832)	(658.794)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(239.145)	(618.547)	(243.280)	(773.792)
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa		2.422	1.149.315	(48.245)	1.118.942
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	1.661.921	512.606	1.725.632	606.690
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	1.664.343	1.661.921	1.677.387	1.725.632
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa		2.422	1.149.315	(48.245)	1.118.942

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

1. Contexto Operacional: A American Tower do Brasil - Cessão de Infraestruturas S.A. ("Empresa") é uma sociedade por ações com sede na Rua Olimpíadas, 205 - 8º andar, Vila Olímpia, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, que tem por objeto social a propriedade e a operação de torres de comunicação por meio de cessão de espaço mediante locação a terceiros para que estes instalem, operem, gerenciem e mantenham transmissores de telecomunicações por qualquer meio, incluindo rádio, televisão ou qualquer outro veículo de comunicação; a aquisição ou o arrendamento de imóveis rurais e urbanos para a consecução de suas atividades previstas anteriormente; e a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia ou acionista. Em 15 de setembro de 2022, por meio da 60ª alteração do contrato social, a Empresa foi transformada em uma sociedade anônima fechada, desta forma, anteriormente denominada American Tower do Brasil - Cessão de Infraestruturas Ltda. passou a American Tower do Brasil - Cessão de Infraestruturas S.A. A alteração ocorreu em virtude das emissões de debêntures ocorrida no exercício de 2023, conforme descrito na nota explicativa nº 12. O Objeto social da Empresa permaneceu inalterado. A Empresa tem como acionistas a ATC South America Holding LLC e a ATC Brazil II LLC. Ambas são subsidiárias da American Tower Corporation, holding global do grupo American Tower, constituída e existente de acordo com as leis do Estado de Delaware, Estados Unidos da América. Em janeiro de 2021 a American Tower International, Inc. subsidiária da American Tower Corporation adquiriu a divisão de torres da Telxius, subsidiária do grupo espanhol Telefônica na Europa (Espanha e Alemanha) e na América Latina (Brasil, Argentina, Chile e Peru), por US$9,37 bilhões, e a transação envolveu um total de 30,7 mil torres. Em abril de 2021, após a aprovação sem restrições do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), a American Tower International, Inc. concluiu a compra da Telxius Torres Latam S.L. e suas subsidiárias na América Latina, e a negociação envolveu mais de 7 mil pontos de comunicação no Brasil, Peru, Chile e Argentina. Em outubro de 2021 a Empresa adquiriu as subsidiárias brasileiras da Telxius da American Tower Latam S.L.U. (Telxius Torres Brasil Ltda.), pelo valor de R$1.452.194. Foram adquiridas mais de 4 mil torres de telecomunicação pertencentes a Telxius Torres Brasil Ltda., e alterou sua denominação para American Tower T. Torres do Brasil Ltda. ("ATT Torres"). A ATT Torres é controladora da American Tower IB Participações Imobiliárias Ltda.("ATIB"), anteriormente denominada Inmosites Brasil Participações Imobiliárias Ltda., que tem como atividade principal a locação de imóveis próprios. Esses terrenos são locados em sua totalidade para a ATT Torres. Em 29 de abril de 2022 a empresa incorporou sua controlada ATT Torres passando a ser sua sucessora legal, nessa movimentação societária, a ATIB deixou de ser controlada pela ATT Torres por meio de cisão.

2. Base de Elaboração das Demonstrações Financeiras: 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A Administração da Empresa aplicou a orientação técnica OCPC 7, atendendo aos requerimentos mínimos e, ao mesmo tempo, divulgando somente informações relevantes, que auxiliem os leitores na tomada de decisões. **2.2. Base de elaboração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados bens do ativo imobilizado e intangível e instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito na nota explicativa nº 3. **2.3. Bases de consolidação e investimentos em controladas:** As demonstrações financeiras consolidadas 2022 e 2023 incluem as demonstrações financeiras da Empresa e de sua controlada; American Tower do Brasil - Comunicação Multimídia Ltda. Todas as transações que geram direitos, obrigações, receitas e despesas entre a Empresa e controladas são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas. Nas demonstrações financeiras individuais da Empresa, o resultado da controlada é reconhecido por meio do método de equivalência patrimonial, ajustada para adequar suas práticas contábeis àquelas estabelecidas pela Empresa, se aplicável.

3. Sumário das Principais Práticas Contábeis: As principais práticas contábeis, descritas a seguir, foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras da Empresa. a) Princípios gerais e critérios de reconhecimento da receita: As receitas com prestação de serviços de locação são reconhecidas à medida que a Empresa e sua controlada desempenham a sua obrigação de repassar o controle do serviço à entidade compradora ("obrigação de performance") de acordo com a essência de cada contrato, desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros fluirão para a Empresa e para sua controlada e que o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. O reconhecimento é feito com base no valor de cada contrato, menos descontos, abatimentos, impostos e contribuições incidentes. Reconhecimento de receita: Nossa receita é derivada do arrendamento do direito de uso de nossos sites de comunicação, do terreno em que os sites estão localizados, do reembolso dos custos incorridos na operação dos sites de comunicação e suporte ao equipamento dos locatários, bem como outros serviços e direitos contratuais. A maior parte de nossa receita é derivada de acordos de arrendamento e é contabilizada como receita de arrendamento, a menos que o momento e o padrão de reconhecimento da receita do componente de não arrendamento tenham as características de arrendamento. Se o momento e o padrão do reconhecimento de receita do componente de não arrendamento diferem daquele do componente de arrendamento, nós determinaremos separadamente os preços de venda individuais e o padrão de reconhecimento de receita para cada caso. Nossa receita proveniente de arrendamento, incluindo cláusulas de escalonamento fixas, presentes em contratos de arrendamentos não canceláveis, é registrado nas demonstrações financeiras pelo método linear ao longo do prazo dos respectivos arrendamentos, quando a cobrança é provável. Cláusulas de escalonamento variáveis, como por exemplo àquelas vinculadas a um índice de preços ao consumidor ou outros índices baseados na inflação, ou ainda outras situações que possam gerar montantes variáveis a serem pagos ou recebidos nos contratos com nossos clientes, são excluídos do cálculo linear. Os valores cobrados antecipadamente em relação a execução dos contratos de arrendamento são inicialmente diferidos e apresentados como adiantamento de clientes nos balanços patrimoniais e reconhecida como receita durante os termos dos contratos de arrendamento aplicáveis. As receitas com prestação de serviços de telecomunicação são reconhecidas à medida que a Empresa desempenha tais serviços ao cliente ("obrigação de performance"), de acordo com as características de cada contrato, desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros fluirão para a Empresa e que o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. O reconhecimento é feito com base no valor de cada contrato, menos descontos, abatimentos, impostos e contribuições incidentes. b) Moeda funcional e de apresentação: A moeda funcional e de apresentação adotada pela Empresa e sua controlada é o real (R$). As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Empresa utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são calculados e apresentados nas demonstrações financeiras com base na taxa de conversão de câmbio vigente nas datas das demonstrações financeiras. c) Instrumentos financeiros: Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Empresa assume direitos contratuais de receber caixa ou outros ativos financeiros de contratos no qual é parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber caixa atrelados ao ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente os riscos e benefícios para terceiros. Ativos e passivos são reconhecidos quando direitos e/ou obrigações são retidos na transferência pela Empresa. Passivos financeiros são reconhecidos quando a Empresa assume obrigações contratuais para liquidação em caixa ou na assunção de obrigações de terceiros através de um contrato no qual é parte. Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo e são desreconhecidos quando são quitados, extintos ou expirados. Os instrumentos financeiros que posteriormente ao reconhecimento inicial venham a ser mensurados pelo custo amortizado são mensurados por meio da taxa efetiva de juros. As receitas e despesas de juros, a variação monetária e a variação cambial, se aplicável, deduzidas das estimativas de perda por não recebimento de ativos financeiros, são reconhecidas quando incorridas na demonstração de resultado do exercício como "Resultado financeiro". Ativos e passivos financeiros somente são apresentados pelos seus valores líquidos se a Empresa detiver o direito de liquidá-los simultaneamente, bem como ter a intenção de fazê-lo. Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Empresa mantinha os seguintes itens nas classificações de instrumentos financeiros: • Custo amortizado: caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários contas a receber, outros créditos, partes relacionadas, empréstimos e financiamentos, fornecedores, passivo de arrendamento e contas a pagar. A Empresa avalia mensalmente a expectativa de perda pela não realização de ativos financeiros. Esta expectativa é baseada na perda esperada a partir do histórico e perspectivas de perdas considerando cenários econômicos prováveis e reconhecida no resultado do exercício. Recuperações subsequentes são reconhecidas, quando incorridas, na rubrica "Despesas com vendas" na demonstração de resultado. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de "hedge": Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, e durante os respectivos exercícios, a Empresa e sua controlada não possuíam em aberto nenhuma operação envolvendo instrumentos financeiros derivativos nem transacionados durante os exercícios. d) Caixa e equivalentes de caixa: Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data da aplicação ou que possuam liquidez imediata, conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização (nota explicativa nº 4). e) Títulos e valores mobiliários: Representadas por aplicações financeiras contabilizadas pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, com prazo de vencimento superior a 90 dias (nota explicativa nº 4). f) Contas a receber de clientes e perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa: As contas a receber de clientes são registradas e mantidas nas demonstrações financeiras pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, ajustados pelo componente financeiro, se significativo. A provisão para perdas de crédito esperadas foi reconhecida como redução das contas a receber com base em análise da natureza das contas a receber envolvidas, considerando a antiguidade dos valores a receber, respectiva probabilidade de recebimento, cenário econômico e riscos envolvidos em cada situação cujo montante é considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas e considera principalmente a inadimplência esperada. g) Imobilizado: Registrado pelo custo de aquisição e construção e, quando aplicável, pelo valor justo de aquisição de torres e outros ativos, quando adquiridos em combinações de negócios. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na nota explicativa nº 8, as quais levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens. Os custos de manutenção corrente no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. h) Intangível: Os ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente, incluindo os adquiridos por combinações de negócios, são registrados ao custo ou a valor justo, deduzido da amortização e, quando aplicável, das perdas por redução ao valor recuperável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos, conforme demonstrado na nota explicativa nº 9. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados nas datas dos balanços, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. i) Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, incluindo ágio: Os ativos tangíveis e intangível (incluindo o ágio), com vida útil indefinida, são submetidos a testes de perda no valor recuperável pelo menos uma vez ao ano ou mais frequentemente, sempre que eventos ou alterações em circunstâncias indicarem que seu valor contábil poderá não ser recuperado. O ativo imobilizado e ativo intangível com vida útil definida são submetidos a testes de perda no valor recuperável sempre que eventos ou alterações em circunstâncias indicarem que seu valor contábil poderá não ser recuperado em fatores financeiros e econômicos, considerando o prazo de maturação dos investimentos. Eventuais necessidades de provisão para perdas do valor contábil são reconhecidas no resultado do exercício analisado. O valor justo é obtido adicionando os fluxos de caixa descontados, antes de impostos, esperados do uso do ativo (ou grupo de ativos) ao valor terminal. Os fluxos de caixa utilizados como base de cálculo para o valor em uso são obtidos por meio dos planos de negócios. Os pressupostos utilizados para o aumento da receita total e dos fluxos de caixa terminais são considerados razoáveis e consistentes com os dados disponíveis no mercado. Para determinar se o ágio apresenta redução em seu valor recuperável, é necessário fazer estimativa do seu valor em uso. O cálculo do valor em uso exige que a Administração estime os fluxos de caixa futuros esperados oriundos das referidas unidades e a taxa de desconto adequada para que o valor presente seja calculado. Se o valor recuperável for inferior ao valor contábil do ativo (ou grupo de ativos), uma perda no montante dessa diferença será registrada no resultado a título de redução no valor recuperável, sendo deduzida primeiramente do ágio. j) Combinação de negócios: No caso de aquisições que atendem aos critérios de combinação de negócios, a Empresa aloca o preço de aquisição aos ativos adquiridos e aos passivos assumidos pelo seu valor justo estimado na data de aquisição, sendo qualquer valor de aquisição pago que exceda o valor justo estimado é registrado como ágio. No caso de aquisições que não atendem aos critérios de combinação de negócios, a Empresa aloca o preço de aquisição ao ativo imobilizado pelo valor justo das torres e dos ativos intangíveis identificáveis. Normalmente, o valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos é apurado com base em estimativas dos custos de reposição ou métodos de avaliação do fluxo de caixa descontado. Para determinar o valor justo dos ativos tangíveis adquiridos, a Empresa deve estimar o custo de reposição do ativo por um novo, ajustado pela redução estimada do valor justo devido à depreciação, e a sua vida útil-econômica. Para determinar o valor justo dos ativos intangíveis adquiridos, a Empresa deve estimar a taxa de desconto aplicável e o período e o valor dos futuros fluxos de caixa de clientes. A determinação do preço de compra final e sua alocação podem estender-se por até 12 meses após a data de aquisição e resultar em ajustes às estimativas preliminares reconhecidas. k) Obrigações para desmobilização de ativos: O valor justo das obrigações para desmobilização de ativos associadas à obrigação legal da Empresa de desmobilizar ativos tangíveis de longo prazo e dos respectivos custos é reconhecido no período em que são construídos ou adquiridos e podem ser razoavelmente estimados. Se considerado aplicável, os custos de desmobilização são capitalizados como parte do valor contábil dos respectivos ativos de longo prazo, durante a vida útil estimada do ativo. As estimativas de valor justo das obrigações para desmobilização de ativos envolvem o desconto dos fluxos de caixa futuros estimados. O registro contábil desses passivos em decorrência da passagem do tempo é contabilizado como custo de serviços prestados. Também são realizados ajustes ao passivo da obrigação para a desmobilização de ativos, a fim de refletir as alterações nas estimativas de prazos e de fluxos de caixa, em contrapartida ao respectivo ativo tangível de longo prazo, quando aplicável. l) Direito de uso ("Arrendamentos"): No início de um contrato, a Empresa e sua controlada avaliam se um contrato é ou contém um arrendamento ao avaliar se o contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de uma contraprestação. Como arrendatário: • A Empresa e sua controlada reconhecem um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento ("direito de uso") na data de início do arrendamento. • O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, ajustado a valor presente, que compreende o valor inicial do passivo de arrendamento ("direito de uso") ajustado por quaisquer pagamentos de arrendamento feitos até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos e uma estimativa de custos para desmontar, remover ou restaurar o ativo subjacente, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos. • O ativo do direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo de vida útil do ativo do direito de uso ou o término do prazo do arrendamento. • O passivo de arrendamento ("direito de uso") é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes na data de início do contrato descontados pela taxa de empréstimo incremental. O passivo de arrendamento é mensurado subsequentemente pelo custo amortizado usando o método de juros efetivos. Foi feita a opção pela isenção prevista na norma e não reconhece os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para arrendamentos de curto prazo (12 meses ou menos) e arrendamentos de ativos de baixo valor. Como arrendador: • Quando a Empresa e sua controlada atuam como um arrendador, é determinado, no início do arrendamento, se cada arrendamento é um arrendamento financeiro ou um arrendamento operacional. • Para classificar cada arrendamento, se faz uma avaliação se o arrendamento transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se esse for o caso, o arrendamento é um arrendamento financeiro; se não, então é um arrendamento operacional. • Os contratos onde a Empresa e sua controlada são arrendadores, foram classificados como arrendamentos operacionais e foram reconhecidos os pagamentos de arrendamento recebidos como receita de forma linear ao longo do prazo do arrendamento. m) Empréstimos e financiamentos: Os empréstimos e financiamentos, representado por debêntures (nota explicativa nº 12) são apresentados pelo valor original, acrescido, quando aplicável, de juros e variações monetárias até as datas dos balanços. n) Transações de pagamentos baseados em ações da Matriz: O plano de remuneração com base em ações do Grupo para funcionários e diretores na forma de plano de compra de ações para funcionários das ações da American Tower Corporation ("Matriz"), que inclui ações diferidas e ações restritas, é mensurado pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio na data da outorga. Os detalhes a respeito da determinação do valor justo desses planos estão descritos na nota explicativa nº 29. O valor justo das opções concedidas determinado na data da outorga é registrado pelo método linear como despesa no resultado do exercício durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas do Grupo sobre quais opções concedidas serão eventualmente adquiridas. Nas datas das demonstrações financeiras, a Empresa com base nos dados da Matriz, revisa suas estimativas sobre a quantidade de instrumentos de patrimônio que serão adquiridos. O impacto da revisão em relação às estimativas originais, se houver, é reconhecido no resultado do exercício, de forma que a despesa acumulada reflita as estimativas revisadas com o correspondente ajuste nas contas a pagar à Matriz. o) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes: Os ativos estão apresentados pelo custo ou valor líquido de realização, se inferior, e os passivos demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos até as datas dos balanços. Se aplicável, ajustes a valor presente são efetuados. p) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação nas datas dos balanços, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. A provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas está atualizada até as datas dos balanços pelo montante provável de perda, observada sua natureza, e apoiada na opinião dos assessores jurídicos da Empresa. Os riscos cuja probabilidade de perda é considerada possível são divulgados. q) Imposto de renda e Contribuição social diferidos: Reconhecidos sobre as diferenças temporárias nas datas dos balanços entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada nas datas dos balanços e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. r) Uso de estimativas e julgamentos contábeis críticos: A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício do julgamento por parte da Administração da Empresa na aplicação das suas políticas contábeis. Essas estimativas são baseadas na experiência, melhor conhecimento, informações disponíveis na data do encerramento do exercício social e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros que se acredita serem razoáveis nas circunstâncias. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido aos critérios inerentes ao processo de estimativas. A Empresa revisa suas estimativas pelo menos anualmente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no resultado do exercício em que as estimativas são revisadas ou também exercícios anteriores, caso aplicável. As estimativas e julgamentos significativos e relevantes, aplicados pela Empresa na preparação destas demonstrações financeiras, estão apresentados nas seguintes notas explicativas: Redução dos valores de recuperação de ativos tangíveis (nota explicativa nº 8 e 3.i); Perdas estimadas com recebíveis de clientes (nota explicativa nº 5 e 3.f); Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas (nota explicativa nº 19 e 3.p); Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis, incluindo o ágio (nota explicativa nº 9 e 3.i); Provisão para desmobilização de ativos (nota explicativa nº 20 e 3.k); Imposto de renda e Contribuição social diferidos (nota explicativa nº 11.a e 3.q). **3.1. Novos pronunciamentos contábeis que entraram em vigor em 2024:** Na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração da Empresa considerou, quando aplicável, novas revisões e interpretações aos pronunciamentos técnicos, emitidos pelo CPC, e abaixo relacionadas:

Pronunciamento	Descrição	Aplicável a períodos anuais com início em ou após
Alterações ao CPC 26/IAS 1	Apresentação das Demonstrações Financeiras	01/01/2023
Alterações ao CPC 23/IAS 8	Distinguir as diferenças entre as mudanças das políticas contábeis e as mudanças das estimativas contábeis	01/01/2023
Alterações ao CPC 32/IAS 12	Tributos sobre o lucro - CPC 32. Imposto diferido relacionado a Ativos e Passivos resultante de uma única transação;	01/01/2023

continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da American Tower do Brasil - Cessão de Infraestruturas S.A. e Controlada

b) Consolidado:

	Taxa média anual de depreciação - %	Custo	Depreciação acumulada	2023 Valor residual
Edificações e benfeitorias	6 e 20	189.980	(119.616)	70.364
Torres	5	5.951.817	(2.469.246)	3.482.571
ATC Multimídia - Fibra	5	710.628	(116.993)	593.635
Máquinas e equipamentos	14	541.265	(210.057)	331.208
Móveis e utensílios	33	847	(559)	288
Equipamentos de informática	20	8.859	(7.116)	1.743
Direito de uso	8,33	8.821.629	(3.027.800)	5.793.829
Outros	20	28	(22)	6
Imobilizado em andamento	–	127.744	–	127.744
Total		16.352.797	(5.951.409)	10.401.388

	Taxa média anual de depreciação - %	Custo	Depreciação acumulada	2022 Valor residual
Edificações e benfeitorias	6 e 20	172.049	(90.442)	81.607
Torres	5	5.617.092	(2.194.562)	3.422.530
ATC Multimídia - Fibra	5	638.928	(83.135)	555.793
Máquinas e equipamentos	14	482.320	(159.429)	322.891
Móveis e utensílios	33	1.721	(1.327)	394
Equipamentos de informática	20	12.126	(9.639)	2.487
Direito de uso	8,33	8.260.917	(2.157.439)	6.103.478
Outros	20	151	(107)	44
Imobilizado em andamento		179.419	–	179.419
Total		15.364.723	(4.696.080)	10.668.643

As movimentações nos exercícios de 2023 e de 2022 foram as seguintes:

	2022	Adições	Baixas	Transferências	"Impairment"	2023
Custo:						
Edificações e benfeitorias	172.049	39	(4.001)	24.137	(2.244)	189.980
Terrenos	–	–	–	–	–	–
Torres	5.617.092	6.336	(28.983)	379.836	(22.464)	5.951.817
Fibra	638.928	6.353	–	65.347	–	710.628
Máquinas e equipamentos	482.320	–	(17)	58.962	–	541.265
Móveis e utensílios	1.721	–	(891)	17	–	847
Equipamentos de informática	12.126	468	(4.168)	433	–	8.859
Direito de uso (a)	8.260.917	886.174	(411.856)	150.849	(64.455)	8.821.629
Outros	151	–	(123)	–	–	28
Imobilizado em andamento	179.419	486.414	(4.518)	(533.571)	–	127.744
Total do custo	15.364.723	1.385.784	(454.557)	146.010	(89.163)	16.352.797
Depreciação acumulada:						
Edificações e benfeitorias	(90.442)	(32.817)	3.667	(24)	–	(119.616)
Torres	(2.194.562)	(288.044)	13.383	(23)	–	(2.469.246)
Fibra	(83.135)	(33.858)	–	–	–	(116.993)
Máquinas e equipamentos	(159.429)	(50.641)	13	–	–	(210.057)
Móveis e utensílios	(1.327)	(121)	889	–	–	(559)
Equipamentos de informática	(9.639)	(1.645)	4.168	–	–	(7.116)
Direito de uso	(2.157.439)	(836.478)	98.207	(150.849)	18.759	(3.027.800)
Outros	(107)	(14)	99	–	–	(22)
Total da depreciação acumulada	(4.696.080)	(1.243.618)	120.426	(150.896)	18.759	(5.951.409)
Valor líquido	10.668.643	142.166	(334.131)	(4.886)	(70.404)	10.401.388

	2021	Adições	Baixas	Transferências	"Impairment"	Cisão Inmosites	2022
Custo:							
Edificações e benfeitorias	137.140	–	(2.275)	37.184	–	–	172.049
Terrenos	13.547	–	–	–	–	(13.547)	–
Torres	5.386.174	–	(51.898)	291.074	(8.258)	–	5.617.092
Fibra	539.631	3.152	–	96.145	–	–	638.928
Máquinas e equipamentos	414.626	–	(306)	68.227	(227)	–	482.320
Móveis e utensílios	1.721	–	(1)	1	–	–	1.721
Equipamentos de informática	12.029	377	(1.085)	805	–	–	12.126
Direito de uso (a)	6.936.624	1.970.856	(617.718)	–	(28.845)	–	8.260.917
Outros	896	–	(844)	99	–	–	151
Imobilizado em andamento	181.172	505.318	(8.867)	(498.204)	–	–	179.419
Total do custo	13.623.560	2.479.703	(682.994)	(4.669)	(37.330)	(13.547)	15.364.723
Depreciação acumulada:							
Edificações e benfeitorias	(59.117)	(34.248)	878	2.045	–	–	(90.442)
Torres	(1.942.125)	(283.571)	28.890	2.244	–	–	(2.194.562)
Fibra	(53.255)	(29.879)	–	(1)	–	–	(83.135)
Máquinas e equipamentos	(108.372)	(46.961)	193	(4.289)	–	–	(159.429)
Móveis e utensílios	(1.202)	(127)	1	1	–	–	(1.327)
Equipamentos de informática	(9.382)	(1.554)	1.084	213	–	–	(9.639)
Direito de uso	(1.677.294)	(809.258)	320.706	–	8.407	–	(2.157.439)
Outros	(853)	(34)	844	(64)	–	–	(107)
Total da depreciação acumulada	(3.851.600)	(1.205.632)	352.596	149	8.407	–	(4.696.080)
Valor líquido	9.771.960	1.274.071	(330.398)	(4.520)	(28.923)	(13.547)	10.668.643

(a) Movimentação do direito de uso em arrendamento inclui contratos de aluguel enquadrados na regra do CPC 06 (R2). Referem-se principalmente a novos arrendamentos, remensurações, renegociações e renovações de contratos, dentre outros. As adições do período estão assim compostas:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Remensuração de contratos (b)	405.697	1.477.329	407.332	1.578.717
Novos arrendamentos	468.615	375.843	478.842	392.139
Total das adições - Direito de uso	874.312	1.853.172	886.174	1.970.856

(b) Refere-se a renegociações, alterações e renovações de contratos de arrendamentos. Avaliação de vida útil e depreciação: Como grande parte das atuais torres da Empresa foi adquirida de grandes clientes e está sujeita a contratos de aluguel em que os antigos proprietários se comprometem a alugá-las à Empresa por uma taxa estipulada com base no respectivo contrato, bem como existem contratos de aluguel dos imóveis onde se encontram essas torres, a taxa de depreciação destas baseia-se na estimativa da Administração, que considera o prazo médio dos contratos de aluguéis com os proprietários dos imóveis (terrenos e edificações) onde as torres estão localizadas, sendo, em média, de 5% ao ano (20 anos). Também são considerados na determinação da vida útil-econômica a expectativa de manutenção contínua e os fatores tecnológicos, entre outros, uma vez que não refletem a vida útil sem manutenção e outras benfeitorias necessárias das torres para continuar a cumprir os respectivos requisitos específicos. Avaliação do valor recuperável: Os testes de recuperação do valor em uso são realizados anualmente. Para os encerramentos dos exercícios de 2023 e de 2022, a Empresa efetuou testes para identificação de fatores que pudessem levar à necessidade de revisar o valor recuperável de cada uma das torres, que são consideradas unidades geradoras de caixa individuais. Essas análises levaram em conta o atual nível de rentabilidade de cada uma das torres. Em 2023 foi constituída uma provisão para desvalorização por "impairment" no valor de R$22.464 (R$8.258 em 2022) para o grupo do ativo imobilizado "Torre". Adicionalmente, foi constituída uma provisão para desvalorização do Direito de Uso, no montante de R$45.696 (R$20.438 em 2022), a qual está diretamente relacionada às torres que apresentaram impactos no cálculo de recuperabilidade. Para esses casos, a Empresa entende que os contratos de arrendamento sejam rescindidos dentro de um prazo de 12 meses. As principais premissas utilizadas no cálculo do valor recuperável desses ativos, por meio de fluxos de caixa descontados estão apresentadas na nota explicativa nº 9. Ativos dados em garantia: Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, não existem ativos dados em garantia para empréstimos e financiamentos ou arrolados em processos judiciais.

9. intangível: a) Controladora:

	Taxa média anual de amortização - %	Custo	Amortização acumulada	2023 Valor líquido
Capacidade operacional (a)	5	1.392.086	(655.428)	736.658
Relacionamento com clientes (b)	5	4.249.287	(2.231.185)	2.018.102
Software	33	19.183	(16.684)	2.499
Ágio em investimentos (c)	–	1.252.770	–	1.252.770
Direito de uso (d)	9	75.651	(62.658)	12.993
Total		6.988.977	(2.965.955)	4.023.022

	Taxa média anual de amortização - %	Custo	Amortização acumulada	2022 Valor líquido
Capacidade operacional (a)	5	1.418.166	(588.119)	830.047
Relacionamento com clientes (b)	5	4.252.051	(2.003.393)	2.248.658
Software	33	18.155	(16.163)	1.992
Ágio em investimentos (c)	–	1.252.770	–	1.252.770
Direito de uso (d)	9	77.392	(57.073)	20.319
Total		7.018.534	(2.664.748)	4.353.786

As movimentações nos exercícios de 2023 e de 2022 foram as seguintes:

	2022	Adições	Baixas	Transferência	"Impairment"	2023
Custo:						
Capacidade operacional (a)	1.418.166	–	(22.655)	–	(3.425)	1.392.086
Relacionamento com clientes (b)	4.252.051	–	(2.764)	–	–	4.249.287
Software	18.155	–	(1.203)	2.231	–	19.183
Ágio em investimentos (c)	1.252.770	–	–	–	–	1.252.770
Direito de uso (d)	77.392	–	(1.734)	–	(7)	75.651
Total do custo	7.018.534	–	(28.356)	2.231	(3.432)	6.988.977
Amortização acumulada:						
Capacidade operacional (a)	(588.119)	(73.879)	6.570	–	–	(655.428)
Relacionamento com clientes (b)	(2.003.393)	(229.773)	1.981	–	–	(2.231.185)
Software	(16.163)	(1.724)	1.203	–	–	(16.684)
Direito de uso (d)	(57.073)	(6.827)	1.242	–	–	(62.658)
Total da amortização acumulada	(2.664.748)	(312.203)	10.996	–	–	(2.965.955)
	–	–	–	–	–	–
Valor líquido	4.353.786	(312.203)	(17.360)	2.231	(3.432)	4.023.022

	2021	Adições	Baixas	Transferência	Incorporação ATT	"Impairment"	2022
Custo:							
Capacidade operacional (a)	1.171.853	–	(19.781)	–	269.179	(3.085)	1.418.166
Relacionamento com clientes (b)	3.598.719	–	–	–	653.332	–	4.252.051
Software	18.145	92	(1.745)	1.663	–	–	18.155
Ágio em investimentos (c)	1.174.116	–	–	–	78.654	–	1.252.770
Direito de uso (d)	78.480	–	(1.088)	–	–	–	77.392
Total do custo	6.041.313	92	(22.614)	1.663	1.001.165	(3.085)	7.018.534
Amortização acumulada:							
Capacidade operacional (a)	(509.683)	(69.719)	14.013	(3)	(22.727)	–	(588.119)
Relacionamento com clientes (b)	(1.578.220)	(328.039)	–	3	(97.137)	–	(2.003.393)
Software	(16.225)	(1.682)	1.744	–	–	–	(16.163)
Direito de uso (d)	(50.741)	(8.252)	1.920	–	–	–	(57.073)
Total da amortização acumulada	(2.154.869)	(407.692)	17.677	–	(119.864)	–	(2.664.748)
Valor líquido	3.886.444	(407.600)	(4.937)	1.663	881.301	(3.085)	4.353.786

b) Consolidado:

	Taxa média anual de amortização - %	Custo	Amortização acumulada	2023 Valor líquido
Capacidade operacional (a)	5	1.392.086	(655.428)	736.658
Relacionamento com clientes (b)	5	4.422.485	(2.275.206)	2.147.279
Software	33	37.581	(30.786)	6.795
Ágio em investimentos (c)	–	1.252.770	–	1.252.770
Direito de uso (d)	9	75.651	(62.658)	12.993
Total		7.180.573	(3.024.078)	4.156.495

	Taxa média anual de amortização - %	Custo	Amortização acumulada	2022 Valor líquido
Capacidade operacional (a)	5	1.418.166	(588.119)	830.047
Relacionamento com clientes (b)	5	4.425.249	(2.038.754)	2.386.495
Software	33	33.898	(26.722)	7.176
Ágio em investimentos (c)	–	1.252.770	–	1.252.770
Direito de uso (d)	9	77.392	(57.073)	20.319
Total		7.207.475	(2.710.668)	4.496.807

As movimentações nos exercícios de 2023 e de 2022 foram as seguintes:

	2022	Adições	Baixa	Transferência	"Impairment"	2023
Custo						
Capacidade operacional (a)	1.418.166	–	(22.655)	–	(3.425)	1.392.086
Relacionamento com clientes (b)	4.425.249	–	(2.764)	–	–	4.422.485
Software	33.898	–	(1.203)	4.886	–	37.581
Ágio em investimentos (c)	1.252.770	–	–	–	–	1.252.770
Direito de uso (d)	77.392	–	(1.734)	–	(7)	75.651
Total do custo	7.207.475	–	(28.356)	4.886	(3.432)	7.180.573
Amortização acumulada						
Capacidade operacional (a)	(588.119)	(73.879)	6.570	–	–	(655.428)
Relacionamento com clientes (b)	(2.038.754)	(238.433)	1.981	–	–	(2.275.206)
Software	(26.722)	(5.267)	1.203	–	–	(30.786)
Direito de uso (d)	(57.073)	(6.827)	1.242	–	–	(62.658)
Total da amortização acumulada	(2.710.668)	(324.406)	10.996	–	–	(3.024.078)
Valor líquido	4.496.807	(324.406)	(17.360)	4.886	(3.432)	4.156.495

	2021	Adições	Baixa	Transferência	"Impairment"	2022
Custo						
Capacidade operacional (a)	1.441.032	–	(19.781)	–	(3.085)	1.418.166
Relacionamento com clientes (b)	4.425.249	–	–	–	–	4.425.249
Software	32.248	92	(1.828)	3.386	–	33.898
Ágio em investimentos (c)	1.252.770	–	–	–	–	1.252.770
Direito de uso (d)	78.480	–	(1.088)	–	–	77.392
Total do custo	7.229.779	92	(22.697)	3.386	(3.085)	7.207.475
Amortização acumulada						
Capacidade operacional (a)	(530.122)	(69.719)	14.013	(2.291)	–	(588.119)
Relacionamento com clientes (b)	(1.693.640)	(347.406)	1	2.291	–	(2.038.754)
Software	(24.757)	(4.843)	1.744	1.134	–	(26.722)
Direito de uso (d)	(50.741)	(8.252)	1.920	–	–	(57.073)
Total da amortização acumulada	(2.299.260)	(430.220)	17.678	1.134	–	(2.710.668)
Valor líquido	4.930.519	(430.128)	(5.019)	4.520	(3.085)	4.496.807

(a) Refere-se aos benefícios estimados decorrentes do espaço não utilizado em torres adquiridas e identificados nos processos de aquisição e classificados como intangível, os quais são anualmente revisados para determinar qualquer perda por redução ao valor recuperável. (b) Identificado no processo das aquisições, o relacionamento com os clientes refere-se à parcela do intangível atribuída às antenas já instaladas nas torres adquiridas no momento da aquisição das entidades e negócios e possui prazo de vida útil remanescente de 20 anos. Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, também devido à ausência de indicativos de que a Empresa e sua controlada não gerarão os benefícios futuros esperados, conforme projeções efetuadas pela Administração, nenhuma provisão para desvalorização por "impairment" foi constituída para esse grupo do ativo intangível. (c) Ágios, líquidos nas aquisições conforme segue:

Empresas	Data de aquisição	2023/2022
Algar Telecom ("CTBC")	22/07/2009	8.635
Sitesharing do Brasil S.A.	01/03/2011	169.808
Vivo - Operação 1	01/08/2012	83.646
Vivo - Operação 2	29/05/2013	4.758
Z-Sites	29/11/2013	30.461
Nextel - Operação 1	06/12/2013	42.859
Nextel - Operação 2	26/06/2014	1.686
Sique - Operação 1	27/06/2014	105
Grupo BR Towers (incorporadas)	19/11/2014	74.491
TIM - Operação 1	29/04/2015	281.433
Sique - Operação 2	09/06/2015	269
TIM - Operação 2	30/09/2015	93.162
TIM - Operação 3	16/12/2015	11.442
TIM - Operação 4	09/06/2016	15.694
TIM - Operação 5	20/12/2016	3.056
Grupo BR Towers (SPE1)	19/11/2014	352.611
American Tower T. Torres do Brasil Ltda. - Compra de torres da Telefônica Brasil S.A.	31/03/2016	78.654
Total		1.252.770

(d) Refere-se aos benefícios estimados do direito de uso do "contrato de cessão do direito de exploração comercial e uso" das torres e áreas sob o domínio ou posse da Telemar Norte Leste S.A. Esse valor foi gerado na aquisição da BR Towers 3 S.A. e possui prazo de vida útil de 11 anos. Avaliação do valor recuperável: Os testes de recuperação do valor em uso são realizados anualmente. Para os encerramentos dos exercícios de 2023 e de 2022, a Empresa efetuou testes para identificação de fatores que pudessem levar à necessidade de revisar o valor recuperável de cada uma das torres. Essas análises levaram em conta o atual nível de rentabilidade de cada uma das torres. Em 2023 foi constituída uma provisão para desvalorização por "impairment" no valor de R$3.425 (R$3.085 em 2022) para o grupo do ativo intangível "Capacidade operacional". A Empresa avalia a recuperação do valor do ágio com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado, envolvendo o processo de estimativa do valor em uso e a utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa futuros e representando a melhor estimativa da Administração da Empresa. Os saldos dos fluxos de caixa por exercício são calculados a valor presente, descontados por meio da aplicação de uma taxa que determina o Custo Médio Ponderado de Capital ("Weighted Average Cost of Capital - WACC"). Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, foi efetuado teste de recuperação que comprovou o retorno econômico sobre o valor do ágio. Principais premissas utilizadas no cálculo do valor em uso: O valor recuperável desses ativos foi determinado com base nos fluxos de caixa descontados para os próximos anos. De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica considerando-se a perpetuidade das premissas, tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado. A Administração julgou apropriada a utilização do período de 10 anos com base em sua experiência passada em elaborar as projeções de seu fluxo de caixa. A taxa média de crescimento utilizada para extrapolar as projeções no período de 10 anos foi de 10,50% a.a. (nominal) (9,08% em 2022). Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados à taxa de desconto, antes dos tributos, de 10,67% ao ano (11,30% em 2022), também em valores nominais sendo que esta taxa considera diversos componentes do financiamento, dívida e capital próprio, utilizados pela Empresa para financiar suas operações. A taxa média de inflação anual estimada para o período analisado nos fluxos projetados foi de 3,36% a.a. (3,50% a.a. em 2022). As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da Empresa e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração.

10. Investimentos - Controladora:

	Patrimônio líquido	Prejuízo do exercício	Participação	Saldo do investimento	2023 Resultado de equivalência patrimonial
ATC Multimídia	660.564	(32.937)	100%	660.564	(32.937)
	660.564	(32.937)		660.564	(32.937)

	Patrimônio líquido	Prejuízo do exercício	Participação	Saldo do investimento	2022 Resultado de equivalência patrimonial
ATC Multimídia	652.092	(34.240)	100%	652.092	(34.240)
	652.092	(34.240)		652.092	(34.240)

A movimentação dos investimentos é como segue:

	ATC Multimídia	ATT Torres	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	567.418	1.460.006	2.027.424
Resultado de equivalência patrimonial	(34.240)	22.811	(11.429)
Incorporação ATT Torres - Líquido do Investimento ATITB Torres	–	(1.467.544)	(1.467.544)
Cisão ATITB Torres	–	(15.273)	(15.273)
Aumento de Capital Social	118.914	–	118.914
Outros ajustes	(2)	–	(2)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	652.090	–	652.090
Resultado de equivalência patrimonial	(32.937)	–	(32.937)
Aumento de Capital Social (a)	41.408	–	41.408
Outros ajustes	3	–	3
Saldos em 31 de dezembro de 2023	660.564	–	660.564

(a) Aumento de capital em controlada - ATC Multimídia: Em 30 de agosto de 2023, a American Tower do Brasil Cessão de Estruturas S.A. aumentou o capital social da sua controlada no montante de R$41.408.365,00 (quarenta e um milhões, quatrocentos e oito mil, trezentos e sessenta e cinco reais), passando o capital social da sua controlada de R$834.432.036,00 (oitocentos e trinta e quatro milhões, quatrocentos e trinta e dois mil e trinta e seis reais) para R$875.840.121,00 (oitocentos e setenta e cinco milhões, oitocentos e quarenta mil, cento e vinte reais) representado por 875.840.121 cotas no valor unitário de R$1,00 (um real).

11. Imposto de renda e Contribuição social: a) Imposto de renda e Contribuição social diferidos: Em 31 de dezembro de 2023, a controladora possuía saldos de prejuízos fiscais e base negativa de Contribuição social no montante de R$31.802 (R$251.390 em 31 de dezembro de 2022). No Brasil, os prejuízos fiscais e a base negativa de Contribuição social só podem ser utilizados para compensar 30% do lucro tributável apurado em cada exercício, sem data de prescrição. A Empresa registra Imposto de renda e Contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais e base negativa de Contribuição social como segue:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Diferenças temporárias				
Diferença de taxa de depreciação/amortização de ativos e sobre a provisão para desmobilização	314.945	248.847	322.540	252.540
Prejuízo fiscal e base negativa de Contribuição social	10.813	85.473	66.042	139.628
Arrendamento	226.442	177.294	228.299	178.626
Ágio	79.394	104.217	79.394	104.217
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e outras provisões	55.832	26.236	61.147	27.994
Provisão incertezas de tributos sobre lucro (a)	(38.023)	(38.023)	(38.023)	(38.023)
Provisão de despesas administrativas, de vendas e gerais	13.227	13.078	14.404	13.759
Provisão para bonificação adicional para alta gerência	8.675	7.827	8.675	7.827
Outras provisões	16.017	13.039	16.017	13.039
Imposto de renda diferido não constituído	–	–	(71.173)	(61.619)
Total	687.322	637.988	687.322	637.988
Imposto de renda diferido - Ativo	725.345	676.011	725.345	676.011
Imposto de renda diferido - Passivo (a)	(38.023)	(38.023)	(38.023)	(38.023)
Imposto de renda diferido total - Classificado no ativo circulante	687.322	637.988	687.322	637.988

(a) O Imposto de renda diferido passivo está relacionado à provisão para incerteza de tributos sobre Lucro-Consumo do Prejuízo Fiscal correspondente ao impacto de caixa por consequência do possível consumo de prejuízo fiscal em caso de autuação. O risco envolvido é sobre o cálculo de subcapitalização do ano-calendário de 2016, que envolve a dedutibilidade de despesas com entidade relacionada situada nos Países-Baixos, devido à incerteza sobre o entendimento da Receita Federal considerar como entidade de tributação favorecida/regime fiscal privilegiado. A movimentação do Imposto de renda diferido ativo no exercício está demonstrada a seguir:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Saldo no início do exercício	637.988	561.810	637.988	589.495
Incorporação/Aquisição ATT Torres	–	30.491	–	–
Impacto no resultado do exercício	49.334	45.687	49.334	48.493
Saldo no fim do exercício	687.322	637.988	687.322	637.988

Para a Empresa, a capacidade de recuperação do ativo fiscal diferido líquido foi avaliada utilizando projeções, não somente com base em seu atual nível de operações, mas considerando a capacidade de alavancagem operacional apoiada nas aquisições de torres ocorridas principalmente nos últimos anos, o que dará a longo prazo a capacidade de a Empresa diminuir a necessidade de manutenção de fontes de financiamentos de partes relacionadas e de terceiros, o que contribuiu significativamente para a geração de prejuízos fiscais nos últimos anos. Por conseguinte, a capacidade de recuperação do ativo fiscal diferido líquido não é dependente de vendas de ativos operacionais e/ou outras operações não rotineiras. Com base na sua visão do lucro tributável futuro, a Empresa acredita que o ativo fiscal diferido sobre o prejuízo fiscal e base negativa de contribuição registrados em 31 de dezembro de 2023 serão realizados até 2024. b) Conciliação do crédito de Imposto de Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição social sobre o Lucro Líquido - CSLL:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	581.527	437.002	581.527	448.910
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
Expectativa de crédito (despesa) do IRPJ e da CSLL	(197.719)	(148.580)	(197.719)	(152.630)
Resultado de equivalência patrimonial	(11.199)	(3.886)	–	–
Juros sobre capital próprio	90.403	46.270	90.403	46.270
Imposto de renda e Contribuição social diferidos não constituídos - controlada	–	–	(11.317)	(11.537)
Outras	(5.501)	10.802	(5.383)	10.594
Total	(124.016)	(95.394)	(124.016)	(107.303)
IRPJ e CSLL no resultado do exercício:				
Correntes	(173.350)	(141.081)	(173.350)	(155.796)
Diferidos	49.334	45.687	49.334	48.493
Total	(124.016)	(95.394)	(124.016)	(107.303)

12. Empréstimos e Financiamentos:

	Controladora e Consolidado 2023
Debêntures	640.225
Saldo no fim do exercício	640.225
Classificado como:	
Circulante	40.225
Não Circulante	600.000

Em 15 de janeiro de 2023 a Empresa emitiu R$600.000 (seiscentos milhões) em debêntures simples, da espécie quirografária, não conversíveis em ações, para oferta pública. Os títulos têm prazo de 10 anos e taxa prefixada de 15,28% a.a., com início de rentabilidade em 2 de fevereiro de 2023. Os títulos estão registrados na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ANBIMA, e o escriturador da emissão e liquidante é o Banco Citibank. Os títulos foram adquiridos em sua totalidade pela ATC International Finance II B.V. empresa pertencente ao grupo American Tower Corporation. Os pagamentos de juros, realizados semestralmente, iniciaram-se em 15 de julho de 2023, e a amortização da última parcela ocorrerá em 15 de janeiro de 2033. A liquidação do principal ocorrerá em parcela única na data do vencimento, ressalvado o eventual pagamento decorrente das hipóteses de vencimento antecipado, definidos no momento da emissão dos títulos. No processo de emissão das debêntures não foram concedidas garantias para operação, e não há cláusulas contratuais restritivas de natureza financeira "*covenants*". Adicionalmente, a Empresa está adimplente com todas as obrigações formais e compromissos legais constantes do documento de emissão das debêntures. A movimentação dos títulos é como segue:

	Controladora e Consolidado 2023
Saldo inicial	–
Emissão	600.000
Encargos financeiros incorridos	79.007
Pagamento de encargos financeiros	(38.782)
Saldo final	640.225

13. Fornecedores:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Fornecedores de serviços	61.894	47.307	72.202	73.750
Fornecedores de material	22.874	4.629	36.134	14.368
Total	84.768	51.936	108.336	88.118

O saldo de Fornecedores a pagar é 100% no mercado doméstico, refere-se a prestadores de serviços de obras e manutenções das torres de telecomunicações e fibra ópticas, fornecedores de materiais, consultoria jurídica, concessionárias de energia elétrica etc.

14. Contas a pagar e provisões:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Contas a pagar e provisões	35.826	27.636	35.826	39.122
Provisão para reforço de torres (nota explicativa nº 7.b)	89.500	–	89.500	–
Total	125.326	27.636	125.326	39.122
Circulante	65.489	27.636	65.489	39.122
Não Circulante	59.837	–	59.837	–

O saldo de Contas a pagar é 100% no mercado doméstico, refere-se a provisões de valores a pagar referente a prestadores de serviços de obras e manutenções das torres de telecomunicações e fibra ópticas entre outros serviços.

15. Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Bônus e comissões a pagar	16.360	15.393	18.380	17.376
Provisão de férias e encargos	14.695	15.261	17.174	17.958
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	3.422	3.641	3.404	4.726
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS	816	1.207	963	1.400
Outras	2.992	3.471	3.722	4.766
Total	38.285	38.973	43.643	46.226

16. Obrigações Tributárias:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Imposto de renda Retido na Fonte - IRRF	19.128	23.726	19.522	24.119
Imposto de renda e Contribuição social - IRPJ e CSLL	–	26.696	–	26.696
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financ. o da Seguridade Social - COFINS	24.784	22.575	25.697	23.398
ICMS a recolher	–	–	1.290	1.171
Outras	2.343	2.657	3.992	3.315
Total	46.255	75.654	50.501	78.699

17. Adiantamentos de Clientes:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Passivo circulante:				
Vivo (b)	4.282	260.938	4.282	260.938
Claro (a)/(Claro + Nextel)	72.773	40.253	72.773	40.253
Tim (a)	37.528	27.264	37.528	27.264
Outros	631	162	631	162
Total	115.214	328.617	115.214	328.617
Passivo não circulante:				
Claro (a)/(Claro + Nextel)	4.003	6.808	4.003	6.808
Tim (a)	2.628	3.143	2.628	3.143
Outros	423	238	423	238
Total	7.054	10.189	7.054	10.189

(a) Referem-se substancialmente a valores recebidos a maior, oriundos de renegociações do índice de correção monetária dos contratos de prestação de serviços de aluguel, os quais serão amortizados à medida que a prestação do serviço de locação futura ocorra. (b) Em 27 de dezembro de 2022, a Empresa recebeu de forma antecipada o valor de R$255.424 do cliente Telefônica ("Vivo") referente a parte do faturamento do exercício de 2023.

18. Partes Relacionadas: Saldos e transações:

	Moeda	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Ativo circulante					
American Tower Corporation (b)	USD e R$	105	–	2.327	–
ATC Multimídia (a)	R$	3	2.381	–	–
LAP do Brasil Empreend. Imobiliários Ltda. (a)	R$	20.842	26.567	20.842	26.567
Total		20.950	28.948	23.169	26.567
Ativo não circulante					
American Tower Corporation (b)	USD e R$	59.047	53.792	59.047	55.173
Total		59.047	53.792	59.047	55.173
Total do ativo		79.997	82.740	82.216	81.740
Passivo circulante					
Mútuos:					
ATC International Financing B.V. (c)	R$	–	–	–	17.222
ATC International Financing II B.V. (c)	R$	–	707.668	–	707.668
		–	707.668	–	724.890
Contas a pagar:					
ATC Multimídia	R$	3	–	–	–
LAP do Brasil Empreend. Imobiliários Ltda. (e)	R$	21.931	–	22.074	–
ATC

continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da American Tower do Brasil - Cessão de Infraestruturas S.A. e Controlada

22. Capital Social: O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2023 é R$3.185.933 (R$3.303.632 em 2022), composto por ações 3.303.632 cotas em 2022 no valor de R$0,96 cada uma, assim distribuídas:

Acionistas	Quantidade de ações (mil)
ATC South America Holding, LLC	3.303.631
ATC Brazil II, LLC	1
Total	3.303.632

a) Redução de capital: A redução de capital da Empresa no valor de R$117.699 ocorreu mediante a absorção de prejuízos acumulados constantes no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2022, sem redução ou cancelamento de quantidade de ações, conforme aprovação em ata da assembleia geral extraordinária realizada em 28 de setembro de 2023. b) Juros sobre capital próprio: No decorrer do exercício de 2023 foi aprovada, por meio de Atas de reuniões de sócios/acionistas, a distribuição e pagamento de Juros sobre o Capital Próprio no montante de R$265.894, conforme demonstrado a seguir:

Data da Ata de reunião de sócios/acionistas	2023	
	Trimestre	Valor
31 de março de 2023	1º	56.052
30 de junho de 2023	2º	30.628
30 de setembro de 2023	3º	73.768
31 de dezembro de 2023 - Nota explicativa nº 18. f	4º	105.446
Total de Juros sobre Capital Próprio		265.894

No exercício de 2023, a Empresa optou por distribuir juros sobre capital próprio - JCP em substituição aos dividendos mínimos obrigatórios. c) Reserva legal: Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital, de acordo com a Lei 6.404/76. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Empresa destinou o montante de R$22.876 (R$968 em 31 de dezembro de 2022) a título de Reserva Legal.

23. Receita Operacional Líquida:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receita de aluguel de torres	2.710.698	2.490.359	2.710.696	2.572.592
Aluguel de terrenos	1.380.831	1.240.814	1.380.831	1.311.057
Receita de Telecom	–	–	270.760	248.548
Receita de aluguel de fibra óptica	–	–	31.420	23.401
Outras receitas (a)	64.377	72.576	64.377	72.576
Provisão para perdas esperadas associadas a risco de crédito	(63.707)	38.064	(63.707)	38.064
Tributos incidentes sobre as receitas	(384.417)	(351.848)	(429.585)	(416.158)
Total	3.707.782	3.489.965	3.964.792	3.850.080

As receitas da Empresa resultam principalmente dos contratos de aluguel de longo prazo das torres. As taxas de aluguel iniciais são ajustadas anualmente de acordo com o IPCA ou o Índice Geral de Preços de Mercado - IGPM. (a) Refere-se substancialmente a taxas de rescisão antecipada de acordos comerciais firmados com clientes.

24. Custos, Despesas e Outras Receitas por Natureza:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Depreciação e amortização	(1.425.566)	(1.432.435)	(1.518.731)	(1.592.081)
Aluguel de terrenos	(53.458)	(30.239)	(85.446)	(64.075)
Folha de pagamento e encargos	(226.243)	(201.937)	(245.577)	(221.900)
Manutenção	(57.038)	(50.409)	(104.391)	(92.463)
"Impairment" (notas explicativas nº 8, 9 e 21)	(30.994)	(13.764)	(30.994)	(13.764)
Reversão (Constituição) de provisão para créditos de liquidação duvidosa	(79)	2.286	(11.577)	(589)
Seguros	(29.785)	(25.614)	(32.637)	(29.155)
Aluguéis administrativos	(423)	(166)	(1.636)	(1.516)
Viagens	(2.226)	(3.598)	(2.685)	(4.293)
Assessoria jurídica e contábil	(13.146)	(9.815)	(13.548)	(11.176)
Utilidades	(15.950)	(13.896)	(21.790)	(15.965)
Serviços diversos	(15.648)	(22.096)	(41.188)	(46.744)
Outras despesas	(10.282)	(11.302)	(13.193)	(25.475)
Outras receitas operacionais (a)	28.695	–	28.695	–
Total	(1.852.143)	(1.812.985)	(2.094.698)	(2.119.196)
Classificados como:				
Custo dos serviços prestados	(1.557.011)	(1.516.274)	(1.758.137)	(1.780.965)
Despesas com vendas	(1.117)	(880)	(2.278)	(880)
Despesas gerais e administrativas	(322.710)	(295.831)	(362.978)	(337.351)
Outras receitas operacionais	28.695	–	28.695	–
Total	(1.852.143)	(1.812.985)	(2.094.698)	(2.119.196)

(a) O valor de outras receitas operacionais refere-se a valores recebidos da Telefônica no decorrer de 2023, oriundo de acertos contratuais decorrentes posteriormente à combinação de negócio com a compra da **Telxius Torres Brasil Ltda.** ocorrida em 2021 **(nota explicativa nº1).**

25. Resultado Financeiro:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Despesas financeiras:				
Atualização do passivo de arrendamento	(574.765)	(533.204)	(579.797)	(546.960)
Atualização dos mútuos intercompany	(702.714)	(644.795)	(749.834)	(684.847)
Atualização da provisão para desmobilização de ativos	(83.985)	(73.402)	(83.985)	(80.985)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(79.007)	–	(79.007)	–
Despesas bancárias	(191)	(1.250)	(253)	(1.328)
Outras	(79.957)	(121.203)	(80.158)	(124.435)
Total de despesas financeiras	(1.520.619)	(1.373.854)	(1.573.034)	(1.438.555)
Receitas financeiras:				
Rendimentos de aplicações financeiras	234.490	110.158	239.166	120.356
Outras	16.459	15.191	16.806	15.620
Total de receitas financeiras	250.949	125.349	255.972	135.976
Variação cambial, líquida	28.495	19.955	28.495	20.605
Total	(1.241.175)	(1.228.550)	(1.288.567)	(1.281.974)

26. Instrumentos Financeiros: Os valores contábeis dos ativos, passivos e instrumentos financeiros comparados a valores que poderiam ser negociados em um mercado ativo, ou na ausência deste, aproximam-se substancialmente de seus valores de mercado em 31 de dezembro de 2023. 26.1. Categorias de instrumentos financeiros consolidados em 31 de dezembro de 2023 e de 2022:

	Controladora		Consolidado	
Ativos financeiros	2023	2022	2023	2022
Custo amortizado:				
Caixa e equivalentes de caixa	1.664.343	1.661.921	1.677.387	1.725.632
Títulos e Valores Mobiliários	446.558	–	446.558	–
Contas a receber de clientes	704.946	582.329	759.361	620.196
Outros créditos	113.179	23.397	116.954	28.653
Partes relacionadas	79.997	82.740	82.216	81.740
Total	3.009.023	2.350.387	3.082.476	2.456.221
Passivos financeiros				
Custo amortizado:				
Empréstimos e financiamentos	600.000	–	600.000	–
Fornecedores	84.767	51.936	108.336	88.118
Passivo de arrendamento	6.492.659	6.658.478	6.561.706	6.720.327
Partes relacionadas	5.489.032	6.064.865	5.880.945	6.473.796
Contas a pagar	125.326	27.636	125.326	39.122
Total	12.791.784	12.802.915	13.276.313	13.321.363

A Administração é de opinião que os instrumentos financeiros, reconhecidos nas demonstrações financeiras pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado nas datas dos balanços. 26.2. Valores justos: A Empresa divulga o valor justo dos instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado cujos respectivos valores justos diferem dos saldos contábeis. As aplicações financeiras estão atualizadas de acordo com as taxas pactuadas junto às instituições financeiras, sem expectativa de geração de perda para a Empresas e sua controlada e se aproximam aos valores de mercado. Os saldos de mútuos com partes relacionadas estão registrados de acordo com as taxas pactuadas com as contrapartes. Para determinação do valor justo desses mútuos empréstimos, a Empresa utilizou taxas de juros baseadas na curva do CDI adicionadas de um "spread" para captação de empréstimos no mercado de acordo com a estrutura financeira da Empresa. Para 31 de dezembro de 2023 o valor justo dos mútuos não apresenta diferenças para o valor contábil, uma vez que, na data do encerramento do balanço somente existia o valor de principal em aberto. A comparação do valor contábil e do valor justos desses instrumentos financeiros está demonstrada a seguir:

	Consolidado - 2023		Consolidado - 2022	
	Valor contábil	Valor Justo	Valor contábil	Valor Justo
Mútuos com partes relacionadas - Passivo	5.302.613	5.302.613	6.027.503	6.037.695

Os demais ativos e passivos financeiros, incluindo o passivo de arrendamento, aproximam-se do seu valor justo, uma vez que, as taxas de juros e/ou índices de correção monetária são as negociadas usualmente no mercado. 26.3. Gerenciamento de riscos: De acordo com a natureza dos instrumentos financeiros, envolvendo riscos conhecidos ou não, a Administração utiliza estimativas para mensurar os riscos. Os principais fatores de risco que poderiam afetar a Empresa são: a) Risco de capital: Os objetivos da Empresa, ao administrar seu capital, são assegurar a continuidade das operações para oferecer retorno aos cotistas, além de manter uma estrutura de capital adequada para minimizar os custos a ela associados. A estrutura de capital da Empresa consiste em saldos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e mútuos com partes relacionadas, sendo, periodicamente, revisados pela Administração quanto à capacidade de liquidar os compromissos financeiros da Empresa. b) Risco de liquidez: A Administração é responsável pela liquidez da Empresa e, dessa forma, mantém controles para garantir reservas adequadas, linhas de crédito bancário e outras formas de obtenção de empréstimos, para honrar os valores devidos nos vencimentos. A tabela a seguir demonstra os passivos financeiros contratados em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	Controladora		Consolidado	
Operação	2023	2022	2023	2022
Empréstimos e financiamentos	600.000	–	600.000	–
Fornecedores	84.767	51.936	108.336	88.118
Partes relacionadas	5.489.032	6.064.865	5.880.945	6.473.796
Arrendamento a pagar	6.492.659	6.658.478	6.561.706	6.720.327
Contas a pagar e provisões	125.326	27.636	125.326	39.122
Total	12.791.784	12.802.915	13.276.313	13.321.363

c) Risco de taxas de juros e índices de inflação: Os resultados da Empresa e de sua controlada são afetados pelo CDI e Libor aplicáveis à "Caixa e equivalentes de caixa", "Títulos e valores mobiliários", "Empréstimos e financiamentos" e "Mútuos com partes relacionadas". Adicionalmente, a Empresa não celebrou contratos de instrumentos financeiros derivativos em 2023 e 2022. As principais taxas que poderiam afetar a Empresa e as principais rubricas são: • Aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalentes de caixa e Títulos e Valores Mobiliários Representadas por CDBs, remunerados pelo CDI com direito à liquidação estipulada por contrato, conforme demonstrado na nota explicativa nº 4. • Empréstimos e financiamentos: Sujeitos a taxas de juros fixas, conforme descrito na nota explicativa nº 12, ajustados até as datas dos balanços. • Mútuos com partes relacionadas: Sujeitos a taxas de juros fixas, conforme descrito na nota explicativa nº 18, ajustados até as datas dos balanços. d) Variação cambial: Em 31 de dezembro de 2023, a exposição da Empresa quanto aos saldos a pagar com partes relacionadas denominados em dólares norte-americanos é de R$428.819/USD88.575 (R$366.146/USD70.182 em 2022). Não foram contratados derivativos nem instrumentos de "hedge" para cobrir a exposição a variações nas taxas cambiais. e) Análise de sensibilidade de variações em moeda estrangeira: Com base nos instrumentos financeiros atuais, a Empresa está exposta à flutuação de moeda estrangeira sobre os saldos a pagar com partes relacionadas. A maior exposição está denominada em dólares norte-americanos mencionados anteriormente. Considerando essas exposições em dólares norte-americanos, em 31 de dezembro de 2023, a análise de sensibilidade quanto à posição em aberto é como segue:

		Cenários		
Risco da Empresa	Atual	Provável	Possível	Remoto
Exposição em 31 de dezembro de 2023 - *USD*	*(88.575)*	*(88.575)*	*(88.575)*	*(88.575)*
Desvalorização do Real x Dólar norte-americano		–	1,5%	9,5%
Taxa do dólar norte-americano estimada*	4,841	4,966	4,914	5,301
Ganho/(Perda) estimada - R$		(11.605)	(6.432)	(40.738)

* Cenário provável utilizou a taxa média real do dólar norte-americano de fevereiro de 2024. f) Análise de sensibilidade sobre instrumentos financeiros: A Empresa e sua controlada não identificaram risco significativos de exposição de juros, uma vez que, em 31 de dezembro de 2023, os empréstimos e financiamentos, representado por debêntures, bem como, os empréstimos com partes relacionados estão em reais e indexados à taxa prefixadas. g) Risco de crédito e concentração do risco de clientes: O risco de crédito resulta do não cumprimento pela parte das obrigações estipuladas nos contratos. A exposição é principalmente representada por contas a receber e caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários Em 31 de dezembro de 2023, a exposição é a divulgada na nota explicativa nº 5.

27. Cobertura de Seguros: A Empresa adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, levando-se em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura de seguros, em valores de 31 de dezembro de 2023, possui uma cobertura total para as torres no montante de R$3.591.450 (R$7.926.380 em 2022).

28. Informações Adicionais às Demonstrações dos Fluxos de Caixa: A Administração da Empresa define como "Caixa e equivalentes de caixa" valores mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa da Empresa e de sua controlada são como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Adições e baixas de provisão para desmobilização de ativos	6.336	12.233	12.689	8.865
Reconhecimento do ativo e passivo de arrendamento mercantil (a)	874.312	1.853.172	886.174	1.970.856
Juros sobre capital próprio não pagos	105.446	23.136	105.446	23.136
Realização de adiantamentos de clientes	255.424	7.722	255.424	7.722
Valores entre Provisão para reforço de torres e Créditos a receber - Nota explicativa nº 7 e 14	113.815	–	113.815	–
Reclassificação entre adiantamentos de clientes e contas a Receber - Nota explicativa nº 5.b	28.332	65.186	28.332	65.186

(a) Refere-se aos saldos reconhecidos em conformidade com a adoção do CPC 06 (R2), conforme explicado nas notas explicativas de nº 8 e nº 21.

29. Plano de Opção de Compra de Ações para Empregados: A Empresa concede plano de opção de compra de ações da controladora mundial diretamente aos seus funcionários, sem ônus, de acordo com certas condições de desempenho e períodos de elegibilidade. A Empresa contabilizou os efeitos desses benefícios de acordo com o pronunciamento técnico CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações. O passivo correspondente a esse plano de remuneração está contabilizado na rubrica "Partes relacionadas", cujo saldo em 31 de dezembro de 2023 é de R$24.190 (R$25.472 em 2022). A despesa referente a esse plano é registrada na rubrica "Despesas gerais e administrativas". O valor das opções de ações foi originalmente calculado em dólares norte-americanos na data da outorga e convertido à taxa de câmbio de fechamento nas datas das demonstrações financeiras para a conversão e contabilização em reais.

30. Eventos Subsequentes: a) Aumento de capital social em controlada: Em 24 de janeiro de 2024, por meio da 22ª Alteração e Consolidação do Contrato Social, foi aprovado aumento do capital social da controlada American Tower do Brasil - Comunicação Multimídia Ltda., totalizando o valor de R$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), mediante a emissão de 20.000.000 novas cotas, com valor nominal de R$1,00 cada, as quais são, neste ato, totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional pela sócia American Tower do Brasil. b) Transferência de controle da Oi Móvel S.A.: Em 2022 ocorreu a operação societária referente à transferência integral do controle das três sociedades de propósito específico ("SPE Ativos Móveis" ou "SPE"), que correspondem às atividades de telefonia móvel da Oi Móvel S.A. - Em Recuperação Judicial ("Oi Móvel", "Vendedora"), para as empresas TIM S.A., Telefônica Brasil S.A. e Claro S.A. Em 2023 as 3 Operadoras encerraram o acordo com a Oi e avançaram no processo de incorporação das SPEs. O processo de incorporação e consolidação dos ativos pelas 3 operadoras gerou e poderá gerar "*churn*" para Empresa, especialmente em sites de sobreposição. Paralelamente, as operadoras de telefonia móvel devem planejar a implantação do 5G e suas obrigações, buscando maximizar o uso de seus ativos e ativos da Oi recentemente adquiridos. Durante o ano de 2023 a Empresa finalizou algumas negociações com as Operadoras e outras estão em andamento, com previsão para serem finalizadas no decorrer de 2024. Como parte dos credores da Oi, a Empresa ainda está em negociação, e monitora tempestivamente as informações disponíveis ao mercado sobre plano de recuperação judicial e eventuais impactos futuros em sua operação. As avaliações efetuadas até o momento, com base nos impactos da primeira renegociação, não esperam reflexos significativos que resultariam na necessidade de reconhecimento de eventuais perdas em ativos e possíveis impactos no contas a receber.

31. Aprovação das Demonstrações Financeiras: As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração da Empresa e autorizadas para emissão em 28 de março de 2024.

Diretoria

Emerson Hugues de Sousa
CPF/ME nº 252.488.388-43 - Vice-Presidente e Diretor Geral do Brasil

Luciano Barreto Ferreira
CPF/ME nº 862.400.056-49 - Vice-Presidente de Finanças

Daniel Laper Giorgini
CPF/ME nº 064.184.866-84 - Diretor de Desenvolvimento de Novos Produtos

Contador

Ana Paula Campos Zanetti
CRC-SP nº 1SP241913/O-6

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Administradores da **American Tower do Brasil - Cessão de Infraestruturas S.A. - Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da American Tower do Brasil - Cessão de Infraestruturas S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da American Tower do Brasil - Cessão de Infraestruturas S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e à sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase:** *Transações com partes relacionadas:* Conforme divulgado na nota explicativa nº 18 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia mantém transações em montantes significativos com partes relacionadas em condições acordadas entre as partes. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de sua controlada. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de sua controlada. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e pelo desempenho da auditoria de Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2024

Deloitte Touche Tohmatsu
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Tarcisio Luiz dos Santos
Contador - CRC nº 1 SP 207626/O-0

Deloitte.

Best Center Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ n° 14.576.758/0001-87

Demonstrações Financeiras - Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

Ativo	Controladora		Consolidado	
Circulante	31.12.23	31.12.22	31.12.23	31.12.22
Caixa e equivalentes de caixa	469	2.139	3.521	3.279
Aplicação financeira	53.895	17.361	77.781	19.661
Contas a receber	1.745	2.085	24.071	22.789
Impostos a recuperar	1.631	1.121	2.138	1.232
Despesas antecipadas e outros créditos	2.276	2.383	5.357	4.650
Total do ativo circulante	60.016	25.089	112.868	51.611
Não Circulante				
Contas a receber	1.597	1.027	6.561	6.873
Deposito judicial	–	51	494	629
Valores a receber de partes relacionadas, líquidos	18.677	24.231	4.994	4.538
Investimentos em controladas	407.494	412.397	–	–
Propriedades de investimento	145.153	169.428	689.301	804.119
Imobilizado	8.866	8.316	8.998	8.503
Intangível	9.142	9.588	9.142	9.588
Total do ativo não circulante	590.929	625.038	719.490	834.250
Total do Ativo	650.945	650.127	832.358	885.861

Passivo e Patrimônio Líquido	Controladora		Consolidado	
Circulante	31.12.23	31.12.22	31.12.23	31.12.22
Empréstimos e financiamentos	12.870	12.214	31.393	22.653
Adiantamento de clientes	113	59	1.836	1.661
Salários e encargos sociais	2.265	1.561	2.346	1.629
Provisão para imposto de renda e contribuição social	–	–	1.254	7.043
Impostos, taxas e contribuições	236	421	625	970
Outras contas a pagar	487	207	1.947	1.936
Contas a pagar por compra de imóveis	4.680	6.073	4.700	6.093
Provisão para contingências				
Total do passivo circulante	20.651	20.535	44.101	41.985
Não Circulante				
Outras contas a pagar	11.010	9.886	11.010	9.886
Contas a pagar por compra de imóveis	–	4.860	–	4.860
Impostos diferidos	–	–	309	365
Empréstimos e financiamentos	55.590	63.091	213.202	276.981
Depósitos caução	121	116	121	116
Provisão para contingências	–	–	42	29
Total do passivo não circulante	66.721	77.953	224.684	292.237
Patrimônio Líquido				
Capital social	654.775	642.945	654.775	642.945
Reserva de capital	1.964	1.674	1.964	1.674
Prejuízos acumulados	(93.166)	(92.980)	(93.166)	(92.980)
Total do patrimônio líquido	563.573	551.639	563.573	551.639
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	650.945	650.127	832.358	885.861

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de Dezembro (Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de capital	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total	Acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31/12/21	610.014	1.944	(92.619)	519.337	–	519.338
Aumento de capital	42.931	–	–	42.931	–	42.931
Redução de capital	(10.000)	–	–	(10.000)	–	(10.000)
Reconhecimento do plano de opção de ações	–	(270)	–	(270)	–	(270)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	–	–	(360)	(360)	–	(360)
Saldos em 31/12/22	642.945	1.674	(92.979)	551.639	–	551.639
Aumento de capital	21.830	–	–	21.830	–	21.830
Redução de capital	(10.000)	–	–	(10.000)	–	(10.000)
Reconhecimento do plano de opção de ações	–	290	–	290	–	290
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	–	–	(187)	(187)	–	(187)
Saldos em 31/12/23	–	–	–	–	–	–
	654.775	1.964	(93.166)	563.573	–	563.573

Demonstrações dos Valores Adicionados em 31 de Dezembro
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.23	31.12.22	31.12.23	31.12.22
Receitas				
Receita de locação	14.708	14.466	67.475	76.603
Receita de venda de imóveis	3.800	–	134.930	98.060
	18.508	14.466	202.405	174.663
Insumos Adquiridos de Terceiros				
Custo dos imóveis vendidos e investimentos	(3.446)	(18.756)	(91.893)	(82.363)
Custo de venda e baixa mais-valia	(22.818)	–	(22.818)	–
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(2.825)	(2.461)	(10.846)	(9.546)
Perda por desvalorização de ativos	–	–	(1.787)	–
	(29.089)	(21.217)	(127.344)	(91.909)
Valor Adicionado Bruto	(10.581)	(6.751)	75.061	82.754
Retenções				
Depreciação e amortização	(4.977)	(4.513)	(14.577)	(15.133)
Valor Adicionado Líquido Produzido	(15.558)	(11.264)	60.484	67.621
Valor Adicionado Recebido em Transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	35.619	41.749	–	–
Receitas financeiras	3.135	1.611	6.654	5.269
Outras receitas	21	–	44	28
Acionistas não controladores	–	–	–	–
	38.775	43.360	6.698	5.297
Valor Adicionado Total a Distribuir	23.217	32.096	67.182	72.918
Distribuição do Valor Adicionado				
Pessoal e encargos	8.031	5.737	8.271	5.965
Impostos, taxas e contribuições	1.369	1.348	19.753	16.107
Juros e variação monetária	12.506	23.556	35.324	44.417
Acionistas não controladores	–	–	–	–
Despesas financeiras	1.498	1.815	4.021	6.790
Dividendos e juros sobre o capital próprio	–	–	–	–
Lucros (Prejuízos) retidos	(187)	(360)	(187)	(360)
Valor Adicionado Distribuído	23.217	32.096	67.182	72.919

Demonstração do Resultado em 31 de Dezembro
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.23	31.12.22	31.12.23	31.12.22
Receita Líquida	13.343	13.122	62.992	71.252
Custo das locações	(4.977)	(4.513)	(14.577)	(15.133)
Lucro Bruto Locações	8.366	8.609	48.415	56.119
Receita líquida de venda de imóveis	3.800	–	134.850	98.054
Custo de venda de investimentos	(3.446)	–	(3.446)	–
Custo de venda e baixa mais-valia	(22.818)	(18.756)	(111.265)	(82.363)
Resultado bruto na venda de imóveis	(22.464)	(18.756)	20.139	15.691
Lucro bruto	(14.098)	(10.147)	68.554	71.810
Receitas (Despesas) Operacionais				
Gerais e administrativas	(9.004)	(6.938)	(11.192)	(8.009)
Despesa comerciais	(1.856)	(1.263)	(7.950)	(7.502)
Perda por desvalorização de ativos	–	–	(1.787)	
Outras receitas operacionais, líquidas	21	–	44	28
Resultado da equivalência patrimonial	35.619	41.749	–	–
	24.780	33.548	(20.885)	(15.483)
Prejuízo Operacional antes do Resultado Financeiro	10.682	23.401	47.669	56.327
Resultado financeiro				
Receitas financeiras	3.135	1.611	6.654	5.269
Despesas financeiras	(14.004)	(25.372)	(39.346)	(51.207)
	(10.869)	(23.761)	(32.692)	(45.938)
Prejuízo Operacional Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	(187)	(360)	14.977	10.389
Imposto de renda e contribuição social				
Correntes	–	–	(15.186)	(10.763)
Diferido	–	–	22	14
	–	–	(15.164)	(10.749)
Prejuízo Líquido do Exercício	(187)	(360)	(187)	(360)

Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31 de Dezembro
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.23	31.12.22	31.12.23	31.12.22
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais				
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(17.247)	(42.796)	(6.805)	(24.276)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento				
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	23.059	330.935	69.199	86.642
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento				
Valores a receber de coligadas				
Pagamento de empréstimos	(7.482)	(314.923)	(62.153)	(375.676)
Captação de empréstimos	–	27.500	–	313.486
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(7.482)	(287.423)	(62.153)	(62.190)
(Redução) Aumento do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa	(1.670)	716	242	175

**Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31

AMERICAN TOWER DO BRASIL - COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA LTDA.

CNPJ 30.552.887/0001-91

Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicado)

Balanços Patrimoniais	Nota Explicativa	31.12.2023	31.12.2022
Ativo/Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	13.047	63.711
Contas a receber de clientes	5	54.414	32.758
Impostos a recuperar	6	21.290	21.538
Outros créditos	7	3.773	4.666
Total do ativo circulante		92.524	122.673
Não Circulante			
Partes relacionadas	14	2.222	1.381
Impostos a recuperar	6	7.308	12.760
Imobilizado	9	990.991	963.996
Intangível	10	133.473	143.021
Total do ativo não circulante		1.133.994	1.121.158
Total do Ativo		1.226.518	1.243.831

Balanços Patrimoniais	Nota Explicativa	31.12.2023	31.12.2022
Passivo e Patrimônio Líquido/Circulante			
Fornecedores	11	23.569	47.666
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	12	5.359	5.547
Obrigações tributárias	13	4.246	4.162
Partes relacionadas	14	–	17.222
Arrendamento	15	4.526	3.943
Receitas diferidas	17	238	238
Total do passivo circulante		37.938	78.778
Não Circulante			
Provisões para riscos	16	1.441	18
Partes relacionadas	14	391.916	394.090
Arrendamento	15	64.521	57.907
Receitas diferidas	17	2.066	2.304
Obrigações para desmobilização de ativos	18	68.072	58.642
Total do passivo não circulante		528.016	512.961
Patrimônio Líquido			
Capital social	19	875.840	834.432
Prejuízos acumulados	DMPL	(215.276)	(182.340)
Total do patrimônio líquido		660.564	652.092
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		1.226.518	1.243.831

Demonstrações do Resultado	Nota Explicativa	31.12.2023	31.12.2022
Receita Operacional Líquida	20	257.017	221.744
Custo dos Serviços Prestados	21	(201.131)	(180.903)
Lucro Bruto		55.886	40.841
(Despesas) Receitas Operacionais	21		
Despesas com pessoal		(19.334)	(16.334)
Despesas tributárias		(147)	(485)
Gerais e administrativas		(22.265)	(11.493)
Outros resultados		316	(2.367)
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro		14.456	10.162
Resultado Financeiro	22		
Receitas financeiras		5.023	7.294
Despesas financeiras		(52.415)	(51.696)
		(47.392)	(44.402)
Prejuízo Operacional antes do IR e da CS	8	(32.936)	(34.240)
Lucro (Prejuízo) do Exercício		(32.936)	(34.240)

Demonstrações do Resultado Abrangente	31.12.2023	31.12.2022
Lucro (Prejuízo) do Exercício	(32.936)	(34.240)
Outros resultados abrangentes - itens que não serão reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes	–	–
Resultado Abrangente Total do Exercício	(32.936)	(34.240)

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Nota Explicativa	Capital Social	Prejuízo Acumulado	Total
Saldos em 31/12/2021		715.517	(148.100)	567.417
Aumento de capital 10/01/2022	19	12.486	–	12.486
Aumento de capital 20/01/2022	19	32.024	–	32.024
Aumento de capital 10/06/2022	19	74.405	–	74.405
Prejuízo do Exercício	DRE	–	(34.240)	(34.240)
Saldos em 31/12/2022		834.432	(182.340)	652.092
Aumento de capital 30/08/2023	19	41.408	–	41.408
Prejuízo do exercício	DRE	–	(32.936)	(32.936)
Saldos em 31/12/2023		875.840	(215.276)	660.564

Demonstrações dos Fluxos de Caixa	Nota Explicativa	31.12.2023	31.12.2022
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Lucro (Prejuízo) do exercício		(32.936)	(34.240)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	21	93.169	83.230
Juros sobre empréstimo	22	47.120	47.120
Provisões para riscos	16	1.423	(123)
Juros com arrendamento	22	5.032	4.499
Provisão para perda de peças de reposição	21	–	2.450
Provisão (reversão) para perda de crédito esperada	5	11.730	1.756
Atualização das obrigações para desmobilização de ativos	21	3.080	4.265
Baixa de bens do ativo imobilizado	9 e 10	3	193
Receitas diferidas	17	(238)	(238)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber de clientes	5	(33.386)	(4.625)
Impostos a recuperar	6	5.700	5.784
Outros créditos	7	910	1.592
Partes relacionadas	14	(841)	(718)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores	11	(1.120)	(1.312)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	12	(188)	454
Obrigações tributárias	13	84	(2.208)
Partes relacionadas	14	(2.174)	627
Juros pagos de empréstimos e financiamentos	14	(64.342)	(47.120)
Juros pagos com arrendamento	15	(4.969)	(4.433)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		28.057	56.953
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento			
Aquisição de bens do ativo imobilizado e intangível	9 e 10	(115.986)	(133.943)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(115.986)	(133.943)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento			
Aumento de capital	DMPL	41.408	118.915
Pagamento de arrendamento	15	(4.143)	(3.668)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento		37.265	115.247
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa		(50.682)	38.257
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	63.711	25.455
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	13.047	63.711
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa		(50.664)	38.257

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022

1. Contexto Operacional: A American Tower do Brasil - Comunicação Multimídia Ltda. ("ATC Multimídia" ou "Sociedade"), controlada pela American Tower do Brasil ("ATC"), localizada na cidade de São Paulo - SP, tem como atividades operacionais: a exploração de equipamentos e redes de telecomunicações, a manutenção de equipamentos e redes de transmissão por fibras ópticas e radiofrequências e outras atividades de telecomunicações afins; a prestação de (i) serviços de telecomunicação e conectividade no âmbito de internet das coisas ("IoT"), incluindo, mas não se limitando a rádios, portais, antenas, conectores, conjuntos de experimentação pré-contratação, etc.; a cessão e/ou a locação de capacidade e do direito de uso em redes de transmissão por fibras ópticas e radiofrequências e em outras atividades de telecomunicações afins; a negociação, fruição, cessão e locação de direitos de passagem, servidões, usufrutos e direitos de uso em imóveis rurais e/ou urbanos e em estações terrenas e na rede pública de iluminação; a aquisição, a locação, o empréstimo a título gratuito e/ou o arrendamento de imóveis rurais e/ou urbanos, no todo ou em parte, para a consecução das atividades operacionais e a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia ou acionista. A Sociedade foi constituída em 25 de maio de 2018, com seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP, iniciando suas atividades operacionais em 1º de novembro de 2018. No exercício de 2018, o Grupo ATC decidiu participar do processo licitatório de alienação dos ativos da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG em 31 de março de 2018 conforme edital de licitação nº 500-Y12121 de 18/04/2018 e alienação após a homologação e adjudicação em 17/08/2018, com o objetivo de expandir seus negócios no mercado de telecomunicações. Os ativos foram transferidos para a Sociedade em 1º de novembro de 2018. Diante do êxito no processo licitatório a Sociedade adquiriu os ativos de telecomunicações da CEMIG, que foram divididos em ativos tangíveis (equipamentos de telecomunicações, infraestrutura e cabos de fibra óptica) e intangíveis (SICOP e SICAF - softwares customizados e salesforce comercial) localizados nos estados de Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso do Sul, Bahia, Pernambuco e Ceará, o que permitiu ao Grupo ATC entrar no mercado brasileiro de fibras ópticas como uma importante empresa no mercado de telecomunicações.

2. Base de Elaboração das Demonstrações Financeiras: 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. **2.2. Base de elaboração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados bens do ativo imobilizado e intangível e instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito na nota explicativa nº 3. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão das atividades da Sociedade. A Administração da Sociedade tem, na data de aprovação das demonstrações financeiras, expectativa razoável de que o Grupo possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, eles continuam a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras.

3. Sumário das Principais Práticas Contábeis: As principais práticas contábeis, descritas a seguir, foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras da Sociedade: a) Princípios gerais e critérios de reconhecimento da receita: As receitas com prestação de serviços de telecomunicação são reconhecidas à medida que a Sociedade desempenha a sua obrigação de repassar o controle do serviço à entidade compradora ("obrigação de performance") de acordo com a essência de cada contrato, desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros fluirão para a Sociedade e que o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. O reconhecimento é feito com base no valor de cada contrato, menos descontos, abatimentos, impostos e contribuições incidentes. b) Moeda funcional e de apresentação: A moeda funcional e de apresentação adotada pela Sociedade é o real (R$). As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Sociedade utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ativos e passivos monetários são calculados subsequentemente, com base na conversão à taxa de câmbio vigente nas datas dos balanços. c) Instrumentos financeiros: Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Sociedade assume direitos contratuais de receber caixa ou outros ativos financeiros de contratos no qual é parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber caixa atrelados ao ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente os riscos e benefícios para terceiros. Ativos e passivos são reconhecidos quando direitos e/ou obrigações são retidos na transferência pela Sociedade. Passivos financeiros são reconhecidos quando a Sociedade assume obrigações contratuais para liquidação em caixa ou na assunção de obrigações de terceiros através de um contrato no qual é parte. Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo e são desreconhecidos quando são quitados, extintos ou expirados. Os instrumentos financeiros que posteriormente ao reconhecimento inicial venham a ser mensurados pelo custo amortizado são mensurados através da taxa efetiva de juros. As receitas e despesas de juros, a variação monetária e a variação cambial, deduzidas das estimativas de perda por não recebimento de ativos financeiros, são reconhecidas quando incorridas na demonstração de resultado do exercício como "Resultado financeiro". Ativos e passivos financeiros somente são apresentados pelos seus valores líquidos se a Sociedade detiver o direito incondicional de compensar tais valores ou liquidá-los simultaneamente, bem como ter a intenção de fazê-lo. Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Sociedade mantinha os seguintes itens nas classificações de instrumentos financeiros: • Custo amortizado: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, outros créditos, fornecedores, partes relacionadas, empréstimos e financiamentos, passivos de arrendamento e receita diferida. A Sociedade avalia mensalmente a expectativa de perda pela não realização de ativos financeiros. Esta expectativa é baseada na perda esperada a partir do histórico e perspectivas de perdas considerando cenários econômicos prováveis e reconhecida no resultado do exercício. Recuperações subsequentes são reconhecidas, quando incorridas, na rubrica "Despesas com vendas" ou "Gerais e Administrativas" na demonstração de resultado. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de "hedge": Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Sociedade não possuía em aberto nenhuma operação envolvendo instrumentos financeiros derivativos e/ou atividades de "hedge" nem transacionados durante os exercícios. d) Caixa e equivalentes de caixa: Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata e conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização (nota explicativa nº 4). e) Aplicações financeiras: Representadas por aplicações financeiras contabilizadas pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, com prazo de vencimento superior a 90 dias (nota explicativa nº 4). f) Contas a receber de clientes e provisão para perda de crédito esperada: As contas a receber de clientes são registradas e mantidas nos balanços pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos. A provisão para perda de crédito esperada foi constituída com base perda de crédito esperada considerando a análise de risco da totalidade da carteira de clientes e respectiva probabilidade de recebimento. g) Imobilizado: O imobilizado é registrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável ("impairment"), caso aplicável. A depreciação dos ativos é calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na nota explicativa nº 9 e leva em consideração a vida útil estimada desses bens. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Sociedade e o seu custo possa ser medido de forma confiável. Os custos de manutenção corrente no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. h) Intangível: Os ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente, incluindo os adquiridos por combinações de negócios, são registrados ao custo ou a valor justo, deduzido da amortização e, quando aplicável, das perdas por redução ao valor recuperável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos, conforme demonstrado na nota explicativa nº 10. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados nas datas dos balanços, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. i) Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, incluindo ágio: O ativo imobilizado, o ativo intangível e o ágio, com vida útil definida e indefinida, são submetidos a testes de perda no valor recuperável pelo menos uma vez ao ano ou mais frequentemente, sempre que eventos ou alterações em circunstâncias indicarem que seu valor contábil poderá não ser recuperado. O valor justo é obtido adicionando os fluxos de caixa descontados, antes de impostos, esperados do uso do ativo (ou grupo de ativos) ao valor terminal. Os fluxos de caixa utilizados como base de cálculo para o valor em uso são obtidos por meio dos planos de negócios. Os pressupostos utilizados para o aumento da receita total e dos fluxos de caixa terminais são considerados razoáveis e consistentes com os dados disponíveis no mercado. Se o valor recuperável for inferior ao valor contábil do ativo (ou grupo de ativos), uma perda no montante dessa diferença será registrada no resultado a título de redução no valor recuperável, sendo deduzida primeiramente do ágio. j) Obrigações para desmobilização de ativos: O valor justo das obrigações para desmobilização de ativos associadas à obrigação legal da Sociedade de desmobilizar ativos tangíveis de longo prazo e dos respectivos custos é reconhecido no período em que são construídos ou adquiridos e podem ser razoavelmente estimados. Se considerado aplicável, os custos de desmobilização são capitalizados como parte do valor contábil dos respectivos ativos de longo prazo, durante a vida útil estimada do ativo. As estimativas de valor justo das obrigações para desmobilização de ativos envolvem o desconto dos fluxos de caixa futuros estimados. O registro contábil desses passivos em decorrência da passagem do tempo é contabilizado como custo de serviços prestados. Também são realizados ajustes ao passivo da obrigação para a desmobilização de ativos, a fim de refletir as alterações nas estimativas de prazos e de fluxos de caixa, em contrapartida ao respectivo ativo tangível de longo prazo, quando aplicável. k) Direito de uso ("Arrendamentos"): No início de um contrato, a Sociedade avalia se um contrato é ou contém um arrendamento ao avaliar se o contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de uma contraprestação. Como arrendatário: A Sociedade reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento ("direito de uso") na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor inicial do passivo de arrendamento ("direito de uso") ajustado por quaisquer pagamentos de arrendamento feitos até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos e uma estimativa de custos para desmontar, remover ou restaurar o ativo subjacente, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos (nota explicativa nº 9.1). O ativo do direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo de vida útil do ativo do direito de uso ou o término do prazo do arrendamento. O passivo de arrendamento ("arrendamento") é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes na data de início do contrato descontados pela taxa de empréstimo incremental. O passivo de arrendamento é mensurado subsequentemente pelo custo amortizado usando o método de juros efetivos. Foi feita a opção pela isenção prevista na norma e não irá reconhecer os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para arrendamentos de curto prazo (12 meses ou menos) e arrendamentos de ativos de baixo valor (nota explicativa nº 15). Como arrendador: Quando a Sociedade e suas controladas atuam como um arrendador, ele determina, no início do arrendamento, se cada arrendamento é um arrendamento financeiro ou um arrendamento operacional. Para classificar cada arrendamento, se faz uma avaliação se o arrendamento transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se esse for o caso, o arrendamento é um arrendamento financeiro; se não, então é um arrendamento operacional. Os contratos onde a Sociedade e suas controladas são arrendadores, foram classificados como arrendamentos operacionais e foram reconhecidos os pagamentos de arrendamento recebidos como receita de forma linear ao longo do prazo do arrendamento. l) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes: Os ativos estão apresentados pelo custo ou valor líquido de realização, se inferior, e os passivos demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos até as datas dos balanços. m) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: Quando aplicáveis, as provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação nas datas dos balanços, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. A provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas é atualizada até as datas dos balanços pelo montante provável de perda, observada sua natureza, e apoiada na opinião dos assessores jurídicos da Sociedade. n) Imposto de renda e contribuição social diferidos: Reconhecidos sobre as diferenças temporárias nas datas dos balanços entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada nas datas dos balanços e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. o) Uso de estimativas: Na aplicação das práticas contábeis, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos que não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem eventualmente divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no resultado do exercício em que as estimativas são revisadas, se a revisão afetar apenas esse exercício, ou também em exercícios posteriores, se a revisão afetar tanto o exercício presente como exercícios futuros. (i) Redução dos valores de recuperação dos ativos: Os itens do ativo imobilizado que apresentam indicadores de perda de seu valor recuperável, com base em fatores financeiros e econômicos, considerando o prazo de maturação dos investimentos, têm seus valores contábeis anualmente revisados, por meio de estudo detalhado para cada unidade geradora de caixa, pelo cálculo dos fluxos de caixa futuros descontados e pela utilização de taxa para desconto a valor presente, para assegurar que eventual provisão para perdas do valor contábil seja registrada no resultado do exercício analisado. (ii) Perdas com recebíveis de clientes: As contas a receber de clientes são monitoradas individualmente, sendo a perda registrada diretamente no resultado com base na perda de crédito esperada considerando a análise de risco da carteira de clientes e respectiva probabilidade de recebimento. (iii) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas: Quando aplicável, a provisão constituída para processos judiciais que representa perdas prováveis é estimada com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda é amparada pela opinião dos assessores jurídicos da Sociedade. (iv) Provisão para desmobilização de ativos: A provisão é realizada tendo como base os custos estimados a incorrer na desmobilização de cabos de fibra óptica instalados em imóveis alugados de terceiros, de forma a registrar a melhor estimativa, a valor de mercado, do montante de recursos necessários, conforme determina o CPC 27 - "Ativo Imobilizado" e ICPC 12 - "Mudanças em Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares". O valor justo da obrigação de desmobilização dos ativos é reconhecido no período em que os custos são incorridos, os quais são capitalizados como parte do valor contábil dos respectivos ativos e amortizados durante a sua vida útil estimada. As estimativas de valor justo das obrigações de desmobilização de ativos envolvem o desconto dos fluxos de caixa futuros estimados e o seu registro no passivo é feito em decorrência do tempo, como despesa operacional. Adicionalmente, são realizados ajustes ao passivo da obrigação para a desmobilização de ativos, a fim de refletir as alterações nas estimativas de prazos e de fluxos de caixa, em contrapartida ao respectivo ativo imobilizado, quando aplicável. Alterações subsequentes na estimativa do custo de desmobilização são reconhecidas contra o ativo subjacente. **3.1. Adoção dos novos pronunciamentos contábeis (CPCS) e revisadas:** Novos pronunciamentos contábeis que entraram em vigor em 2023: Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração da Sociedade considerou, quando aplicável, novas revisões e interpretações aos pronunciamentos técnicos, emitidos pelo CPC, e abaixo relacionadas:

Pronunciamento	Descrição	Aplicável a períodos anuais com início em ou após
Alterações ao CPC 26/IAS 1	Apresentação das Demonstrações Financeiras	01/01/2023
Alterações ao CPC 23/IAS 8	Distinguir as diferenças entre as mudanças das políticas contábeis e as mudanças das estimativas contábeis	01/01/2023
Alterações ao CPC 32/IAS 12	Tributos sobre o lucro - CPC 32. Imposto diferido relacionado a Ativos e Passivos resultante de uma única transação	01/01/2023
Adoção ao CPC 50/IFRS 17	Contratos de seguros - CPC 50. Impactos para seguradoras e resseguradoras	01/01/2023
Alterações ao CPC 32/IAS 12	Alterações à IAS 12 quanto ao Pillar 2	01/01/2023

A Sociedade não identificou impactos relevantes em decorrência das normas e interpretações emitidas. A Sociedade não adotou antecipadamente as novas normas do CPCs e IFRSs. A seguir as principais revisões já emitidas e ainda não vigentes:

Pronunciamento	Descrição	Aplicável a períodos anuais com início em ou após
Alterações ao CPC 03/IAS 7 e CPC 40/IFRS 7	Definição e divulgação de informações adicionais para financiamento de fornecedores	01/01/2024
Alterações no CPC 26/IAS 1	Definição da mudança na divulgação de passivos de longo prazo com Covenants e classificação do passivo como circulante ou não circulante	01/01/2024
Alterações no CPC 02/IAS 21	Determinar se uma moeda é conversível e como deve ser determinada uma taxa de câmbio à vista quando da falta de cambiabilidade	01/01/2025
Alterações ao CPC 06 (R2)/IFRS 16	Tratamento do passivo de arrendamento nas transações de Sale and Leaseback	01/01/2024
Adoção ao IFRS S1	Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade	01/01/2024
Adoção ao IFRS S2	Divulgações relacionadas ao clima	01/01/2024
Alterações ao CPC 18 (R2)/IAS 28	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture	A data de vigência ainda não foi definida pelo IASB

Não são esperados impactos significativos nas demonstrações financeiras da Sociedade em virtude dessas alterações.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras:

	2023	2022
Bancos conta movimento	1.112	2.260
Aplicações financeiras	11.935	61.451
Total	**13.047**	**63.711**

Os saldos registrados como caixa e equivalentes de caixa referem-se basicamente aos depósitos e às aplicações financeiras de curto prazo, que estão prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Em 31 de dezembro de 2023, as aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários - CDB remunerados a uma taxa média ponderada de **99%** do CDI (**102.7%** do CDI em 2022). A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita financeira.

5. Contas a Receber de Clientes:

	2023	2022
Prestação de serviços de telecomunicação por fibra (a)	69.984	37.867
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (b)	(15.570)	(5.109)
Total	**54.414**	**32.758**

(a) A exposição máxima ao risco de crédito nas datas dos balanços é o valor contábil de cada faixa de idade de vencimento dos títulos, a variação de 2022 para 2023 dos títulos vencidos superiores a 90 dias foi de R$ 12.9MM, desse valor, R$ 12.8MM são títulos vencidos da Oi que está em Recuperação Judicial, desconsiderando eventuais cobranças em andamento conforme demonstrado a seguir:

	2023	2022
A vencer	44.385	28.463
Vencidos	25.599	9.404
	69.984	**37.867**
Vencidos	**2023**	**2022**
Até 30 dias	3.491	2.407
De 31 a 60 dias	2.132	271
De 61 a 90 dias	2.242	1.911
Superior a 90 dias	17.734	4.815
Total	**25.599**	**9.404**

(b) A Sociedade tem como política reconhecer a provisão para perda de crédito esperada conforme nota 3.f. A movimentação da provisão para perda de crédito esperada e reserva de receita é como segue:

Provisão para créditos de liquidação duvidosa:	2023	2022
Saldo Final em 2022	5.109	4.237
Adições	11.730	1.756
Baixas por recebimento	(842)	(646)
Baixas definitivas	(427)	(238)
Total	**15.570**	**5.109**

6. Impostos a Recuperar:

	2023	2022
ICMS a compensar	24.307	32.134
IRPJ e CSLL a recuperar	3.804	1.715
Outros impostos a recuperar	487	449
Total	**28.598**	**34.298**
Circulante	21.290	21.538
Não circulante	7.308	12.760
Total	**28.598**	**34.298**

A Sociedade gera ICMS CIAP (Controle de Crédito de ICMS do Ativo Permanente) pela aquisição de bens do ativo imobilizado e espera recuperar através da prestação de serviços de telecomunicações que no estado de Minas Gerais possuía alíquota de 27% na prestação dessa categoria de serviço até junho/2022. A partir da Lei Complementar 194/2022 a alíquota passou para a média dos estados de 18%.

	2023	2022
7. Outros Créditos:		
Adiantamentos a fornecedores, locadores e funcionários	1.723	1.739
Despesas antecipadas	2.050	2.927
Total	**3.773**	**4.666**

8. Imposto de Renda e Contribuição Social: Em 31 de dezembro de 2023, a Administração da Sociedade, entende que ainda não há geração de lucros tributáveis suficientes para compensar os créditos tributários diferidos, e desta forma, provisionou esses créditos tributários sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social e para as diferenças temporárias. O montante de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias não registrados em 31 de dezembro de 2023 é de R$71.173 (R$61.620 em 31 de dezembro de 2022). A legislação fiscal permite que os prejuízos fiscais sejam compensados indefinidamente com lucros tributáveis futuros; entretanto, a legislação fiscal limita o uso dos prejuízos fiscais e da base negativa de contribuição social em cada ano a 30% do lucro tributável.

Conciliação do crédito de imposto de renda e contribuição social:

	2023	2022
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(32.936)	(34.240)
Crédito de imposto de renda e contribuição social à alíquota combinada - 34%	11.198	11.642
Exclusões permanentes, líquidas	57	(103)
Provisão de imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias não constituídos	(11.255)	(11.539)
Despesa com imposto de renda e da contribuição social	–	–

9. Imobilizado:

2023	Taxa média anual de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Valor residual
Instalações	5	154.148	(22.108)	132.040
Móveis e utensílios	14	295	(176)	119
Equipamentos de informática	33	1.272	(1.112)	160
Benfeitorias em imóveis de terceiros	33	446	(410)	36
Cabos	5	556.482	(94.884)	461.598
Equipamentos de Telecomunicação	10	432.398	(142.960)	289.438
Direito de uso de arrendamento (a)	10 a 20	82.282	(18.697)	63.585
Imobilizado em andamento	–	44.015	–	44.015
Total		**1.271.338**	**(280.347)**	**990.991**

2022	Taxa média anual de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Valor residual
Instalações	5	140.787	(14.619)	126.168
Móveis e utensílios	14	295	(134)	161
Equipamentos de informática	33	1.250	(853)	397
Benfeitorias em imóveis de terceiros	33	407	(396)	11
Cabos	5	498.144	(68.515)	429.629
Equipamentos de Telecomunicação	10	378.243	(101.839)	276.404
Direito de uso de arrendamento (a)	10 a 20	72.305	(14.374)	57.931
Imobilizado em andamento	–	73.295	–	73.295
Total		**1.164.726**	**(200.730)**	**963.996**

(a) Vide item 9.1 abaixo. As movimentações nos exercícios de 2023 e de 2022 foram as seguintes:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	**889.924**
Adições	
Fibra	131.303
Outros	67
ARO	3.152
Direito de uso	11.276
(–) Baixas	(2.561)
(–) Transferência para o intangível	(2.857)
(–) Depreciação	(66.308)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**963.996**
Adições	
Fibra	92.951
Outros	58
ARO	6.353
Direito de uso CPC06 (R2)	5.654
(–) Baixas	(3)
(–) Transferência para o intangível	(2.724)
(–) Depreciação	(75.294)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**990.991**

Ativos dados em garantia: Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, não existem ativos dados em garantia para empréstimos e financiamentos ou arrolados em processos judiciais.

9.1. Direito de Uso:

2023	Prazo dos contratos de arrendamento	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Aluguel de infraestrutura e equipamentos de telecomunicação	De 2019 a 2036	46.513	(12.395)	34.118
Aluguel de imóveis	De 2019 a 2042	35.769	(6.302)	29.467
Total		**82.282**	**(18.697)**	**63.585**

2022	Prazo dos contratos de arrendamento	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Aluguel de infraestrutura e equipamentos de telecomunicação	De 2019 a 2036	39.509	(9.010)	30.499
Aluguel de imóveis	De 2019 a 2041	32.796	(5.364)	27.432
Total		**72.305**	**(14.374)**	**57.931**

2023	Infraestrutura e equipamentos de telecomunicações	Imóveis	Total
Custo			
Saldo final em 31/12/2022	39.509	32.796	72.305
Adições	6.535	3.692	10.227
Reajustes	469	1.166	1.635
Baixas	–	(1.885)	(1.885)
Saldo final em 31/12/2023	**46.513**	**35.769**	**82.282**
Depreciação			
Saldo final em 31/12/2022	(9.010)	(5.364)	(14.374)
Adições	(3.385)	(2.287)	(5.672)
Baixas	–	1.349	1.349
Saldo final em 31/12/2023	**(12.395)**	**(6.302)**	**(18.697)**
Direito de uso líquido			
Sa

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 da American Tower do Brasil - Comunicação Multimídia Ltda.

★ continuação

Classificadas como:	2023	2022
Custo dos serviços prestados	(201.131)	(180.903)
Despesas com pessoal	(19.334)	(16.334)
Despesas tributárias	(147)	(485)
Gerais e administrativas	(22.265)	(11.493)
Outras despesas operacionais, líquidas	316	(2.367)
Total	**(242.561)**	**(211.582)**

22. Resultado Financeiro:	**2023**	**2022**
Despesas financeiras:		
Juros com empréstimos	(47.120)	(47.120)
Juros com arrendamento	(5.032)	(4.499)
Baixa arrendamento	(18)	–
Despesas bancárias	(62)	(58)
Outras despesas financeiras	(183)	(19)
Total de despesas financeiras	**(52.415)**	**(51.696)**
Receitas financeiras:		
Rendimentos de aplicações financeiras	4.676	6.866
Outras receitas financeiras	347	428
Total de receitas financeiras	**5.023**	**7.294**
Total	**(47.392)**	**(44.402)**

23. Instrumentos Financeiros: Os valores contábeis dos ativos, passivos e instrumentos financeiros comparados a valores que poderiam ser negociados em um mercado ativo, ou na ausência deste, aproximam-se substancialmente de seus valores de mercado em 31 de dezembro de 2023. **23.1** Categorias de instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2023 e de 2022:

Ativos financeiros	**2023**	**2022**
Custo amortizado:		
Caixa e equivalentes de caixa	13.047	63.711
Contas a receber de clientes	54.414	36.995
Partes relacionadas	2.222	1.381
Outros Créditos	3.773	4.666
Total	**73.456**	**106.753**

Passivos financeiros	**2023**	**2022**
Custo amortizado:		
Fornecedores	23.569	47.666
Partes relacionadas	391.916	411.312
Arrendamento	69.047	61.850
Receita diferida	2.304	2.542
Total	**486.836**	**523.370**

A Administração é de opinião que os instrumentos financeiros, reconhecidos nas demonstrações financeiras pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado nas datas dos balanços. O saldo da rubrica "Empréstimos e financiamentos" é atualizado monetariamente com base em taxas contratuais e juros variáveis e/ou contratados em virtude das condições de mercado; portanto, o saldo devedor registrado nas datas dos balanços está próximo do valor de mercado. Contudo, tendo em vista que não há mercado ativo para esses instrumentos, as diferenças poderiam ocorrer se tais valores fossem liquidados antecipadamente. **23.2 Valores justos:** A Sociedade divulga o valor justo dos instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado cujos respectivos valores justos diferem dos saldos contábeis. Os valores justos de caixa e equivalentes de caixa, de contas a receber de clientes, da dívida de curto prazo e de contas a pagar a fornecedores são equivalentes aos seus valores contabilizados. **23.3 Gerenciamento de riscos:** De acordo com a natureza dos instrumentos financeiros, envolvendo riscos conhecidos ou não, a Administração utiliza estimativas para mensurar os riscos. Os principais fatores de risco que poderiam afetar a Sociedade são: **a) Risco de crédito:** Refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Sociedade a incorrer em perdas financeiras. As vendas da Sociedade são efetuadas para muitos clientes e esse risco é administrado por meio de um rigoroso processo de concessão de crédito. **b) Risco de capital:** Os objetivos da Sociedade, ao administrar seu capital, são assegurar a continuidade das operações para oferecer retorno aos cotistas, além de manter uma estrutura de capital adequada para minimizar os custos a ela associados. A estrutura de capital da Sociedade consiste em saldos de caixa e equivalentes de caixa e mútuos com partes relacionadas, sendo, periodicamente, revisados pela Administração quanto à capacidade de liquidar os compromissos financeiros da Sociedade. **c) Risco de liquidez:** A Administração é responsável pela liquidez da Sociedade e, dessa forma, mantém controles para garantir reservas adequadas, linhas de crédito bancário e outras formas de obtenção de empréstimos, para honrar os valores devidos nos vencimentos. A tabela a seguir demonstra os passivos financeiros contratados em 31 de dezembro de 2023 e de 2022:

Operação	**2023**	**2022**
Fornecedores	23.569	47.666
Partes relacionadas	391.916	411.312
Arrendamento	69.047	61.850
Receita diferida	2.066	2.304
Obrigações trabalhistas e tributárias	9.605	9.709
Total	**496.203**	**532.841**

d) Risco de taxas de juros e índices de inflação dos empréstimos: Os resultados da Sociedade e de sua controlada são afetados pelo CDI e Libor aplicáveis a "Caixa e equivalentes de caixa" e "Mútuos com partes relacionadas". Adicionalmente, a Sociedade não celebrou contratos de instrumentos financeiros derivativos em 2023. As principais taxas que poderiam afetar a Sociedade e as principais rubricas são: • Aplicações financeiras: Representadas por CDBs, remunerados pelo CDI com direito à liquidação estipulada por contrato, conforme demonstrado na nota explicativa nº 4. • Mútuos com partes relacionadas: Sujeitos a taxas de juros fixas, conforme descrito na nota explicativa nº 14, ajustados até as datas dos balanços.

24. Cobertura de Seguros: A Empresa adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, levando-se em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura de seguros, em valores de 31 de dezembro de 2023, possui uma cobertura total para seus ativos operacionais ao montante de R$3.591.450 (R$7.926.380 em 31 de dezembro de 2022). A responsabilidade da contratação do seguro é da American Tower do Brasil - Cessão de Infraestrutura Ltda. e faz a extensão através de endosso deste para a American Tower do Brasil - Comunicação de Multimídia Ltda.

25. Plano de Opção de Compra de Ações para Empregados: A Sociedade concede plano de opção de compra de ações diretamente aos seus funcionários, além de conceder, sem ônus, ações da controladora mundial de acordo com certas condições de desempenho e períodos de elegibilidade. A Sociedade contabilizou os efeitos desses benefícios de acordo com o pronunciamento técnico CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações. O passivo correspondente a esse plano de remuneração está contabilizado na rubrica de partes relacionadas em 2023 foi R$ 633 (R$466 em 31 de dezembro de 2022).

26. Informações Adicionais às Demonstrações dos Fluxos de Caixa: A Administração da Sociedade define como "Caixa e equivalentes de caixa" valores mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa da Sociedade estão apresentadas a seguir:

	2023	2022
Transferência entre ativo imobilizado e intangível.	2.724	2.857
Provisão para desmobilização de ativos oriundos das aquisições do exercício.	6.353	3.152
Fornecedores de ativo imobilizado a serem quitados no ano seguinte	13.261	36.238

27. Aprovação das Demonstrações Financeiras: As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração da Sociedade e autorizadas para emissão em 26 de março de 2024.

Diretor

Emerson Hugues de Sousa
CPF/ME nº 252.488.388-43 - Vice-Presidente e Diretor Geral

Daniel Lopes Giorgini
CPF/ME nº 064.184.866-84 - Diretor de Desenvolvimento de Novos Produtos

Luciano Barreto Ferreira
CPF/ME nº 862.400.056-49 - Vice-Presidente de Finanças

Contadora

Valéria de Campos Oliveira
CRC-MG nº 62894/0"S"

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores da **American Tower do Brasil - Comunicação Multimídia Ltda. - Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da American Tower do Brasil - Comunicação Multimídia Ltda. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da American Tower do Brasil - Comunicação Multimídia Ltda. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase:** Conforme divulgado na nota explicativa nº 14 às demonstrações financeiras, a Sociedade mantém transações em montantes significativos com partes relacionadas que são relevantes para a continuidade das suas operações. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de março de 2024

Deloitte Touche Tohmatsu
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Tarcisio Luiz dos Santos
Contador - CRC nº 1 SP 207626/O-0

Deloitte.

Comerc Participações S.A.

CNPJ n° 25.369.840/0001-57 - NIRE 35.300.573.625

Ata de Reunião do Conselho de Administração Realizada em 11 de Abril de 2024

Aos 11/04/2024, às 17 horas, na sede social da ("**Companhia**"). **Presença:** Totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **Mesa:** Presidente: Sr. Cristopher Alexander Vlavianos. Secretária: Sra. Daniane Rezende Carvalho. **Deliberações: (i)** aprovar a captação de recursos, pela Companhia, mediante a realização da Emissão, para distribuição pública, a ser registrada perante a CVM sob o rito automático de distribuição e destinada exclusivamente a Investidores Profissionais, nos termos do artigo 59, §1°, da Lei n° 6.404, de 15/12/1976, conforme em vigor ("**Lei das Sociedades por Ações**"), por meio da celebração da Escritura de Emissão, com as seguintes características e condições principais, as quais serão detalhadas na Escritura de Emissão: **(a)** *Destinação dos Recursos*: os Recursos Líquidos captados pela Emissora por meio da integralização das Debêntures serão utilizados integralmente e exclusivamente da seguinte forma: **(i)** efetuar o resgate antecipado da 1ª Emissão de Notas Comerciais da Ares 2 (conforme definido na Escritura de Emissão); **(ii)** complementar os recursos necessários para efetuar o resgate antecipado das debêntures referentes à 2ª Emissão de Debênture Simples, não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Garantia Real, com garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Emissora ("**Debêntures Castilho**"); e **(iii)** implementação de projetos de geração distribuída, com base na Lei n° 14.300, de 6/01/2022, equivalente a, no mínimo, 88 MW pico, de forma proporcional à participação societária da Mori 3, que sejam desenvolvidos pela Mori 3 ou quaisquer sociedades direta ou indiretamente controladas por ela, nesta data ou futuramente ("**Projetos Ciclo 3**" e "**SPEs Ciclo 3**", respectivamente). O saldo residual dos Recursos Líquidos deverá ser utilizado para reforço de caixa e desenvolvimento das atividades da Emissora. **(b)** *Valor Total da Emissão*: o valor total da Emissão será de R$1.400.000.000,00, na Data de Emissão (conforme definido abaixo) ("**Valor Total da Emissão**"); **(c)** *Número da Emissão*: a presente Emissão representa a 6ª (sexta) emissão de debêntures da Emissora; **(d)** *Número de Séries*: a Emissão será realizada em série única; **(e)** *Agente de Liquidação e Escriturador*: o agente de liquidação e o escriturador da Emissão será a **Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.,** inscrita no CNPJ sob o n° 22.610.500/0001-88 ("**Agente de Liquidação**" e "**Escriturador**" cujas definições incluem quaisquer outras instituições que venham a suceder o Agente de Liquidação ou o Escriturador na prestação dos serviços relativos à Debêntures); **(f)** *Direito de Preferência*: não haverá direito de preferência dos atuais acionistas da Emissora na subscrição das Debêntures; **(g)** *Data de Emissão*: para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será aquela a ser estabelecida na Escritura de Emissão ("**Data de Emissão**"); **(h)** *Distribuição, Negociação e Custódia Eletrônica*: as Debêntures serão depositadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão - Balcão B3 ("**B3**") para **(I)** distribuição no mercado primário por meio do MDA - Módulo de Distribuição de Ativos ("**MDA**"), administrado e operacionalizado pela B3, sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3; e **(II)** negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 - Títulos e Valores Mobiliários ("**CETIP21**"), administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3; **(i)** *Forma, Tipo e Comprovação de Titularidade*: as Debêntures serão emitidas na forma nominativa e escritural, sem emissão de cautelas ou certificados. Para todos os fins e efeitos legais, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador, na qualidade de instituição financeira responsável pela escrituração das Debêntures. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures extrato em nome do Debenturista expedido pela B3, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3; **(j)** *Conversibilidade*: as Debêntures serão simples, ou seja, não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora; **(k)** *Espécie*: as Debêntures serão da espécie com garantia real, nos termos do artigo 58, *caput*, da Lei das Sociedades por Ações, e terão garantia adicional fidejussória, conforme estabelecido no item (x) abaixo; **(l)** *Prazo e Data de Vencimento*: observados os termos e condições a serem estabelecidos na Escritura de Emissão, as Debêntures terão prazo de vencimento de 3 anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em data a ser estabelecida na Escritura de Emissão ("**Data de Vencimento**"); **(m)** *Valor Nominal Unitário*: o valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R$1.000,00 ("**Valor Nominal Unitário**"); **(n)** *Quantidade de Debêntures Emitidas*: serão emitidas 1.400.000 de Debêntures, na Data de Emissão; **(o)** *Forma de Subscrição e de Integralização e Preço de Integralização*: respeitado o atendimento das disposições do Contrato de Distribuição, as Debêntures poderão ser subscritas e integralizadas a qualquer tempo, a partir da data de início da distribuição da Oferta, conforme informado no Anúncio de Início, a ser divulgado nos termos do artigo 13 da Resolução CVM 160, durante o período de distribuição das Debêntures previsto no artigo 48 da Resolução CVM 160, de acordo com os procedimentos da B3, observado o Plano de Distribuição. As Debêntures serão subscritas e integralizadas por meio do MDA, à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional, pelo Valor Nominal Unitário das Debêntures ("**Primeira Data de Integralização**"). Caso qualquer Debênture venha ser integralizada em data diversa e posterior à Primeira Data de Integralização, a integralização deverá considerar o Valor Nominal Unitário, ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização das Debêntures até a data da efetiva integralização, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à B3 **("Preço de Integralização").** A exclusivo critério dos Coordenadores, as Debêntures poderão ser subscritas com ágio ou deságio a ser definido no ato de subscrição das Debêntures, desde que aplicado de forma igualitária à totalidade das Debêntures subscritas e integralizadas na mesma data, observado o disposto a esse respeito no Contrato de Distribuição. Em relação às liquidações realizadas em datas diferentes, eventual ágio ou deságio poderá ser aplicado de forma diferente, observado também o disposto no Contrato de Distribuição; **(p)** *Atualização Monetária das Debêntures*: o Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente; **(q)** *Remuneração*: sobre o Valor Nominal Unitário, ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, *"over extra grupo"*, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão - Balcão B3 ("**B3**"), no Informativo Diário, disponível em sua página na Internet (http://www.b3.com.br), expressa na forma percentual ao ano, base 252 Dias Úteis ("**Taxa DI**"), acrescida exponencialmente de sobretaxa *(spread)* correspondente a 2,20% ao ano, base 252 Dias Úteis ("**Remuneração**"), sendo a Remuneração calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos desde a Primeira Data de Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, de acordo com a fórmula descrita na Escritura de Emissão; **(r)** *Pagamento da Remuneração*: a Remuneração será paga semestralmente, sempre em determinado dia de cada ano a ser estabelecido na Escritura de Emissão, sendo o primeiro pagamento realizado em data a ser estabelecida na Escritura de Emissão e, o último pagamento, na Data de Vencimento das Debêntures (cada uma, uma "**Data de Pagamento da Remuneração**"), ressalvados os pagamentos em decorrência dos Eventos de Vencimento Antecipado, das hipóteses de Resgate Antecipado Total, Oferta de Resgate Antecipado e Aquisição Facultativa com cancelamento da totalidade das Debêntures, conforme previstas na Escritura de Emissão; **5.1.3.1** *Amortização do Valor Nominal Unitário*: sem prejuízo dos pagamentos em decorrência dos Eventos de Vencimento Antecipado, das hipóteses de Resgate Antecipado Total, Oferta de Resgate Antecipado e Aquisição Facultativa, com cancelamento da totalidade das Debêntures, conforme previstas na Escritura de Emissão, o Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em uma única parcela, na Data de Vencimento das Debêntures ("**Data de Amortização das Debêntures**"); **(s)** *Local de Pagamento*: os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no dia de seu respectivo vencimento por intermédio da B3, com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na B3, conforme seu procedimento, ou, com relação às Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na B3, por meio do Escriturador ou conforme o caso pela instituição financeira contratada para este fim; **(t)** *Prorrogação dos Prazos*: considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista na Escritura de Emissão, até o 1° Dia Útil subsequente, se a data do vencimento coincidir com dia em que não houver expediente bancário no local de pagamento das Debêntures, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da B3, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado declarado nacional, sábado ou domingo, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos. Exceto quando previsto expressamente de modo diverso na Escritura de Emissão, entende-se por "**Dia(s) Útil(eis)**" **(i)** com relação a qualquer obrigação realizada por meio da B3, inclusive para fins de cálculo, qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional; e **(ii)** com relação a qualquer obrigação que não seja realizada por meio da B3, qualquer dia no qual haja expediente nos bancos comerciais na cidade de São Paulo, estado de São Paulo; **(u)** *Encargos Moratórios*: sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora e/ou pela Fiadora de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, observado o disposto na Escritura de Emissão, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% ao mês, calculados *pro rata temporis,* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa não compensatória de 2% sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, além das despesas incorridas para cobrança ("**Encargos Moratórios**"); **(v)** *Decadência dos Direitos aos Acréscimos*: o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Companhia, nas datas a serem previstas na Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela Companhia nos canais de publicação a serem indicados na Escritura de Emissão, não lhe dará direito ao recebimento da Remuneração das Debêntures e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou pagamento; **(w)** *Repactuação Programada*: não haverá repactuação programada das Debêntures; **(x)** *Garantia Fidejussória*: a Fiadora, por meio da Escritura de Emissão e na melhor forma de direito, presta fiança em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, em conformidade com o artigo 818 do Código Civil, independentemente das outras garantias constituídas no âmbito da Emissão, obrigando-se solidariamente com a Emissora, em caráter irrevogável e irretratável, como fiadora, codevedora solidária e principal pagadora responsável pelo fiel, pontual (em cada Data de Pagamento da Remuneração e/ou na Data de Vencimento) e integral pagamento do Valor Total da Emissão, devido nos termos da Escritura de Emissão, acrescido da Remuneração e dos Encargos Moratórios, conforme aplicável, bem como das demais obrigações pecuniárias presentes e futuras, principais e acessórias, previstas na Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantia, inclusive honorários advocatícios, despesas, custos, encargos, tributos, reembolsos ou indenizações, bem como as obrigações relativas ao Agente de Liquidação, ao Escriturador, à B3, ao Agente Fiduciário, à Agência de Classificação de Risco e demais prestadores de serviço envolvidos na Emissão, bem como honorários do Agente Fiduciário e despesas judiciais e extrajudiciais necessárias e comprovadamente incorridas pelo Agente Fiduciário ou Debenturistas, inclusive, na constituição, formalização, execução e/ou excussão das garantias previstas na Escritura de Emissão ("**Obrigações Garantidas**" e "**Fiança**", respectivamente). A Fiadora expressamente renuncia aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 277, 333, parágrafo único, 364, 365, 366, 368, 821,824, 827, 829, parágrafo único, 830, 834, 835, 836, 837, 838 e 839 do Código Civil, e nos artigos 130, 131 e 794 da Lei n° 13.105, de 16 de março de 2015, conforme alterada; **(y)** *Garantias Reais*: **(I)** *Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios Mori 3*: em garantia do pontual e integral cumprimento das Obrigações Garantidas, as Debêntures contarão, com cessão fiduciária, em caráter irrevogável e irretratável, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário ("**Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios Mori 3**"): **(i)** sobre todos e quaisquer frutos, rendimentos, vantagens e remunerações que forem ou venham a ser atribuídos às ações e/ou às quotas de emissão das SPEs Ciclo 3, de titularidade da Mori 3, inclusive dividendos (em dinheiro ou mediante distribuição de novas ações), lucros, juros sobre capital próprio, bonificações, direitos e reduções de capital e demais valores atribuídos, declarados e ainda não pagos ou a serem declarados, recebidos ou a serem recebidos ou de qualquer outra forma distribuídos e/ou atribuídos em decorrência das referidas ações e/ou quotas, inclusive mediante a permuta, venda ou qualquer outra forma de disposição ou alienação das ações e/ou quotas, nestes casos, desde que autorizados nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios Mori 3 e da Escritura de Emissão, conforme o caso, e quaisquer bens, valores mobiliários ou títulos nos quais as ações e/ou quotas sejam convertidas (incluindo quaisquer depósitos, títulos ou valores mobiliários), assim como todas as outras quantias pagas ou a serem pagas em decorrência de, ou relacionadas à, quaisquer das ações e/ou quotas, os quais deverão transitar pela respectiva conta vinculada a ser estabelecida no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios Mori 3 ("**Proventos das Ações SPEs Ciclo 3**"); **(ii)** a totalidade dos recursos, valores depositados e/ou quaisquer outros direitos creditórios depositados, a qualquer tempo, na conta vinculada a ser estabelecida no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios Mori 3 e a própria conta vinculada, inclusive, mas sem limitação, todos os direitos, atuais ou futuros, detidos e a serem detidos como resultado dos valores depositados, a qualquer tempo, na respectiva conta, bem como quaisquer direitos e créditos decorrentes de investimentos realizados com os valores depositados na conta vinculada, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária Mori 3. **(II)** *Alienação Fiduciária de Quotas Mori 3*: em garantia do pontual e integral cumprimento das Obrigações Garantidas, as Debêntures contarão com alienação fiduciária, em caráter irrevogável e irretratável, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, sobre a propriedade fiduciária, o domínio resolúvel e a posse indireta de ("**Alienação Fiduciária de Quotas Mori 3**", e em conjunto com a Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios Mori 3, as "**Garantias Reais Mori 3**") (i) todas as quotas de emissão da Mori 3 detidas pela Emissora, correspondentes a 100% (cem por cento) do capital social da Mori 3 ("**Quotas Mori 3**"), **(ii)** todas as quotas derivadas das Quotas Mori 3 por meio de desdobramento, grupamento ou bonificação, capitalização de lucros ou reservas, inclusive mediante a permuta, em razão do cancelamento destas, ou de incorporação, fusão, cisão ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Mori 3, venda ou qualquer outra forma de alienação das Quotas Mori 3 e quaisquer bens ou títulos nos quais as Quotas Mori 3 sejam convertidas (incluindo quaisquer depósitos, títulos ou valores mobiliários), direito e/ou opção de subscrição de novas quotas representativas de seu capital social, conforme aplicável, títulos ou outros valores mobiliários conversíveis em quotas; e **(iii)** todos os direitos, presentes e futuros, oriundos das Quotas Mori 3, incluindo, sem limitação, todos os direitos de voto e direito ao recebimento de lucros, dividendos, juros sobre capital, rendimentos, distribuições, bônus e quaisquer outros que possam ser creditados, pagos, distribuídos, declarados ou de outra forma entregues, a qualquer título, à Emissora relativamente às Quotas Mori 3, bem como quaisquer ativos ou direitos nos quais as Quotas Mori 3 sejam ou venham a ser convertidas a qualquer momento. **(III)** *Alienação Fiduciária de Ações e Quotas Energea*: adicionalmente, a Emissora, nos termos da Escritura de Emissão, obriga-se a fazer com que, após a transferência da titularidade da totalidade das quotas e/ou ações, de forma direta ou indireta, da CL RJ 018 Empreendimentos e Participações S.A. ("**CL RJ**") e das SPEs Energea (conforme definido abaixo) para a Mori 3 ("**Reorganização Societária SPEs Energea**"), a Mori 3 e a CL RJ alienem, respectivamente, em caráter irrevogável e irretratável, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, a propriedade fiduciária, o domínio resolúvel e a posse indireta das (a) ações da CL RJ, e; (b) das ações da Mori Salinas Geração S.A. ("**Mori Salinas**"), das quotas da Mori Patrocínio Ltda. ("**Mori Patrocínio**") e das quotas da Mori Pedrinópolis Ltda. ("**Mori Pedrinópolis**", em conjunto com Mori Salinas, Mori Patrocínio e Mori Pedrinópolis "**SPEs Energea**") ("**Alienação Fiduciária de Ações e Quotas Energea**"), a qual deverá ser formalizada dentro do prazo de 120 dias contados da Primeira Data de Integralização, por meio do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e Quotas Energea, a ser celebrado entre a Mori 3, a CL RJ, o Agente Fiduciário e, como intervenientes anuentes, as SPEs Energea e a Emissora, que deverá ser, conforme prazos e termos a serem previstos no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e Quotas Energea, registrado ou averbado no Cartório de RTD competente, sem prejuízo dos demais procedimentos previstos no referido instrumento. **(IV)** *Cessão Fiduciária de Direitos e Créditos Energea*: a Emissora obriga-se a fazer com que após **(a)** a Reorganização Societária SPEs Energea, **(b)** a obtenção, pelas SPE Energea, da totalidade dos CAPs (conforme definido na Escritura de Emissão) de todos os projetos Energea, a CL RJ e a SPEs Energea cedam fiduciariamente, em favor dos Debenturistas, os direitos creditórios destas relacionados a eventuais contratos de locação/sublocação da planta e/ou dos equipamentos das SPEs Energea, bem como os respectivos seguros relacionados aos Projetos Energea ("**Cessão Fiduciária de Direitos e Créditos Energea**" e, em conjunto com a Alienação Fiduciária de Ações e Quotas Energea, as "**Garantias Reais Energea**", e em conjunto com as Garantias Reais Mori 3 e a Fiança, as "**Garantias**"), a qual deverá ser formalizada no prazo de 12 meses, contados da data da Primeira Data de Integralização ("**Prazo para Constituição CF Energea**"), por meio do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos e Créditos Energea, a ser celebrado entre a CL RJ, as SPEs Energea, o Agente Fiduciário, e a Emissora, esta última na qualidade de interveniente anuente, que deverá ser, conforme prazos e termos a serem previstos no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos e Créditos Energea, registrado ou averbado no Cartório de RTD competente, sem prejuízo dos demais procedimentos previstos no referido instrumento. Caso a Cessão Fiduciária de Direitos e Créditos Energea a ser descrita na Escritura de Emissão não seja constituída no Prazo para Constituição CF Energea, a Emissora, obriga-se, em caráter irrevogável e irretratável, perante os Debenturistas, a apresentar ao Agente Fiduciário, no prazo de 5 Dias Úteis contados do término do Prazo para Constituição CF Energea **(a)** fiança bancária com as seguintes características: **(a.1)** cobertura em montante equivalente a R$ 170.000.000,00; **(a.2)** vencimento em, no mínimo, 15 Dias Úteis após a Data de Vencimento; **(a.3)** inexistência de qualquer restrição, limitação ou condição ao seu exercício a partir da data de sua emissão, observada a ocorrência de um Evento de Vencimento Antecipado, ou vencimento final das Debêntures, sem que ocorra a liquidação das Obrigações Garantidas e **(a.4)** seja emitida por instituição financeira com *rating* mínimo em escala local equivalente a AA+ ("**Carta de Fiança Bancária**"); ou **(b)** o depósito em conta vinculada, de titularidade da Emissora, a ser cedida fiduciariamente em favor dos Debenturistas no âmbito do contrato de cessão fiduciária a ser celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário, de montante equivalente a R$ 170.000.000,00, o qual deverá permanecer depositado na respectiva conta vinculada até a total quitação das Obrigações Garantidas, ou a sua substituição por outra garantia permitida nos termos do referido contrato, conforme aplicável ("**Cash Collateral**"); **(z)** *Amortização Extraordinária Facultativa*: sujeito ao atendimento das condições a serem descritas na Escritura de Emissão, a Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar a qualquer tempo, a partir de determinada data a ser estabelecida na Escritura de Emissão (inclusive), com aviso prévio aos Debenturistas, nos termos da Escritura de Emissão, ou mediante comunicação escrita endereçada a cada Debenturista, com cópia ao Agente Fiduciário, com antecedência de, no mínimo, 5 Dias Úteis da data do evento, amortizações antecipadas extraordinárias ("**Amortização Extraordinária Facultativa**") do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, mediante o pagamento de parcela do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, a ser amortizada, limitada a 98% do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada *

J&F Investimentos S.A.

CNPJ/MF 00.350.763/0001-62

Demonstrações Contábeis para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

Balanços patrimoniais

Ativo	Nota	Controladora 31.12.23	Controladora 31.12.22	Consolidado 31.12.23	Consolidado 31.12.22
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	**1.970**	1.652.176	**25.137.341**	15.419.535
Contas a receber de clientes	6	**–**	–	**17.059.451**	21.692.506
Dividendos a receber	21	**21.720**	27.670	**–**	–
Estoques	7	**–**	–	**25.538.682**	28.826.223
Ativos biológicos	8	**–**	–	**8.289.048**	9.710.693
Impostos a recuperar	9	**52.035**	77.317	**4.832.877**	5.696.264
Créditos com empresas ligadas	12	**95.648**	34.259	**3.328**	3.192
Derivativos a receber		**–**	–	**499.141**	591.969
Outros ativos circulantes		**62.217**	21.936	**2.480.026**	2.572.263
Total do Circulante		**233.590**	**1.813.358**	**83.839.894**	**84.512.645**
Não Circulante					
Realizável a Longo Prazo					
Empréstimos e recebíveis	6	**–**	**–**	**–**	98.956
Ativos disponíveis para venda	10	**5.355.669**	4.210.140	**16.260.006**	14.830.024
Créditos com empresas ligadas	12	**2.392.738**	2.456.215	**3.480.170**	3.165.098
Ativos biológicos	8	**–**	–	**2.573.041**	2.619.066
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23	**–**	–	**4.086.478**	3.584.844
Impostos a recuperar	9	**28.410**	28.410	**8.585.331**	9.361.372
Derivativos a receber		**–**	–	**396.698**	–
Títulos a receber	11	**211.363**	236.430	**211.363**	236.430
Propriedades para investimentos		**5.809**	21.339	**5.809**	21.339
Investimentos em controladas, *joint ventures* e outros	13	**23.438.476**	25.391.648	**300.716**	861.928
Imobilizado	14	**406.879**	358.809	**66.075.947**	64.428.156
Direito de uso de arrendamento mercantil	15	**–**	633	**8.723.924**	8.996.365
Intangível	16	**792**	422.358	**10.300.619**	11.434.057
Ágio	17	**182.326**	182.326	**30.564.782**	31.445.770
Outros ativos não circulantes		**7.294.305**	4.585.767	**9.082.529**	6.034.192
Total do Não Circulante		**39.316.767**	**37.894.075**	**160.647.413**	**157.117.597**
Total do Ativo		**39.550.357**	**39.707.433**	**244.487.307**	**241.630.242**

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	Controladora 31.12.23	Controladora 31.12.22	Consolidado 31.12.23	Consolidado 31.12.22
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	19	**2.936.400**	1.169.431	**10.581.749**	10.683.865
Fornecedores	18	**23.525**	24.091	**31.057.825**	34.845.849
Débitos com empresas ligadas	12	**115.003**	54.513	**–**	337
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	20	**83.336**	65.307	**7.769.685**	7.869.148
Provisão a pagar de arrendamento mercantil	15	**–**	664	**1.911.706**	1.972.058
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio	21	**–**	–	**11.542**	221
Compromissos com terceiros para investimentos	22	**–**	–	**68.784**	115.255
Derivativos a pagar		**–**	–	**757.169**	690.949
Outros passivos circulantes		**56.737**	22.097	**3.736.546**	2.560.918
Total do Circulante		**3.215.001**	**1.336.103**	**55.895.006**	**58.738.600**
Não Circulante					
Empréstimos e financiamentos	19	**4.460.597**	5.378.866	**99.245.391**	90.870.544
Passivos classificados como mantidos para venda	10	**–**	–	**5.820.043**	6.654.394
Acordo de Leniência	2	**2.278.139**	2.771.093	**2.278.139**	2.771.093
Débitos com empresas ligadas	12	**456.748**	488.848	**5.194**	3.907
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio	21	**963.382**	963.382	**963.382**	963.382
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	20	**–**	–	**2.989.160**	3.154.697
Provisão a pagar de arrendamento mercantil	15	**–**	–	**7.521.036**	7.719.621
Compromissos com terceiros para investimentos	22	**–**	–	**253.143**	237.582
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23	**223.071**	224.151	**6.978.753**	7.569.225
Provisão para riscos processuais	24	**9.466.995**	9.049.074	**12.069.552**	11.409.524
Obrigações para desmobilização de ativos	25	**–**	–	**71.718**	228.962
Derivativos a pagar		**–**	–	**83.201**	77.160
Outros passivos não circulantes		**265.470**	218.316	**1.020.462**	643.006
Total do não Circulante		**18.114.402**	**19.093.730**	**139.299.174**	**132.303.097**
Patrimônio Líquido	26				
Capital social		**8.627.982**	8.627.982	**8.627.982**	8.627.982
Transações de capital		**(3.193.223)**	(3.197.500)	**(3.193.223)**	(3.197.500)
Reserva de reavaliação		**16.605**	17.955	**16.605**	17.955
Reserva de lucros		**11.280.589**	12.383.243	**11.280.589**	12.383.243
Outros resultados abrangentes		**1.489.001**	1.445.920	**1.489.001**	1.445.920
Atribuído à participação dos acionistas controladores		**18.220.954**	**19.277.600**	**18.220.954**	**19.277.600**
Participação dos acionistas não controladores		**–**	–	**31.072.173**	31.310.945
Total do Patrimônio Líquido		**18.220.954**	**19.277.600**	**49.293.127**	**50.588.545**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**39.550.357**	**39.707.433**	**244.487.307**	**241.630.242**

Demonstrações do resultado

	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receita Líquida	27	**4.378**	26.504	**369.301.247**	378.970.102
Custo dos produtos vendidos	31	**(551)**	(459)	**(328.718.030)**	(318.008.943)
Lucro Bruto		**3.827**	**26.045**	**40.583.217**	**60.961.159**
(Despesas) Receitas Operacionais					
Administrativas e gerais	31	**(462.803)**	(224.837)	**(12.492.441)**	(12.356.771)
Com vendas	31	**(18.352)**	(79.253)	**(23.472.391)**	(24.690.405)
Outras receitas (despesas)	32	**329.690**	(62.576)	**490.741**	1.019.183
(Despesas) Receitas Operacionais		**(151.465)**	**(366.666)**	**(35.474.091)**	**(36.027.993)**
Resultado Operacional		**(147.638)**	**(340.621)**	**5.109.126**	**24.933.166**
Receita financeira	28	**909.611**	671.340	**4.235.082**	3.819.753
Despesa financeira	28	**(2.089.296)**	(1.752.064)	**(12.471.814)**	(11.823.888)
		(1.179.685)	**(1.080.724)**	**(8.236.732)**	**(8.004.135)**
Resultado de equivalência patrimonial	13	**(965.181)**	7.542.268	**95.459**	90.075
Resultado antes da Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social		**(2.292.504)**	**6.120.923**	**(3.032.147)**	**17.019.106**
Imposto de renda e contribuição social corrente	23	**–**	–	**(435.102)**	(2.662.431)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23	**1.080**	2.779	**981.728**	460.735
Lucro Líquido (Prejuízo) das Operações Continuadas		**(2.291.424)**	**6.123.702**	**(2.485.521)**	**14.817.410**
Lucro líquido de operações descontinuadas		**1.187.418**	1.787.944	**2.350.137**	3.542.864
Lucro Líquido (Prejuízo)		**(1.104.006)**	**7.911.646**	**(135.384)**	**18.360.274**
Atribuído A:					
Participação dos acionistas controladores				**(1.104.006)**	7.911.646
Participação dos acionistas não controladores				**968.622**	10.448.628
				(135.384)	**18.360.274**
Lucro (Prejuízo) por ações R$ - Básico e diluído	29	**(9,02)**	64,67		

Demonstrações dos resultados abrangentes

		Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Lucro líquido (prejuízo)	**DMPL**	**(1.104.006)**	**7.911.646**	**(135.384)**	**18.360.274**
Ajuste de avaliação patrimonial em controladas	**DMPL**	**38.151**	(51.135)	**38.151**	(51.135)
Ajuste acumulado de conversão em controladas e variação cambial em controladas	**DMPL**	**4.930**	(2.879.888)	**4.930**	(2.879.888)
Outros resultados abrangentes		**43.081**	**(2.931.023)**	**43.081**	**(2.931.023)**
Total do resultado abrangente do período		**(1.060.925)**	**4.980.623**	**(92.303)**	**15.429.251**
Total do resultado abrangente atribuível a:					
Acionistas da Companhia		**(1.060.925)**	**4.980.623**	**(1.060.925)**	4.980.623
Não controladores		**–**	–	**968.622**	10.448.628
		(1.060.925)	**4.980.623**	**(92.303)**	**15.429.251**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Capital social	Transações de capital	Reserva de reavaliação	Reservas de lucros: Legal	Reservas de lucros: Estatutária para investimento	Outros resultados Abrangentes: AAP [1]	Outros resultados Abrangentes: AAC [2]	Lucros acumulados	Total	Participação de não controladores	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	**8.627.982**	**(2.223.302)**	**19.422**	**393.609**	**4.076.520**	**120.408**	**4.256.535**	**–**	**15.271.174**	**29.385.197**	**44.656.371**
Lucro líquido	–	–	–	–	–	–	–	7.911.646	**7.911.646**	10.448.628	**18.360.274**
Outros resultados abrangentes do exercício	–	–	–	–	–	(51.135)	(2.879.888)	–	**(2.931.023)**	–	**(2.931.023)**
Total de resultados abrangentes	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(51.135)**	**(2.879.888)**	**7.911.646**	**4.980.623**	**10.448.628**	**15.429.251**
Transações de capital	–	(974.198)	–	–	–	–	–	–	**(974.198)**	**–**	**(974.198)**
Realização da reserva de reavaliação	–	–	(1.467)	–	–	–	–	1.467	**–**	**–**	**–**
Reserva legal	–	–	–	395.509	–	–	–	(395.509)	**–**	**–**	**–**
Reserva estatutária para investimento	–	–	–	–	7.517.605	–	–	(7.517.605)	**–**	**–**	**–**
Participação de não controladores	–	–	–	–	–	–	–	–	**–**	(8.522.880)	**(8.522.880)**
Saldos em 31 de Dezembro de 2022	**8.627.982**	**(3.197.500)**	**17.955**	**789.118**	**11.594.125**	**69.273**	**1.376.647**	**–**	**19.277.600**	**31.310.945**	**50.588.545**
Lucro líquido	–	–	–	–	–	–	–	(1.104.006)	**(1.104.006)**	968.622	**(135.384)**
Outros resultados abrangentes do exercício	–	–	–	–	–	38.151	4.930	–	**43.081**	–	**43.081**
Total de resultados abrangentes	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**38.151**	**4.930**	**(1.104.006)**	**(1.060.925)**	**968.622**	**(92.303)**
Transações de capital	–	4.277	–	–	–	–	–	–	**4.277**	**–**	**4.277**
Realização da reserva de reavaliação	–	–	(1.351)	–	–	–	–	1.351	**–**	**–**	**–**
Reserva estatutária para investimento	–	–	–	–	(1.102.655)	–	–	1.102.655	**–**	**–**	**–**
Participação de não controladores	–	–	–	–	–	–	–	–	**–**	(1.207.394)	**(1.207.394)**
Saldos em 31 de Dezembro de 2023	**8.627.982**	**(3.193.223)**	**16.605**	**789.118**	**10.491.471**	**107.424**	**1.381.577**	**–**	**18.220.954**	**31.072.173**	**49.293.127**

[1] Ajustes de avaliação patrimonial. [2] Ajustes acumulados de conversão e variação cambial sobre investimentos no exterior.

Demonstrações dos fluxos de caixa

	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro (prejuízo) líquido das operações continuadas		**(2.291.424)**	6.123.702	**(2.485.521)**	14.817.410
Ajustado por:					
Depreciação e amortização	8, 14 e 16	**12.091**	13.324	**10.920.671**	10.219.808
Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa		–	–	**53.174**	47.380
Provisões		–	374.544	**1.033.603**	801.910
Resultado de equivalência patrimonial	13	**965.181**	(7.542.268)	**(95.459)**	(90.075)
Atualização de valor justo de ativo		–	–	**611.351**	(92.504)
Resultado na venda de imobilizado		–	–	**(57.598)**	(93.093)
Imposto de renda e contribuição social corrente	23	**–**	–	**435.102**	2.662.431
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23	**(1.080)**	(2.779)	**(981.728)**	(460.735)
Resultado financeiro líquido	28	**1.179.685**	1.080.724	**8.236.732**	8.004.135
Realização de valia do imobilizado		–	–	**25.758**	–
Plano de opções de ações		–	–	**34.418**	39.125
Ganho por compra vantajosa		–	–	**(25.073)**	(416.959)
Variação cambial sobre conversões		–	–	**(22.692)**	76.594
Impactos da investigação no âmbito do acordo de leniência		**(3.133)**	(230.115)	**(3.133)**	(190.590)
Outros		**–**	–	**225.049**	–
		(138.680)	**(182.868)**	**17.904.654**	**35.324.837**
Variações nos ativos e passivos					
Redução (aumento) no ativo:					
Contas a receber		**–**	–	**3.808.418**	(1.083.636)
Estoques		**–**	–	**2.156.914**	(2.666.836)
Impostos a recuperar		**29.541**	(11.833)	**334.070**	(3.715.918)
Ativos biológicos		**–**	–	**(2.645.955)**	(4.442.720)
Títulos a receber		**25.067**	163.537	**25.067**	163.537
Outros ativos circulantes e não circulantes		**(89.093)**	(13.715)	**(344.266)**	566.509
Aumento (redução) no passivo:					
Fornecedores e fornecedores risco sacado		**(573)**	158.438	**(3.907.365)**	1.601.092
Parcelamentos fiscais, trabalhistas e sociais		**–**	–	**(240.688)**	(402.813)
Pagamento de acordos de Leniência, DOJ e Antitruste		**(608.183)**	–	**(1.051.037)**	(873.107)
Outros passivos circulantes e não circulantes		**134.504**	9.953	**1.460.107**	(252.855)
Imposto de renda e contribuição social pagos		**–**	–	**(58.786)**	(5.330.149)
Variações em ativos e passivos operacionais		**(508.737)**	**306.380**	**(463.521)**	**(16.436.896)**
Juros pagos		**(785.825)**	(441.949)	**(7.630.864)**	(5.459.016)
Juros recebidos		**36.830**	71.046	**1.118.428**	850.255
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		**(1.396.412)**	**(247.391)**	**10.928.697**	**14.279.180**
Caixa líquido gerado pelas atividades de operações descontinuadas		**–**	**–**	**2.912.297**	**2.830.959**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Adições de ativo imobilizado		**(59.369)**	(154.570)	**(8.583.141)**	(11.787.423)
Alienação de ativo imobilizado		**25**	46	**25**	46
Adições de ativo intangível		**(595)**	(418)	**(45.314)**	(44.044)
Baixa de intangível		**–**	17	**20.513**	255
Recebimento na venda de ativo imobilizado e ativo intangível		**422.000**	–	**781.703**	253.249
Adições/Baixas em Investimentos		**152.935**	296.889	**141.192**	(22.716)
Recebimento de dividendos		**935.718**	1.844.367	**–**	–
Recebimento de juros sobre capital próprio		**–**	46.511	**–**	–
Amortização de cotas		**4.632**	4.750	**–**	–
Aquisição de controladas, líquido o caixa obtido na aquisição		**–**	–	**(17.155)**	(2.843.373)
Transações com partes relacionadas		**371.814**	(435.602)	**(297.650)**	(378.370)
Desconsolidação de controladas		**–**	–	**1.004**	(557.312)
Aumento de capital em controladas		**–**	–	**4.900**	6.372
Outros		**–**	803	**673.685**	(133.944)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		**1.827.160**	**1.602.793**	**(7.320.238)**	**(15.507.260)**
Caixa líquido gerado pelas atividades de operações descontinuadas		**–**	**–**	**(1.155.040)**	**(854.959)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Empréstimos e financiamentos captados		**1.685.500**	4.868.600	**50.462.075**	48.133.265
Pagamentos de empréstimos e financiamentos		**(1.270.755)**	(1.733.600)	**(37.391.435)**	(41.844.876)
Derivativos recebidos (pagos)		**140.266**	–	**157.420**	(1.342.179)
Caixa margem		**–**	–	**(130.759)**	570.288
Pagamentos de dividendos		**–**	–	**(1.213.232)**	(2.252.778)
Créditos com acionistas		**(2.644.219)**	(3.515.080)	**(2.644.219)**	(3.515.080)
Pagamentos de dividendos não controladores		**–**	–	**(29.565)**	(25.872)
Aplicação financeira		**–**	–	**–**	60.908
Alienação de ações em tesouraria JBS		**–**	–	**–**	824.250
Constituição de reserva de capital		**–**	–	**–**	16.632
Aquisição de ações de emissão própria		**–**	–	**–**	(4.614.026)
Adiantamento para futuro aumento de capital		**–**	–	**–**	17.995
Pagamentos de arrendamento mercantil		**(734)**	(854)	**(2.522.149)**	(2.347.860)
Outros		**–**	–	**–**	(53.357)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos		**(2.089.942)**	**(380.934)**	**6.688.136**	**(6.372.690)**
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos de operações descontinuadas		**–**	–	**(1.757.257)**	**(1.898.171)**
Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa		**8.988**	**27.505**	**(578.791)**	**(1.420.362)**
Variação líquida no período		**(1.650.206)**	1.001.973	**9.717.806**	(8.943.303)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		**1.652.176**	650.203	**15.419.535**	24.362.838
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		**1.970**	**1.652.176**	**25.137.341**	**15.419.535**
Transação não caixa:					
Novos contratos CPC 6 e IFRS 16		**–**	840	**2.468.331**	3.165.633
Dividendos prescritos		**–**	–	**(3.449)**	15
Transferência investimento negativo		**85.817**	173.236	**85.817**	173.236
Juros capitalizados		**–**	–	**(346.155)**	(369.155)
Compensação de Multa		**(3.133)**	(101.960)	**(3.133)**	(101.960)
Aquisição de projeto Centrais Elétricas		**–**	–	**–**	342.622
Cancelamento de ações em tesouraria		**–**	–	**–**	(5.851.685)
Encerramento de contratos de arrendamento		**–**	–	**(368)**	(2.098)
Parcelamentos fiscais		**–**	–	**191.215**	181.455
Compensação de impostos a pagar com saldo de PER/DCOMP		**–**	–	**2.065**	13.279
Juros sobre capital próprio distribuído		**–**	–	**(63.729)**	(46.550)
Imposto de renda retido sobre JCP		**–**	–	**6.694**	4.889
Total		**82.684**	**72.116**	**2.337.288**	**(2.490.319)**

Demonstrações do valor adicionado

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receitas				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	**4.860**	29.452	**373.704.041**	383.202.552
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	**329.690**	(292.691)	**847.745**	1.157
Recuperação (perda) estimada com crédito de liquidação duvidosa	**–**	–	**(53.174)**	(47.380)
	334.550	**(263.239)**	**374.498.612**	**383.156.329**
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	**(551)**	(459)	**(237.543.099)**	(230.291.058)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	**(388.471)**	(226.623)	**(69.065.858)**	(69.845.777)
Perda/Recuperação de valores ativos	**–**	–	**(45.407)**	40.008
Outras	**–**	–	**25.084**	150.720
	(389.022)	**(227.082)**	**(306.629.280)**	**(299.946.107)**
Valor adicionado bruto	**(54.472)**	**(490.321)**	**67.869.332**	**83.210.222**
Depreciação e Amortização	**(12.091)**	**(13.324)**	**(10.920.671)**	**(10.219.808)**
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	**(66.563)**	**(503.645)**	**56.948.661**	**72.990.414**
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	**(965.181)**	7.542.268	**95.352**	90.075
Receitas financeiras	**559.708**	422.355	**3.875.745**	3.569.861
Resultado de operações descontinuadas	**1.187.418**	1.787.944	**2.350.137**	3.542.864
Outras	**–**	–	**(36.658)**	829.607
Valor Adicionado Total a Distribuir	**715.382**	**9.248.922**	**63.233.237**	**81.022.821**

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Distribuição do Valor Adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	**73.699**	70.295	**37.545.501**	36.278.614
Benefícios	**4.716**	1.373	**7.746.700**	7.078.069
FGTS	**2.400**	1.875	**551.209**	466.429
	80.815	**73.543**	**45.843.410**	**43.823.112**
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	**446.108**	(213.616)	**1.195.874**	3.218.852
Estaduais	**3.440**	783	**2.606.399**	2.328.330
Municipais	**27**	148	**27.267**	26.123
	449.575	**(212.685)**	**3.829.540**	**5.573.305**
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros e variações cambiais	**1.288.355**	1.475.733	**11.198.178**	10.239.502
Aluguéis	**642**	685	**820.518**	736.141
Outras	**–**	–	**1.677.019**	2.291.700
	1.288.997	**1.476.418**	**13.695.715**	**13.267.343**
Remuneração de capitais próprios				
Juros sobre capital próprio	**–**	–	**–**	54.725
Dividendos	**–**	–	**–**	4.436.233
Lucro líquido (prejuízo) atribuído aos acionistas controladores	**(1.104.005)**	7.911.646	**(1.104.185)**	3.419.475
Participação de não controladores nos lucros retidos	**–**	–	**968.757**	10.448.628
	(1.104.005)	**7.911.646**	**(135.428)**	**18.359.061**
Valor Adicionado Total Distribuído	**715.382**	**9.248.922**	**63.233.237**	**81.022.821**

Notas explicativas às demonstrações contábeis

1. Contexto operacional: A J&F Investimentos S.A. (J&F ou Companhia), sediada no Brasil, no estado de São Paulo, é uma sociedade anônima fechada que se dedica à gestão e a investimentos estratégicos em diversos setores da economia. Seu objetivo é maximizar o valor para os acionistas, identificando oportunidades de investimento promissoras e providenciando o capital e gestão necessários para fomentar o crescimento e aumentar a eficiência das empresas adquiridas em fase de desenvolvimento. No Brasil, destaca-se entre seus principais investimentos a operação de processamento de bovinos, que abrange desde o abate e refrigeração até a produção de subprodutos derivados da carne. A companhia também se ocupa da industrialização e comercialização de couros, embalagens metálicas, resinas, embalagens plásticas e produtos afins. Seu portfólio inclui ainda o processamento de aves, suínos e a produção de rações, bem como serviços de engorda de bovinos. A presença no varejo é notória com as lojas "Mercado da Carne". Internacionalmente, o segmento engloba o processamento e a comercialização de carne para o mercado europeu, além do comércio internacional de produtos derivados de proteína animal. A J&F também atua no setor de produção, comercialização e exportação de celulose, reflorestamento e geração de energia a partir de biomassa, operações que, além de contribuírem para a economia brasileira, reforçam sua posição nos mercados internacionais. No setor de bens de consumo, a J&F marca presença no cotidiano de milhões de brasileiros com 14 marcas comerciais, incluindo Minuano, Francis, Neutrox, Albany, OX Cosméticos, Brisa, Assim, Phytoderm, Kolene, Karina, Vyvedas, Mat Inset, Hydratta e No Inset. No campo da energia, a companhia investe em projetos de Geração Térmica e Comercialização de Energia, contribuindo para os desafios de expansão e diversificação da matriz energética do país. Em 2022, a Companhia expandiu para o setor de Minério e Logística, atuando na exploração, extração e beneficiamento de minerais, especificamente na produção e venda de minério de ferro e manganês, juntamente com o fornecimento de serviços de transporte marítimo. No setor de construção civil, a J&F está envolvida na incorporação, construção e venda de empreendimentos imobiliários residenciais. Com uma estratégia de investimento diversificada, a Companhia foca em negócios com potencial significativo de crescimento. Esta diversificação de atividades e presença tanto no mercado nacional quanto internacional espelha a abordagem ampla da J&F nos seus investimentos, mirando a criação de valor para os acionistas e a exploração de novas oportunidades de crescimento em variados setores e mercados. Comprometida com práticas sustentáveis e responsáveis, a Companhia busca não apenas o retorno financeiro, mas também gerar um impacto positivo nas comunidades locais e no meio ambiente. As demonstrações contábeis subsequentes incluem, além das operações da Companhia no Brasil, as atividades de suas subsidiárias. **2. Base de elaboração e apresentação:** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As práticas contábeis adotadas no Brasil requerem a apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidado, enquanto as normas IFRS não requerem sua apresentação. Como consequência, pelas normas IFRS, a DVA está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo ao conjunto dessas demonstrações. As demonstrações contábeis individuais da controladora estão identificadas como "Controladora" e as demonstrações contábeis consolidadas estão identificadas como "Consolidado". A fim de proporcionar um entendimento de como a Administração forma seus julgamentos a respeito de eventos futuros, incluindo as premissas utilizadas nas estimativas e a sensibilidade desses julgamentos para diferentes variáveis e condições, abaixo são apresentadas as principais políticas contábeis: **2.1 Moeda funcional e de apresentação:** A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional e de apresentação da Controladora. Todas as informações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto quando disposto o contrário. **2.2 Transações e saldos em moeda diferente de sua moeda funcional:** As transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional de cada controlada utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações, conforme descrito abaixo: i. os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente na data de encerramento de cada período; ii. as contas de resultado são convertidas pela taxa de câmbio médio do encerramento de cada período; iii. todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio são reconhecidas no patrimônio líquido, na linha de outros resultados abrangentes, e são apresentadas nas demonstrações do resultado abrangente sob a rubrica "Ajuste acumulado de conversão e variação cambial em controladas"; iv. os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado financeiro do período, nas rubricas "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras". **2.3 Demonstrações contábeis individuais:** Nas demonstrações contábeis individuais, os investimentos em coligadas, controladas e empreendimento controlado em conjunto ("joint ventures") são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. Para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Controladora nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, foram feitos, em ambas as demonstrações contábeis, os mesmos ajustes de prática quando da adoção das IFRS e dos CPCs. O valor contábil desses investimentos inclui desdobramento dos custos de aquisição em valor patrimonial e ágio. **2.4 Demonstrações contábeis consolidadas e investimentos em coligadas e empreendimento controlado em conjunto ("joint ventures"):** A Companhia consolida todas as empresas controladas. A Companhia controla uma entidade quando assume os riscos e benefícios ou tem direito a retorno variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é obtido. A consolidação é interrompida a partir da data em que esse controle deixa de existir. Os investimentos em coligadas e empreendimento controlado em conjunto ("joint ventures") são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. Coligadas são aquelas nas quais a Companhia exerce influência significativa, mas sem exercer o controle. Joint ventures são aquelas nas quais o controle é exercido conjuntamente pela Companhia e por um ou mais sócios. Quando necessário, as demonstrações contábeis de suas controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Companhia. Todas as transações, saldos e ganhos e perdas não realizados em transações entre empresas do grupo foram eliminados. A participação de não controladores é apresentada nas demonstrações contábeis consolidadas como parte integrante do patrimônio líquido, assim como são destacados os resultados atribuíveis aos mesmos na demonstração de resultado. Quando a Companhia adquire mais ações ou outros instrumentos patrimoniais de uma entidade que já controla, registra-se os ganhos e perdas dessa variação de participação como redução ou aumento do patrimônio líquido na rubrica de "Transações de Capital". **2.5 Novos pronunciamentos do IFRS, emissões, alterações e interpretações emitidas pelo IASB aplicável ao CPC que serão adotados pela Companhia: a. Pronunciamentos contábeis e interpretações emitidos recentemente e adotados pela Companhia IAS 1/CPC 26 - Apresentação das demonstrações contábeis:** A partir de 1 de janeiro de 2023, as alterações esclarecem quais passivos possuem direito de postergar liquidação e se esses direitos existem na data de encerramento das demonstrações contábeis e, ainda, se a classificação entre circulante e não circulante impactaria a entidade de exercer o direito de postergação. As alterações também tratam que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio, os termos de um passivo não afetariam sua classificação. A Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou impactos significativos em decorrência dessa alteração. **IAS 8/CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro:** A partir de 1 de janeiro de 2023, as alterações fornecem esclarecimento à distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros, de forma à aplicação correta da norma. A Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou impactos significativos em decorrência dessa alteração. **IAS 12/CPC 32 - Tributos sobre o lucro:** A partir de 1 de janeiro de 2023, as alterações buscam limitar a abrangência do escopo da Isenção de Reconhecimento Inicial ("IRI") de modo que a IRI não seja mais aplicável às transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias. Assim, um ativo fiscal diferido e um passivo fiscal diferido deverão ser reconhecidos para as diferenças temporárias geradas no momento do reconhecimento inicial de um arrendamento ou uma provisão de passivo para desmontagem e remoção dos equipamentos arrendados. A Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou impactos significativos em decorrência dessa alteração. **IFRS 17/CPC 50 - Contratos de seguro:** A partir de 1 de janeiro de 2023, entra em vigor uma nova norma contábil aplicável a todos os tipos de contrato de seguros, incluindo reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação, especialmente para entidades seguradoras. Essa norma não é aplicável à Companhia e suas subsidiárias. **IAS 1/CPC 26 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis:** A partir de 1 de janeiro de 2023, as alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecer informações úteis sobre políticas contábeis específicas da entidade que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras. A Companhia não identificou impactos significativos em decorrência dessa alteração. **b. Novos pronunciamentos contábeis e interpretações que ainda serão adotados pela Companhia - IAS 1/CPC 26 e IFRS 7/CPC 40 - Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado"):** A partir de 1 de janeiro de 2024, as alterações visam aumentar a transparência e a comparabilidades das informações financeiras nas operações de risco sacado que consistem no financiamento de fornecedores por meio de instituição financeira. As Companhias deverão informar os termos e condições das operações com fornecedores, a exposição ao risco sacado no fluxo de caixa do balanço e os fatores que afetam o risco de liquidez relacionado a essa operação. A Companhia está acompanhando as alterações, e irá ad

continuação

Na Controladora:	Saldo em 31.12.22	Adição (Baixa)	Variação Cambial [i]	Dividendos	Equivalência patrimonial No Patrimônio Líquido [ii]	Equivalência patrimonial No Resultado do Período	Saldo em 31.12.23
FIAGRO Colorado	**129.441**	732	–	–	(701)	22.138	**151.610**
Flora Urbanismo	**81.594**	–	–	–	20	(35.699)	**45.915**
Anglo alimentos	**22.509**	–	–	–	–	(6)	**22.503**
J&F Investimentos Ltd.	**10.370**	–	(748)	–	–	(26)	**9.596**
Original Corp. Corretora	**10.072**	–	–	–	–	(6.058)	**4.014**
Fundo de Investimento Participações Caixa Milão	**5.638**	(6.105)	–	–	21	463	**17**
Gasocidente Mato Grosso Ltda.	**795**	–	–	–	447	(178)	**1.064**
Futura Venture	**230**	–	–	–	–	(7)	**223**
J&F Oklahoma	**–**	12.760	–	–	–	(12.760)	**–**
J&F Mineração	**(18.348)**	–	–	–	(42.700)	229.514	**168.466**
J&F Cayman	**(71.689)**	532	5.408	–	209	(20.277)	**(85.817)**
Globe Investimentos [2]	**(83.199)**	84.735	–	–	–	(1.536)	**–**
Subtotal	**25.218.412**	**(44.211)**	**4.654**	**(962.070)**	**101.057**	**(965.181)**	**23.352.659**
Provisão para perdas de investimentos [iii]	**173.236**	–	–	–	–	–	**85.817**
Total	**25.391.648**	**(44.211)**	**4.654**	**(962.070)**	**101.057**	**(965.181)**	**23.438.476**

[i] Conforme definido no IAS 21/CPC 2 R2 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão das demonstrações contábeis, refere-se à variação cambial dos investimentos em moeda estrangeira e que são avaliados pelo método de equivalência patrimonial (MEP), a qual foi lançada diretamente no patrimônio líquido da Companhia sobre a rubrica de "Ajustes acumulados de conversão". [ii] Refere-se ao reflexo de ajustes de avaliação patrimonial, assim como ajuste acumulado de conversão e transações de capital, registrado no patrimônio líquido das controladas, cujo efeito está sendo reconhecido, quando do cálculo da equivalência patrimonial, diretamente no patrimônio líquido da Companhia. [iii] Transferência dos investimentos negativos para outros passivos não circulantes. [1] A J&F Luxembourg foi constituída em 15 de março de 2023, com sede em Luxemburgo, controladora da JBS B.V., empresa localizada na Holanda. Através da JBS B.V a controlada JBS anunciou ao mercado em 12 de julho de 2023 a dupla listagem no Brasil e nos Estados Unidos. Na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a JBS B.V será registrada como emissora estrangeira para listar Brazilian Depositary Receipts - BDRs Nível II na B3 lastreados em ações classe A. A operação será submetida à aprovação da Assembleia Geral Extraordinária, ainda a ser convocada. Na SEC, a JBS B.V. será registrada como emissora estrangeira (Foreign Private Issuer - FPI) para listar suas ações classe A na New York Stock Exchange (NYSE), nos Estados Unidos da América. [2] Em setembro de 2023 a Companhia celebrou contrato de compra e venda com seus acionistas, JJMB e WWMB, alienando sua participação na Globe Investimentos S.A.

No consolidado:	Saldo em 31.12.22	Adição (Baixa)	Distribuição de dividendos	Equivalência patrimonial No Patrimônio Líquido	Equivalência patrimonial No Resultado do Período	Saldo em 31.12.23
TMT [1]	**278.833**	(324.036)	(4.590)	41	49.752	**–**
VSB [1]	**237.424**	(253.403)	(4.080)		20.059	**–**
Meat Snacks Partners Ltda.	**209.092**	–	(62.500)	(3)	41.842	**188.431**
JBS Ontário	**75.720**	–	–	(5.606)	7.316	**77.430**
Figueiras do Parque	**35.278**	(22.620)	–	–	(1.472)	**11.186**
Swiss Park Empresarial	**15.310**		–	–	–	**15.310**
Birla Societá Agricola Srl	**10.025**		–	(314)	(1.551)	**8.160**
Outros	**299**	(161)	–	–	–	**138**
Cachoeira	**12**	32	–	–	(29)	**15**
São Caetano I	**9**	35	–	–	(29)	**15**
Bom Jesus	**9**	35	–	–	(29)	**15**
Pitimbu	**3**	37	–	–	(29)	**11**
São Caetano	**(6)**	41	–	–	(30)	**5**
São Galvão	**(80)**	144	–	–	(64)	**–**
	861.928	**(599.896)**	**(71.170)**	**(5.882)**	**115.736**	**300.716**
Total	**(71.689)**	532	–	5.617	(20.277)	**(85.817)**
J&F Cayman [*]	**790.239**	**(599.364)**	**(71.170)**	**(265)**	**95.459**	**214.899**

[1] Durante o ano de 2023, a controlada Âmbar alienou seus investimentos nas Transmissoras Triângulo Mineiro Transmissora S.A. (TMT) e Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A. (VSB), conforme contrato de venda foi firmado em setembro/23 e concretizado em dezembro/23 pelo montante de R$ 577.172. [*] Transferência dos investimentos negativos para outros passivos não circulantes. **8. Imobilizado:** Os itens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas. O custo histórico inclui custos diretamente relacionados ao preço de aquisição e os custos atribuíveis ao ativo para deixá-lo em condições de funcionamento pretendidas. Quando peças ou outras partes de um ativo imobilizado possuem vidas úteis diferentes, esses componentes são reconhecidos separadamente. Os custos subsequentes, são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, somente quando é provável que benefícios econômicos futuros associados a esses custos possam ser mensurados de forma confiável. O valor contábil de peças ou itens de substituição ou manutenção, são reconhecidos na demonstração do resultado durante o período em que são incorridos. A depreciação é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada de cada ativo, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após a vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A Companhia e suas controladas testam a recuperabilidade dos seus ativos sempre que eventos ou mudanças significativas indiquem que o valor contábil deste ativo pode não ser recuperável. Quando os fluxos de caixa futuros não descontados estimam ser insuficientes para recuperar o valor contábil do ativo, a Companhia compara o valor dos fluxos de caixa futuros do ativo, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto ajustada ao risco e ao valor atual e reconhece uma provisão para redução ao valor recuperável do ativo. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados pelo menos ao final do exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. No final de cada exercício, a Administração da Companhia e suas controladas analisa se existe algum indicativo que um ativo pode sofrer redução de seu valor recuperável. Ativos e passivos são agrupados em UGC's para fins de teste de recuperabilidade. Um item do imobilizado ou UGC's são imediatamente baixados após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. O valor recuperável é o valor mais alto da estimativa entre o preço de venda líquido dos ativos e o seu valor em uso. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil residual do ativo e são reconhecidos no resultado. O saldo de obras em andamento representa os investimentos com ampliação, modernização e adequação das unidades visando a maior produtividade e obtenção de novas certificações exigidas pelo mercado. Quando da conclusão e início da operação desses ativos, os mesmos são transferidos para a adequada conta do ativo imobilizado, sendo reconhecida a partir desse momento a depreciação dos bens. Os custos dos ativos minerários desenvolvidos internamente são determinados por (i) custos diretos e indiretamente atribuídos à construção da planta da mina; (ii) encargos financeiros incorridos durante o período de construção; (iii) depreciação de bens utilizados na construção; (iv) estimativa de gastos com descomissionamento e restauração da localidade; e (v) outros gastos capitalizáveis ocorridos durante a fase de desenvolvimento da mina (quando o projeto se prova gerador de benefício econômico e existem capacidade e intenção da Sociedade de concluir o projeto). A exaustão dos ativos minerários é apurada com base na relação obtida entre a produção efetiva e o montante total das reservas minerais provadas e prováveis. Reservas minerais e vida útil das minas - As estimativas de reservas provadas e prováveis são periodicamente avaliadas e atualizadas. Estas reservas são determinadas usando técnicas de estimativas geológicas geralmente aceitas. O cálculo das reservas requer que a Companhia assuma posições sobre condições futuras que são incertas, incluindo preços futuros do minério, taxas de inflação, tecnologia de mineração, disponibilidade de licenças e custos de produção. Alterações em algumas dessas posições assumidas poderão ter impacto significativo nas reservas provadas e reservas prováveis da Companhia. A estimativa do volume das reservas minerais é base de apuração da parcela de exaustão das respectivas minas e, sua estimativa de vida útil é fator preponderante para quantificação da provisão de recuperação ambiental das minas quando da sua baixa contábil do ativo imobilizado. Qualquer alteração na estimativa do volume de reservas das minas e da vida útil dos ativos a ela vinculado poderá ter impacto significativo nos encargos de depreciação, exaustão e amortização, reconhecidos nas demonstrações financeiras como custo dos produtos vendidos. Alterações na vida útil estimada das minas poderão causar impacto significativo nas estimativas da provisão de gastos ambientais, de sua recuperação quando da sua baixa contábil do ativo imobilizado e das análises de redução ao valor recuperável de ativos não circulantes. Os custos associados à remoção de estéril e outros resíduos ("custo de remoção estéril" ou "stripping costs") incorridos durante o desenvolvimento da mina, antes da produção, são capitalizados como parte do custo depreciável do ativo imobilizado em desenvolvimento. Tais custos são amortizados pelo período da vida útil da mina. Os custos de estéril incorridos na fase de produção são adicionados ao valor do estoque. Os custos de remoção de estéril são mensurados pelos custos fixos e variáveis, direta e indiretamente atribuídos a sua remoção e, quando aplicável, é deduzido de eventual impairment, nos mesmos moldes adotados para a unidade geradora de caixa no qual pertence.

Consolidado	Vida útil dos ativos imobilizados	Custo	Depreciação acumulada	Líquido 31.12.23	31.12.22
Imóveis	**5 a 54 anos**	31.764.161	(10.706.139)	**21.058.022**	19.907.539
Terra nua e terrenos	**–**	6.067.226	–	**6.067.226**	5.603.636
Máquinas e equipamentos	**3 a 30 anos**	47.754.966	(26.482.153)	**21.272.813**	20.436.812
Instalações	**10 a 28 anos**	6.786.905	(2.930.225)	**3.856.680**	3.175.368
Equipamentos de informática	**2 a 10 anos**	2.244.977	(1.426.660)	**818.317**	619.169
Veículos	**5 a 35 anos**	3.724.710	(1.645.343)	**2.079.367**	1.830.923
Obras em andamento	**–**	9.534.457	–	**9.534.457**	11.599.753
Ativos Minerários	**Produção**	119.501	(53.009)	**66.492**	35.997
Desmobilização de ativos	**10 anos**	201.471	(136.458)	**65.013**	61.897
Outros	**2 a 15 anos**	2.974.862	(1.717.302)	**1.257.560**	1.157.062
		111.173.236	**(45.097.289)**	**66.075.947**	**64.428.156**

Notas explicativas às demonstrações contábeis da J&F Investimentos S.A.

Movimentação do ativo imobilizado:

Consolidado	31.12.22	Aquisições em combinações de Negócios [1]	Adições e transferências	Baixas	Realização de mais-valia/ Impairment	Depreciação	Variação cambial	31.12.23
Imóveis	19.907.539	9.527	3.449.111	(162.082)	(477)	(1.324.080)	(821.516)	**21.058.022**
Terra nua e terrenos	5.603.636	(736)	704.540	(71.069)	(810)		(168.335)	**6.067.226**
Máquinas e equipamentos	20.436.812	52.297	5.008.206	(202.834)	(10.845)	(3.103.573)	(907.250)	**21.272.813**
Instalações	3.175.368	617	947.568	(13.756)	22.817	(268.184)	(7.750)	**3.856.680**
Equipamentos de informática	619.169	215	458.201	(4.123)	(201)	(229.199)	(25.745)	**818.317**
Veículos	1.830.923	72	617.084	(59.559)	(8.281)	(259.769)	(41.103)	**2.079.367**
Obras em andamento	11.599.753	–	(1.757.783)	(20.191)	(410)	–	(286.912)	**9.534.457**
Ativos Minerários	35.997	–	31.093	(598)	–	–	–	**66.492**
Desmobilização de ativos	61.897	–	27.773	–	–	(24.657)	–	**65.013**
Outros	1.157.062	50	385.396	(49.058)	(1.055)	(186.439)	(48.396)	**1.257.560**
	64.428.156	**62.042**	**9.871.189**	**(583.270)**	**738**	**(5.395.901)**	**(2.307.007)**	**66.075.947**

[1] Refere-se a aquisição da subsidiária indireta Vyvedas Cosméticos do Brasil Ltda. adquirida em 2023 e aos ajustes das combinações de negócios das subsidiárias indiretas Brazservice Ltda. e Tróia S.A. Produtos de Limpeza, adquiridas durante o exercício de 2022, conforme descrito na nota explicativa 4 - Combinação de negócios. **9. Intangível:** Ativos intangíveis são avaliados ao custo de aquisição e subsequentemente deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis são reconhecidos quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica e tecnológica, sendo compostos basicamente por marcas e patentes, carteira de clientes, direitos de exploração, softwares e outros. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando o método de amortização linear ou um método que reflita o benefício econômico do ativo intangível. Os ativos intangíveis que são amortizados são testados a impairment quando eventos ou mudanças nas circunstâncias indicam que o valor contábil não é recuperável. O valor residual dos itens do intangível é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor justo menos custos de alienação de um ativo e seu valor em uso. O valor contábil de ativos intangíveis com vida útil indefinida, que se referem a marcas e patentes e direitos de exploração do uso da água, tem seu valor recuperável testado anualmente ou quando ocorre eventos ou mudanças em circunstâncias que indiquem perda no valor recuperável desses ativos. Se existir perda de valor recuperável ela é reconhecida contra o valor contábil do ativo. A Companhia considera que certas marcas e patentes possuem vida útil indefinida em virtude do histórico, e da expectativa de uso pela Companhia. As marcas adquiridas não têm limites legais, ou contratuais ligados a sua utilização, e não dependem da vida útil de qualquer ativo ou grupo de ativos que existam de forma independente por um tempo considerável antes das aquisições e, tais marcas não estão relacionadas com setores sujeitos a obsolescência tecnológica ou outras formas de deterioração de valor. Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios são registrados pelo valor justo determinado através de premissas e técnicas de mensuração que são executadas por consultores terceiros que possuem experiência para calcular fluxos de caixa descontados. Os ativos intangíveis estão apresentados a seguir:

	Vida útil dos ativos intangíveis	Controladora 31.12.23	Controladora 31.12.22	Consolidado 31.12.23	Consolidado 31.12.22
Marcas e patentes [1]	Indefinida	–	422.000	5.629.213	6.239.425
Marcas e patentes	2 a 20 anos	–	–	1.651.771	1.648.336
Softwares	2 a 15 anos	792	358	127.210	112.741
Direito de exploração do uso da água	Indefinida	–	–	55.147	59.205
Carteira de clientes	3 a 20 anos	–	–	2.353.676	2.868.194
Contrato de suprimentos de fornecedores	7 a 17 anos	–	–	135.931	159.187
Outros intangíveis	2 a 17 Anos	–	–	347.671	346.969
		792	**422.358**	**10.300.619**	**11.434.057**

[1] Em março de 2023 a J&F Investimentos celebrou acordo de cessão de transferência da marca com o Banco Original no valor de R$ 422.000, os quais já foram liquidados conforme cronograma definido neste instrumento. **Movimentação do ativo intangível:**

Consolidado	31.12.22	Aquisições em combinações de negócios [1]	Adição	Baixas	Amortização	Variação Cambial	31.12.23
Amortizável:							
Marcas e patentes	**1.648.336**	–	175.794		(120.624)	(51.735)	**1.651.771**
Softwares	**112.741**	–	43.669	(2.014)	(26.576)	(610)	**127.210**
Carteira de clientes	**2.868.194**	–	11.566	(11.884)	(370.675)	(143.525)	**2.353.676**
Contrato de suprimentos de fornecedores	**159.187**	–	–	–	(19.086)	(4.170)	**135.931**
Outros intangíveis	**346.969**	–	2.486	(146)	(1377)	(261)	**347.671**
Não-amortizável:							
Marcas e patentes	**6.239.425**	385	1.811	(422.000)	–	(190.408)	**5.629.213**
Direito de exploração do uso da água	**59.205**	–	–	–	–	(4.058)	**55.147**
	11.434.057	**385**	**235.326**	**(436.044)**	**(538.338)**	**(394.767)**	**10.300.619**

[1] Refere-se a aquisição da subsidiária indireta Vyvedas Cosméticos do Brasil Ltda adquirida em 2023, conforme descrito na nota explicativa 4 - Combinação de negócios. **Teste para verificação de perda do valor recuperável:** Anualmente, em 31 de dezembro, a Companhia testa a recuperabilidade de seus ativos, utilizando o conceito de valor em uso por meio de modelos de fluxos de caixa e nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não houve indícios de impairment. **10. Empréstimos e financiamentos:** Reconhecidos pelo valor justo no momento do recebimento dos recursos captados, líquidos dos custos de transação, caso aplicável. Após o registro inicial, podem ser acrescidos de encargos, juros e variações monetárias e cambiais conforme previsto contratualmente, incorridos até as datas dos balanços. A Companhia segregou as operações em moeda estrangeira e moeda nacional, considerando a moeda funcional de cada controlada que captou o empréstimo e/ou financiamento em relação à moeda corrente do referido país de origem. Todos empréstimos que não possuem a mesma moeda de apresentação da Companhia, são reavaliados em cada período corrente. Os gastos com prêmios, descontos e custos de transação são amortizados para despesa financeira utilizando o método de juros efetivos.

Modalidade	Taxa Média Anual	Moeda	Indexador	Vcto. LP	Controladora Circulante 31.12.23	Controladora Circulante 31.12.22	Controladora Não circulante 31.12.23	Controladora Não circulante 31.12.22
Em moeda nacional								
Capital de giro - Reais	15,74%	BRL	CDI	2.023	**2.936.400**	1.169.431	**4.460.597**	5.378.866
					2.936.400	**1.169.431**	**4.460.597**	**5.378.866**

Modalidade	Taxa Média Anual	Moeda	Indexador	Vcto. LP	Consolidado Circulante 31.12.23	Consolidado Circulante 31.12.22	Consolidado Não circulante 31.12.23	Consolidado Não circulante 31.12.22
Em moeda estrangeira								
ACC [1]	9,15%	USD	SOFR	2024 - 25	**2.376.530**	2.452.773	**348.574**	396.838
Pré-pagamento	7,38%	USD	SOFR	2024 - 27	**26.776**	2.074.077	**844.059**	1.974.791
FINIMP	6,48%	USD e EUR	Euribor	2024 - 25	**151.490**	525.112	**3.131**	15.867
Linha de crédito - White Stripe	8,45%	USD e CAD	–	2024	**14.001**	15.757	**–**	–
Capital de giro - Dólares Americanos	8,18%	USD	SOFR	2024 - 30	**148.175**	242.832	**448.076**	636.250
CRA [2]	4,92%	USD	–	2028	**2.139**	484	**186.218**	66.564
NCE - Nota de crédito de exportação	14,37%	USD	–	2025	**70.757**	–	**138.340**	–
CCE - Cédula de crédito de exportação	8,58%	USD	–	2026 - 28	**20.751**	–	**39.733**	–
NCE - Nota de crédito de exportação	4,34%	USD	SOFR	2025 - 29	**8.786**	–	**161.605**	–
PPE - Pré pagamento de exportação	2,20%	USD	–	2025	**–**	–	**8.787**	9.361
Loan 4131	–	USD	–	–	**–**	488	**–**	–
					2.819.405	**5.311.523**	**2.178.523**	**3.099.671**
Em moeda nacional								
FINAME [3]	5,98%	BRL	–	2024 - 25	**2.385**	4.713	**27**	2.370
FINEP [4]	–	BRL	–	–	**–**	4.643	**–**	7.277
Pré-pagamento	8,22%	GBP, USD	BoE, SOFR	2024 - 25	**265.814**	49.792	**290.478**	–
Notas 2,50% JBS Lux 2027	2,50%	USD	–	2027	**55.878**	58.339	**4.774.587**	5.124.220
Notas 5,13% JBS Lux 2028	5,13%	USD	–	2028	**93.045**	123.675	**4.291.318**	4.611.232
Notas 6,50% JBS Lux 2029	6,50%	USD	–	2029	**5.248**	5.218	**377.065**	406.297
Notas 3,00% JBS Lux 2029	3,00%	USD	–	2029	**36.106**	37.567	**2.838.018**	3.044.523
Notas 5,50% JBS Lux 2030	5,50%	USD	–	2030	**154.486**	160.429	**6.002.878**	6.460.823
Notas 3,75% JBS Lux 2031	3,75%	USD	–	2031	**7.567**	6.793	**2.398.080**	2.581.447
Notas 3,63% JBS Lux 2032	3,63%	USD	–	2032	**80.990**	84.589	**4.766.124**	5.126.840
Notas 3,00% JBS Lux 2032	3,00%	USD	–	2032	**18.557**	17.829	**4.746.125**	5.102.849
Notas 5,75% JBS Lux 2033	5,75%	USD	–	2033	**142.668**	316.062	**9.687.901**	10.422.947
Notas 6,75% JBS Lux 2034	6,75%	USD	–	2034	**149.596**	–	**7.630.203**	–
Notas 4,38% JBS Lux 2052	4,38%	USD	–	2052	**78.957**	82.179	**4.295.380**	4.626.984
Notas 6,50% JBS Lux 2052	6,50%	USD	–	2052	**40.648**	36.508	**7.394.040**	7.966.046
Notas 7,25% JBS Lux 2053	7,25%	USD	–	2053	**90.382**	–	**4.275.904**	–
Notas 5,88% PPC 2027	–	USD	–	2027	**–**	62.247	**–**	4.393.351
Notas 4,25% PPC 2031	4,25%	USD	–	2031	**43.436**	43.735	**4.765.795**	5.125.076
Notas 3,50% PPC 2032	3,50%	USD	–	2032	**50.834**	52.506	**4.314.489**	4.644.343
Notas 6,25% PPC 2033	6,25%	USD	–	203	**212.649**	–	**4.763.926**	–
Notas 6,88% PPC 2034	6,88%	USD	–	2034	**36.983**	–	**2.345.983**	–
Linha de crédito PPC - Term Loan	–	USD	–	–	**–**	139.459	**–**	2.359.382
Capital de giro - Reais	15,26%	BRL	CDI e TJLP	2024 - 28	**3.562.325**	1.502.570	**4.939.582**	5.410.881
Capital de giro - Euros	3,10%	EUR	Euribor	2024 - 28	**83.507**	60.867	**49.314**	9.929
Nota de crédito - exportação	14,20%	BRL	CDI	2024 - 30	**14.103**	757.171	**1.039.597**	1.538.653
CDC - Crédito Direto ao Consumidor	16,04%	BRL	–	2024 - 28	**121.985**	41.315	**72.778**	3.268
Custeio Pecuário - Pré	10,73%	BRL	–	2024	**1.176.088**	185.020	**–**	–
Debêntures	14,83%	BRL	CDI	2037,994521	**126**	49.996	**178.767**	–
Linha de crédito - Scott Technology	7,69%	USD, AUD e EUR	–	2023 - 24	**97.247**	70.168	**2.561**	209
Linha de crédito - Beardstown Pace	3,65%	USD	–	2050	**32.383**	38.741	**313.232**	328.553
Acordo Confinamento JBS Austrália	2,76%	AUD	–	2028	**4.807**	1.346	**164.861**	175.273
CRA [2]	10,45%	BRL	CDI e IPCA	2024 - 37	**838.892**	981.175	**9.890.809**	7.766.410
Notas comerciais	16,64%	BRL	CDI	2026 - 28	**220.055**	344.722	**403.113**	431.242
FGI [5]	15,50%	BRL	–	2024 - 26	**545**	1.452	**615**	886
Linha de crédito local	–	EUR	Euribor	2024 - 28	**–**	10.772	**–**	–
CGA [6]	–	BRL	–	–	**–**	537	**–**	2.662
Outros	4,68%	Diversos	Diversos	2031	**44.052**	40.207	**53.318**	96.900
					7.762.344	5.372.342	**97.066.868**	87.770.873
					10.581.749	10.683.865	**99.245.391**	90.870.544

[1] Adiantamento de contrato de câmbio; [2] Certificado de Recebíveis do Agronegócio; [3] Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais; [4] Financiamento para Estudos e Projetos; [5] Fundo Garantidor para Investimentos; [6] Crédito com Garantia de Automóvel. **Taxa Média Anual:** Refere-se ao custo médio ponderado nominal de juros na data-base. Os empréstimos e financiamentos são corrigidos por taxa fixa ou indexados às taxas: CDI, TJLP, EURIBOR, SOFR e entre outros. **Custos de transação na emissão de títulos e valores mobiliários:** De acordo com os requerimentos estabelecidos pelo IAS 39/CPC 48 - Instrumentos financeiros - Reconhecimento e Mensuração, os custos relativos às transações na emissão de títulos e valores mobiliários deverão ser contabilizados reduzindo os passivos a que se relacionam. O cronograma de pagamento da parcela de longo prazo dos empréstimos e financiamentos é o seguinte:

Vencimento	Controladora 31.12.23	Controladora 31.12.22	Consolidado 31.12.23	Consolidado 31.12.22
2024	–	2.034.219	–	6.073.314
2025	**1.964.515**	1.495.423	**3.824.915**	2.739.130
2026	**2.284.652**	1.770.301	**2.847.779**	4.497.803
2027	**211.430**	78.923	**6.379.428**	10.190.831
2028	**–**	–	**5.701.126**	5.249.823
2029	**–**	–	**191.405**	
Vencimentos após 2029	**–**	**–**	**80.300.738**	62.119.643
	4.460.597	**5.378.866**	**99.245.391**	**90.870.544**

Restrições contratuais e covenants - Controladora: A Companhia possui covenants em seus contratos de empréstimos e notas promissórias dentro dos padrões de mercado.

10.1 Movimentação de empréstimos e financiamentos:

	Controladora 31.12.23	Controladora 31.12.22	Consolidado 31.12.23	Consolidado 31.12.22
Saldo inicial:	**6.548.297**	**3.196.354**	**101.554.409**	**97.667.011**
Fluxos de caixa	**(338.377)**	2.693.051	**6.761.671**	1.909.007
Despesas financeiras	**1.187.077**	658.892	**1.163.105**	1.106.804
Transações não caixa	**–**	–	**347.955**	871.587
Saldo final:	**7.396.997**	**6.548.297**	**109.827.140**	**101.554.409**

11. Patrimônio líquido: a) Capital social: O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2023 era de R$ 8.627.982, representado 122.342.554 ações nominativas e sem valor nominal, sendo 61.190.255 ações ordinárias e 61.152.299 ações preferenciais. **b. Reservas de Capital: b1. Transações de capital:** De acordo com o IFRS 10/CPC 36 R3- Demonstrações Consolidadas as mudanças na participação relativa da controladora sobre uma controlada que não resultem em perda de controle devem ser contabilizadas como transações de capital (ou seja, transações com sócios, na qualidade de proprietários). Qualquer diferença entre o montante pelo qual a participação dos não controladores tenha sido ajustada e o valor justo da quantia recebida ou paga deve ser reconhecida diretamente no patrimônio líquido atribuível aos proprietários da controladora, e não como resultado. Portanto, se a controladora adquirir mais ações ou outros instrumentos patrimoniais de uma entidade que já controla, deve considerar os ganhos e perdas dessa variação de participação como redução ou aumento do seu patrimônio líquido (individual e consolidado). **b2. Reserva de reavaliação:** Referente à reavaliação de bens do ativo imobilizado anteriores à adoção do CPC/IFRS. A reserva de reavaliação é transferida para lucros acumulados na proporção da realização dos bens reavaliados que se dá por depreciação, alienação ou baixa. **c. Reservas de lucro: c1. Legal:** Constituída à base de 5% do lucro líquido do exercício. **c2. Reserva Estatutária para Investimento:** Constituída à base do saldo remanescente do lucro líquido após as destinações para constituição da reserva legal e distribuição de dividendos, que terá por finalidade financiar a aplicação em ativos operacionais. **c3. Outros resultados abrangentes:** Composto por ajustes de avaliação patrimonial reflexa de controladas e ajustes acumulados de conversão referente à variação cambial resultante na conversão das demonstrações contábeis das controladas. **12. Receita líquida:** A receita de vendas é reconhecida no resultado do período quando os riscos e benefícios inerentes aos produtos são transferidos para os clientes bem como na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A Companhia baseia suas estimativas de devolução em seus resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, tipo de transação e características de cada contrato. A receita é reconhecida quando os riscos e benefícios do produto são transferidos para o cliente, no local de expedição ou na entrega dos produtos. Essas condições podem variar a cada cliente, de acordo com os termos de venda. Nas demonstrações do resultado a receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como após a eliminação das vendas entre empresas do grupo. A Companhia segrega sua receita por (i) vendas no mercado interno, (ii) vendas do mercado externo, (iii) informações por segmento: (i) Mercado interno referem-se às vendas internas de cada localização geográfica; (ii) Mercado externo referem-se às vendas externas de cada localização geográfica; (iii) Informações por segmento divulgadas na nota explicativa 30.

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receita Bruta				
Receitas de vendas de produtos				
Mercado interno	**–**	–	**288.217.625**	292.165.532
Mercado externo	**–**	–	**94.434.811**	99.153.740
Prestação de serviço	**4.860**	29.452	**65.236**	370.466
	4.860	**29.452**	**382.717.672**	**391.689.738**
Deduções de Vendas				
Devoluções e descontos	**–**	–	**(9.014.865)**	(8.487.186)
Impostos sobre as vendas	**(482)**	(2.948)	**(4.401.560)**	(4.232.450)
	(482)	**(2.948)**	**(13.416.425)**	**(12.719.636)**
Receita Líquida	**4.378**	**26.504**	**369.301.247**	**378.970.102**

Contratos de venda a preços provisórios - Em seu consolidado a Companhia está exposta ao risco do preço das commodities decorrente da volatilidade dos preços do minério de ferro na controlada J&F Mineração. O preço de venda desses produtos, podem ser mensurados confiavelmente no período, uma vez que o preço é cotado em um mercado ativo. Desta forma, o valor justo do ajuste final do preço de venda é reavaliado continuamente e as variações no valor justo são reconhecidas como receita de venda na demonstração do resultado. **13. Aprovação das demonstrações contábeis:** A aprovação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ocorreu na reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de março de 2024.

Conselho de Administração

Presidente do Conselho: Márcio Antonio Teixeira Linares
Vice-Presidente: Francisco de Assis e Silva
Membro do Conselho: Sergio Roberto Caldas Juniori
Membro do Conselho: Erico de Arruda Holanda

Diretoria Executiva

Presidente: Aguinaldo Ramos Filho
Diretor de Administração e Controle: André Alcântara Ocampos

Contador

Danilo dos Reis
(CRC SP: 299039/O-8)

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Contábeis e sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Os Diretores da Companhia declaram para os fins do disposto no artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI da Instrução CVM 480 de 7 de dezembro de 2009, que: (i) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório de revisão dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023; e (ii) Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Relatório dos Auditores Independentes Resumido

Aos Srs. Diretores e Acionistas J&F Investimentos S.A. - São Paulo-SP. 10 de abril de 2024. O Relatório dos Auditores Independentes Resumido, foi elaborado a partir do Relatório do Auditor Independente completo, que se encontra devidamente divulgado em endereço eletrônico referenciado na publicação resumida. O Relatório do auditor independente resumido foi preparado em conformidade com as alterações no artigo 289, I e II, da Lei 6.404/76, introduzidas pela Lei 13.818/2019, com vigência a partir de janeiro de 2022, e Parecer de orientação CVM nº 39 de 20 de dezembro de 2021, no que tange **a publicação das demonstrações financeiras de forma resumida**, **apresentados de forma condensada**, vimos apresentar declaração sobre a existência de um relatório das demonstrações financeiras de forma completa, juntamente com as notas explicativas do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, e Relatório do auditor independente de forma completa. O relatório de auditoria de forma resumida contempla: 1. Opinião sem ressalva (modificação); 2. Declaramos a existência de um relatório sobre as demonstrações financeiras completas; 3. O relatório do auditor independente completo se encontra disponível no endereço eletrônico referenciado na publicação resumida; 4. O relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras do exercício de 2023, foi emitido em 28/03/2024. Verificamos que as informações publicadas de forma condensada, se encontram em consonância com as demonstrações financeiras completas auditadas e com o relatório de auditoria completo emitido pelo auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas, em linha com o disposto no artigo 25, I da Resolução CVM nº 23/2021.

Presidente Prudente/SP, 10 de abril de 2024

APPROACH

**Approach Auditores Independent

TRANSPORTE

Justiça libera ônibus aquático em SP, mas empresa é suspeita de ter elo com o PCC

O Tribunal de Justiça de São Paulo liberou a inauguração do Aquático SP - primeiro transporte hidroviário de São Paulo, que vai operar na represa Billings. No mês passado, a Justiça havia barrado o início das viagens diante de possíveis riscos ambientais, a pedido do Ministério Público do Estado (MP-SP).

A nova decisão se deu após solicitação da SPTrans. O órgão da Prefeitura afirma ter feito estudos que comprovam a segurança do ônibus aquático para a represa da zona sul paulistana. Também destacou o parecer técnico favorável da Companhia Ambiental do Estado (Cetesb).

A linha de ônibus aquático ligará a região de Mar Paulista, em Pedreira, ao Cantinho do Céu, no Grajaú, com a promessa de agilizar o transporte para cerca de 385 mil moradores. O modal deve facilitar o acesso ao Terminal Santo Amaro, um dos gargalos do trânsito.

O veículo aquático vinha sendo testado pela gestão Ricardo Nunes (MDB) e tinha inauguração planejada para o fim de março, após sucessivos adiamentos (o prefeito chegou a prometer o início das atividades entre outubro e novembro de 2023).

Um dos desafios agora será a operação, uma vez que a TransWolff, empresa de ônibus que seria responsável pelo novo transporte, é alvo de outra investigação do MP-SP, que apura ligações com o Primeiro Comando da Capital (PCC). A Prefeitura ainda não informou quando e como vai operar o serviço

Sobre os eventuais danos ao meio ambiente, o MP-SP havia movido ação civil pública alegando falhas no licenciamento, falta de estudos suficientes sobre impactos e possíveis riscos à vida de passageiros e moradores do entorno, além da potencial disseminação de poluentes tóxicos que existem no lodo da represa As atividades de teste, então, foram suspensas.

Na nova liminar, o relator, Nogueira Diefenthaler, afirmou que não há sinal de "dano excepcional que justificaria a paralisação do projeto piloto". O desembargador diz ainda que a Cetesb não vislumbrou impactos ambientais representativos que justificassem a emissão de licenciamento ambiental.

Procurada, a Prefeitura ainda não se manifestou sobre qual deve ser a nova data de inauguração do transporte. Pré-candidato à reeleição em outubro, Ricardo Nunes (MDB) tem no Aquático SP uma de suas principais promessas para a periferia da zona sul, área em que disputa eleitorado com seu principal adversário, o deputado federal Guilherme Boulos (PSOL).

A previsão inicial era de que a operação assistida do Aquático SP fosse feita pela empresa de ônibus TransWolff, um dos alvos da operação Fim da Linha, promovida pelo MP-SP na semana passada para investigar atividades criminosas relacionadas a empresas de transporte público na capital.

A companhia é suspeita de envolvimento com o PCC. Segundo a denúncia do MP-SP, a empresa teria sido usada por Luiz Carlos Efigênio Pacheco, o "Pandora", um dos líderes da facção, para lavar R$ 54 milhões vindos das atividades criminosas do grupo.

A Transwolff informou que não irá se manifestar, uma vez que a empresa está sob intervenção da administração municipal.

Nunes afirmou que romperá todos os contratos com a TransWolff, entre outras empresas investigadas, caso seja comprovado o envolvimento com grupos criminosos. "Automaticamente nós vamos romper o contrato", afirmou.

A Prefeitura ainda não informou como vai fazer para a operação do transporte hidroviário.

Em fevereiro, sete companhias de ônibus foram ou estão sendo investigadas pela Polícia e pelo Ministério Público por suspeita de elo com o crime organizado. Juntas, são responsáveis por transportar 27,5% dos passageiros de ônibus da capital, e receberam R$ 2 bilhões da prefeitura de SP apenas em 2023.

Hoje, o deslocamento entre Cantinho do Céu e Parque Mar Paulista é feito por ônibus ou carro, contornando a Billings, em cerca de 1h20. Já a travessia de barco é estimada em 17 minutos. A via urbana de contorno da represa tem 17,5 quilômetros de extensão. Atravessando por embarcação, são 5,6 km.

Segundo a Prefeitura, a operação assistida oferecerá viagens com intervalos de 30 minutos a partir das 6h, até as 20h, com possíveis alterações a partir das condições meteorológicas. Também estão sendo construídos terminais hidroviários e de ônibus, interligando a rede de transporte.

Serão dois barcos com capacidade para 60 passageiros cada (todos sentados), ar-condicionado, poltrona estofada, TV, banheiro e coletes salva-vidas em todos os bancos (incluindo modelos específicos para obesos e crianças).

O transporte poderá ser acessado por bilhete único, com cobrança de valor igual à dos ônibus municipais (R$ 4,40) e valendo integração. No domingo, será gratuito, como a rede de ônibus da cidade.

Prefeitura de SP

O Tribunal de Justiça de São Paulo liberou a inauguração do Aquático SP - primeiro transporte hidroviário de São Paulo, que vai operar na represa Billings.

STD – SISTEMAS TÉCNICOS DIGITAIS S/A

CNPJ: 00.713.610/0001-32
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA A 41ª ASSEMBLEIA ORDINÁRIA E 53ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

De acordo com o que determina a Lei e o Estatuto da Empresa, no que se refere a convocação de Assembleia Geral Ordinária, ficam convocados os senhores acionistas da STD – Sistemas Técnicos Digitais S/A a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no Laguna Plaza Hotel na Praça Central, Projeção 7 - Núcleo Bandeirante, no dia 23 de abril de 2024 às 16:30 hs, em primeira chamada e as 17:00 horas em segunda chamada a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **I -** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras; **II -** deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; **III -** Assuntos Gerais. e para Assembleia Geral Extraordinária – AGE, a ser realizada logo em seguida à AGO, com espaço de 15 minutos entre a primeira e a segunda chamadas, no mesmo local antes informado, para deliberar sobre: **I)** mudança da sede da empresa **II)** assuntos gerais.

Brasília, 11 de Abril de 2024.
Adailton Barbosa da Cunha
Diretor Presidente.

Brasinca S/A Administração e Serviços

CNPJ nº 59.290.239/0001-96 - NIRE 35.300.502.451

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os Srs. Acionistas da Brasinca S/A Administração e Serviços (a "Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, Sob a Forma Exclusivamente Digital, por meio da plataforma Microsoft Teams ("Plataforma Digital"), no dia 23 de abril de 2024, às 10h00, para deliberarem acerca das seguintes matérias, podendo participar e votar a distância: 1) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2023. 2) Exame e deliberação a respeito do resultado do exercício social encerrado em 31/12/2023. 3) Eleição dos administradores e fixação de sua remuneração. O link para acesso à Plataforma Digital será: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_OTRmMDk5ZWMtZDQwYS000Dk0LTg3ODUtNTMxMDU3MDgxZGZl%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%22b1368ee0-ad71-4141-8efa-76c0b39c6d2e%22%2c%220id%22%3a%223b86b84c-96ca-4693-af34-5bab62b7be6a%22%7d. Para acesso ao link e admissão na assembleia, será necessário que o acionista envie os documentos comprobatórios de sua qualidade de acionista, cópia de identidade e CPF, se pessoa física, ou estatuto/contrato social ou outro, se pessoa jurídica ou veículo similar, bem como os documentos comprobatórios de sua legítima representação, se o caso, até 48 (quarenta e oito) horas antes do horário estipulado para a abertura dos trabalhos. As procurações deverão ter reconhecimento de firma, ou ser assinadas por certificado digital. As cópias de documentos deverão ser autenticadas por cartório, ou na forma do artigo 28, da IN DREI nº 81/2020. A via física do documento de identidade deverá estar na posse do acionista ou representante que se fizer presente na assembleia e deverá ser exibida em vídeo previamente à instalação do conclave. A participação e a votação a distância poderão ocorrer mediante o envio de boletim de voto a distância e/ou mediante atuação remota, via Plataforma Digital. O boletim de voto será encaminhado ao acionista por e-mail, na data da primeira publicação deste edital de convocação, dirigido ao respectivo endereço eletrônico, registrado na Companhia, contendo todas as orientações de preenchimento e envio. De toda forma, o boletim de voto poderá igualmente ser solicitado por e-mail à Companhia, nos endereços abaixo indicados. O envio dos documentos para participação e representação na assembleia, do boletim de voto, demais documentos e as comunicações com a Companhia deverão ser realizados eletronicamente, previamente ao conclave, por meio do endereço de e-mail: juridicospscs@uol.com.br, com cópia para mariogarcia@duartegarcia.com.br. Considerar-se-á presente na assembleia, o acionista: (a) cujo boletim de voto a distância tenha sido considerado válido; ou (b) que, pessoalmente ou por meio de representante, registre sua presença na Plataforma Digital. Para todos os fins legais, a assembleia digital será considerada como realizada na sede da Companhia. São Paulo, 10 de abril de 2024. Gil Moura Neto - Diretor Presidente.

AGRO PECUÁRIA PANTANAL S/A

C.N.P.J./MF nº 52.743.184/0001-83

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

São convocados os Srs. Acionistas da **AGRO PECUÁRIA PANTANAL S/A**, para comparecerem à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, que se realizará no Escritório Administrativo, situado à **Avenida Marechal Castelo Branco nº 447 - Morro do Ouro - na cidade de Mogi Guaçu, Estado de São Paulo, no dia 23 de abril de 2024**, instalando-se em primeira convocação às **9:00 horas** de acordo com o quorum legal mínimo, ou em segunda convocação às **9:30 horas** com qualquer número de acionistas, a fim de discutirem e deliberarem sobre a seguinte "Ordem do Dia". **Ordinariamente, a)** Exame, discussão e votação do relatório da administração, das demonstrações financeiras, e demais documentos referentes ao exercício findo em 31/12/2.023; **b)** Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício; **c)** Eleição da Diretoria para o triênio 2.024/2.027; **d)** Fixação da remuneração dos membros da Diretoria; **Extraordinariamente, a)** Deliberação para estudo de cisão relativa à matricula nº 2.387 da Fazenda Água Parada; **b)** Outros assuntos de interesse da sociedade. Mogi Guaçu, 12 de abril de 2024. **Caio Albino de Souza** - Diretor Presidente e **Sônia Regina Chiarelli Coloço** - Diretora Superintendente.

Sondosolo Geotecnia e Engenharia Ltda.

CNPJ nº 48.190.573/0001-51

Edital de Convocação de Reunião de Sócios

Convidamos os senhores sócios da Sondosolo Geotecnia e Engenharia Ltda., sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Rua Barão de Anhumas, nº 187, sala 01, Bosque, CEP 13026-020, inscrita no CNPJ sob o nº 48.190.573/0001-51 ("Sociedade"), nos termos do artigo 1.071, inciso V, 1.072 e seguintes da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil") e da Cláusula Décima Segunda do Contrato Social da Sociedade, para reunião extraordinária de sócios a ser realizada às 10:00 horas do dia 24 de abril de 2024, na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Avenida José de Souza Campos, nº 1321, 14º andar, Cambuí, CEP 13025-320, a fim de deliberar acerca da reforma integral do Contrato Social da Sociedade, bem como a consequente assinatura da Alteração de Contrato Social da Sociedade, a fim de implementar os novos termos e condições do Contrato Social, caso aprovado.

Campinas, 16 de abril de 2024
Gilberto Vicente Manzalli e José Veríssimo Nery Filho
Sócios Administradores

Infibra S/A

CNPJ 04.277.941/0001-28 - NIRE 35.300.391.331

Assembleia Geral Ordinária - Edital de Convocação

Ficam os acionistas convocados para comparecerem à Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 24 de abril de 2024, às 10h, na sede social da Companhia, na Rodovia Anhanguera, Km 186, Leme/SP, CEP 13610-970, para apreciar a seguinte Ordem do Dia: **(i)** análise, deliberação e aprovação das Demonstrações Financeiras e contas da Administração, relativas ao exercício social findo em 31/12/2023; e **(ii)** destinação dos resultados apurados, referentes ao exercício social findo em 31/12/2023. Leme, 16 de abril de 2024. **Diretoria.**

Accenture do Brasil Ltda.

CNPJ/MF nº 96.534.094/0001-58 - NIRE nº 35.213.404.698

Ata de incorporação - Morphus Tecnologia da Informação Ltda., Morphus Participações Ltda., Morphus Tecnologia e Segurança da Informação Ltda. e Morphus Tecnologia da Informação Ltda. incorporadas pela Accenture do Brasil Ltda.

Em 01/01/2024, **(a)** a **Accenture International B.V.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.715.995/0001-90, a **Accenture Minority I B.V.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.597.265/0001-06 e a **Accenture Holding Brasil Ltda.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.596.277/0001-42 na qualidade de únicas sócias da **Accenture do Brasil Ltda.**, inscrita no CNPJ/ME sob nº 96.534.094/0001-58 e na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE nº 35.213.404.698 ("**Incorporadora**"); **(b)** a Incorporadora, na qualidade de única sócia da **Morphus Participações Ltda.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 16.577.383/0001-03 e na JUCEC sob o NIRE nº 23201466065 ("**Morphus Participações**"); e **(c)** a Morphus Participações, na qualidade de única sócia da **Morphus Tecnologia da Informação Ltda.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 29.262.499/0001-97 e na JUCESP sob o NIRE nº 3523514558-0 ("**MT-SP**"), **Morphus Tecnologia da Informação Ltda.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.687.306/0001-84 e na JUCEPE sob o NIRE nº 26201818681 ("**MT-PE**"), e **Morphus Tecnologia e Segurança da Informação Ltda.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.467.893/0001-01 e na JUCEC sob o NIRE nº 23201301678 ("**MTSI**", e em conjunto com Morphus Participações, MT-SP e MT-PE, "**Incorporadas**"), aprovaram a incorporação das Incorporadas pela Incorporadora, nos seguintes termos: **(i)** em 01/12/2023, data do balanço base da incorporação, o valor do patrimônio líquido da Morphus Participações é positivo em R$29.232.373,63, da MTSI é positivo em R$17.320.426,74; da MT-SP é positivo em R$4.355.415,88; e da MT-PE é positivo em R$6.945.659,54; **(ii)** o capital social da Incorporadora não foi aumentado por força da incorporação da Incorporadas, visto que o patrimônio líquido total das Incorporadas já se encontra refletido no balanço da Incorporadora pelo método de equivalência patrimonial; **(iii)** o objeto social da Incorporadora **não** foi alterado em razão da incorporação da Incorporada; **(iv)** as Incorporadas foram declaradas extintas; **(v)** a sede da MTSI foi integralmente absorvida pela filial da Incorporadora inscrita no CNPJ sob n° 96.534.094/0055-40, sendo as demais sedes das Incorporadas encerradas para todos os fins legais; e **(vi)** a Incorporadora tornou-se sucessora universal das Incorporadas, assumindo, em consequência, todos os ativos e passivos, direitos e obrigações das Incorporadas. Os documentos que aprovaram a referida incorporação foram registrados na JUCESP em 01/02/2024 sob o nº 45.021/24-7 (Incorporadora) e nº 45.022/24-0 (MT-SP), na JUCEC em 07/02/2024 sob o nº 6761292 (Morphus Participações) e nº 6761287 (MTSI), e na JUCEPE em 29/02/2024 sob o nº 20249850109 (MT-PE).

NU PAGAMENTOS S.A. - INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO

("Companhia")
CNPJ/MF nº 18.236.120/0001-58 - NIRE 35.300.453.387

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM 07 DE MARÇO DE 2024

1. Data, Hora e Local: 07 de março de 2024, às 10:00 horas, na sede social da Companhia, localizada na Rua Capote Valente, nº 120, 01º ao 08º andar, 09º andar, conjunto 902, e 16º andar, Pinheiros, CEP 05409-000, São Paulo - SP. **2. Presença e Convocação:** Convocação dispensada em razão da presença de acionistas representando a totalidade do capital social, conforme assinaturas apostas no Livro de Presença de Acionistas da Companhia, nos termos do artigo 124, § 4º da Lei n° 6.404/76 ("Lei das S.A.s"). **3. Mesa:** Presidente da Mesa: Cristina Helena Zingaretti Junqueira. Secretária: Gabriela Pugliesi Gardino. **4. Ordem do Dia:** Em observância ao disposto no Artigo 9º, item "h" do Estatuto Social da Companhia, ratificar e aprovar a celebração dos seguintes documentos: **(i)** Contrato de empréstimo ("Private Loan Agreement"); **(ii)** Termo de Compra e Venda de Ativo ("Term of Purchase and Sale of Assets"); **(iii)** Acordo de Processamento de sistemas, softwares e computadores ("Data Processing"); **(iv)** Contrato de Desenvolvimento ("Intercompany Agreement"); e **(v)** Contrato de empréstimo ("Loan Agreement"). **5. Deliberações:** Os acionistas, sem quaisquer ressalvas ou restrições, deliberou pela ratificação e aprovação dos seguintes contratos: **(a)** O Private Loan Agreement firmado em 16 de janeiro de 2023, celebrado entre a Companhia e a Nu Financeira S.A. - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento ("Nu Financeira") no montante de R$250.000.000 (duzentos e cinquenta milhões de reais), o qual foi totalmente reembolsado em 17 de janeiro de 2023; **(b)** O Term of Purchase and Sale of Assets, firmado em 04 de abril de 2023, celebrado entre a Companhia e a Nu Holdings Ltd. ("Nu Holdings"); **(c)** Os Data Processing para o processamento de sistemas, softwares e computadores, celebrados: **(i)** entre a Companhia e a Nu Tecnología S.A., e **(ii)** entre a Companhia e a NUPLAT S.A.; todos firmados em 04 de abril de 2023; **(d)** O Intercompany Agreement, celebrado entre a Companhia e a Nu Holdings, firmado em 17 de abril de 2023; e **(e)** O Loan Agreement, celebrado entre a Companhia e a Nu Holdings firmado em 08 de agosto de 2023, no montante total de USD$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de dólares) com o prazo de 05 (cinco) anos. Fica autorizada a administração da Companhia a adotar todas e quaisquer medidas e celebrar todos os documentos necessários à celebração e formalização das deliberações tomadas acima, incluindo, mas não se limitando, a eventuais aditamentos, ficando ratificados todos os atos já praticados em conformidade com a deliberação da presente ata. **6. Encerramento e Lavratura da ata:** Nada mais a tratar, foram encerrados os trabalhos e lavrada esta ata que, lida e aprovada, foi assinada pelos presentes. Presidente da Mesa: Cristina Helena Zingaretti Junqueira. Secretária: Gabriela Pugliesi Gardino. Acionistas presentes: Cristina Helena Zingaretti Junqueira e FIP Internet - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (*p. por sua administradora BRL TRUST INVESTIMENTOS LTDA. p. Ana Carolina Ferracciu Coutinho Moura*). São Paulo, 07 de março de 2024. A presente ata é cópia fiel da ata original lavrada em livro próprio. **Gabriela Pugliesi Gardino** - Secretária. **JUCESP** nº 130.407/24-0 em 28/03/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Banco Fibra S.A.

CNPJ/ME 58.616.418/0001-08 - NIRE 35.300.118.782

Ata de Reunião do Conselho de Administração Realizada em 03 de Abril de 2024

Na sede do Banco Fibra S.A., às 17h. Presentes, por videoconferência, os membros do Conselho de Administração do Banco, Arno Schwarz e Anna Maria Marzorati Kuntz. Tomar conhecimento da renúncia do Sr. **José Lourenço Cassandre Junior,** RG nº 44.072.526-4 SSP/SP e inscrito no CPF/ME sob o nº 360.863.058-97, conforme carta de renúncia datada desta data, arquivada na sede social, restando, portanto, seu nome excluído do quadro de administradores da Companhia. Os Conselheiros consignaram seus cumprimentos e agradecimentos ao Sr. **José Lourenço Cassandre Junior** pelos serviços prestados à Companhia durante o exercício de suas funções. Nada mais a ser tratado. São Paulo, 03/04/2024. Assinaturas: Sr. Elisabeth Steinbruch Schwarz (Presidente da Mesa), Sra. Flávia Zahr (Secretária da Mesa). **JUCESP** nº 143.045/24-6 em 10/04/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Agrícola Permatex S/A

CNPJ 15.617.070/0001-60/NIRE 35.300.421.931

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Ficam os acionistas convocados para comparecerem à Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 24 de abril de 2024, às 12h, na sede social da Companhia, na Avenida Jambeiro da Costa, 2.100, sala 06, na Cidade de Leme, Estado de São Paulo, CEP 13610-236, para apreciar a seguinte Ordem do Dia: **(i)** análise, deliberação e aprovação das Demonstrações Financeiras e contas da Administração, relativas ao exercício social findo em 31/12/2023; **(ii)** destinação dos resultados apurados, referentes ao exercício social findo em 31/12/2023; e **(iii)** reforma do Estatuto Social da Companhia. Leme, 16 de abril de 2024. **Diretoria.**

Combio Energia S.A.

CNPJ nº 10.376.555/0001-96

Errata - Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022

No âmbito das publicações do dia 28 de março de 2024, nas páginas B156 e 207 das versões impressa e digital do Jornal Diário Comercial, respectivamente, a **Combio Energia S.A.** retifica que onde se lê "Conselho de Administração: Adilson Serrano Filho; Roberto Lombardi de Barros; e Fábio Tobler Brant de Carvalho", deve-se ler "Conselho de Administração: Adilson Serrano Filho; Roberto Lombardi de Barros; Fábio Tobler Brant de Carvalho; Marcos Tobler Brant de Carvalho; Gustavo Gava Verdelli Costa; e Edson Gustavo Georgette Peli".

Beta Investimentos Imobiliários Ltda.

CNPJ/MF: 09.053.251/0001-09 - NIRE: 35.221.613.845

Ata de Reunião de Sócios Quotistas Realizada em 02 de Abril de 2024

Data, Horário e Local: Aos 02 (dois) dias do mês de abril de 2024, às 11:00 horas, na sede social da **Beta Investimentos Imobiliários Ltda.,** localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Nicolas Boer, n° 399, 5º andar, Jardim das Perdizes, CEP 01140.060 ("Sociedade"). **Convocação:** Dispensada a convocação em virtude da presença da totalidade das sócias quotistas, conforme disposto no § 2º da Cláusula 15ª do Contrato Social e do § 2º do artigo 1.072 da Lei n° 10.406/2002 ("Código Civil"). **Presença:** Sócias representando a totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente - Sr. Henrique Freitas Montenegro Cerqueira; Secretário - Sr. Renato Meyer Nigri. **Ordem do dia:** Deliberar sobre: **(a)** a redução do capital social da Sociedade, com base no art. 1.082, II, do Código Civil, vez que excessivo em relação ao seu objeto social; **(b)** forma de reembolso às sócias quotistas; e **(c)** a consequente alteração da Cláusula Quinta do contrato social, por conta da deliberação indicada na alínea (a) supra. **Deliberações Tomadas por Unanimidade de votos:** As sócias aprovam, de forma unânime, sem quaisquer reservas e/ou ressalvas: **(a)** a redução do capital social da Sociedade, por ser excessivo em relação ao seu objeto social, com fulcro no artigo 1.082, II, da Lei 10.406/02, Código Civil, que **passará de R$ 6.444.714,00** (seis milhões, quatrocentos e quarenta e quatro mil, setecentos e quatorze reais), **para R$ 4.964.087,00** (quatro milhões, novecentos e sessenta e quatro mil, oitenta e sete reais), com uma **redução, portanto, de R$ 1.480.627,00** (um milhão, quatrocentos e oitenta mil, seiscentos e vinte e sete reais), mediante o cancelamento de **1.480.627** (um milhão, quatrocentas e oitenta mil, seiscentas e vinte e sete) quotas, feito com base no valor contábil das quotas; **(b)** O pagamento do reembolso será realizado, mediante restituição em dinheiro, exclusivamente à sócia quotista **Tecnisa S.A.,** no valor total de R$ 1.480.627,00 (um milhão, quatrocentos e oitenta mil, seiscentos e vinte e sete reais). **(c)** em razão, do mesmo modo, das deliberações supra, fica modificada a Cláusula quinta do Contrato Social, que passará a vigorar com a seguinte e nova redação: ***"Cláusula 5ª*** - O capital social da Sociedade, totalmente subscrito e parcialmente integralizado, é de R$ 4.964.087,00 (quatro milhões, novecentos e sessenta e quatro mil, oitenta e sete reais), dividido em 4.964.087 (quatro milhões, novecentos e sessenta e quatro mil, oitenta e sete) quotas iguais, com valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma, assim distribuídas entre as sócias: (a) a sócia **Tecnisa** possui 4.964.086 (quatro milhões, novecentos e sessenta e quatro mil, oitenta e seis) quotas, no valor total de R$ 4.964.086,00 (quatro milhões, novecentos e sessenta e quatro mil, oitenta e seis reais); e (b) a sócia **Omega** possui 1 (uma) quota, no valor total de R$ 1,00 (um real). **Parágrafo primeiro -** A participação de cada sócia no capital social fica distribuída nas seguintes proporções:

Quotista	*Quotas*	*Valor*	*%*
Tecnisa	*4.964.086*	*R$ 4.964.086,00*	*99,99998*
Omega	*1*	*R$ 1,00*	*0,00002*
Total	***4.964.087***	***R$ 4.964.087,00***	***100***

Parágrafo segundo - As 186.187 (cento e oitenta e seis mil, cento e oitenta e sete), quotas ora subscritas pela **Tecnisa,** será integralizada em moeda corrente nacional, no prago de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da presente data, sendo certo que o equivalente a 4.777.900 (quatro milhões, setecentos e setenta e sete mil, novecentos), quotas já foram integralizadas pelas sócias em moeda corrente nacional. **Parágrafo terceiro -** A responsabilidade dos sócios é limitada ao valor de suas respectivas quotas, mas todos os sócios respondem solidariamente pela integralização do capital social. **Parágrafo quarto -** As quotas da Sociedade são indivisíveis em relação à Sociedade." **Encerramento, Lavratura, Aprovação e Assinatura da Ata:** nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata no livro próprio, a qual, após lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. São Paulo, 02 de abril de 2024.**Mesa: Henrique Freitas Montenegro Cerqueira -** Presidente; **Renato Meyer Nigri -** Secretário. **Sócias: Tecnisa S.A. -** Henrique Freitas Montenegro Cerqueira; Renato Meyer Nigri. **Omega Investimentos Imobiliários Ltda. -** Henrique Freitas Montenegro Cerqueira, Renato Meyer Nigri.

CIME - Administração e Participações S/A

CNPJ/MF n° 51.771.889/0001-41 - NIRE n° 35.300.183.908

Assembleia Geral Ordinária

Aos 16/06/2023, às 08:45h, na sede da Companhia. Presente a totalidade dos acionistas. Aprovada, por unanimidade de votos, as contas dos Administradores, Demonstrações Contábeis e relatório da Administração, relativos ao exercício social findo em 31/12/2022. Deliberam: não destinação de recursos para a constituição de reserva legal, nos termos do §1°, do artigo 193, da Lei 6.404/76; aprovação da distribuição de dividendos aos acionistas, no valor R$ 20,59 por ação, correspondente ao valor total de R$ 180.008.919,19, que serão pagos no dia 26/06/2023; destinação de R$ 284.526.519,43, à conta de Reserva de Lucros. Nada mais a ser tratado. **José Luiz de Godoy Pereira - Presidente, Paulo Roberto de Godoy Pereira** - **Secretário. JUCESP** nº 130.303/24-0 em 28/03/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Icasa Empreendimentos Indústria e Comércio S.A.

CNPJ 23.851.963/0001-02 / NIRE 35.300.486.374

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Ficam os acionistas convocados para comparecerem à Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 24 de abril de 2024, às 11h, na sede social da Companhia, na Avenida Jambeiro da Costa, 2.100, sala 05, na Cidade de Leme, Estado de São Paulo, CEP 13610-236, para apreciar a seguinte Ordem do Dia: **(i)** análise, deliberação e aprovação das Demonstrações Financeiras e contas da Administração, relativas ao exercício social findo em 31/12/2023; **(ii)** destinação dos resultados apurados, referentes ao exercício social findo em 31/12/2023; **(iii)** alteração do objeto social da Companhia, com a inclusão das atividades de cultivo e comercialização de cana de açúcar; e **(iv)** se aprovada a matéria indicada no item "iii", alteração da Cláusula Segunda do Estatuto Social. Leme, 16 de abril de 2024. **Diretoria.**

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código BA7A-8369-427E-A64D.

O **Diário Comercial** é o jornal ideal para suas publicações legais. Possui o melhor custo-benefício e um atendimento ágil.

Fale com quem entende de **Publicidade Legal**.

- Atas
- Avisos
- Balanços
- Comunicados
- Editais
- Fatos Relevantes

Diário Comercial

www.diariocomercial.com.br

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código BA7A-8369-427E-A64D.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/BA7A-8369-427E-A64D ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: BA7A-8369-427E-A64D

Hash do Documento

8F4CFB3FC752F22A60E88E8D780CDF1935C5F880E2B770950790BC3E9DE3B2CB

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 15/04/2024 é(são) :

- Marcos Nogueira Da Luz - ***.729.427-** em 15/04/2024 23:16 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital - JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - 33.270.067/0001-03